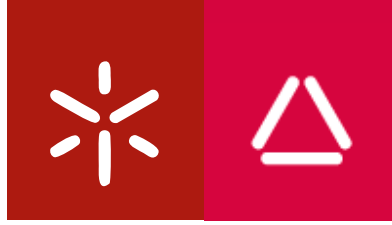


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Débora Duarte Val Escadas

**A vida impossível: o movimento operário
em Braga durante a I República**





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Débora Duarte Val Escadas

**A vida impossível: o movimento operário
em Braga durante a I República**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

DECLARAÇÃO

Nome: Débora Duarte Val Escadas

Endereço eletrónico: deboraval@live.com.pt

Telefone: 914 790 637

Número de Cartão de Cidadão: 14075760 0 ZY2

Título da Dissertação: *A vida impossível*: o movimento operário em Braga durante a I República

Orientador:

Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado:

Mestrado em História

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, __/__/____

Assinatura: _____

Agradecimentos

À minha família, principalmente aos meus pais, pelo carinho e pelo incentivo.

Aos meus amigos e colegas, pelo companheirismo e amizade.

Ao meu orientador, pelos seus conselhos e disponibilidade.

Resumo

O objeto deste estudo é o movimento operário bracarense durante a I República, de 1910 a 1926, mais concretamente as suas *motivações* e *ações*. O intuito principal desta dissertação passa por perceber como foram as ações do operariado em Braga, durante o período referido, e as ideologias que as definiram, bem como entender as circunstâncias políticas e económicas que ditaram a vida dos operários durante aquela época. Ao longo deste estudo, veremos que foram as precárias condições económicas dos trabalhadores, mais que a ideologia, o principal motor do movimento operário bracarense.

Palavras-chave: 1.ª República, movimento operário, anarquismo, reivindicações operárias, Braga

Abstract

The object of this study is the labour movement in Braga during the Portuguese First Republic, from 1910 to 1926, specifically its *motivations* and *actions*. The main goal of this dissertation is to understand how were the actions of Braga's industrial working class during the mentioned period, and the ideologies that defined them, as well as to understand the political and economic circumstances that determined their life during that time. Throughout this study, we'll verify that were the precarious economic conditions, more than ideology, that moved the industrial working class of Braga.

Key-words: Portuguese First Republic, labour movement, anarchism, working class claims, Braga

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Introdução.....	1
Estado da arte.....	2
Fontes e métodos.....	3
Capítulo 1. A indústria e o operariado bracarense	5
Capítulo 2. Condições de vida e trabalho	11
2.1 Horário de trabalho	11
2.2 Acidentes de trabalho.....	12
2.3 Salários.....	16
2.4 Habitação e bairros operários.....	18
2.5 Crise de trabalho.....	22
2.6 Emigração.....	28
Capítulo 3. Legislação laboral.....	35
3.1 O “decreto-burla”	35
3.2 A lei dos acidentes de trabalho	38
3.3 A lei dos seguros sociais obrigatórios	40
3.4 A lei do descanso semanal	42
3.5 A lei do horário de trabalho.....	46
Capítulo 4. A organização operária bracarense	55
4.1 As associações de classe e os sindicatos bracarenses	57
4.1.1 Organização interna das associações de classe e sindicatos.....	58
4.1.2 Criação de novas associações de classe e formação dos sindicatos únicos.....	61
4.1.3 Federação das Associações Operárias.....	64

4.1.4	União dos Sindicatos Operários.....	66
4.2	As ações das associações de classe e dos sindicatos.....	70
4.2.1	Assistência e solidariedade	70
4.2.2	Educação	74
4.2.3	Propaganda.....	76
4.2.4	Recreação	80
4.3	Os grupos operários bracarenses.....	89
4.3.1	Juventude Sindicalista.....	89
4.3.2	Grupo Germinal e outros núcleos anarquistas	90
4.3.3	Círculo Católico Operário	91
4.3.4	Grémio Operário de Maximinos	93
4.4	A participação em conferências e congressos nacionais.....	93
4.5	A imprensa operária	102
4.6	O estado da organização operária bracarense.....	105
Capítulo 5.	As lutas reivindicativas do operariado bracarense	111
5.1	As greves	111
5.2	As reclamações.....	148
5.3	A luta contra a crise de subsistências e carestia de vida.....	166
Capítulo 6.	O 1.º de Maio: comemoração ou reivindicação?	181
Capítulo 7.	As ações políticas dos operários bracarenses	187
Capítulo 8.	A Revolução Russa e a «caça aos bolchevistas» em Braga	191
	Considerações finais.....	195
	Fontes e bibliografia.....	197
	Anexos.....	205
Anexo 1.	Lista das fábricas e oficinas bracarense durante a I República	207
Anexo 2.	Média dos salários (por dia) para o concelho de Braga em 1917	233

Anexo 3. Lista das organizações operárias bracarenses durante a I República	235
Anexo 4. Relatório de Manuel Joaquim de Sousa sobre a organização operária bracarense, junho de 1921	243
Anexo 5. Relatório da Conferência Intersindical de Braga, agosto de 1923	247
Anexo 6. Tabela das greves operárias realizadas em Braga durante a I República	251
Anexo 7. Relatório do Sindicato dos Manufatores de Calçado sobre a greve da classe, agosto de 1920.....	269
Anexo 8. Relato da sessão solene comemorativa da vitória de uma greve dos manufatores de calçado, novembro de 1922	271
Anexo 9. Ofício enviado pela Liga das Artes Gráficas aos industriais, explicando a sua declaração de greve, outubro de 1915	273
Anexo 10. Entrevista aos proprietários das fábricas metalúrgicas que sofreram explosões no decorrer de uma greve, março de 1923.....	275
Anexo 11. Relato das negociações entre industriais e grevistas marceneiros, maio de 1913	281
Anexo 12. Relato da reunião da AC dos Agricultores Caseiros e Jornaleiros onde uma greve da classe foi votada e manifesto desta associação ao público sobre a mesma, dezembro de 1915	283
Anexo 13. Reivindicação de aumento salarial conforme o custo de vida, janeiro de 1920 ..	285
Anexo 14. Representação dos empregados de hotéis, cafés e restaurantes, enviada ao ministro do Trabalho, contra o decreto 2922 de 30 de dezembro de 1916, janeiro de 1917	289
Anexo 15. Moção do comício operário contra a carestia de vida, março de 1915.....	291
Anexo 16. Moções de protesto dos operários sobre a crise de subsistências e carestia de vida, março de 1917	293
Anexo 17. Edital do Governador Civil sobre as manifestações operárias contra a crise de subsistências e carestia de vida, julho de 1917.....	295
Anexo 18. Pedido de licença dos manufatores de calçado ao Governador Civil para realizar cortejo do 1.º de Maio, abril de 1914.....	297
Anexo 19. Relato da sessão solene comemorativa do 1.º de Maio de 1926	299

Anexo 20. Propaganda anticomunista na imprensa generalista bracarense.....	301
Anexo 21. Cronologia	305

Índice de tabelas

Tabela 1 - Indústria bracarense (1910-1926)	9
Tabela 2 - Evolução dos salários e do custo de vida.	18
Tabela 3 - Número de associações de classe e sindicatos em Braga durante a I República.	57
Tabela 4 - Número de sócios das organizações operárias	58
Tabela 5 - Participação dos organismos operários bracarenses nos Congressos Nacionais	101

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Acidentes de trabalho por sector, em Braga, durante a I República	13
Gráfico 2 - Causas dos acidentes de trabalho, em Braga, durante a I República	14
Gráfico 3 - Motivos das greves operárias, em Braga, durante a I República	142
Gráfico 4 - Greves relacionadas com a questão salarial, em Braga, durante a I República.....	143
Gráfico 5 - Resultado das greves relacionadas com a questão salarial, em Braga, durante a I República	144
Gráfico 6 - Greves relacionadas com o horário de trabalho, em Braga, durante a I República..	145
Gráfico 7 - Duração das greves operárias, em Braga, durante a I República	146
Gráfico 8 - Resultados das greves com orientação da associação de classe ou do sindicato, em Braga, durante a I República.....	147
Gráfico 9 - Resultado das greves operárias, em Braga, durante a I República	148
Gráfico 10 - Motivos das reclamações do operariado bracarense durante a I República	163
Gráfico 11 - Reclamações operárias relacionadas com a questão salarial, em Braga, durante a I República	164
Gráfico 12 - resultado das reclamações operárias relacionadas com a questão salarial, em Braga, durante a I República.....	165
Gráfico 13 - Reclamações operárias relacionadas com pedido e cumprimento de legislação, em Braga, na I República	165
Gráfico 14 - Resultados das reclamações do operariado bracarense durante a I República	166
Gráfico 15 - Reclamações dos operários bracarenses contra a carestia de vida, durante a I República	179

Abreviaturas

AC – Associação de Classe

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores

ASM – Associação de Socorros Mútuos

CCO – Círculo Católico Operário

CGT – Confederação Geral do Trabalho

ISV – Internacional Sindical Vermelha

SU – Sindicato Único

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UON – União Operária Nacional

USO – União dos Sindicatos Operários

Introdução

O objetivo desta dissertação passa por entender como foi o movimento operário bracarense durante a I República, nomeadamente quais foram as suas ações e o que as motivaram. Neste sentido, pretendemos verificar quais foram as ideologias que tiveram influência no operariado bracarense, a par das vicissitudes económicas e políticas que determinaram a vida dos operários naquela época.

O movimento operário é mais do que greves e ações reivindicativas análogas, é uma luta constante, se não apenas por um ideal, pelo menos por melhores condições de vida – é, como o próprio nome indica, *movimento*. O movimento operário, portanto, não é estático, mas dinâmico e ativo, isto é, o operariado estava frequentemente a mobilizar-se, até porque o patronato, por um lado, e o Estado e as suas instituições, por outro, não reconheciam aos trabalhadores os seus direitos.

É nesta perspetiva de *movimento* que tratamos, nesta dissertação, não só as reclamações do operariado bracarense, incluindo as greves, sempre relevantes num trabalho deste tipo, mas também outras formas de reivindicação e protesto, tais como as reuniões de classe, as manifestações e comícios, as conferências e os congressos, e a participação política, mesmo que ínfima, dos trabalhadores. Mas o protesto e a reivindicação não eram os únicos apanágios do operariado, pelo que tratamos também neste estudo a recreação dos operários e os seus atos de solidariedade para com os seus camaradas, incluindo os de outras classes e/ou de outras cidades.

Com o intuito de estudar o movimento operário bracarense, começámos por caracterizar o operariado da cidade de Braga, bem como as suas condições de vida e trabalho, que constituíam motivo de bastantes reivindicações. Seguimos por analisar a legislação laboral promulgada durante a I República e se essa mesma legislação conseguiu modificar as condições de trabalho dos operários, não excluindo desta análise as movimentações do operariado para que as leis fossem cumpridas.

Caracterizamos, igualmente, a organização operária bracarense, mais concretamente as associações de classe, sindicatos e grupos operários e as suas ações, a participação do operariado de Braga nos congressos e conferências realizadas a nível nacional, bem como a imprensa operária bracarense. Analisamos, também, o estado da organização operária bracarense e as possíveis causas da sua debilidade.

Não podendo dissociar o movimento operário das suas reivindicações, examinamos nesta dissertação as greves e as reclamações dos operários bracarenses, assim como a sua luta, organizada ou espontânea, contra a crise de subsistências e a carestia de vida. Tratamos igualmente as comemorações do 1.º de Maio, que também serviam como um meio de reivindicação operária.

Num contexto mais político, analisamos as diminutas ações do operariado de Braga relacionadas com a participação na política governamental, o que confirma a sua disposição anarcossindicalista, observando também a influência que receberam da Revolução Russa.

Como já referimos, o *movimento* dos operários era recorrente e, no caso do operariado bracarense, foram as suas precárias condições económicas, mais que a ideologia, o seu principal motor.

Estado da arte

O estudo do movimento operário na I República começou a ser realizado tardiamente, no período final do Estado Novo, em virtude do regime político então vigente. Nos anos 50 e 60, as obras que se publicavam não eram propriamente estudos académicos, mas memórias e testemunhos de quem participou no movimento operário durante a I República, destacando-se autores como César Nogueira, Alexandre Vieira e José Silva (este último, um operário natural de Braga que publicou as suas memórias em 1971).

Foi a partir dos anos 70 que começaram a aparecer estudos académicos sobre o movimento operário, nomeadamente pelas mãos de César Oliveira, Carlos da Fonseca, José Pacheco Pereira, Vasco Pulido Valente. Apesar destes esforços, o estudo académico sobre esta temática não prosseguiu no pós 25 de abril e nem se encaixou num programa de investigação organizada.

Todavia, esta temática ressurgiu nos anos 80, numa tentativa de, assim parece, estruturar a investigação sobre o movimento operário, feita principalmente por Maria Filomena Mónica, Victor de Sá e João Freire.

Mais recentemente, têm-se feito iniciativas para organizar a investigação sobre o movimento operário, como a criação do Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto, e ainda a organização de congressos e seminários, como o caso dos encontros *Áreas Industriais e Comunidades Operárias* (2011) e os *Congressos do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal* (2013, 2015 e 2017).

O movimento operário durante a I República é um assunto que, para Braga, não tem merecido a devida atenção, desconhecendo-se algum estudo sobre o tema. Com esta dissertação, portanto, pretendemos preencher essa lacuna.

Fontes e métodos

Estudar o movimento operário traduz-se, na maior parte das vezes, numa tarefa de encontrar e reunir informação dispersa por várias fontes documentais, parte das quais não relacionadas diretamente com o assunto, uma vez que grande parte dessa documentação foi perdida ou destruída. Como descreve Carlos da Fonseca,

durante quarenta e oito anos de regime 'forte', os arquivos sindicais e das organizações de esquerda sofreram as deprações duma política obcecada pelo fantasma da subversão. Da documentação perdida sem remédio, as fontes manuscritas são, entre todas, as que mais lamentamos. [...] Como se esta perda não fosse já de si calamitosa, parte da documentação impressa e iconográfica do movimento operário mantém-se ilocalizável até agora [...] O próprio movimento operário não está isento de responsabilidades. No interior dos partidos, dos sindicatos ou das cooperativas, o espírito de improvisação, o 'deixa andar', estavam de tal forma enraizados nos hábitos quotidianos que podemos duvidar da constituição de arquivos, no que diz respeito à grande maioria. O facto de uma grande percentagem de operários ser analfabeta, obrigava os canais informativos a privilegiarem a via oral, a só utilizarem a escrita em casos de força maior¹.

Vítima das vicissitudes do tempo e/ou das circunstâncias políticas, a documentação sobre o movimento operário não é abundante, mas ainda existe. Para a realização de um trabalho com esta temática, a principal fonte documental é a imprensa periódica da época. Só havendo três jornais operários bracarenses publicados na I República, dois dos quais números únicos, consultámos jornais operários do Porto e de Lisboa, entre outras localidades, sendo *A Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho (CGT), o periódico com mais informação sobre o tema. Consultámos, igualmente, os jornais generalistas publicados em Braga, encontrando bastantes

¹ Carlos da Fonseca, *O 1.º de maio em Portugal, 1890-1990: crónica de um século* (Lisboa: Antígona, 1990), 7-8. A ortografia das citações, bem como a das referências, foi atualizada para corresponder ao novo Acordo Ortográfico.

notícias sobre o movimento operário bracarense, ainda que não cobrindo todos os aspetos da vida operária.

Enquanto consultámos a totalidade da imprensa generalista bracarense disponível na Biblioteca Pública de Braga, por limitações de tempo não pudemos usar o mesmo critério para a consulta da imprensa operária disponível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, pelo que optámos por incluir na nossa pesquisa tanto jornais de carácter anarcossindicalista como de carácter socialista e também de carácter comunista, de modo a não “enviesar” a nossa investigação.

Foram também consultados o *Boletim do Trabalho Industrial* e os *Censos da População*, para as estatísticas relacionadas com as condições de vida e trabalho do operariado. Consultámos também a documentação do Governo Civil de Braga disponível no Arquivo Distrital da cidade, de modo a encontrar documentação oficial que contextualizasse o enquadramento político do operariado bracarense – mas só foram encontrados um pedido de autorização para realizar um cortejo do 1.º de Maio e um edital onde o Governador Civil pedia aos operários para que mantivessem a ordem pública. Como podemos verificar, as fontes documentais não são abundantes, mas são suficientes para analisar, na sua maior parte, o movimento operário bracarense.

Como metodologia, construímos uma base de dados das notícias que foram encontradas, categorizando-as por tipos para facilitar a sua posterior organização e consulta. Fizemos, igualmente, uma base de dados para as greves e outra para as reclamações do operariado bracarense, organizando-as por ordem cronológica, para facilitar o seu tratamento estatístico.

A par da pesquisa das fontes documentais, lemos a bibliografia encontrada sobre o movimento operário, da qual fizemos fichas com os aspetos mais importantes e que poderiam ser utilizados na escrita desta dissertação.

A partir destes métodos, foi feita uma análise das informações encontradas que se pretendia mais qualitativa do que quantitativa, não excluindo alguns tratamentos estatísticos, como já referimos.

Capítulo 1. A indústria e o operariado bracarense

Uma das consequências da Revolução Industrial, iniciada nos finais do século XVIII, foi o surgimento de uma nova estrutura da sociedade, baseada em classes sociais que progressivamente se foi implantando nos países onde aquele acontecimento teve lugar. Surgiram, no âmbito desse processo, novas classes sociais, entre as quais o operariado moderno. De acordo com Victor de Sá,

o movimento operário resulta das novas condições de produção determinadas pela mecanização e pela utilização do vapor como fonte de energia, aquilo, enfim, que se chama a 1.ª revolução industrial. Enquanto a antiga sociedade se estruturava no quadro dos três estados (clero, nobreza e povo), a Época Contemporânea assiste ao emergir da nova formação social que é o 'quarto estado', expressão que logo surge para designar essa inovação do século XIX¹.

Neste sentido, um operário é um trabalhador da indústria – mas não exclusivamente. Poderemos definir operário, de maneira geral, como um trabalhador assalariado de uma atividade capitalista. Como afirma César Oliveira,

a produção industrial é o *tipo de atividade essencial* nos países onde o proletariado é mais numeroso; apesar disso, tal atividade económica não exclui outras atividades que empregam trabalhadores assalariados e que nem por isso deixam de se caracterizar muito nitidamente como capitalistas. Se é certo que é o trabalho industrial aquele que melhor expressa o tipo de exploração capitalista [...], não é menos verdade, por outro lado, que o regime de trabalho assalariado se observa também noutros sectores da atividade económica que não se situam no campo da produção industrial².

Consideram-se como operários, portanto, não só os trabalhadores da indústria, mas também os trabalhadores dos transportes e dos serviços, tais como a distribuição de água e eletricidade. Note-se que «os assalariados do comércio fizeram, algumas vezes, causa comum

¹ Victor de Sá, *Formação do movimento operário português* (Coimbra: Centelha, 1978), 12-13.

² César Oliveira, *O operariado e a Primeira República (1910-1924)* (Lisboa: Alfa, 1990), 51. Itálico no original.

com o proletariado das fábricas»³, como a luta pela legislação do descanso semanal, mas não o considerámos aqui como operariado. Sendo trabalhadores assalariados como o operariado fabril, e laborando igualmente por conta de outrem, os trabalhadores do comércio viviam, contudo, uma situação social diferente da vivida pelos operários industriais. Como demonstra João Freire,

os trabalhadores da atividade comercial beneficiam de um estatuto social nitidamente diferenciado e privilegiado em relação aos operários. [...] Por outro lado, a formação geral da instrução pública ou a frequência de escolas comerciais, bem como a necessidade de um domínio profissional das relações com a clientela e fornecedores (aprendido empiricamente), e um conhecimento mínimo das técnicas e a escrituração comercial, fazem com que o empregado no comércio possa começar por ser um marçano ou um 'caixa' e, anos depois, com algum bafejo da sorte, aspirar a uma responsabilidade da gerência ou ver-se-lhe proposta pelo patrão a aquisição de uma quota de societário na firma⁴.

Sobre o operariado existente em Braga, os números que temos disponíveis são os das estatísticas oficiais, principalmente os recenseamentos da população. Não será possível dar um número exato de quantos operários havia na cidade, mesmo porque as estatísticas, ainda que oficiais, são incompletas.

Segundo o censo da população de 1911, o concelho de Braga contava com 9278 trabalhadores ativos na indústria e 415 nos transportes, ou seja, um total de 9693 operários, numa população ativa de 30 270 trabalhadores – o operariado representava, assim, 31,9% do total da população ativa bracarense. Se considerarmos apenas o proletariado industrial, a sua representatividade era de 30,7%; já os trabalhadores agrícolas representavam 38,4% da totalidade da população ativa⁵.

Dentre o operariado industrial, 25,4% era constituído por mulheres e 24,8% por trabalhadores menores (com menos de 20 anos)⁶. Segundo Ramiro da Costa, no período do pós-

³ A. H. Oliveira Marques e Luís Nuno Rodrigues, «A sociedade e as instituições sociais», em *Nova História de Portugal, vol. XI, Portugal – da Monarquia para a República*, coord. A. H. Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1991), 207.

⁴ João Freire, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940* (Porto: Edições Afrontamento, 1992), 112.

⁵ Cf. *Censo da população de Portugal no 1.º de dezembro de 1911*, vol. 5 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916), 40. Excluíram-se, nesta análise, as pessoas dependentes dos trabalhadores que não exerciam uma ocupação, como velhos, crianças e mulheres não trabalhadoras. Incluindo a população inativa, os totais ascendem a 20 225 na indústria e 1054 nos transportes.

⁶ Cf. *Censo... 1911*, vol. 5, 40.

guerra, a percentagem de mulheres trabalhadoras em Braga atingia os 55%, representando os trabalhadores menores 20%, justificando-se essa percentagem pela concentração da indústria têxtil na região⁷.

De facto, era maioritariamente na indústria têxtil que as mulheres se empregavam: uma notícia de 1922 afirmava que «aproveitando a circunstância de haver em Braga muito pessoal feminino desempregado e que se pode dedicar a esse trabalho, projeta um grupo de industriais estabelecer aqui uma fábrica de tecidos»⁸. Segundo os censos de 1930, que especificam as indústrias onde os operários trabalhavam, a indústria têxtil empregava 293 mulheres (76,5%) e 90 homens (23,5%)⁹.

O número de operários industriais representava a insípida industrialização bracarense, principalmente se compararmos os mesmos números com os grandes centros industriais – no Porto, segundo o censo de 1911, o proletariado industrial chegava a representar quase metade (46,9%) da população ativa, enquanto 4,3% era a representatividade dos trabalhadores agrícolas¹⁰. Note-se que, no Norte, «o capitalismo industrial mostrava-se ainda intimamente ligado à economia camponesa familiar e ao artesanato doméstico»¹¹, o que explica os números apresentados para Braga.

A indústria bracarense registava um forte peso do sector artesanal: por exemplo, ainda em 1917, os operários fabricantes de calçado iniciam protestos contra a mecanização da indústria, «atendendo a que elas [as máquinas] vêm aumentar cada vez mais a crise que a classe atravessa»¹². Estes protestos foram iniciados com a notícia de que «uma das mais importantes fábricas [de calçado] bracarense fez já encomenda de maquinismos vários, do que há de mais aperfeiçoado para o fabrico de calçado»¹³, significando isto que a indústria era pouco moderna.

Esta é uma realidade que, para Braga, não foi grandemente mudada durante a I República: os censos de 1930 apresentam percentagens semelhantes às de 1911. Em 1930, o concelho de Braga contava com 10 817 trabalhadores empregados na indústria e 483 nos transportes, isto é, 11 300 operários, correspondendo a 30,6% da população total ativa. Considerando apenas o

⁷ Cf. Ramiro da Costa, *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*, vol. 1 (Lisboa: Assírio & Alvim, 1979), 162.

⁸ s/a, «Braga fabril», *Diário do Minho*, 9 de fevereiro, 1922: 2.

⁹ Cf. *Censo da população de Portugal: dezembro de 1930*, vol. 3 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1934), 162.

¹⁰ Cf. *Censo... 1911*, vol. 5, 155.

¹¹ Oliveira Marques e Rodrigues, «A sociedade...», 207.

¹² s/a, «Classe dos fabricantes de calçado», *Ecos do Minho*, 6 de fevereiro, 1917: 3.

¹³ s/a, «Indústria bracarense», *Ecos do Minho*, 11 de janeiro, 1917: 2.

proletariado industrial, este representava 29,3% da população ativa, enquanto a percentagem de 29,8 representava os trabalhadores agrícolas¹⁴.

O que se alterou durante a I República foi o número de mulheres trabalhadoras. De acordo com os censos de 1930, as mulheres representavam 43,6% do proletariado em geral, não havendo informações relativamente aos trabalhadores menores de idade¹⁵.

Quanto ao estado da industrialização bracarense, os dados são ainda mais incompletos. Já vimos que a indústria tinha uma forte componente artesanal, «em que ainda não existe a completa separação do operário dos seus meios de trabalho»¹⁶, ou seja, era uma indústria de pequena e média produção.

Mas esta indústria de pequena e média produção não era somente apanágio de Braga: de acordo com o inquérito industrial de 1917, «68% [dos estabelecimentos] indicavam ocupar de 1 a 10 operários (e sendo a sua maioria de 1 a 3 operários), 865 [de um total de 5491] ocupavam de 11 a 100 operários, 19 de 501 a 1000 operários e apenas 6 fábricas indicam ocupar mais de 1000 operários»¹⁷. A par desta indústria de pequena e média produção, em Braga existiam também fábricas de grande dimensão, como é o caso da Companhia Fabril do Cávado que, em 1919, fechou temporariamente as portas devido à crise, «ficando desempregados 900 operários de ambos os sexos»¹⁸.

Segundo o mesmo inquérito, que recenseou 24 estabelecimentos fabris no concelho de Braga em 1917, nove pertenciam à indústria metalúrgica, seis à indústria gráfica e dois à indústria química e à indústria de vestuário. A indústria de calçado, têxteis, madeiras e mobiliário e indústria de papel apenas tinham um estabelecimento fabril cada uma. Quanto ao número de operários empregados nessas indústrias, verificamos que era a indústria têxtil, de facto, que ocupava o maior número de operários, com 641 trabalhadores, seguindo-lhe a indústria de vestuário (neste caso, chapelarias), com 290 trabalhadores e a indústria metalúrgica, com 159 operários¹⁹.

O inquérito industrial de 1917 dá-nos números que, apesar de incompletos, não andam longe da realidade, à exceção da indústria têxtil. Nos dados recolhidos na imprensa periódica sobre a indústria bracarense, para esse mesmo ano de 1917 foram contados dez estabelecimentos

¹⁴ Cf. *Censo...1930*, vol. 3, 162 e ss..

¹⁵ Cf. *id.*, *ibid.*

¹⁶ Costa, *Elementos para a história...*, 158.

¹⁷ *Id.*, *ibid.*

¹⁸ s/a, «Fábrica paralisada», *Comércio do Minho*, 6 de abril, 1919: 2.

¹⁹ Cf. *Boletim do trabalho industrial*, n.º 116 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1926), 6.

fabris têxteis e de vestuário e, dentre eles, cinco chapelarias. Considerando o resto dos sectores, a indústria gráfica tinha cinco fábricas, bem como a indústria de calçado e couros, e a indústria metalúrgica ocupava seis estabelecimentos (ver anexo 1 para a lista completa das fábricas e oficinas bracarenses).

Continuando a análise aos dados recolhidos na imprensa, para o período em questão, foram contadas 121 fábricas e oficinas, pertencendo a maioria ao sector têxtil e de vestuário, com 29 estabelecimentos, seguindo-lhe a indústria metalúrgica, com 27. O sector gráfico também ocupava um lugar de destaque na indústria bracarense, com 14 estabelecimentos fabris, enquanto a indústria de calçado e curtumes ocupava 13 fábricas, como mostra a seguinte tabela:

Tabela 1 - Indústria bracarense (1910-1926)

Sector	Fábricas e oficinas
Alimentação	4
Calçado e couros	13
Cerâmica	1
Construção	3
Gráfico	14
Madeiras/mobiliário	2
Metalurgia	27
Papel	2
Química	10
Energia	3
Têxtil e vestuário	29 (10 chapelarias)
Outros	13
TOTAL	121

Fonte: elaboração própria com base na imprensa bracarense

Mais uma vez, os dados de que dispomos são incompletos – nem todas as indústrias foram recenseadas nos inquéritos oficiais, nem todas as indústrias publicavam anúncios ou eram notícia nos jornais, e nem todos os proprietários das fábricas respondiam aos inquéritos – mas servem para ter uma ideia aproximada da realidade na qual o operariado vivia.

Capítulo 2. Condições de vida e trabalho

Uma das razões que levou o operariado a apoiar os republicanos na instauração do novo regime foi, precisamente, a promessa de melhores condições de vida, entre elas, a promessa de resolução da carestia de vida e de abolição do imposto sobre os géneros. Promessas que não tiveram concretização prática. Logo em novembro de 1910, um articulista do jornal *A Defesa Operária* fazia um balanço negativo sobre o primeiro mês de República:

O que economicamente se tentou, francamente, nada é; os géneros de primeira necessidade, cada vez mais caros; os senhorios, cada vez mais terríveis, e as leis de inquilinato aos miseráveis nada favorece, e serviram só de irritar o egoísmo egoísta e feroz dos senhorios; o patronato, cada vez mais virulento e espoliador. Até parece propósito. Aos operários todos aconselham *abstinência* neste momento, mas ao patronato ninguém pede moderação¹.

A mudança de regime não melhorou as condições dos operários, o que explicava a sua persistente contestação aos governos republicanos.

2.1 Horário de trabalho

O horário de trabalho foi uma das questões que mais preocupou os operários, a par da questão salarial, pois labutavam 10, 11 ou 12 horas por dia, em fábricas «insalubres, com péssimas condições de instalação, com cheiros, fumos tóxicos, poeiras, etc.»².

Em 1913, por exemplo, os industriais de construção civil de Braga decidiram manter o horário de trabalho, que estabelecia para a primeira época, de maio a agosto, o horário das 5:45 da manhã às 19 horas da tarde³. Em 1919, mesmo depois da promulgação da lei do horário de 8 horas (decreto n.º 5516 de 7 de maio de 1919), os operários da construção civil continuavam a trabalhar durante longos períodos de tempo, nomeadamente «das 6 às 19 horas, com os

¹ s/a, «A República triunfante», *A Defesa Operária*, 20 de novembro, 1910: 1. Itálico no original. A abstinência referida diz respeito à opinião pública que aconselhava o operariado a não fazer reclamações, de maneira a não dificultar a consolidação da República.

² Oliveira, *O operariado...*, 55-56.

³ Cf. s/a, «Grémio dos industriais de construção civil», *Comércio do Minho*, 22 de abril, 1913: 2. O horário da construção civil era estabelecido por épocas.

costumados descansos de meia hora ao almoço e duas ao jantar»⁴. Estes extensos horários na construção civil originaram vários protestos nesta classe, que ao longo da I República realizou cinco greves e três reclamações por diminuição de horário⁵.

Não era só na construção civil que se praticavam longos horários: em 1913, os operários marceneiros conseguiram obter um horário de 10 horas, depois de uma greve vitoriosa⁶. Em 1915, os operários metalúrgicos fizeram uma greve para diminuir o horário de 12 para 11 horas, não se sabendo qual o resultado da reivindicação⁷. Em 1916, as costureiras trabalhavam 10 horas por dia (12 horas com duas de descanso), depois de as suas reclamações por diminuição de horário terem sido atendidas⁸. Em 1917, o horário de verão das barbearias era das 7 da manhã às 9 da noite⁹. Mas este horário ficou ainda mais extenso, pois em 1920 a classe reclama a diminuição de horário, para trabalharem das 7 da manhã às 9 da noite, «protestando pelo cumprimento do horário de trabalho»¹⁰. Em 1922, já depois da promulgação da lei das 8 horas, os operários tamanqueiros não laboravam o horário estipulado pela lei, «trabalhando desde as seis horas da manhã até às nove e dez da noite em virtude dos preços de mão-de-obra se encontrarem profundamente baixos»¹¹.

Estes são alguns exemplos encontrados na imprensa generalista e operária, a única fonte que dispomos para esta questão, uma vez que não foram encontrados nas estatísticas oficiais dados sobre o horário de trabalho. São exemplos significativos, testemunhando que os operários bracarenses sofreram continuamente com a prática de longos horários imposta não só pelos patrões, mas também pelas vicissitudes económicas.

2.2 Acidentes de trabalho

A par dos longos dias de trabalho, o operariado bracarense ainda trabalhava em condições inseguras, o que explicava o número de acidentes de trabalho que ocorreram em Braga: durante

⁴ s/a «Horário de trabalho», *Comércio do Minho*, 29 de junho, 1919: 2.

⁵ Neste capítulo sobre as condições de vida e trabalho do operariado, apenas apresentamos as estatísticas das greves e reclamações para melhor contextualização do tema. Para as características dessas mesmas greves e reclamações, veja-se o Capítulo 5.

⁶ Cf. s/a, «Movimento operário», *Comércio do Minho*, 17 de maio, 1913: 1-2.

⁷ Cf. s/a, «Greve», *Ecos do Minho*, 4 de agosto, 1915: 3.

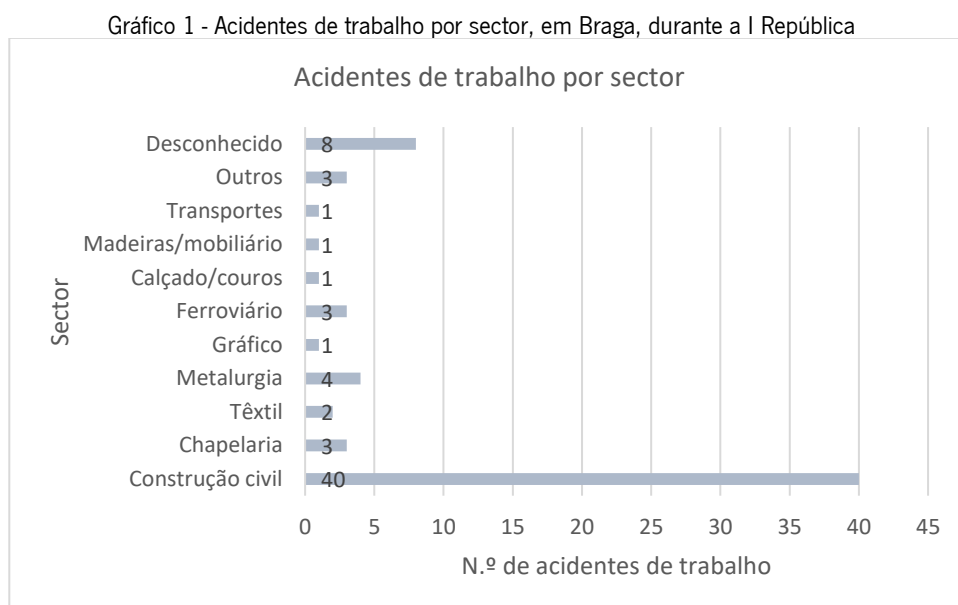
⁸ Cf. s/a, «As costureiras e o horário de trabalho», *Ecos do Minho*, 11 de janeiro, 1916.

⁹ Cf. s/a «Horário das barbearias», *Comércio do Minho*, 22 de maio, 1917: 2.

¹⁰ s/a, «Terça-feira, 27», *O Liberal*, 2 de maio, 1920: 3.

¹¹ s/a, «Braga: 6 de setembro», *A Batalha*, 9 de setembro, 1922: 3.

a I República, foram noticiados 67 acidentes de trabalho, sendo que onze deles resultaram na morte dos sinistrados¹².

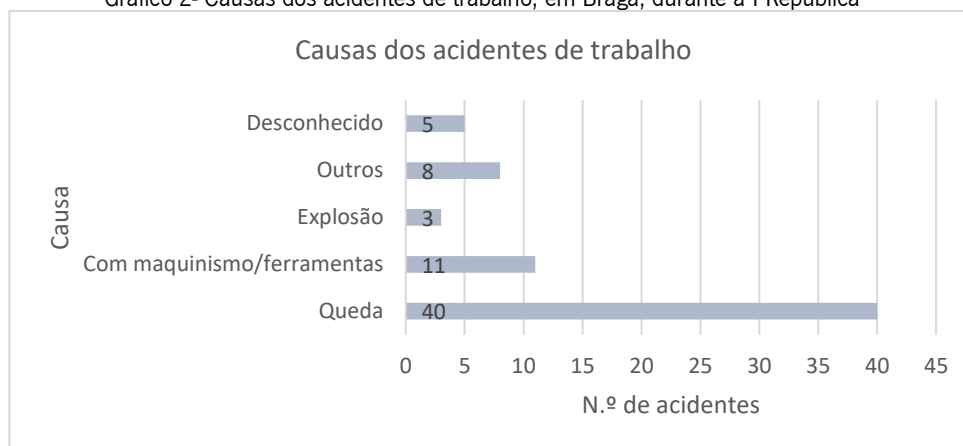


Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

A maioria dos desastres era provocada por queda – 40 acidentes aconteceram por este motivo –, seguindo-se onze acidentes provocados por falha ou incorreto manuseamento dos maquinismos ou das ferramentas, e três acidentes provocados por explosão. Regra geral, os acidentes só envolviam um trabalhador (59 casualidades), o que se explica pelo facto da sua maior parte ser causada por queda, como mostra o gráfico seguinte:

¹² Note-se que os jornais apenas noticiavam os acidentes de trabalho nos quais os sinistrados saíam feridos e os acidentes que resultavam em morte. O número de acidentes de trabalho seria, portanto, maior do que o apresentado.

Gráfico 2- Causas dos acidentes de trabalho, em Braga, durante a I República



Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e imprensa operária nacional

As quedas eram a principal causa de morte nos acidentes de trabalho: dos onze desastres que resultaram em morte, oito originaram-se com queda (sendo sete apenas na construção civil), um foi causado «pelo volante duma máquina»¹³, vitimando uma criança de nove anos, outro aconteceu na fábrica de gás, quando um operário «procedia ao tapamento de um depurador, [sendo] atingido por um forte extravasamento de gás, que o asfixiou»¹⁴, e o último foi o caso de um operário que foi «colhido por uma pedra»¹⁵. As mortes resultantes dos acidentes, mesmo não sendo frequentes, comprovam que os operários trabalhavam em condições bastante inseguras, o que justificava a sua luta por legislação que os protegesse em caso de acidentes de trabalho, como veremos mais à frente.

Do total de 67 acidentes, 40 aconteceram só na construção civil, sendo 32 provocados por queda das obras onde os operários trabalhavam. Destas quedas, como já vimos, sete resultaram em morte, como foi o caso do operário pedreiro José Fernandes, de doze anos, que «caiu do 2º andar das obras [...] sendo conduzido ao hospital de S. Marcos, onde o infeliz faleceu pouco depois de ali ter dado entrada»¹⁶. Outro caso foi o do operário João Pinto, também pedreiro que, trabalhando nas obras da igreja de Sequeira, «caiu sobre um jazigo que existe no adro, quase junto da igreja, tendo morte instantânea e ficando espetado nas lanças da grade do mesmo jazigo»¹⁷.

¹³ s/a, «Morte horrorosa», *O Radical*, 9 de dezembro, 1910: 3.

¹⁴ s/a, «Na fábrica de gás: um operário morto por asfixia», *Comércio do Minho*, 20 de junho, 1916: 3.

¹⁵ s/a, «Desastre: morte», *Comércio do Minho*, 5 de janeiro, 1915: 2.

¹⁶ s/a, «Desastre no trabalho: morte», *Comércio do Minho*, 13 de julho, 1916: 2.

¹⁷ s/a, «Desastre no trabalho: morte», *Comércio do Minho*, 10 de outubro, 1916: 3.

Outro tipo de acidente que se dava na construção civil era o deslocamento de pedras, ficando os operários com os membros esmagados, podendo o acidente resultar em morte, como já vimos acima, ou podendo ter de se recorrer à amputação, como foi o caso de João Joaquim Pereira, que foi parar ao hospital de S. Marcos «com uma perna esmagada por uma grande pedra que se deslocou na obra em que trabalhava [...]. A perna foi-lhe amputada»¹⁸.

Os acidentes causados por falha ou incorreto manuseamento dos maquinismos ou das ferramentas aconteciam aos operários que trabalhavam em fábricas ou oficinas, como foi o caso de uma operária de 14 anos que ficou «com ferimentos na cabeça resultantes de ter sido colhida por engenho de triturar linho»¹⁹ ou o caso de um operário chapeleiro que «foi colhido no trabalho, pela engrenagem de uma máquina, ficando com as mãos horrivelmente esmagadas»²⁰.

Havia acidentes provocados por maquinismos que resultaram em amputação dos membros dos trabalhadores, como foi o caso do operário António Veloso, ao qual «foi colhido o braço esquerdo [...] no momento em que adaptava uma correia ao volante do motor elétrico [sendo que] o infeliz ficou com o braço quase cortado [...] sofrendo a amputação do braço»²¹, ou ainda o caso do operário Manuel de Araújo, «empregado na fábrica de gelo do mercado municipal, [que] foi apanhado pelo volante do motor da máquina, ficando com a mão esquerda cortada pelo pulso»²².

Aconteciam ainda acidentes que, não resultando na amputação dos membros, deixavam os trabalhadores em estado grave, como o caso do operário carpinteiro Domingos Peixoto que, quando «trabalhava com uma serra mecânica [...] partiu-se-lhe o volante atingindo [...] no frontal esquerdo esfacelando-o e causando-lhe outros ferimentos graves»²³, e o caso da operária Maria Antónia Correia da Silva que, «trabalhando na fábrica de Ruães, foi colhida por uma correia, ficando muito ferida. Foi conduzida ao Hospital de S. Marcos onde se encontra[va] em estado bastante grave»²⁴.

Já os acidentes provocados por explosão não eram recorrentes, mas tinham consequências igualmente graves, apesar de nenhum ter resultado em morte. Veja-se o caso de

¹⁸ s/a, «Desastre», *Comércio do Minho*, 30 de julho, 1914: 2.

¹⁹ s/a, «Hospital de S. Marcos», *Comércio do Minho*, 5 de agosto, 1911: 2.

²⁰ s/a, «Hospital de S. Marcos», *Comércio do Minho*, 3 de fevereiro, 1912: 2.

²¹ s/a, «Desastre», *Diário do Minho*, 2 de abril, 1921: 2.

²² s/a, «Desastre: homem com uma das mãos cortada», *Comércio do Minho*, 9 de junho, 1918: 2.

²³ s/a, «Desastre no trabalho», *Diário do Minho*, 10 de setembro, 1925: 2.

²⁴ s/a, «Desastre na Fábrica de Ruães», *Diário do Minho*, 1 de abril, 1924: 2.

um desastre acontecido na fábrica de chapéus Taxa & Faria, «quando vários operários [...] procediam a experiências num motor, deu-se uma violenta explosão, de que resultou ficarem mais ou menos feridos quatro operários, um dos quais, José Ribeiro da Silva [...], foi levado para o hospital de S. Marcos bastante maltratado»²⁵, ou ainda o caso dos pedreiros «Alberto Lopes [...] e José Gomes Ferreira [...], o primeiro com as mãos e o rosto horrivelmente queimados, e o segundo também com o rosto no mesmo estado, em consequência da explosão inesperada de um tiro de pedreira, que estavam a carregar»²⁶.

Ainda temos os acidentes que não se encaixam nestas categorias, como é o caso do pedreiro João de Almeida que, quando «andava a desmontar o cume do telhado [de um prédio], este abateu com grande ruído arrastando a queda o infeliz operário, que ficou suspenso, à altura do 2º andar, entre os escombros»²⁷, sendo depois socorrido por um bombeiro que o levou ao hospital de S. Marcos; ou ainda o caso do ferroviário guarda-freio António da Silva Campelo, que «ia de pé sobre um vagão descoberto, resultando-lhe bater com a cabeça de encontro à cantaria da ponte, levando já o comboio bastante velocidade»²⁸, sendo depois o operário socorrido por colegas e levado ao hospital acima referido.

Ainda sobre as condições inseguras nas quais os operários trabalhavam, há a acrescentar um caso único, mas relevante: em 1914, o operário caiador Bento Vieira «depositou queixa na esquadra policial contra Manuel de tal, mestre caiador [...], por este o ter maltratado e ferido»²⁹, indo parar ao hospital de S. Marcos.

2.3 Salários

A questão do salário, isto é, a *questão económica*, era a principal preocupação do operariado, que «já por várias vezes [...] se tem visto forçado [...] a vir para a luta a fim de manter íntegros os salários que continuam a ser escassos para a satisfação das mais importantes exigências da vida»³⁰.

²⁵ s/a, «Desastre numa fábrica», *Comércio do Minho*, 27 de dezembro, 1913: 2.

²⁶ s/a, «Hospital de S. Marcos», *Comércio do Minho*, 23 de abril, 1914: 2.

²⁷ s/a, «Acidente no trabalho», *Ecos do Minho*, 13 de abril, 1917: 2.

²⁸ s/a, «Desastre no caminho-de-ferro», *Comércio do Minho*, 10 de julho, 1917: 2.

²⁹ s/a, «Ocorrências policiais», *Comércio do Minho*, 3 de março, 1914: 2.

³⁰ s/a, «Operários, é preciso lutar contra a criminoso baixa de salários!», *A Batalha*, 15 de outubro, 1925: 1.

E era pela luta, de facto, que essa preocupação com a *questão económica* se manifestava. Em Braga, 32 das 79 greves realizadas durante a I República incluíam nos seus motivos o aumento salarial (correspondendo à percentagem de 40,5%) e 56 das 166 reclamações foram feitas pela mesma razão (correspondendo à percentagem de 33,7%). As informações que dispomos para os salários que o operariado bracarense recebia são escassas, mas não deixam de constituir um exemplo importante para verificarmos as suas condições de vida e trabalho.

Em 1911, os ferroviários do Minho e Douro ganhavam entre 120 a 800 réis por dia, conforme a sua categoria, vendo os seus salários ligeiramente aumentados depois de uma greve³¹. Em 1915, uma reclamação dos empregados jornaleiros das águas revela que estes operários auferiam 260 réis diários³². Em 1917, os operários marceneiros ganhavam entre 100 a mais de 300 réis por dia³³. Para esse mesmo ano, o inquérito publicado no *Boletim do Trabalho Industrial* n.º 116 dá-nos uma média dos salários recebidos pelos operários do concelho de Braga dos sectores da metalurgia, da indústria química, do vestuário, do calçado, da indústria da madeira e do mobiliário, e da tipografia (ver anexo 2). Em 1918, os empregados dos Serviços Municipalizados (tração, água, luz e gás) auferiam em média 800 réis³⁴. Em 1922, os operários tamanqueiros recebiam em média 20 escudos por semana, o equivalente a cerca de 3300 réis por dia³⁵.

Os salários, mesmo que aumentados, acabavam por se tornar diminutos, o que explica as constantes reclamações de aumento salarial. Como esclarece José Pacheco Pereira, «o nível do salário do trabalhador português é baixíssimo, e se muitas vezes o salário nominal sobe, o salário real desce, na medida em que está estritamente ligado com o preço dos bens de consumo e, no caso do trabalhador português, particularmente da habitação e alimentação»³⁶.

Por outras palavras, o que explicava as constantes reclamações de aumento salarial era o facto de o salário recebido não acompanhar a carestia de vida, principalmente no período pós-guerra, como mostra a seguinte tabela:

³¹ Cf. Manuel Joaquim de Sousa, «Os ferroviários do Minho e Douro», *A Aurora*, 12 de fevereiro, 1911: 1.

³² Cf. s/a, «Câmara municipal de Braga», *Comércio do Minho*, 12 de agosto, 1915: 3.

³³ Cf. s/a, «Operários marceneiros», *Écos do Minho*, 26 de agosto, 1917: 2.

³⁴ Cf. s/a, «Tração, luz, água e gás», *Écos do Minho*, 2 de abril, 1918: 2.

³⁵ Cf. s/a, «Braga: 6 de setembro», *A Batalha*, 9 de setembro, 1922: 3.

³⁶ José Pacheco Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de novembro de 1918* ([Porto]: Portucalense Editora, 1971), 16.

Tabela 2 - Evolução dos salários e do custo de vida.

Ano	Salário (índice)	Custo de vida (índice)
1914	100	100
1915	140	111,5
1916	167	137,1
1917	225	162,3
1918	270	292,7
1919	317	316,8
1920	400	551,6
1921	750	816,7

Fonte: José Pacheco Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de novembro de 1918* ([Porto]: Portucalense Editora, 1971), 46.

Nestas circunstâncias, havia patrões que conseguiam ser generosos e aumentavam o salário dos seus operários, sem estes terem feito qualquer reclamação. É o caso dos industriais da Taxa & Faria, importante fábrica de chapéus bracarense, que em 1915 «resolveram aumentar 10 por cento aos salários de todo o seu pessoal, atendendo à carestia da vida, que assoberba a população do país. O gesto altruísta dos importantes industriais é digno de louvor e imitação»³⁷.

Apesar de esse ser um gesto de louvor, só foi noticiado mais um caso do género, desta vez de um industrial de marcenaria, cujos trabalhadores, em assembleia geral da respetiva associação de classe, iriam «agradecer [...] o aumento de salário feito aos seus operários em face da carestia de vida»³⁸.

2.4 Habitação e bairros operários

A criação, e a tentativa de criar, bairros operários com habitações com condições mínimas de higiene que os operários pudessem pagar, foi uma preocupação partilhada pelo próprio operariado e pelos governos republicanos, apesar de já existirem bairros operários construídos por iniciativa privada³⁹.

Aliás, foi a partir da República que o Estado se interessou em construir bairros operários, até porque «o regime republicano, confrontado com a crescente vaga de movimentos sociais e de greves, viu-se obrigado a contemporizar com as classes operárias, que constituíam um segmento importante da sua base social de apoio»⁴⁰. Foi com o governo sidonista, com a tensão da *questão*

³⁷ s/a, «Aumento de salários», *Comércio do Minho*, 28 de dezembro, 1915: 2.

³⁸ s/a, «Associação dos marceneiros», *Ecos do Minho*, 6 de fevereiro, 1917: 3.

³⁹ Em Braga, o Bairro Araújo Carandá e o bairro sito na Rua Bernardo Sequeira, ambos construídos durante a monarquia constitucional.

⁴⁰ Manuel C. Teixeira, «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940», *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 115 (1992): 76.

sociais, que começaram as iniciativas do Estado de construir bairros operários, a começar pela publicação do decreto n.º 4137, de 25 de abril de 1918.

Contudo, tanto as iniciativas das Câmaras como do Estado não tiveram os resultados esperados e, apesar de ter aumentado o número de bairros operários de iniciativa privada, este crescimento não acompanhou o ritmo da industrialização, pelo que os trabalhadores continuaram a viver em condições miseráveis⁴¹.

A imprensa operária denunciava esses casos de miséria. Virgílio de Sousa, articulista do jornal operário *A Comuna*, descrevia que

o proletário mora em caves profundas onde mal chega o ar, se é que ele lá chega, ou então em quintos e sextos andares onde chegam esfalfados e derreados e onde muitas vezes não têm uma cadeira confortável para descansarem um momento só que seja, e onde não existe mais do que uma ou duas divisões ou então umas três ou quatro, mas para duas e três famílias, com uma reles e malcheirosa pia dentro da casa, se é que não têm que fazer os despojos no pátio por nem pia terem em casa, ou então vai todas as manhãs uma carroça da câmara buscar-lhes os detritos que têm que guardar durante todo o dia dentro de uma tigela⁴².

Estas palavras não são exageradas. A introdução do decreto acima citado justifica a necessidade da construção de casas baratas e higiénicas para o operariado pelo facto de os operários serem compelidos «a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que as habitam»⁴³. O decreto afirmava ainda que era a falta de casas baratas que levava à

junção de duas e três famílias em verdadeiros antros, sem as menores condições de asseio ou de conforto, a instalação de muitas pessoas em pequenos cubículos, ou até mesmo num único compartimento, por vezes numa promiscuidade de sexos que destrói todas as noções da moral, e isto sem que um raio de sol ou uma lufada de ar aí entre, porque essas habitações

⁴¹ Veja-se sobre este tema, por exemplo, Oliveira Marques e Rodrigues, «A sociedade...», 211 e ss..

⁴² Virgílio de Sousa, «O burguês e o proletário», *A Comuna*, 1 de maio, 1921: 4.

⁴³ «Decreto n.º 4137», *Diário do Governo*, 25 de abril, 1918: 451.

da miséria são, em geral, subterrâneas, ou levantam-se à beira de vielas húmidas e estreitas, onde escorrem os mais nauseantes detritos⁴⁴.

Em Braga, os alvites para a construção de um bairro operário começaram a ser noticiados em 1913: em setembro desse ano, a Federação das Associações Operárias decidiu, numa reunião, pedir que a Câmara Municipal desse «a sua atenção para que não seja descurado o assunto da construção dos bairros operários»⁴⁵. Mas a Câmara só dispensaria atenção para a questão no ano seguinte.

Em julho de 1914 noticiava-se que a Câmara Municipal iria dedicar uma parte do empréstimo de 650 contos à construção de um bairro operário, junto do cemitério, sendo a construção do bairro iniciada em outubro de 1914, aquando da inauguração das novas linhas dos elétricos⁴⁶.

A Câmara tinha a intenção de tornar este bairro operário o primeiro de muitos – mas nem este primeiro chegou sequer a ser concluído. Na inauguração da construção deste bairro operário, em outubro de 1914, o presidente da Câmara,

dirigindo-se ao sr. Aurélio Rodrigues, presidente da Associação [de Classe] das Quatro Artes da Construção Civil, disse que o lançamento da primeira pedra para aquele bairro era o início da obra que em favor do operariado o município tem o mais ardente desejo de realizar. [...] À maneira que os recursos o permitam, àquele seguir-se-ão outros bairros, onde o operariado encontrará habitação módica e *relativamente cómoda e higiénica*. [...] O sr. Aurélio Rodrigues, em nome das classes operárias, proferiu algumas palavras de agradecimento, levantando um viva à câmara de Braga, a que o sr. Lopes Gonçalves correspondeu com outro ao operariado, sendo levantados vivas ao sr. Lopes Gonçalves e à República⁴⁷.

Apesar do contentamento dos operários e da Câmara Municipal, em 1916 este bairro ainda não estava concluído: foram apenas dez casas que se começaram a construir, havendo ainda o risco de as casas desmoronarem se a sua construção não fosse terminada⁴⁸.

⁴⁴ *Id.*, *ibid.*

⁴⁵ s/a «Federação das Associações operárias», *Ecos do Minho*, 18 de setembro, 1913: 3.

⁴⁶ Cf. s/a, «Casas baratas», *Comércio do Minho*, 25 de julho, 1914: 1; s/a, «Câmara municipal», *Comércio do Minho*, 25 de julho, 1914: 3; s/a, «1.º bairro de casas baratas», *Imparcial*, 24 de outubro, 1914: 2.

⁴⁷ s/a, «1.º bairro de casas baratas», *Imparcial*, 24 de outubro, 1914: 2. Itálico nosso.

⁴⁸ Cf. s/a, «Bairro operário», *Ecos do Minho*, 9 de maio. 1916: 2.

Em 1919 a situação mantinha-se. Nas comemorações do 1.º de Maio, uma das reclamações do operariado foi precisamente «que o município, no mais curto prazo de tempo, termine com o primeiro grupo de casas baratas para operários»⁴⁹. Mais tarde, em agosto, «o vereador municipal sr. Manuel Ferreira Capa foi ao Porto avistar-se com o sr. ministro do trabalho, pedindo-lhe a construção de um bairro social nesta cidade»⁵⁰. O ministro prometeu providências mas, mais uma vez, nada foi feito.

Haveria justificação para o facto? A não-conclusão do bairro operário não foi causada pela falta de verba, uma vez que a Câmara contraiu empréstimos especificamente para o efeito: um, em 1914, como já vimos acima, e outro, em 1916, no valor de 30 mil escudos⁵¹.

Em 1913, um articulista d'*A Defesa Operária* asseverava que se os burgueses vivessem nas condições em que o operariado vivia, «decerto se apressariam a procurar remédio imediato para que a edificação de casas baratas e higiénicas, fosse um facto»⁵². O mesmo articulista culpava, igualmente, os operários por esta situação:

Os operários, porém, são um bocadinho culpados, porque afeitos à pasmaceira, esperam que terceiros lhes tratem do que tanto necessitam, em vez de também procurarem com o seu esforço, contribuir quanto possível, para darem um impulsozinho a esta importantíssima questão. Se todos cumprissem com o seu dever, estavam afiliados nas suas associações de classe, iniciando uma espécie de fusão das associações para entre todos e em harmonia com os capitais, contribuir para a edificação de casas baratas. Por outro lado não lhes era difícil organizar cooperativas com o mesmo fim, incluindo cooperativas de consumo, cujos saldos apurados nas vendas, fossem obrigatoriamente destinados à construção de casas⁵³.

Todavia, o operariado movimentava-se para resolver a questão da habitação. Em setembro de 1922, os operários bracarenses promoveram uma reunião para «estudar a organização de uma sociedade por meio de ações a fim de construir em Braga casas baratas para habitação de

⁴⁹ s/a, «O 1.º de maio», *A Batalha*, 6 de maio, 1919: 3.

⁵⁰ s/a, «Bairro social», *Comércio do Minho*, 31 de agosto, 1919: 2.

⁵¹ Cf. s/a, «Bairro operário», *Ecos do Minho*, 14 de setembro, 1916: 2.

⁵² s/a, «Casas baratas», *A Defesa Operária*, 21 de dezembro, 1913: 1.

⁵³ *Id.*, *ibid.*.

famílias pobres»⁵⁴. Sabemos que, tal como a ação da Câmara Municipal, esta iniciativa operária de construir casas baratas também não viu resultados.

Quer os operários, quer as Câmaras, quer os “capitais privados” não podiam construir sem a ajuda do Estado os bairros sociais. E, apesar da publicação de vários decretos e da aparente boa vontade dos governos em ajudar, a falta de planeamento e a má administração das entidades políticas nesta questão fizeram com que os bairros operários não chegassem a ficar concluídos durante a I República⁵⁵.

2.5 Crise de trabalho

A crise económica explicava a crise de trabalho que se fazia sentir em Braga, principalmente durante e após a I Guerra. Esta crise afetava especialmente a indústria chapeleira, apesar de outros sectores também terem sofrido, como é o caso da construção civil e da alfaiataria.

Nestes casos, os industriais recorriam à diminuição de salários, à redução dos dias de trabalho ou ainda à paralisação das suas fábricas. Em 1916, os operários chapeleiros não tinham «trabalho toda a semana, e outro tanto sucede aos alfaiates»⁵⁶; na fábrica de chapéus Taxa & Faria, por exemplo, os operários trabalhavam apenas quatro dias por semana, «porque os chapéus, tendo encarecido muito, não têm tido a saída que seria para desejar»⁵⁷.

Esta conjuntura chegava a ter consequências ainda mais graves, quando os operários eram despedidos e viam-se na situação de mendigar para se conseguirem sustentar, como foi o caso dos operários chapeleiros, que circulavam pela cidade «pedindo esmola aos comerciantes, proprietários e capitalistas»⁵⁸.

A Fábrica Social Bracarense, outra fábrica de chapéus, também foi afetada por esta crise: em junho de 1916, «por motivo de falta de trabalho, andaram [...] a esmolar pela cidade uns 40 operários chapeleiros» da dita fábrica⁵⁹. Poucas semanas depois, noticiava-se que 27 operários

⁵⁴ s/a, «Construção de prédios baratos», *Diário do Minho*, 5 de setembro, 1922: 1.

⁵⁵ Cf. Oliveira Marques e Rodrigues, «A sociedade...», 213.

⁵⁶ s/a, «Crise de trabalho», *Ecos do Minho*, 27 de janeiro, 1916: 2.

⁵⁷ s/a, «Falta de trabalho», *Ecos do Minho*, 13 de maio, 1916: 2.

⁵⁸ s/a, «Falta de trabalho», *Comércio do Minho*, 15 de maio, 1916: 3.

⁵⁹ s/a, «Falta de trabalho», *Comércio do Minho*, 17 de junho, 1916: 3.

foram despedidos do trabalho naquela importante casa industrial [e] entregaram ao sr. governador civil deste distrito uma representação em que expõem verem-se obrigados a estender a mão à caridade pública para não morrerem de miséria, com suas esposas e filhos, solicitando ao mesmo tempo providências para que tão confrangedora situação seja remediada o quanto possível. S. ex^a recebeu atenciosamente os pobres operários, a quem prometeu todo o auxílio dando-lhes um donativo com que possam minorar a sua miséria⁶⁰.

A mendigagem era, de facto, uma situação que os operários tentavam evitar ao máximo e que só as circunstâncias os obrigavam a tal. Em maio de 1916, a Associação de Classe (AC) dos Operários Chapeleiros decidiu que deixassem «de andar grupos de operários a esmolar, como infelizmente se têm visto nos últimos tempos, ficando constituída uma comissão de 5 membros para angariar donativos. Os membros dessa comissão apresentará cartões passados pelo sr. governador civil»⁶¹. Mesmo com a ajuda do chefe do distrito, a situação dos operários chapeleiros não melhorou, pois passados uns dias voltaram a «esmolar pelas ruas, por ter paralisado o trabalho nas fábricas em que se empregavam»⁶².

Numerosos operários a mendigarem pelas ruas de Braga seria uma cena digna de compaixão. Um articulista dos *Ecos do Minho* admitia que «a mendicidade do operário a quem se paralisou o trabalho, é-nos mais dolorosa que nenhuma outra», apelando ao Governo para que resolvesse a crise, para que «nenhum português sofra fome»⁶³. Mas havia também quem pensasse que os operários poderiam resolver a sua situação, não se justificando o facto de pedirem esmola pelas ruas:

Claro está que não têm que fazer nas fábricas e oficinas, onde a crise de trabalho é cada vez maior, mas havendo em que empregar a sua atividade em ramos diferentes daqueles a que se dedicam, não procuram por esse modo atenuar o mal que tão profundamente os afeta e a suas famílias. [...] se fossem convidar esses operários mendigos a irem dedicar-se aos serviços agrícolas, logo se recusariam a fazê-lo. [...] Há tantos operários honestos por aí, chefes de família exemplares, que vendo-se em luta com a situação difícil que a sua classe atravessava, se foram dedicar a outros géneros de trabalho para assim angariarem o

⁶⁰ s/a, «Sem trabalho», *Ecos do Minho*, 6 de julho, 1916: 2.

⁶¹ s/a, «Crise de trabalho», *Ecos do Minho*, 16 de maio, 1916: 2.

⁶² s/a, «Falta de trabalho», *Comércio do Minho*, 23 de maio, 1916: 2.

⁶³ s/a, «Operários sem trabalho», *Ecos do Minho*, 16 de junho, 1916: 1.

indispensável à vida: esses são extremamente simpáticos, tornam-se dignos da benemerência pública, merecem que lhes dispensemos o nosso auxílio⁶⁴.

A agricultura, efetivamente, sofria com a falta de mão-de-obra, a ponto de o Ministério do Interior, em maio de 1917, recomendar aos governadores civis e aos administradores do concelho que não passassem «guias a operários para Espanha [...] visto fazerem falta no país para o serviço da agricultura»⁶⁵.

Ainda assim, soluções foram tentadas para minorar as consequências desta crise para os operários. Em 1915, a Comissão Municipal Republicana pediu à Câmara Municipal que colaborasse no seu pedido ao Governo de uma subvenção, «com o fim de socorrer os operários que lutam com a grave crise que lhes resulta da falta de trabalho e da carestia de vida»⁶⁶. Não há notícias sobre se o Governo atendeu este pedido – mas, como veremos agora, seria a nível da política local que se tentaria resolver este problema.

Em 1916, o Governador Civil reuniu-se com «numerosos cavalheiros, representando o capital, a propriedade, o comércio, a indústria, o funcionalismo e outros ramos da atividade local», com o propósito de «valer às classes proletárias, atenta a carestia de géneros e a falta de trabalho nalgumas indústrias»⁶⁷. Ficou resolvido que a comissão constituída nessa reunião nomeasse, por sua vez, comissões paroquiais e, através destas, fossem «distribuídas, aos verdadeiramente necessitados, senhas para a aquisição de géneros de subsistências»⁶⁸.

Não foram convidados representantes das classes proletárias à reunião, o que é curioso, pois eram as principais interessadas no assunto. A justificação para este facto seria, na perspetiva operária, uma falsa filantropia da parte da burguesia:

As lamentações de dó pela miséria alheia não são mais do que uma máscara de ódio e repugnância que nutrem contra a classe que luta há milhares de anos para se emancipar das garras do capitalismo opressor; [...] Nada de ilusões, quando o capitalismo vem ao encontro do trabalhador exausto não é para lhe dar energia de que careça mas para retardar a marcha que lhe aproxima o fim do seu império. [...] Quando muito, fará coro com esses

⁶⁴ Vicente Braga, «A mendicidade operária», *Comércio do Minho*, 3 de março, 1917: 1.

⁶⁵ s/a, «Saída de operários», *Comércio do Minho*, 17 de maio, 1917: 2.

⁶⁶ s/a, «Câmara municipal», *Comércio do Minho*, 12 de janeiro, 1915: 2.

⁶⁷ s/a, «Socorro às classes proletárias: reunião no governo civil», *Comércio do Minho*, 20 de maio, 1916: 3.

⁶⁸ *Id.*, *ibid.*

filantropos de exploração, e o seu nome brilhará nas colunas dos jornais como um benemérito da humanidade inscrevendo-se com cinco tostões para socorrer a miséria dos filhos dos seus explorados⁶⁹.

Sendo a sua generosidade sincera ou não, o facto é que as entidades políticas tentaram ajudar os operários que sofriam com esta crise. Apesar de, em junho de 1916, o Governador Civil ter colocado à disposição da comissão de assistência 60 mil réis provenientes do lucro da venda de açúcar⁷⁰, a comissão não atingiu os fins esperados: em dezembro do mesmo ano, alguns meses depois de ter sido constituída, a comissão «que nesta cidade cuidava dos socorros aos operários sem trabalho, principalmente chapeleiros», foi dissolvida, «porque não há facilidade de evitar que a mendicância se exerça e conseguir que todos contribuam para os trabalhadores desempregados com os donativos que subscreveram»⁷¹.

Esta comissão foi dissolvida, mas logo outra se lhe seguiu. Em 1917, a «comissão de assistência a operários pobres e sem trabalho [...] entregou [...] ao estimável industrial sr. Manuel António Rebelo, estabelecido com alfaiataria à rua de S. Marcos, o donativo de 44\$500 réis para ser distribuído por operários alfaiates pobres e sem trabalho, [...] contemplando 36 que se encontravam em mais precárias condições»⁷². O Arcebispo Primaz também se interessou pela questão e, em janeiro de 1917, constituiu-se em Braga, por sua iniciativa, uma Sopa dos Pobres, para «socorrer os indigentes e os operários sem trabalho»⁷³. Os donativos seriam, efetivamente, uma ajuda para os operários mas, sendo apenas uma solução temporária, não resolveriam por si só a crise que sofriam.

Em 1918, o Governo interessou-se pela crise de trabalho, publicando um decreto (n.º 4465, de 27 de junho de 1918) que mandava os governadores civis e administradores do concelho nomearem «comissões encarregadas de organizarem o recenseamento de todos os indivíduos que não trabalham e as causas que justifiquem a sua situação»⁷⁴. O objetivo deste decreto era de organizar a Assistência Pública, providenciando um meio de ajuda aos operários sem trabalho.

⁶⁹ Ismaelita, «A moral burguesa», *A Aurora*, 23 de abril, 1911: 1.

⁷⁰ Cf. s/a, «O açúcar: para os pobres», *Ecos do Minho*, 4 de junho, 1916: 3. Devido à falta de açúcar, o Governo enviava a cada distrito vagões desse género para ser vendido a preço acessível à população.

⁷¹ s/a, «Assistência aos operários», *Gazeta de Braga*, 31 de dezembro, 1916: 2.

⁷² s/a, «Donativo a operários alfaiates», *Ecos do Minho*, 15 de maio, 1917: 2.

⁷³ s/a, «Sopa dos Pobres», *Ecos do Minho*, 10 de janeiro, 1917: 2.

⁷⁴ s/a, «Os que não trabalham», *Comércio do Minho*, 29 de junho, 1918.

Em Braga, não sabemos a aplicabilidade que o decreto teve, até porque as tentativas de ajudar os operários desempregados eram feitas a nível local e, por vezes, privado⁷⁵.

A crise de trabalho ainda continuava em 1919. Durante o período da monarquia do Norte, o Governador Civil conferenciou com os industriais «para embora com algum sacrifício, dar trabalho seguido e efetivo aos seus operários»⁷⁶; os industriais acederam ao pedido, exceto os da chapelaria, «os quais com provas manifestas, declararam que só podiam dar trabalho aos seus operários durante dous dias por semana»⁷⁷. Mais tarde, já com a República restaurada, a Câmara Municipal «resolveu abrir [...] inscrição para todos os operários válidos sem trabalho que queiram empregar-se no serviço de limpeza da cidade»⁷⁸.

Pelo que acima ficou exposto, não podemos acusar as entidades políticas bracarenses de falta de interesse por esta questão, se não por compaixão pelos operários, pelo menos pela “estética” de acabar com a mendigagem na cidade mas, na realidade, essas medidas não tiveram os resultados desejados.

Em 1921, esta crise de trabalho continuava e um articulista do *Notícias do Norte* indignou-se com a mendigagem operária, uma vez que os operários poderiam ter evitado essa circunstância, afirmando que «desde o princípio da crise de fartura nós vínhamos recomendando muita cautela, porque o reverso tinha de dar-se, inevitavelmente, que gatassem o menos possível, que trabalhassem o máximo e fizessem economias»⁷⁹.

Mas que economias o operariado poderia fazer, se mal ganhava para se sustentar, como já vimos acima? Os operários não tinham como evitar esta crise, que ainda subsistia em 1925, continuando os operários chapeleiros a ser os principais afetados. Em janeiro desse mesmo ano, um grupo de industriais de chapelaria apela para que o Governador Civil tome providências para resolver a crise da indústria, afirmando que «as fábricas de chapéus estão a dar apenas 3 dias de trabalho por semana para depósito, e que, por falta de vendas, serão em breve obrigadas a cessar a sua laboração»; o chefe do distrito «prometeu empregar todo o seu valimento para que os

⁷⁵ Como os casos de operários que publicam anúncios na imprensa a pedir ajuda para aliviar a sua situação. Veja-se, por exemplo, s/a, «À caridade pública», *Comércio do Minho*, 3 de janeiro, 1914: 2.

⁷⁶ s/a, «Reunião de industriais», *Ecos do Minho*, 12 de fevereiro, 1919: 2.

⁷⁷ *Id.*, *ibid.*

⁷⁸ s/a, «Para os 'sem-trabalho'», *Comércio do Minho*, 16 de março, 1919: 2.

⁷⁹ João Sequeira, «Operários sem trabalho», *Notícias do Norte*, 28 de julho, 1921: 2.

centenares de operários que se empregam naquela importante indústria não tenham de estender a mão à caridade»⁸⁰.

Já vimos que as entidades políticas pouco podiam, ou queriam, fazer para resolver esta crise. Sabendo que a assistência da burguesia pouco lhes valia, os operários consideravam que a solução deste problema estaria nas suas mãos. Um articulista do jornal operário *A Batalha* admite que

A despeito da ação desenvolvida pelo proletariado, a despeito das inúmeras sessões e comícios que por todo o país se realizaram acerca da crise de trabalho, esta continua na mesma. [...] A crise, dentro do regime ferozmente capitalista em que vivemos, só poderá ser atenuada se o povo trabalhador, exercendo uma forte pressão sobre a burguesia, conseguir fazer com que a finança, o comércio e a indústria abduquem um pouco do seu egoísmo, das suas ambições, tendo mais em conta os interesses da coletividade. [...] Só a ação bem coordenada e inteligente das massas trabalhadoras pode obrigar os industriais a interessar-se pelas indústrias e não apenas pelos seus lucros, e os governos a transformar em factos as palavras que, por enquanto, não têm passado de promessas⁸¹.

Os operários bracarenses tentaram essa ação bem coordenada e inteligente. Em 1924, numa reunião convocada pela União dos Sindicatos Operários (USO) de Braga para tratar da crise de trabalho, o delegado dos operários chapeleiros admitia que «só uma forte agitação despertará o operariado e levará as entidades competentes a ter em maior conta a situação dos trabalhadores»⁸². O delegado dos fabricantes de calçado, «aludindo à redução dos salários faz uma crítica cerrada aos manejos do patronato, imputando-lhe a responsabilidade do que possa suceder, resultante da sua atitude»⁸³.

Os operários tinham, portanto, que lutar pela resolução da crise, considerada uma consequência do regime capitalista. E, como tal, para resolver a crise teria que se acabar com o capitalismo:

⁸⁰ s/a, «Indústria de chapelaria», *Diário do Minho*, 16 de janeiro, 1915: 2.

⁸¹ s/a, «A crise de trabalho», *A Batalha*, 26 de fevereiro, 1925: 1.

⁸² s/a, «Na USO de Braga: as direções dos sindicatos operários ocupam-se da crise», *A Batalha*, 17 de dezembro, 1924: 4.

⁸³ *Id.*, *ibid.*. Nessa reunião ficou resolvido organizar-se um comício de protesto contra a crise de trabalho, que não chegou a realizar-se (ou, pelo menos, não foi noticiado).

E tudo isto devido à perversidade do regime capitalista, que faz crescer ininterruptamente a onda dos sem-trabalho. O patronato fazendo paralisar um dia e outro dia os diversos ramos da atividade industrial e comercial, lança à rua novas vítimas. [...] A onda dos sem-trabalho cresce, mas é preciso que ela cresça e tome a necessária consciência revolucionária, a fim de pôr termo aos angustiosos tormentos que o regime capitalista impõe aos que trabalham⁸⁴.

2.6 Emigração

A emigração, para muitos operários, foi a solução possível para minorar as consequências da crise de trabalho. Os operários bracarenses emigraram principalmente entre 1916 e 1918, para Inglaterra e França, em consequência da falta de mão-de-obra naqueles países por causa da I Guerra. Eram os Governos inglês e francês, aliás, que solicitavam ao Governo português o envio de operários para aqueles países⁸⁵.

Em 1916, estavam a ser recrutados para Inglaterra «uma grande quantidade de serradores ou carpinteiros serradores, para derrubarem árvores nas matas britânicas, sendo fornecido a esses homens passaporte, caminho-de-ferro até Lisboa, viagem por vapor e casa para habitação, tudo grátis, gastando apenas os interessados uma pequena importância na preparação dos seus papéis», como salário, poderiam «ganhar por semana e por empreitada 2 libras (ouro) ou mais»⁸⁶.

Para França, para trabalharem no fabrico de munições, as condições eram quase idênticas: os operários não arcavam com as despesas e o salário seria «aproximadamente de 1\$600 [réis] por dia»⁸⁷. O Governo português concedia licenças para os operários poderem trabalhar em França, promulgando uma lei (portaria 807 de 28 de outubro de 1916) que «regulou essas permissões e estabeleceu um curador para os trabalhadores»⁸⁸, para lhes dar assistência ou orientação conforme necessário.

⁸⁴ s/a, «Os sem-trabalho», *A Internacional*, 10 de janeiro, 1925: 2.

⁸⁵ Cf. s/a, «Operários para França», *Ecos do Minho*, 4 de fevereiro, 1917: 3; s/a, «Operários para Inglaterra», *Ecos do Minho*, 13 de abril, 1917: 3.

⁸⁶ s/a, «Serradores para Inglaterra», *Ecos do Minho*, 12 de maio, 1916: 3.

⁸⁷ s/a, «Operários e trabalhadores para a França», *Ecos do Minho*, 10 de janeiro, 1917: 2.

⁸⁸ s/a, «Operários portugueses em França», *Ecos do Minho*, 18 de janeiro, 1917: 1.

Apesar de serem contratados para o fabrico de munições, o Governo francês poderia mudar os operários para outras fábricas ou para outros serviços, conforme a necessidade de fabrico ou a competência do operário⁸⁹. Mesmo assim, as condições eram atrativas:

Antes da partida será entregue a cada homem 1\$20 para o seu sustento durante a viagem e dois maços de cigarros. Ao chegarem a França receberá mais cada operário ou trabalhador 5\$500 e no fim de 6 meses, prazo por que cada homem vai alistado, receberá mais cada homem 25 francos, como prémio de estar 6 meses, e mais 125 francos para a sua vinda para Portugal, *querendo vir* e se não, pode justar-se novamente na mesma fábrica ou noutra onde ganhe mais, recebendo sempre em qualquer caso 150 francos. A diária por que vão alistados é de 5 a 6 francos que, no câmbio atual em Portugal, representa réis 1\$600. A casa e cama é grátis e a comida será fornecida por cooperativas e por preços módicos [...]. Os operários portugueses são também equiparados aos franceses, tanto em incidentes de trabalho, como em ordenados⁹⁰.

Com estas condições vantajosas, foi grande número de operários que, em fevereiro de 1917, se inscreveu para trabalhar no estrangeiro. Em Braga, «foi cerca de 500 o número de operários que [...] se inscreveram para ir trabalhar em França»⁹¹. Destes 500, as notícias confirmam que foram 253 os operários que seguiram viagem para aquele país⁹², seguindo-se mais operários em março do mesmo ano⁹³.

O recrutamento era feito através da Agência Moreira, agência de emigração, onde depois os operários eram inspecionados por um delegado do Governo francês e por médicos⁹⁴. Passando na inspeção, o Governo português teria de autorizar a saída dos operários para o estrangeiro, autorização que era enviada ao Governo Civil⁹⁵.

Para trabalhar na Inglaterra, o processo era o mesmo: inscrição na Agência Moreira, inspeções feitas por um delegado do Governo e inglês e por médicos e, supomos, autorização do

⁸⁹ Cf. s/a, «Operários para França», *Ecos do Minho*, 20 de janeiro, 1917: 1.

⁹⁰ s/a, «Operários para França», *Ecos do Minho*, 21 de fevereiro, 1917: 2. Itálico no original. Segundo a portaria 807, de 28 de outubro de 1916, os operários receberiam 5 escudos de prémio, e não 5\$500, ao chegarem a França. A mesma portaria não refere o salário que os operários iriam auferir nem faz referência aos 125 francos que os operários receberiam para o seu regresso a Portugal.

⁹¹ s/a, «Operários para França», *Comércio do Minho*, 6 de fevereiro, 1917: 2.

⁹² Cf. s/a, «Operários para França», *Comércio do Minho*, 22 de fevereiro, 1917: 2.

⁹³ Cf. s/a, «Operários para França», *Ecos do Minho*, 18 de março, 1917: 2.

⁹⁴ Cf. s/a, «Operários para França», *Ecos do Minho*, 4 de fevereiro, 1917: 3.

⁹⁵ Cf. s/a, «Operários para França», *Ecos do Minho*, 10 de fevereiro, 1917: 3.

Governo português para partirem para o estrangeiro. Para aquele país, seguiram, em março e abril de 1917, cerca 250 operários serradores⁹⁶.

O número de operários bracarenses que emigravam ia aumentando constantemente, pois «a crise do trabalho que assoberba o operariado, e a miserável retribuição do trabalho em face das circunstâncias atuais, obriga-os a procurar desafogo à vida longe da Pátria e dos seus»⁹⁷.

Os trabalhadores, portanto, esperavam encontrar esse desafogo no estrangeiro. O *Ecos do Minho* publicou um testemunho de um operário da região do Minho, que escrevia que em Inglaterra «há fartura de tudo e mais barato que aí [em Portugal]»⁹⁸. De um operário que foi para França, o mesmo jornal publicou o seguinte testemunho:

O meu trabalho aqui não pode ser melhor pois tenho dias em que só trabalho três horas pois ocasiões há em que pego às 7 horas e largo às 9 e depois só começo à 1 hora até às 2 e não torno a trabalhar mais; agora vou trabalhar de noite são dia 1/2, eu estou em terra de ganhar dinheiro porque não se pode beber tanto. Eu o que me admira é uma nação que anda em guerra e comer-se como se come e barato isto tudo do melhor⁹⁹.

Mas nem todos os operários se adaptavam ao novo trabalho ou ao novo país. Uma notícia publicada no *Liberál* e citada pelos *Ecos do Minho* afirmava que

contratados para o fabrico de munições, os operários portugueses têm sido empregados na construção de casas, descarga de vagões, etc... Os artigos de contrato não são cumpridos, e ainda não lhes apareceu o curador que lhes disseram terem em França. Se algum recusa o trabalho por ser pesado (tendo sido contratado para outro) é entregue às autoridades militares¹⁰⁰.

Todavia, essa notícia foi desmentida – ou, melhor, justificada. O *Ecos do Minho* admitia que aquilo se passava, mas por culpa dos próprios operários, que se alistaram sem terem as

⁹⁶ Cf. s/a, «Serradores para Inglaterra», *Ecos do Minho*, 17 de abril, 1917: 2. Não há notícias que afirmem que seria necessária a autorização do governo para os operários partirem para Inglaterra, mas cremos que o processo seria o mesmo, até pela similaridade dos restantes passos.

⁹⁷ s/a, «Para a Inglaterra», *Ecos do Minho*, 9 de agosto, 1917: 2. A imprensa nem sempre chegava a dar esses números, dizendo apenas que um «grande número» ou «algumas dezenas» de operários partiam para o estrangeiro.

⁹⁸ s/a, «Operários para Inglaterra», *Ecos do Minho*, 18 de novembro, 1917: 2.

⁹⁹ s/a, «Operários para França», *Ecos do Minho*, 20 de janeiro, 1917: 1.

¹⁰⁰ s/a, «Operários portugueses em França», *Ecos do Minho*, 18 de janeiro, 1917: 1.

aptidões requeridas para a realização do novo trabalho, considerando o contrato de trabalho em França «uma empresa séria e muito favorável aos operários portugueses que possuem verdadeira competência técnica. Os que se alistaram sem competência, e sem hábito de trabalhos manuais é que podem estar descontentes, mas queixem-se de si próprios, que são os únicos culpados»¹⁰¹.

Parece-nos provável que, devido às condições atrativas do contrato de trabalho, vários operários sem as capacidades necessárias se inscrevessem para trabalhar no estrangeiro; contudo, não nos parece plausível que esses mesmos operários passassem nas inspeções que eram feitas pelos médicos e pelos delegados do Governo francês. O que acontecia, supomos, era que alguns operários não se adaptavam ao seu novo trabalho.

Para alguns operários a vida não era fácil no estrangeiro, para outros a vida tornou-se ainda mais difícil enquanto não partiam para os outros países. Em abril de 1917, um grupo de operários apelou ao Governador Civil, «pedindo a sua proteção, em consequência de terem sido despedidos das casas onde trabalhavam logo que se divulgou o seu propósito de emigrar»¹⁰². Foi a única notícia que encontramos sobre o assunto, mas é possível que acontecessem mais casos deste género.

Ainda assim, os operários bracarenses continuavam a tentar a sua sorte no estrangeiro. Em fevereiro de 1920, o presidente da Câmara Municipal «telegrafou ao sr. presidente do Ministério pedindo providências contra a crescente emigração de operários. O aumento da emigração resulta das dificuldades, também crescentes, que os operários encontram, para viver, dentro do país. Enquanto essas dificuldades não forem remediadas, não há providências possíveis»¹⁰³.

A crise de trabalho era, de facto, o principal motivo pelo qual os operários emigravam. Em 1925, um articulista do jornal *A Batalha*, ao comentar o facto de o ministro da Agricultura ter dito que não se conseguiria resolver a crise de trabalho sem recorrer à emigração, reconhecia que a

emigração poderia porventura, pela redução dos desempregados que cá ficavam, ser um excelente expediente para o governo; mas em que situação ficariam os emigrados? [...] A emigração é um recurso extremo, desesperado. Lembrá-lo é mostrar que se não tem nenhum expediente para resolver o problema. Trabalho é que é necessário. O nosso desejo é que de

¹⁰¹ s/a, «Operários para França», *Ecoss do Minho*, 20 de janeiro, 1917: 1.

¹⁰² s/a, «Operários para França», *Comércio do Minho*, 21 de abril, 1917: 2.

¹⁰³ s/a, «Emigração», *Comércio do Minho*, 8 de fevereiro, 1920: 2.

forma nenhuma se repitam espetáculos como o dos cortejos de desempregados, que representa uma humilhação não apenas para o operariado como para a própria espécie humana. [...] Mas a desculpa de que a falta de emigração é que é o mal e deixar como único recurso aos desempregados o peditório nas ruas é o que há de mais lamentável como processo de remediar a atual situação¹⁰⁴.

Mesmo sendo um recurso radical, a emigração certamente seria melhor do que a situação degradante de mendigar nas ruas.

Em suma, a promessa de melhores condições de vida foi uma das razões que levou os operários a apoiarem a implantação da República mas, como vimos, as promessas não foram cumpridas nem as condições do operariado foram melhoradas.

Os operários bracarenses, como os operários do resto do país, trabalhavam 10 a 12 horas por dia, se não mais, não vendo cumprida a legislação sobre horário de trabalho apesar das suas reivindicações. Quanto ao salário, a principal questão que movimentava o operariado, ficava quase sempre aquém do custo de vida, mal conseguindo os operários se sustentar.

Os acidentes de trabalho, provocados na sua maioria por queda, explosão ou por falha ou incorreto manuseamento dos maquinismos, agravam as condições de trabalho dos operários, que laboravam em fábricas insalubres e inseguras.

No que toca à habitação, moravam na mesma casa várias famílias operárias, sem as mínimas condições de higiene. Assim, era importante a construção de bairros operários que, apesar da legislação nesse sentido, das iniciativas da Câmara Municipal e da movimentação do operariado, não chegaram a ser construídos em Braga durante a I República.

A situação dos operários era agravada pela crise de trabalho, que afetava sobretudo a indústria chapeleira, levando os operários a mendigar pelas ruas de Braga e fazendo com que as autoridades acionassem os meios de assistência pública. Todavia, a assistência era apenas um paliativo, não resolvendo o problema que era de cariz económico. Neste sentido, os operários recorriam à emigração, possibilitada pelo facto de que, durante a I Guerra, Inglaterra e França estarem com falta de mão-de-obra.

¹⁰⁴ s/a, «O desemprego e a emigração», *A Batalha*, 8 de janeiro, 1925: 1.

As condições de vida e trabalho do operariado só melhorariam se se resolvesse a crise económica – o que não se verificou. Assim, seria normal que os operários vissem na revolução social a única solução para o problema económico.

Se é certo que durante a I República foi promulgada uma importante legislação laboral, não é menos certo que a maior parte dessa legislação, como afirmava um correspondente do jornal *A Batalha*, teve o destino de «dormir o sono dos justos nos caixotins da Imprensa Nacional»¹.

Os direitos dos trabalhadores foram consagrados na lei mas, como veremos agora, não passaram do papel, quer por falta de fiscalização, quer por pressão das associações patronais. Quanto aos operários, estes faziam pressão junto do Governo e do patronato para verem os seus direitos cumpridos, mas sem grandes resultados.

3.1 O “decreto-burla”

O decreto-lei de 6 de dezembro de 1910, que regulamentou o direito à greve, foi talvez o que mais causou indignação à classe operária, fazendo com que a República merecesse o descrédito do operariado. Foi a partir deste decreto que os operários perceberam que, tal como outro regime, a República não contribuiria para a sua causa.

Reconhecendo o direito de os operários fazerem greve (com exceção dos funcionários públicos), direito que não foi consagrado durante a monarquia, este decreto reconhecia igualmente aos patrões o direito de fazerem *lock-out*. O decreto exigia ao mesmo tempo o aviso prévio da cessação do trabalho nos serviços de interesse público, com uma antecedência de 8 ou 12 dias².

Estas disposições, permitindo o *lock-out* e retirando o elemento surpresa das greves, fortaleceriam as vantagens dos patrões em relação aos operários grevistas, que ficariam com as suas capacidades de resistência diminuídas. Demais, o artigo que permite o *lock-out* coloca num mesmo patamar os direitos dos trabalhadores e dos patrões, o «que chocou os sentimentos e as aspirações emancipatórias que muitos operários depositariam nas novíssimas instituições republicanas»³.

A revolta que o decreto causou nos trabalhadores está patente na imprensa operária. A. de Brito, articulista d’ *A Aurora*, afirmava que

¹ S/a, «Braga, 10: é preciso organizarmo-nos. As 8 horas de trabalho», *A Batalha*, 15 de junho, 1920: 3.

² 8 dias para as greves nos transportes, 12 dias para as greves nos serviços de eletricidade, água e serviços de saúde.

³ João Freire, «A República e o movimento operário», em *A Primeira República portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*, org. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Lisboa: Edições Colibri, 2000), 80.

se por um lado, querer regulamentar um meio de que o operário lança mão para fazer valer os seus legítimos direitos é um absurdo, por outro lado pretender-se esmagar a consciência límpida e transparente das reivindicações, é uma verdadeira infâmia. Os operários, quando se declaram em greve, é porque alguns motivos têm para isso. Greves sem motivo é que nunca houve. Toda a gente o sabe. Por que razão, pois, entendeu o governo que havia de regulamentar o uso de um direito aos que trabalham⁴?

A resposta a esta pergunta parece ser o aumento do número de greves depois da proclamação da República, que o Governo gostaria de conter⁵. A própria imprensa dá-nos essa mesma justificação. Um representante do movimento social católico afirmava que «o direito à greve: resulta, como corolário da liberdade de trabalho. A lei que reconhece o direito de associação, tem de admitir o direito de greve que é apenas uma das suas formas. Mas é evidente que não poderemos reconhecer o uso ilimitado desse direito»⁶.

Não se poderia reconhecer o uso ilimitado da greve porque «a vida do país não podia estar à mercê dos caprichos ou das ambições de quem quer que se lembrasse de, justa ou injustamente, fazer reclamações; que a paz da sociedade é uma coisa que interessa a um número bem maior do que determinado número de indivíduos, etc.»⁷.

A própria Federação Geral do Trabalho, organização das associações operárias portuenses, aconselhava o operariado a não declarar greves, pois causariam embaraços à consolidação da República⁸. Nesta perspetiva, portanto, as greves estariam a prejudicar o estabelecimento do novo regime, pelo que os operários teriam de moderar o seu uso.

Em resumo, o Governo regulamentou o uso da greve para tentar manter a ordem pública. Contudo, o que o decreto trouxe foi apenas o protesto da classe operária, já que as greves, o seu principal meio de luta, continuaram a ser feitas.

Não foi somente a classe operária a contestar o decreto, pois na imprensa generalista também apareciam artigos a duvidar da utilidade da regulamentação das greves. Um articulista do *Comércio do Minho* questionava precisamente essa regulamentação:

⁴ A. de Brito, «A regulamentação das greves», *A Aurora*, 25 de dezembro, 1910: 1.

⁵ Cf. David de Carvalho, *Os sindicatos operários e a República burguesa (1910-1926)* (Lisboa: Seara Nova, 1977), 60 e ss..

⁶ Pinheiro Torres cit. por José Martins, «A greve legal», *O Grito do Povo*, 3 de dezembro, 1910: 1.

⁷ s/a, «Assuntos sociais: regulamento das greves», *Pátria Nova*, 15 de dezembro, 1910: 3.

⁸ Cf. s/a, «As greves», *A Luz do Operário*, 11 de dezembro, 1910: 1.

Agora aparece mais uma lei que não pode merecer o nosso inteiro aplauso: é o da regulamentação do direito à greve. Criam-se ali privilégios e exceções que não existiam, e que não estão conformes com um regime de liberdade e igualdade. [...] Ou é justo acautelarmos os serviços contra as surpresas de uma greve imediata, ou não é; se é, deve ser para todos; se não é, não deve ser para ninguém. [...] Parece-nos que esta lei terá o mesmo sucesso da do inquilinato, não agradando ninguém⁹.

Por o decreto não agradar a ninguém, não teve a aplicabilidade que deveria ter, uma vez que os operários continuaram a fazer as greves como antes, ou seja, sem ter em conta as disposições presentes nessa regulamentação. O jornal *O Sindicalista* descrevia que

continuam os protestos do proletariado contra o reacionário decreto do sr. ministro do fomento, diploma que já agora há de passar à posterioridade com a designação, bem merecida, de *decreto-burla*. [...] Em boa verdade, e sem querermos tirar aos protestos já formulados pelo operariado o seu devido valor, devemos acentuar que o melhor e mais profícuo protesto do proletariado estará no facto de este continuar a proceder, quando a imperiosidade das circunstâncias a isso o leve, da mesma maneira como procedia antes do parto do decreto-burla, isto é, **sem se preocupar com a existência de tal coisa**¹⁰.

Em Braga, o operariado não deixava de fazer os seus protestos formais contra o decreto. Relatava o jornal *O Sindicalista* que, numa das reuniões das classes operárias, foi apresentada pelo delegado da Liga das Artes Gráficas, Augusto Caldas, uma moção de protesto contra o “decreto-burla”. A moção foi aprovada por todos os delegados presentes, representantes da construção civil, dos fabricantes de calçado, dos operários chapeleiros, dos cocheiros, dos empregados de cafés e restaurantes, e das artes gráficas¹¹.

Ao apresentar a moção, Augusto Caldas terminou «por fazer votos por que o operariado se organize nos seus sindicatos, que devem constituir a única esperança e única certeza da vitória

⁹ s/a, «Direito à greve», *Comércio do Minho*, 10 de dezembro, 1910: 1.

¹⁰ s/a, «Contra o decreto-burla», *O Sindicalista*, 1 de janeiro, 1911: 1. Itálico e negrito no original.

¹¹ Cf. s/a, «Em Braga», *O Sindicalista*, 8 de janeiro, 1911: 2. Nesta reunião estavam presentes delegados de seis associações de classe, num total de dez associações existentes em Braga em 1911. Poderemos afirmar, portanto, que a maioria da classe operária protestou contra o “decreto-burla”.

na luta de classes»¹². Ainda sobre este tema falaram outros delegados, provando que os operários bracarenses não tinham intenção de ficar à espera de leis para fazer valer os seus direitos – como, aliás, não esperariam os operários do resto do país.

3.2 A lei dos acidentes de trabalho

A lei dos acidentes de trabalho, promulgada em julho de 1913, começou a ser discutida no Parlamento em novembro de 1911, de modo a fazer as alterações necessárias à legislação existente no tempo da monarquia constitucional.

Esta era uma lei que merecia ser discutida porque, nas palavras do deputado Caldeira Queiroz,

representa uma parte mínima daquilo que o proletariado português legitimamente reivindica. É necessário que o povo, que tantos sacrifícios fez pela República, tire dela algum proveito; veja efetivadas algumas das promessas que lhe foram feitas no tempo da propaganda; veja realizadas algumas das legítimas esperanças que na República depositava; é preciso que o povo não seja excluído dos benefícios revolucionários¹³.

Este «benefício revolucionário» em particular levou quase dois anos a ser concedido, pois a discussão parlamentar do projeto de lei dos acidentes de trabalho andou à volta da questão de saber se o Estado tinha ou não tinha verba para levar adiante o projeto. Sobre este assunto, um articulista d'*A Defesa Operária* comentava que «gritam certos pândegos engravatados, e que aconselhavam o povo a que tenha paciência, que saiba esperar, pois o cofre do Estado não tem uma de X. Mas o que tais cavalheiros não aconselham é que o governo corte à *alta* mandria»¹⁴. A questão financeira seria sempre um entrave à promulgação de leis de carácter social e, neste sentido, os operários continuariam com as suas reivindicações.

Em Braga, logo em novembro de 1910, «reuniram-se em assembleia magna numerosos representantes de associações bracarenses, a fim de se assentarem as bases de uma reclamação

¹² *Id.*, *ibid.*.

¹³ Caldeira Queiroz, cit. por Maria Máxima Vaz, «Reformas sociais da 1.ª República» (tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012), 68.

¹⁴ s/a, «A lei dos acidentes de trabalho», *A Defesa Operária*, 17 de dezembro, 1911: 1. Itálico no original.

ao governo para que sejam postas em prática as pretensões operárias»¹⁵, entre elas, a lei dos acidentes de trabalho.

As reivindicações do operariado bracarense continuariam depois de promulgada a lei n.º 83, de julho de 1913, nomeadamente pela falta de cumprimento da mesma da parte do patronato. Em outubro de 1913, a AC dos Operários Pedreiros reclamou ao ministro do Fomento para que fosse «posto em vigor o regulamento da lei sobre acidentes de trabalho»¹⁶.

Mesmo com o primeiro regulamento promulgado, em outubro de 1913, o patronato continuava a não cumprir a lei. Em novembro desse mesmo ano, os industriais bracarenses da construção civil resolveram interromper as obras, deixando os seus operários sem trabalho, como forma de protesto por o Governo não ter adiado o prazo para a execução da lei, nomeadamente para «a instalação da caixa das pensões determinadas pela lei dos acidentes de trabalho»¹⁷.

Em consequência, os operários protestaram ao ministro do Fomento, pedindo que a lei continuasse a vigorar. Os industriais decidiram restabelecer o trabalho e, como solução ao problema da execução da lei, «resolveram criar [entre si] a caixa de socorros mútuos, a fim de fazerem face aos encargos que a lei lhes impõe para com os operários prejudicados ou inutilizados no trabalho»¹⁸. Esta caixa funcionaria como as associações de socorros mútuos: cada industrial contribuiria com uma quantia à caixa para, quando tivesse de pagar as indemnizações e despesas clínicas dos seus operários sinistrados durante o trabalho, o encargo não ser demasiadamente grande. A comissão delegada do Grémio dos Industriais Bracarenses tentou angariar sócios em todo o distrito de Braga, não havendo registos do sucesso ou insucesso da sua iniciativa¹⁹.

Em 1920, ainda continuava o incumprimento à lei dos acidentes de trabalho. Relatava o *Comércio do Minho* que dois fiscais dessa lei, um de Braga e outro do Porto, andaram «em serviço de fiscalização da referida lei, que nos informaram estar em vigor, não lhe tendo, porém, dado cumprimento grande número de industriais»²⁰.

Os industriais eram relutantes em cumprir a lei porque caíam sobre si todos os encargos em caso de acidente de trabalho. Mas os industriais não só não cumpriam a lei como, alegadamente, subornavam o Tribunal dos Acidentes de Trabalho para ganhar os casos. Em

¹⁵ s/a, «Reunião de operários», *Comércio do Minho*, 26 de novembro de 1910: 3.

¹⁶ s/a, «Acidentes no trabalho», *Comércio do Minho*, 21 de outubro, 1913: 2.

¹⁷ s/a, «A lei dos acidentes de trabalho: obras paralisadas», *Ecos do Minho*, 20 de novembro, 1913: 3.

¹⁸ s/a, «A lei dos acidentes de trabalho: restabelece-se a normalidade», *Ecos do Minho*, 23 de novembro, 1913: 3.

¹⁹ Cf. s/a, «Caixa de pensões para operários», *Ecos do Minho*, 27 de novembro, 1913: 4.

²⁰ s/a, «Lei dos desastres no trabalho», *Comércio do Minho*, 1 de agosto, 1920: 2.

agosto de 1920, o correspondente do jornal *A Batalha* questionava «quem seriam os vogais da Junta Operária do Tribunal dos Acidentes de Trabalho [em Braga] que fizeram *fajardice* de receber 90\$00 se certo patrão vencesse um pleito que tinha naquele tribunal, o que de facto aconteceu»²¹?

Não sabemos se este caso foi ou não único, mas é indicador do mau funcionamento do Tribunal dos Acidentes de Trabalho que, em 1919, iniciou a sua atividade em Braga²². Em 1926, este Tribunal encontrava-se sem juiz presidente há quase um ano, pelo que os organismos operários bracarenses tiveram de «representar ao governo, expondo o que se passa aqui e para que pelo Ministério do Interior se providencie desde já para se não alongar mais o martírio dos que sofrem com semelhante esquecimento do Estado»²³.

Os operários, de facto, pareciam ser esquecidos pelo Governo, que promulgava as leis mas, por ausência de meios ou falta de vontade política, não as fazia cumprir. Só sobre os acidentes de trabalho foram promulgados quatro regulamentos para além da lei n.º 83 de julho de 1913, comprovando que a lei e os respetivos regulamentos não eram observados²⁴.

Quanto ao operariado bracarense, surpreende-nos o facto de não se ter mobilizado para fazer cumprir esta lei, salvo as exceções que referimos acima. A falta de organização não será justificação para o facto, até porque os operários bracarenses movimentavam-se para tentar fazer cumprir outras leis, como o caso da lei do descanso semanal e da lei do horário de trabalho. A justificação, assim, reside na falta de interesse pela questão – falta de interesse de que os operários bracarenses eram constantemente acusados não só pelos correspondentes do jornal *A Batalha* mas também pelos delegados da CGT.

3.3 A lei dos seguros sociais obrigatórios

A lei dos seguros sociais obrigatórios apenas foi promulgada em maio de 1919, mas já em 1911 tinha sido apresentado na Assembleia Constituinte um projeto de lei sobre os seguros sociais, da autoria de Fernão Botto Machado, deputado que «veio à tribuna defender um sistema geral de seguros e apresentou uma proposta de lei que, em nome da revolução social e de uma

²¹ s/a, «Braga: 15 de agosto», *A Batalha*, 20 de agosto, 1922: 3. Itálico no original.

²² Cf. Oliveira Marques e Rodrigues, «A sociedade...», 210 e ss.. Contudo, as notícias sobre o funcionamento deste Tribunal só começaram a aparecer em maio de 1921: veja-se, por exemplo, s/a, «Desastres no trabalho», *Diário do Minho*, 21 de maio, 1921: 2.

²³ s/a, «Desastres no trabalho», *Diário do Minho*, 22 de janeiro, 1926: 2.

²⁴ Os regulamentos promulgados são os seguintes: decreto n.º 183, de 24 de outubro de 1913, decreto n.º 938, de 3 de outubro de 1914, decreto n.º 1984, de 21 de outubro de 1915 e decreto n.º 4288, de 22 de maio de 1918.

república que proporcionasse a todos oportunidades iguais, abrangia, além dos acidentes de trabalho, também a doença, a velhice e o desemprego»²⁵.

Este projeto de lei caiu no esquecimento, mais uma vez com a justificação de que o Estado não tinha condições económicas para promulgar e fazer cumprir uma lei social, neste caso a dos seguros sociais obrigatórios. Um articulista do jornal operário *A Defesa Operária* reconhecia que

pouca ou nenhuma esperança temos em que as iniciativas que possam beneficiar os trabalhadores frutifiquem. As condições financeiras herdadas da monarquia foram péssimas; e sendo o auxílio de que essas classes necessitam causador de nova despesa aos cofres do Estado, não contamos ver na legislação do país, para serem executados, esses princípios com que hoje lá fora se estão beneficiando os nossos irmãos de trabalho²⁶.

Só anos mais tarde, em 1919, é que a iniciativa dos seguros sociais obrigatórios deu frutos, reconhecendo-se que «o seguro social obrigatório na doença é uma das mais brilhantes conquistas do direito moderno, como medida de eficaz proteção às classes menos protegidas da fortuna e que dão o seu valioso concurso profissional para o desenvolvimento de todas as fontes de riqueza»²⁷.

Os seguros sociais obrigatórios revestiam uma certa importância, uma vez que abrangiam todos os trabalhadores, ao contrário do que acontecia com a mutualidade livre, que apenas ajudava os operários sócios da associação. A mutualidade, portanto, não cobria toda a população, sendo que em Braga a densidade de população mutualista era de 34 em 1000 habitantes, um número muito baixo se o compararmos com Lisboa (271 por 1000) e Porto (244 por 1000)²⁸.

Os seguros sociais cobriam os casos de doença, de acidentes de trabalho e de invalidez e velhice, constituindo «a única solução encontrada para a proteção e alívio das dores nas horas de infortúnio das populações mais expostas pelo trabalho, privações e fadigas constantes ao risco da doença»²⁹.

²⁵ Miriam Halpern Pereira, *Do estado liberal ao estado-providência: um século em Portugal* (Bauru: Edusc, 2012), 254.

²⁶ s/a, «Um projeto de lei», *A Defesa Operária*, 13 de agosto, 1911: 2.

²⁷ «Decreto n.º 5636», *Diário do Governo*, 10 de maio, 1919 (8.º suplemento): 1025.

²⁸ Cf. *id.*, *ibid.*

²⁹ *Id.*, *ibid.*: 1027. Note-se que a instituição dos seguros sociais obrigatórios não impedia que os trabalhadores continuassem a ser sócios das associações mutualistas.

Esta solução única não era cumprida com rigor. Revelava o *Diário do Minho* que, em 1921, «o Tribunal de Desastres no Trabalho neste distrito [de Braga], principiou a levantar autos de transgressão contra os patrões e empregados que não deram ainda cumprimento à lei do Seguro Social Obrigatório contra os desastres no trabalho, e continuará a levantar autos todos os dias até que todos estejam ao abrigo da referida lei»³⁰. Num só dia, foram 13 os autos levantados contra os patrões que não cumpriam o estipulado pela lei³¹.

Já é sabido que o Estado não tinha os meios, ou ainda a vontade, para fazer cumprir a lei, portanto os operários teriam que lutar para vê-la cumprida – e, mais uma vez, o operariado bracarense mostrou-se desinteressado pela questão. Embora não seja possível identificar com clareza as causas desse desinteresse, o mesmo poderia ser causado pelo facto de os operários não acreditarem na eficácia da lei.

3.4 A lei do descanso semanal

O descanso semanal, durante a I República, foi regulamentado com a promulgação do decreto-lei de 9 janeiro de 1911, reconhecendo o Governo que «todas as razões fisiológicas, morais e sociais aconselham como providência instante e inadiável regularizar o descanso das diversas classes sociais que se afadigam e extenuam num labor diário constante de muitas horas»³².

Já reconhecido durante a monarquia, com o decreto-lei de 3 de agosto de 1907, mas não cumprido pelo patronato, o descanso semanal era, portanto, uma questão urgente a ser tratada, pois o descanso dos operários dependia da boa vontade dos patrões.

Em Braga, o descanso dominical foi concedido em 1898 aos empregados do comércio – não sendo, contudo, cumprido pelos patrões³³. O decreto-lei de 9 de janeiro de 1911 teve, neste sentido, uma grande importância e movimentou bastante o operariado de Braga, numa causa dirigida pelos empregados do comércio.

³⁰ s/a, «Seguros sociais obrigatórios», *Diário do Minho*, 18 de agosto, 1921: 2.

³¹ Cf. s/a, «Desastres no trabalho», *Diário do Minho*, 19 de agosto, 1921: 2.

³² «Ministério do Interior», *Diário do Governo*, 10 de janeiro, 1911: 97. Esta regulamentação foi depois substituída pelo decreto-lei de 8 de março de 1911, mais pormenorizado.

³³ Cf. Amadeu José Campos de Sousa, *Braga do entardecer da Monarquia ao tempo da 1.ª República (1890-1926)* (Braga: Casa do Professor, 2004), 145 e ss..

As sugestões sobre o descanso semanal em Braga começaram cedo. Em dezembro de 1910, a Associação Comercial, enquanto entidade patronal, enviou uma representação ao Governo, pedindo que o descanso dos operários seja dividido por turnos, para não ter de se encerrar as lojas³⁴. A esta representação, reagiu o operariado bracarense que, por sua vez, enviou um telegrama de protesto ao ministro do Interior pedindo que «o descanso seja ao domingo para todo o país»³⁵. O decreto, no seu artigo 2.º, estatuiu o descanso ao domingo, sem obrigar ao encerramento.

O regulamento do decreto seria feito pelas Câmaras Municipais. Em março de 1911, já depois da publicação do decreto-lei de 8 de março do mesmo ano, que viria a substituir o primeiro, reuniram-se na Câmara Municipal de Braga representantes das associações de classe e sindicatos e os presidentes das juntas de paróquia para discutir o regulamento do descanso semanal. Falaram vários interessados na questão «e, consultada por fim a assembleia, esta manifestou-se na sua maioria por que o dia do descanso seja o domingo inteiro, para todas as classes, menos as que a lei excetua. [...] Este ponto está, pois, definitivamente assente, e é sobre tal base que a câmara tem de elaborar o regulamento»³⁶.

Esta decisão, implicando o encerramento dos estabelecimentos, não agradou a Associação Comercial, que enviou uma representação ao ministro do Interior, afirmando que

não pode deixar passar sem respeitoso protesto o princípio agora estabelecido do *encerramento* do comércio e indústria, já porque tal princípio não se encontra exarado no referido decreto de 8 de março do corrente, [...] já porque tal inovação nada aproveita aos assalariados e é atentatório da liberdade e dos interesses do patronato [...] Acresce ainda que a votação realizada na câmara municipal [...] não traduz a opinião dos interessados, pois que a grande maioria dos votantes era constituída pelos presidentes das juntas de paróquia³⁷.

A Associação Comercial protestava igualmente à Câmara Municipal, fazendo uso dos mesmos argumentos. Todavia, o decreto-lei de 8 de março, concedendo o descanso semanal aos assalariados, não obrigava ao encerramento dos estabelecimentos, mas também não afirmava

³⁴ Cf. s/a, «O descanso semanal», *Comércio do Minho*, 22 de dezembro, 1910: 2.

³⁵ s/a, «Reunião operária», *Comércio do Minho*, 3 de janeiro, 1911: 2.

³⁶ s/a, «Regulamentação do descanso semanal», *Comércio do Minho*, 25 de março, 1911: 2-3.

³⁷ s/a, «A questão do descanso semanal», *Comércio do Minho*, 30 de março, 1911: 1. Itálico no original.

que os estabelecimentos deviam ficar abertos – deduzindo-se, portanto, que a decisão de encerrar ou não encerrar ficaria a cargo das Câmaras Municipais.

A Câmara Municipal, apesar dos protestos da Associação Comercial, regulamentou o descanso semanal no dia inteiro de domingo para todos os trabalhadores, menos os que a lei exceptuava³⁸.

Os oficiais de barbeiro, por exemplo, só começariam o seu descanso às 12h de domingo, o que originou reclamações da classe, que telegrafou ao ministro do Interior protestando contra essa decisão³⁹. Já os seus patrões ficaram agradados com o descanso a partir das 12h de domingo, dando «vivas à comissão municipal, autoridades, etc.»⁴⁰, quando o regulamento foi apresentado na Câmara.

Os empregados no comércio, pelo contrário, ficaram satisfeitos com o regulamento, agradecendo, numa reunião, às restantes classes o seu apoio prestado, exarando na ata um

voto [de louvor] aos delegados das associações operárias pelo franco apoio concedido à classe dos caixeiros por ocasião da regulamentação do descanso nesta cidade; oficial às referidas associações, manifestando-lhes o profundo reconhecimento desta coletividade pela coadjuvação que lhe dispensaram nas suas reivindicações em prol do descanso e oferecer-lhes todo o seu préstimo⁴¹.

O regulamento da Câmara Municipal sobre o descanso semanal entrou em vigor em 16 de abril de 1911, originando mais protestos da Associação Comercial, que pediu à Câmara uma revisão do regulamento e enviou uma representação com 200 assinaturas de comerciantes a pedir que o encerramento dos estabelecimentos fosse a partir das 12h de domingo⁴². Não sendo atendidas nas suas reclamações, a Associação Comercial decidiu apelar, mais uma vez, ao ministro do Interior, não obtendo contudo os resultados desejados⁴³.

O descanso semanal, portanto, continuou a ser o dia inteiro de domingo. A fiscalização do regulamento ficava a cargo das associações de classe e sindicatos, que elegiam comissões de

³⁸ Cf. s/a, «Regulamento da lei do descanso», *Comércio do Minho*, 1 de abril, 1911: 2.

³⁹ Cf. s/a, «A questão do descanso semanal», *Comércio do Minho*, 4 de abril, 1911: 2.

⁴⁰ s/a, «Manifestação de regozijo», *Comércio do Minho*, 1 de abril, 1911: 2.

⁴¹ s/a, «Reunião», *Correio do Norte*, 4 de abril, 1911: 3.

⁴² Cf. s/a, «A questão do descanso semanal: representação», *Comércio do Minho*, 22 de abril, 1911: 1; s/a, «Descanso semanal», *Comércio do Minho*, 29 de abril, 1911: 3.

⁴³ Cf. s/a, «Associação Comercial», *O Radical*, 6 de maio, 1911: 3.

vigilância, e das autoridades. As comissões de vigilância eram organizadas pelos operários não só porque era o que estava estatuído na lei, mas também porque os patrões eram relutantes em cumprir o descanso semanal: relatava um articulista de *A Aurora* que, apesar de os estabelecimentos estarem fechados, «os operários de balcão, vulgo caixeiros, estiveram, como de costume, adentro dos estabelecimentos tratando dos afazeres da casa, continuando na mesma escravidão aviltante»⁴⁴.

As transgressões à lei poderiam originar casos de violência. Em abril de 1911, por exemplo, «um grupo de padeiros andou vigiando para que não fosse vendido pão antes do meio-dia [numa segunda-feira], nem na praça Municipal, nem nas padarias. [...] Quando, porém, o grupo se dispunha a exercer a mesma vigilância numas padarias das Palhotas, os moradores daquela rua correram-lhos, havendo pancadaria e ferimentos»⁴⁵.

Os operários apenas fiscalizavam o que era um direito seu – direito que não era bem aceite. Em junho de 1911, alguns operários alfaiates fizeram uma greve «por motivo de terem sido despedidos alguns companheiros incumbidos de fiscalizar a execução da lei do descanso semanal»⁴⁶. Segundo o *Correio do Norte*, esta atitude dos industriais

foi devida à mesma comissão ter acusado alguns industriais de haverem faltado ao cumprimento da referida lei, obrigando os oficiais a trabalharem até à madrugada. Como a comissão cumprisse integralmente os deveres do seu cargo, não deixando saciar à vontade as ganâncias dos industriais, que procuram sempre estender os serões até ao dia, porque com nada remuneram esses trabalhos e sacrifícios, trataram de exercer a sua vingança contra aqueles que lhes vão à mão e em prol dos oprimidos. Tal procedimento não se justifica dentro dos deveres humanos⁴⁷.

Como resultado da greve, «ficou resolvido [pelos patrões] não serem readmitidos [os operários] na oficina que denunciaram por transgredir a lei do descanso, mas poderão ser aceites

⁴⁴ s/a, «Casos e coisas», *A Aurora*, 7 de maio, 1911.

⁴⁵ s/a, «A questão do descanso semanal», *Comércio do Minho*, 20 de abril, 1911: 2. As transgressões ao descanso semanal dos padeiros eram recorrentes, pois havia vendedores ambulantes que vendiam pão no horário de encerramento das padarias.

⁴⁶ s/a, «Greve Operária», *Comércio do Minho*, 13 de junho, 1911: 2.

⁴⁷ s/a, «Reunião magna: conflito entre industriais e oficiais de alfaiataria», *Correio do Norte*, 9 de junho, 1911: 2.

nas outras»⁴⁸. Este é um caso único, mas bastante significativo, comprovando a relutância dos patrões em cumprir uma lei que, na sua perspetiva, lhes era prejudicial.

Os patrões, se falhassem no cumprimento da lei, teriam de responder em tribunal, como foi o caso de três industriais de barbearia, sendo um deles «condenado na multa de 5\$000 réis»⁴⁹ em fevereiro de 1912.

Perante estas situações, a Associação de Classe Comercial (dos caixeiros) decidiu elevar de 12 para 20 o número dos membros da comissão de vigilância, «no intuito de facilitar e desenvolver a fiscalização [...] que de ora em diante irá mesmo até às freguesias rurais onde consta estarem-se praticando abusos que urge reprimir»⁵⁰.

Abusos, esses, que continuaram a fazer-se. Em 1924 ainda se faziam reclamações para que o descanso semanal fosse cumprido. Em julho do mesmo ano, o SU dos Operários Manipuladores de Pão reclamou ao Governador Civil para que fizesse cumprir o estipulado na lei⁵¹.

Em novembro de 1924, os empregados no comércio reuniram-se «para resolver a atitude a seguir, em face das transgressões abusivas dos regulamentos do horário do trabalho e descanso semanal. Após uma acalorada discussão foi nomeada uma comissão para se avistar com o Ex.mo Governador Civil, a fim de se lhe solicitar o rigoroso cumprimento das leis, referentes a este caso»⁵².

Apesar da fiscalização exercida pelos operários (mais vigilantes que as próprias autoridades), a lei sobre o descanso semanal acabou por não ser inteiramente cumprida, muito em parte porque nem as associações de classe e sindicatos nem os poderes locais dispunham dos meios necessários para fazer o patronato cumpri-la.

3.5 A lei do horário de trabalho

A lei do horário de trabalho de oito horas foi uma das questões que mais interessou o operariado. Prometida aos trabalhadores durante o tempo da propaganda republicana, a lei das 8 horas, depois da implementação da República, demoraria cerca de nove anos a ser promulgada.

As discussões no Parlamento de projetos-lei sobre o horário de trabalho começaram logo em junho de 1911, pelo deputado socialista Alfredo Ladeira, operário canteiro eleito por Lisboa: o

⁴⁸ s/a, «Greve Operária», *Comércio do Minho*, 15 de junho, 1911: 2.

⁴⁹ s/a, «Descanso semanal», *Comércio do Minho*, 13 de fevereiro, 1912: 2.

⁵⁰ s/a, «Reunião», *Ecos do Minho*, 22 de fevereiro, 1912: 3.

⁵¹ Cf. s/a, «Panificadores bracarenses», *Diário do Minho*, 19 de julho, 1924: 2.

⁵² s/a, «Associação de classe comercial (empregados no comércio)», *Diário do Minho*, 14 de novembro, 1924: 2.

projeto deste deputado apenas concedia as 8 horas aos funcionários públicos, pois o estado subdesenvolvido da indústria portuguesa não permitia que o horário de trabalho fosse reduzido. Em julho do mesmo ano, o deputado Fernão Botto Machado apresentou um projeto-lei que concedia as 8 horas a todos os trabalhadores. Em novembro, Alfredo Ladeira apresenta outro projeto que concede um horário de 10 horas aos trabalhadores da indústria. Estes projetos viriam a ser alterados pela Comissão de Legislação Operária, que apresentou as modificações ao Parlamento em abril de 1913. A lei de horário de trabalho de 10 horas passou então a ser debatida, sendo promulgada em janeiro de 1915⁵³.

As reivindicações operárias para que as promessas dos republicanos se cumprissem não tardaram. Logo em novembro de 1910, um articulista d' *O Grito do Povo* comentava essas reclamações, admitindo que não havia condições para que a promessa do horário de 8 horas se cumprisse de imediato:

não há só interesse e direitos dos operários, há-os também dos industriais, tão sagrados como aqueles; há ramos de indústria, oficinas, onde trabalham mulheres, ou estas com menores, ou ainda os mesmos com o auxílio indispensável de alguns homens; há oficinas onde funcionam motores inanimados, e onde se ocupam só operários adultos; há o trabalho diurno, e o trabalho noturno; a tudo se deve atender, como o fez a França, com a sua legislação de 1900, sobre a duração do trabalho, que não é a mesma para todos, mas varia de harmonia, sim, com a natureza do trabalho, as forças, a idade e o sexo dos trabalhadores⁵⁴.

O Governo, portanto, teria de ter em consideração não só os interesses dos operários, mas também os interesses do patronato, o tipo de indústria e o tipo de trabalho que se fazia nas fábricas. Mas era o atraso da indústria portuguesa a justificação dada no Parlamento pela demora da promulgação de uma lei de horário de 8 horas.

Em 1912, um articulista d' *A Defesa Operária* reclamava que «em face da enorme exploração exercida sobre o proletariado, justo era que o parlamento legislasse acerca do horário do trabalho, pois que é um crime o que a tal respeito se vem praticando nas diversas oficinas e

⁵³ Para a discussão das leis sobre o horário de trabalho no Parlamento, veja-se Vaz, «Reformas sociais...», 92 e ss..

⁵⁴ s/a, «Coisas que por aí vão», *O Grito do Povo*, 19 de novembro, 1910: 1.

mesmo com os operários do Estado»⁵⁵. Mas a exploração continuaria e a legislação, como sabemos, demoraria a chegar.

Neste sentido, os operários deveriam lutar pelos seus direitos, mas aproveitando a legislação que entretanto fosse elaborada. Diz-nos um outro articulista do mesmo jornal que uma «boa tática de proceder, [é] *aproveitar* todas as concessões que o parlamento vai cedendo, devido à nossa ação enérgica, ao mesmo tempo, *e enquanto é tempo*, que vamos, com inteligência e atividade, tratando da fundamental organização, que se impõe como o primeiro passo para a integridade do nosso ideal»⁵⁶. Ou seja, enquanto o operariado não se organizasse a ponto de fazer valer as suas reivindicações, teria de se contentar com a legislação, mesmo que esta não fosse suficiente.

De opinião diferente eram os militantes anarcossindicalistas. Por exemplo, Abreu Romão, articulista d' *A Aurora*, aconselhava aos operários

que não devem esperar nada saído do parlamento e a seu favor, e que se alguma coisa quiserem para seu benefício, terão que o conquistar. Por isso nada de ilusões; nada de esperanças. Nós não devemos esperar nada que venha do Estado, que venha dos governos. [...] Não pedir; exigir. Não esperar; obrigar a fazer quando acharmos que deve ser feito. E tendo nós, proletários, a força desde que nos unamos, façamos antes nós, o que nos for preciso e não lhe demos importância⁵⁷.

O operariado tinha, por conseguinte, que lutar para fazer valer os seus direitos – o que significava que não era relevante que esses direitos estivessem reconhecidos por lei, mas antes que fossem cumpridos *de facto* pelo patronato.

Mas com ou sem organização, com ou sem legislação, com ou sem luta, o facto é que os operários continuaram a trabalhar longas horas, até porque a legislação promulgada não era cumprida.

⁵⁵ s/a, «Legislação operária: regulamentação do horário de trabalho», *A Defesa Operária*, 12 de maio, 1912: 1.

⁵⁶ Alfa, «Regulamentação das horas de trabalho», *A Defesa Operária*, 19 de maio, 1912: 2. Itálicos no original.

⁵⁷ Abreu Romão, «Promessas...», *A Aurora*, 30 de julho, 1911: 2.

Durante a República, a primeira legislação promulgada sobre o horário de trabalho foram as leis n.º 295 e n.º 296, de 22 de janeiro de 1915, que regulamentavam o horário de trabalho no comércio e na indústria, respetivamente, para um período máximo de 10 horas diárias⁵⁸.

O regulamento do horário de trabalho para o comércio estava a cargo das Câmaras Municipais. Em Braga, o regulamento só seria promulgado em maio, demora que originou reclamações dos empregados no comércio⁵⁹. Em abril de 1915, os caixeiros bracarenses resolveram «telegrafar ao exmo. ministro do interior, rogando-lhe que intervenha junto das câmaras municipais, para que abreviem a regulamentação da lei das horas de trabalho no comércio dos seus concelhos»⁶⁰. Esta demora não foi exclusiva da Câmara de Braga: só as Câmaras do Porto e Viseu é que, à data, tinham regulamentado o horário de trabalho para o comércio, merecendo as saudações dos caixeiros bracarenses⁶¹.

O regulamento da Câmara de Braga entrou em vigor em maio de 1915, estabelecendo os horários de abertura e encerramento dos estabelecimentos comerciais, conforme a época do ano: de 1 de maio a 31 de outubro, os estabelecimentos comerciais não podiam abrir antes das 7h da manhã nem fechar depois das 21h; de 1 de novembro a 30 de abril, não podiam abrir antes das 8h da manhã nem fechar depois das 20h. Os caixeiros trabalhariam 10 horas por dia, tendo direito a duas horas de descanso⁶².

No regulamento ficou estatuída a formação de uma Comissão de Reclamações, composta por dois membros da classe caixeiral, dois membros da classe patronal e um representante da Câmara, com o objetivo de fazer cumprir a lei.

A Associação de Classe Comercial (dos caixeiros), para além de nomear os seus representantes à Comissão de Reclamações, elegeu uma Comissão de Vigilância ao regulamento, de 24 membros, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da lei, «e deliberou-se que uma outra comissão fosse conferenciar com os srs. comissário de polícia cívica e presidente da câmara municipal, sobre a ação que tem de ser exercida na fiscalização do regulamento pelos guardas municipais da polícia cívica e municipal»⁶³.

⁵⁸ Cf. «Lei n.º 295» e «Lei n.º 296», *Diário do Governo*, 22 de janeiro, 1915: 115-16. Os operários empregados nas indústrias do Estado trabalhariam por um período máximo de 8 horas diárias.

⁵⁹ Cf. s/a, «Edital», *Comércio do Minho*, 15 de maio, 1915: 2-3.

⁶⁰ s/a, «Associação de classe comercial (caixeiros): as festas sanjoaninas», *Comércio do Minho*, 27 de abril, 1915: 3.

⁶¹ Cf. s/a, «Associação de classe comercial (caixeiros)», *Ecoss do Minho*, 27 de abril, 1915: 3.

⁶² Cf. s/a, «Edital», *Comércio do Minho*, 15 de maio, 1915: 2-3.

⁶³ s/a, «Associação de classe comercial (caixeiros)», *Comércio do Minho*, 27 de maio, 1915: 2.

A classe caixeiral, de facto, estava disposta a fazer cumprir o regulamento. Numa reunião da classe, em junho de 1915, «deliberou-se instituir dois prémios de 10 escudos cada um, destinados a gratificar os guardas da polícia cívica e municipal que maior número de participações apresentarem em juízo, durante o ano corrente, contra transgressores do regulamento das horas de trabalho no comércio»⁶⁴.

Não há informações sobre se os prémios foram dados, mas sabemos que os patrões eram relutantes em cumprir a lei. Em agosto de 1915, os caixeiros decidiram, mais uma vez, «ativar uma persistente e rigorosa fiscalização a favor do diploma que regula o horário de trabalho no comércio, enviando, sem demora, para o poder judicial todas as participações de transgressão ao mesmo regulamento»⁶⁵.

Os patrões ainda tentaram ter os estabelecimentos abertos depois das horas regulamentares, originando protestos da Associação de Classe Comercial (dos caixeiros)⁶⁶. Contudo, a Câmara Municipal decidiu manter o regulamento em vigor, não permitindo que os estabelecimentos fechassem depois do horário estabelecido pelo regulamento⁶⁷.

De acordo com as notícias que eram publicadas nos jornais, a classe comercial foi a que esteve mais interessada em fazer cumprir a lei do horário de trabalho, mas supomos que o operariado industrial também tenha lutado com o mesmo objetivo, apesar de tal facto não estar largamente noticiado na imprensa.

Todavia, um dos casos bem noticiados pela imprensa é o da Liga das Artes Gráficas, que foi uma das classes que lutou para que a lei fosse aplicada no seu sector. Em julho de 1915, a Liga das Artes Gráficas de Braga recebeu um ofício da associação congénere do Porto, «solicitando apoio para o movimento a encetar no sentido de ser aplicada às artes gráficas a lei de 22 de janeiro, que se refere à regulamentação das horas de trabalho», sendo resolvido «coadjuvar a iniciativa dos gráficos portuenses»⁶⁸. Sabemos que estas movimentações, feitas a nível nacional, tiveram resultado, já que em agosto do mesmo ano foi promulgada a lei n.º 367, que aplicava às artes gráficas o horário de 8 horas, por ser uma indústria tóxica e insalubre⁶⁹.

⁶⁴ s/a, «Associação de classe comercial (caixeiros)», *Ecos do Minho*, 8 de junho, 1915: 2.

⁶⁵ s/a, «Associação de classe comercial», *Ecos do Minho*, 17 de agosto, 1915: 2.

⁶⁶ Cf. s/a, «A questão do encerramento dos estabelecimentos comerciais», *Comércio do Minho*, 14 de dezembro, 1915: 3.

⁶⁷ Cf. s/a, «A questão do encerramento dos estabelecimentos comerciais», *Comércio do Minho*, 16 de dezembro, 1915: 3.

⁶⁸ s/a, «Liga das Artes Gráficas de Braga», *Ecos do Minho*, 6 de julho, 1915: 3.

⁶⁹ Cf. «Lei n.º 367», *Diário do Governo*, 28 de agosto, 1915: 852.

Os patrões da indústria gráfica cumpriram o horário, mas reduziram o salário dos operários para corresponder às 8 horas de trabalho diário, o que originou sérios protestos da classe, acabando estes protestos em duas greves. A primeira, de 2 de setembro a 5 de setembro de 1915, teve como resultado um acordo em que os operários trabalhariam as 8 horas, mais duas suplementares, recebendo o salário integral⁷⁰.

A segunda, que durou mais de um mês, de 16 de outubro a 24 de novembro de 1915, foi realizada apenas pelos operários das oficinas tipográficas Augusto Costa & Matos e Ribeiro Braga Sucessores, motivada pelo patronato querer aplicar o salário-hora, o que lhes reduziria o salário⁷¹. Esta greve acabou em derrota, pois que o salário dos operários foi reduzido em 10%, o que correspondia a 9 horas de trabalho⁷².

As restantes classes também se movimentaram sobre esta questão: em agosto de 1915, «reuniram, a convite da Associação dos Barbeiros, as classes operárias de Braga, a fim de se ocuparem do horário de trabalho»⁷³. Outra reunião estaria convocada, mas a imprensa não noticiou mais informações sobre o assunto.

Contudo, o operariado industrial teria que esperar até 1919 para que visse estatuído na lei o horário de 8 horas – que só em 1925 viria a ser aplicado efetivamente⁷⁴. O decreto n.º 5516, que estabelece o horário de trabalho de 8 horas para todos os trabalhadores, foi promulgado em 7 de maio de 1919⁷⁵.

Mal o decreto foi publicado, a classe operária bracarense indignou-se por não ter sido logo posto em execução, esboçando-se «mesmo um princípio de greve nas classes da construção civil»⁷⁶ que, contudo, não chegou a realizar-se.

O patronato bracarense, por sua vez, também decidiu reclamar, mas contra o decreto. Dias após a sua promulgação, a Associação Comercial «telegrafou ao governo, protestando contra a execução do decreto n.º 5516, na parte respeitante ao comércio, e pedindo a sua revogação; e às associações congéneres de Lisboa e Porto, aderindo ao movimento contra o mesmo decreto»⁷⁷.

⁷⁰ Cf. s/a, «A questão do horário nas artes gráficas», *Comércio do Minho*, 7 de setembro, 1915: 2-3.

⁷¹ Cf. s/a, «A questão do horário de trabalho. Greve parcial dos operários. Greve dos industriais», *Comércio do Minho*, 19 de outubro, 1915: 3.

⁷² Cf. s/a, «Conflito gráfico», *Comércio do Minho*, 25 de novembro, 1915: 2.

⁷³ s/a, «Horário de trabalho», *Ecos do Minho*, 14 de agosto, 1915: 2.

⁷⁴ Para as discussões parlamentares sobre a regulamentação do horário de 8 horas, e o seu constante adiamento, veja-se Vaz, «Reformas sociais...», 157 e ss..

⁷⁵ Cf. «Decreto n.º 5516», *Diário do Governo*, 7 de maio, 1919: 750-751.

⁷⁶ s/a, «Braga, 7: o proletariado bracarense repele os manejos reacionários. A lei do horário de trabalho», *A Batalha*, 10 de maio, 1919: 3.

⁷⁷ s/a, «As 8 horas», *Comércio do Minho*, 18 de maio, 1919: 2.

O decreto ainda seria tomado como um «equivoco» por um articulista do *Comércio do Minho*, afirmando que «onde se diz [no decreto]: ‘não se deverá trabalhar *mais* de 8 horas’, devia estar: ‘não se trabalhará *menos* de 8 horas’», resolvendo-se com essa alteração a questão social, «porque o operariado, vendo que a lei era igual para todos, não tinha razão de se queixar, nem para pedir uma nova redução nas horas de trabalho»⁷⁸. Esta sugestão apresentada pelo articulista não mudaria em nada a exploração que os operários sofriam, que já trabalhavam 10, 12 ou 14 horas diárias. Existia, portanto, a necessidade de promulgar um regulamento do horário do trabalho que fosse justo para o operariado.

Estando já o decreto publicado, o Governo, pressionado pelo patronato, foi adiando a sua execução, o que causou indignação à classe operária. César Nogueira, num artigo publicado n’*A Batalha*, reconhecia que «não se pode admitir, não é tolerável e excede os limites da serenidade, o que o governo, de mão dada com os senhores industriais e comerciantes, vem praticando com o citado decreto, procurando sucessivos pretextos para adiar a sua efetivação. [...] Não se quer cumprir o decreto das 8 horas, pois que não agrada ao patronato»⁷⁹.

Aconselhava ainda a que os operários lutassem para que se fizesse cumprir o decreto, não ficando à espera que o Governo o executasse: «a classe operária tem que estar de atalaia e preparar-se para se movimentar, para que o regime das 8 horas de trabalho se cumpra, sem alcavalas nem sofismas»⁸⁰. Mesmo com a luta encetada pelos operários, principalmente sob a forma de greve, só em raros casos o decreto das 8 horas se cumpriu, como veremos seguidamente.

Em maio de 1919, alguns dias depois da promulgação do decreto citado, os operários da construção civil entraram em greve, «por os patrões ou mestres não quererem pôr em execução o decreto das 8 horas»⁸¹. Cerca de um mês depois, os industriais da construção civil decidem aumentar o salário dos operários, uma vez que não lhes diminuíram o horário como estava previsto na lei⁸².

Ainda em maio do mesmo ano, os operários chapeleiros também estiveram em greve, exigindo que o decreto fosse cumprido de imediato, apesar da sua execução ter sido adiada⁸³. Em

⁷⁸ s/a, «Um equivoco», *Comércio do Minho*, 14 de dezembro, 1919: 1. Itálicos no original.

⁷⁹ César Nogueira. «Pró 8 horas de trabalho», *A Batalha*, 21 de maio, 1919: 2.

⁸⁰ *Id.*, *ibid.*.

⁸¹ s/a, «Greves», *Comércio do Minho*, 22 de maio, 1919: 2.

⁸² Cf. s/a, «Horário de trabalho», *Comércio do Minho*, 29 de junho, 1919: 2.

⁸³ Cf. s/a, «As 8 horas», *Comércio do Minho*, 25 de maio, 1919: 1.

outubro, os operários metalúrgicos e os operários pedreiros das obras do Hospital e dos Correios e Telégrafos estiveram em greve, mais uma vez para que o horário das 8 horas fosse cumprido⁸⁴.

Em novembro de 1919, uma comissão de operários «composta pelos camaradas Júlio Cruz, pela Liga das Artes Gráficas; João Alves Teixeira, pelos Metalúrgicos; José Duarte Trigueiro, pelos Marceneiros e Guilherme Pinto, pelos alfaiates», foi reclamar ao Comissariado de Polícia para «aquela autoridade obrigar os industriais caturras a cumprirem o regulamento das 8 horas de trabalho»⁸⁵.

Apesar de todas as reclamações, a situação continuaria na mesma, a tal ponto que o correspondente do jornal *A Batalha* recomendava à USO

a conveniência de instar junto das autoridades para que seja cumprido o decreto das 8 horas de trabalho, pois indústrias há que não as têm ainda. E bem assim tratar quanto antes de publicar um regulamento de abertura e encerramento de todos os estabelecimentos. É uma grande falta que se nota, em não haver tal regulamento pois há senhores industriais que abusam por não haver quem os chame à responsabilidade⁸⁶.

Não há registos que comprovem que tenha havido um regulamento deste género – e, pela relutância do patronato em cumprir o decreto das 8 horas, é pouco provável que tal regulamento tenha sido elaborado. Quanto à fiscalização por parte das autoridades, apenas sabemos que em maio de 1922 foram multados três estabelecimentos por não cumprirem o horário regulamentar⁸⁷.

Por conseguinte, os operários continuariam a reclamar para que um dos seus direitos mais fundamentais fosse cumprido. Em maio de 1921, estiveram em greve os «operários latoeiros, picheiros e funileiros [...] para impor o cumprimento do horário de trabalho de 8 horas»⁸⁸. Em setembro de 1924, o correspondente d'*A Batalha* assinalava que «as 8 horas de trabalho são desrespeitadas em quase todas as oficinas [de metalurgia]»⁸⁹. Os operários metalúrgicos só viram

⁸⁴ Cf. s/a, «Braga, 5: as associações operárias e as manifestações políticas. Várias classes lançam-se na greve, reclamando as 8 horas», *A Batalha*, 9 de outubro, 1919: 3.

⁸⁵ s/a, «As 8 horas de trabalho», *A Batalha*, 1 de dezembro, 1919: 2.

⁸⁶ s/a, «Braga, 10: as 8 horas. Vida cara e difícil», *A Batalha*, 15 de janeiro, 1920: 3.

⁸⁷ Cf. s/a, «Horário de trabalho», *Diário do Minho*, 16 de maio, 1922: 2.

⁸⁸ s/a, «Em Braga», *A Batalha*, 12 de maio, 1921: 1.

⁸⁹ s/a, «Braga: o estado da organização operária», *A Batalha*, 25 de setembro, 1924: 3.

a lei das 8 horas cumpridas em outubro de 1919, depois de uma greve vitoriosa, mas o cumprimento da lei, como vimos, não iria durar muito tempo⁹⁰.

Com efeito, os operários metalúrgicos não eram os únicos que sofriam o incumprimento da lei, pois só há notícia de que foram apenas os industriais de padaria e de chapelaria que cumpriram o horário de 8 horas⁹¹. O decreto das 8 horas não era cumprido por falta de fiscalização, tal como acontecia com as outras leis de carácter social. Este incumprimento continuaria durante todo o período da I República, apesar das reivindicações do operariado bracarense.

Não poderemos afirmar que a República se esqueceu completamente dos trabalhadores, a legislação promulgada assim o comprova, mas foram os próprios trabalhadores que não se fizeram esquecer. A questão económica foi sempre a justificação dos governos para adiarem a promulgação das leis e, se as promulgavam, era como medida para atenuar a *questão social*.

Dentre as leis promulgadas, nenhuma se fez cumprir integralmente. Se é certo que, aparentemente, os operários bracarenses se mostravam menos interessados em fazer cumprir algumas leis, como no caso da lei dos acidentes de trabalho e dos seguros sociais obrigatórios, também é certo que «as providências oficiais pecam por esquecer depressa, quando se destinam a dar satisfação aos trabalhadores»⁹².

Ou seja, as leis não passaram do papel, uma vez que faltavam os meios de fiscalização para fazê-las cumprir e faltava a «vontade política em as aplicar»⁹³. Foram, como vimos, os próprios operários bracarenses que tentaram fiscalizar e fazer o patronato cumprir as leis, como no caso da lei do descanso semanal e do horário de trabalho. Mas estas tentativas não tiveram sucesso, pois aos operários faltava-lhes uma organização consistente.

Em suma, a legislação em pouco mudou, se realmente mudou alguma coisa, as condições de trabalho dos operários.

⁹⁰ Cf. s/a, «Braga, 17: a greve dos operários metalúrgicos. A carestia de vida», *A Batalha*, 21 de outubro, 1919: 3.

⁹¹ Cf. s/a, «Braga, 1: a vida impossível. Os padeiros têm as 8 horas. Sessão solene. Propaganda associativa. Greves», *A Batalha*, 6 de junho, 1920: 3; s/a, «Em Braga: a dos chapeleiros já terminou», *A Batalha*, 29 de julho, 1920: 2. Os operários metalúrgicos, em outubro de 1919, viram a lei do horário das 8 horas cumprida, mas por pouco tempo.

⁹² s/a, «Lei de proteção aos menores e às mulheres», *A Defesa Operária*, 24 de dezembro, 1911: 2.

⁹³ Vaz, «Reformas sociais...», 217.

Capítulo 4. A organização operária bracarense

As associações de classe e os sindicatos, para além de serem a base da organização do operariado, constituíam um dos seus principais instrumentos de luta, até porque eram estas entidades, na maior parte dos casos, quem orientava os operários nas suas movimentações. A importância das associações de classe e dos sindicatos reside, assim, na resistência contra o patronato. Como afirmava Manuel Ribeiro, militante anarquista, «o indivíduo assalariado associa-se a outros assalariados exercendo o mesmo mister para defender os seus interesses comuns contra o explorador comum»¹.

Apesar de a resistência contra o patronato ser um dos aspetos fundamentais destas entidades, outras ações eram levadas a cabo para benefício dos operários, tais como a assistência, a educação, a propaganda e ainda a recreação.

Estas entidades eram, portanto, o baluarte da organização operária. O jornalista e anarquista José do Valle, num artigo publicado no periódico *O Sindicalista*, enumerava as vantagens da associação: «a) Dispensa da intervenção de elementos estranhos à classe; b) Homogeneidade nas reclamações e nos protestos; c) Desenvolvimento do espírito de solidariedade; e d) Confiança de cada um em si próprio e em todos»².

Em suma, os operários deveriam associar-se entre si, não só como meio de resistência, mas também como meio de solidariedade. E seria a resistência contra o patronato e a solidariedade entre si que levaria o operariado à emancipação social, pois os «sindicatos [não representam] unicamente a salvaguarda do estômago, mas também o interesse moral que todo o homem consciente tem em derrubar uma ordem de coisas que cria nos homens interesses antagónicos»³. Por outras palavras, o primeiro passo para a emancipação seria a organização.

A organização das associações de classe e dos sindicatos era feita com base no ofício ou com base no sector industrial. Segundo João Freire, «até 1919, o princípio organizativo dominante dos sindicatos é o de reunir numa estrutura local – cidade, vila, por vezes freguesia – os indivíduos profissionais de um mesmo ofício»⁴. Ou seja, os operários associavam-se segundo a sua profissão

¹ Manuel Ribeiro, «Na linha de fogo», *O Sindicalista*, 1 de maio, 1914: 2.

² José do Valle, «O indivíduo na associação», *O Sindicalista*, 29 de janeiro, 1911: 1.

³ s/a, «O espírito de classe», *A Batalha*, 28 de janeiro, 1920: 1.

⁴ Freire, *Anarquistas e operários...*, 131.

e quando não havia um número suficiente de operários a associação de classe ou o sindicato era composto por indivíduos pertencentes a mais de uma profissão da mesma indústria.

Quanto ao sindicalismo de indústria, como o próprio nome indica, era a organização feita com base num ramo industrial, agrupando vários sectores numa mesma associação de classe ou sindicato (por exemplo, a construção civil, que agrupava os operários canteiros, assentadores, pedreiros e de outros ofícios do sector). Este tipo de organização existiu ao mesmo tempo que a organização por ofícios, e dependia mais da estrutura do operariado do que da sua ideologia: nos grandes centros industriais, como o número de operários era maior, estes podiam organizar-se pelas suas profissões. Onde a indústria não apresentava um elevado nível de desenvolvimento e a população operária era de número reduzido, como o caso de Braga, os operários organizavam-se por indústria⁵.

Só foi a partir da criação da CGT, em 1919, que se começaram a criar os sindicatos únicos de indústria, na tentativa de unir forças, de uma forma mais consequente, na luta contra o patronato e pela emancipação social. Este método organizativo, de acordo com David de Carvalho, «deveria frustrar a tradicional tática do patronato objetivando a dispersão dos trabalhadores, quebrar-lhes a solidariedade, deixá-los isolados e à sua mercê»⁶. Este método organizativo implicaria que cada sindicato atuasse no âmbito da sua indústria, mas isso não impedia relações de solidariedade com outras classes, quer sob a forma de protestos quer sob a forma de greves.

Para além das associações de classe e dos sindicatos, existiam as Federações de Associações Operárias e as Uniões dos Sindicatos Operários, quer umas, quer outras, apresentando por vezes um carácter reformista ou revolucionário, mas ambas com a função de orientar o movimento operário local. Note-se que, pelo menos em Braga, estas associações não funcionaram em simultâneo, existindo primeiro a Federação das Associações Operárias e, a partir de 1919, a União dos Sindicatos Operários.

Importa também salientar que, a nível nacional, só em 1914 é que passou a existir em Portugal uma central sindical, a União Operária Nacional (UON), depois substituída em 1919 pela Confederação Geral do Trabalho, ambas de carácter sindicalista-revolucionário⁷.

⁵ Cf. Freire, *Anarquistas e operários...*, 131 e ss.. Em Braga, até 1919, estavam organizados por indústria os operários da construção civil, os metalúrgicos, os fabricantes de calçado, os cocheiros e os marceneiros.

⁶ Carvalho, *Os sindicatos operários...*, 124.

⁷ Sobre a criação da UON, ver César Oliveira, *A criação da União Operária Nacional: problemas e alternativas do congresso operário de Tomar de 1914* (Porto: Afrontamento, 1973), 7-37. Sobre a criação da CGT, ver José Miguel de Jesus Teodoro, «A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)» (tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013), 60-91.

4.1 As associações de classe e os sindicatos bracarenses

Voltando às associações de classe e aos sindicatos, poderemos afirmar, sem grande margem para erro, que o seu número era representativo da atividade operária exercida na cidade: quanto maior o número destas organizações, mais empenhados estavam os operários na luta social. Na tabela abaixo, apresentamos o número de associações de classe e sindicatos em Braga durante a I República, excluindo as uniões ou federações locais (ver anexo 3 para a lista completa):

Tabela 3 - Número de associações de classe e sindicatos em Braga durante a I República.

Ano	N.º
1910*	3
1911	10
1912	10
1913	8
1914	13
1915	14
1916	13
1917	11
1918	13
1919	16
1920	12
1921	12
1922	12
1923	10
1924	10
1925	14
1926	6

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional.

*Desde outubro de 1910

Não há dados que nos permitam verificar o número de associados existentes em cada classe, ou no todo, apenas sabemos de alguns exemplos dispersos, apresentados na tabela abaixo:

Tabela 4 - Número de sócios das organizações operárias

Ano	Associação	Nº de sócios
1910	AC dos Operários Fabricantes de Calçado	120
1911	AC dos Oficiais de Barbeiro	118
1914	AC dos Cocheiros e Artes Correlativas	135
1914	Associação de Classe Comercial	210
1914	AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes	47
1914	Liga das Artes Gráficas	41
1914	AC dos Oficiais de Barbeiro	43
1914	AC dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate	50
1914	AC dos Operários das Artes Metalúrgicas e Artes Correlativas	118
1914	AC dos Operários Chapeleiros	104
1914	AC dos Operários Fabricantes de Calçado	141
1914	AC dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas	58
1914	AC das Quatro Artes da Construção Civil	456
1916	AC dos Operários Canteiros e Assentadores	c. 200

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense, na imprensa operária nacional e Amadeu José Campos de Sousa, «Entre monárquicos e republicanos numa “Cidade de Deus”: história política e social de Braga no contexto social (1890-1933)», vol. 2, (tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010), 5-6.

Não é possível analisar detalhadamente estes números, pois constituem exemplos dispersos. Apenas podemos afirmar que o número de associações de classe comprova que a organização operária bracarense, durante a I República, embora significativa, apresentava algumas debilidades, como veremos mais adiante.

4.1.1 Organização interna das associações de classe e sindicatos

Para a organização interna das associações de classe e sindicatos dispomos de mais informações, uma vez que a imprensa se preocupava em noticiar com alguma frequência o teor das suas reuniões, bem como noticiava as eleições para os seus órgãos administrativos.

Os órgãos administrativos das associações de classe e dos sindicatos eram, regra geral, compostos por uma assembleia geral, uma direção e um conselho fiscal, eleitos anualmente, sendo a assembleia geral o órgão mais importante, pois «o próprio destas organizações é precisamente o facto de as assembleias gerais funcionarem como um efetivo *fórum* de discussão e órgão de decisão coletiva, senão de todos os seus membros, pelo menos de um número

significativo de entre eles e, certamente, de todos os seus militantes»⁸. A direção ou comissão administrativa tinha a função de dirigir e administrar a associação de classe e sindicato, enquanto o conselho fiscal tratava dos respetivos assuntos financeiros.

Mas não eram apenas estes os órgãos existentes nestas organizações, podendo haver órgãos com funções mais especializadas. É o caso da comissão de melhoramentos, que tinha por objetivo «estudar as condições económicas da indústria e formular as propostas reivindicativas e, ainda, por vezes, negociá-las com os patrões»⁹. Na organização operária bracarense, eram normalmente compostas quando alguma classe estava em greve, tendo a função de negociar as reivindicações com o patronato, mas a comissão de melhoramentos também podia ser eleita aquando da eleição dos restantes órgãos administrativos das associações de classe e dos sindicatos, como é o caso da AC dos Operários Alfaiates que, em 1921, elegeu uma comissão de melhoramentos composta por 5 membros¹⁰.

Um outro órgão com funções especiais era a comissão ou conselho profissional, que tinha a função de estudar a indústria e as condições de trabalho, podendo elaborar inquéritos ou estatísticas, com o objetivo de «estar preparado para assumir a gestão da produção na perspetiva de uma revolução social a curto prazo»¹¹.

Não há dados que nos revelem se as associações de classe e sindicatos de Braga realizaram inquéritos ou estatísticas, mas sabemos que alguns elegeram comissões profissionais. Foi o caso da AC dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas, que elegeu para o ano de 1913 uma comissão profissional de 3 membros¹², assim como para o ano de 1916, em que esta associação elegeu outra comissão profissional, igualmente composta por 3 membros¹³. A AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes teve um conselho profissional por três vezes: a primeira, em 1913, composto por 3 membros¹⁴, a segunda, em 1916, com um número igual de elementos¹⁵, e a última, em 1917, também com 3 membros¹⁶.

⁸ Freire, *Anarquistas e operários...*, 148. Itálico no original. Para uma descrição pormenorizada da organização interna das associações de classe e sindicatos, veja-se Carvalho, *Os sindicatos operários...*, 128-136.

⁹ Freire, *Anarquistas e operários...*, 153.

¹⁰ Cf. s/a, «Alfaiates de Braga», *A Batalha*, 30 de janeiro, 1921: 2.

¹¹ Freire, *Anarquistas e operários...*, 153.

¹² Cf. s/a, «Associação de Classe dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas», *Notícias do Norte*, 22 de dezembro, 1912: 3.

¹³ Cf. s/a, «Eleições», *Comércio do Minho*, 10 de fevereiro, 1916: 2.

¹⁴ Cf. s/a, «Assembleias gerais», *Ecos do Minho*, 29 de dezembro, 1912: 3.

¹⁵ Cf. s/a, «Eleição», *Comércio do Minho*, 15 de fevereiro, 1916: 2.

¹⁶ Cf. «Eleição», *Ecos do Minho*, 30 de dezembro, 1916: 2.

Conforme as necessidades sentidas, as associações de classe e sindicatos poderiam eleger outras comissões com funções especializadas que tratassem dos assuntos relativos à «propaganda, solidariedade, resistência nas lutas sociais, iniciativas escolares ou culturais, assistência jurídica a militantes ou operários presos por questões sociais, angariação de fundos, etc.»¹⁷. Estas comissões dissolviam-se assim que terminava a sua função ou por resolução da assembleia geral ou, ainda, da direção.

Temos exemplos, para Braga, deste tipo de comissões temporárias. Já vimos, quando tratámos da legislação do descanso semanal e do horário de trabalho, que algumas associações de classe e sindicatos elegiam comissões de vigilância para fiscalizar e fazer cumprir as leis. Um outro exemplo refere-se à angariação de fundos: em julho de 1915, a Liga das Artes Gráficas constituiu «uma comissão de tipógrafos encarregada de promover uma quermesse em benefício do cofre da mesma associação»¹⁸.

Outro exemplo da formação de uma comissão especializada está relacionado com a reorganização de uma associação de classe ou sindicato inativo – o que, devido às dificuldades sentidas pelos operários bracarenses na sua organização, era um facto recorrente. Por exemplo, em dezembro de 1910, os operários fabricantes de calçado nomearam uma comissão de sete membros para reorganizar a sua associação¹⁹. Em maio de 1911, os alfaiates sentiram a mesma necessidade²⁰, em fevereiro de 1922, foram os operários marceneiros²¹, em março do mesmo ano, os oficiais de barbeiro²², e em setembro de 1925, os empregados dos Serviços Municipalizados²³.

Uma comissão especializada também poderia ser formada para angariar sócios para a respetiva associação de classe ou sindicato, como foi o caso da comissão da AC dos Operários Pedreiros que, em setembro de 1913, estava «realizando conferências para freguesias rurais no intuito de angariar adesões para aquela coletividade»²⁴. O mesmo fez a AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes que, em março de 1917, nomeou uma comissão «para instar com os colegas ainda não sócios a filiar-se no referido grémio»²⁵.

¹⁷ Carvalho, *Os sindicatos operários...*, 135.

¹⁸ s/a, «Liga das Artes Gráficas», *Ecos do Minho*, 29 de julho, 1915: 3.

¹⁹ Cf. s/a, «Associação de Classe dos Fabricantes de Calçado», *O Radical*, 2 de dezembro, 1910: 3.

²⁰ Cf. s/a, «Associação de Classe dos Alfaiates Bracarenses», *Correio do Norte*, 16 de maio, 1911: 2.

²¹ Cf. s/a, «Braga: 24 de fevereiro», *A Batalha*, 26 de fevereiro, 1922: 3.

²² Cf. s/a, «Associações», *Diário do Minho*, 21 de março, 1922: 2.

²³ Cf. s/a, «Associação de classe Luz e Tração de Braga», *Diário do Minho*, 1 de outubro, 1925: 2.

²⁴ s/a, «Manobras sociais», *Ecos do Minho*, 4 de setembro, 1913: 3.

²⁵ s/a, «Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes», *Ecos do Minho*, 3 de março, 1917: 2.

As associações de classe e sindicatos bracarenses também faziam ações de propaganda, de assistência e de educação, mas nem sempre elegiam comissões para levar a cabo tais empreendimentos, ou porque não fosse necessário ou porque era a própria direção da associação que tratava do assunto.

4.1.2 Criação de novas associações de classe e formação dos sindicatos únicos

Não dispomos de muita informação sobre a criação de novas associações de classe ou de sindicatos, mas as notícias encontradas permitem verificar os motivos pelos quais se formavam algumas destas novas entidades: os operários formavam-nas para unir forças ou porque existiam dissidências no seu seio.

Em julho de 1913, os operários pedreiros decidiram formar a sua associação de classe, saindo da AC das Quatro Artes da Construção Civil, «não se conformando com a orientação tomada pelos [seus] dirigentes»²⁶. Essa orientação está relacionada com uma greve que os operários da construção civil realizaram, entre 12 de maio e 9 de junho do mesmo ano, pela diminuição de horário de trabalho: como resultado, a AC das Quatro Artes da Construção Civil aceitou a proposta do patronato em manter o horário, mas aumentando o salário²⁷. Os operários deste sector só voltariam a estar reunidos numa mesma entidade quando os operários pedreiros deram a sua adesão ao sindicato único (SU), em novembro de 1921, como veremos mais adiante.

Outra associação que se formou a partir de divergências foi a AC dos Chauffeurs e Condutores de Automóveis do Minho, criada em março de 1924, sendo os motoristas bracarenses, antes desta data, membros da associação congénere do Porto. O motivo do conflito, descreve-nos o *Diário do Minho*, foi que

os sócios em Braga da associação do Porto mandaram fazer uma bandeira de seda bordada a ouro para seu uso e representação da classe em qualquer ocasião, e solenidade. A associação do Porto exigiu que essa bandeira fosse para lá e não fosse privativa dos representantes da associação em Braga. A classe dos chauffeurs de Braga, que conta nada menos de cento e tantos membros, resolveu agora emancipar-se da tutela da associação do Porto, criando uma associação sua que represente a associação em Braga, e onde os seus

²⁶ s/a, «Nova associação de classe», *Ecos do Minho*, 20 de julho, 1913: 4.

²⁷ Cf. s/a, «Greve operária», *Comércio do Minho*, 10 de junho, 1913: 1.

especiais interesses sejam defendidos mais eficaz e convenientemente do que o tem sido pela associação do Porto²⁸.

A associação do Porto não velava pelos interesses dos motoristas bracarenses, pelo que estes criaram a sua própria associação de classe. Esta nova associação não tinha carácter anarcossindicalista, sendo criada apenas para ajudar os seus sócios em caso de necessidade²⁹. Quer fossem reformistas ou sindicalistas, as associações de classe e os sindicatos tinham como principal função atender aos interesses dos membros da classe.

Foi precisamente com o intuito de defender os seus interesses que, em setembro de 1916, os operários manipuladores de pão decidiram constituir a sua associação de classe, pedindo o auxílio de delegados da associação congénere do Porto. Na reunião da classe para a formação da associação, Domingos Joaquim de Azevedo, delegado portuense,

pronunciou um longo discurso, elogiando os manipuladores bracarenses pela forma como se unem, demonstrando em seguida o valor e o respeito que tem a associação para as suas reivindicações e defesa dos seus interesses. Manuel José Pereira [também delegado do Porto] congratula-se pela forma como os seus colegas de Braga se conduziram, salientando o valor que tem uma associação perante os poderes públicos e as garantias que traz. [...] O sr. Manuel José Pereira em nome da associação do Porto, saudou a comissão administrativa [eleita para formar a associação de classe] e todos os manipuladores de pão de Braga, apelando para que se filiem na sua associação para que ela seja exemplar na sua norma de conduta³⁰.

Em dezembro de 1919, os operários fabricantes de pregos decidiram igualmente constituir a sua associação de classe, sendo auxiliados por delegados do sindicato metalúrgico do Porto, que foram recebidos na estação de caminhos-de-ferro «por uma banda de música e algumas associações de classe, [...] organizando-se dali até a local da reunião um cortejo em que tomou também parte grande número de camaradas»³¹.

²⁸ s/a, «Associação dos Chauffeurs de Braga», *Diário do Minho*, 26 de março, 1924: 2.

²⁹ Cf. s/a, «Associação de classe dos chauffeurs condutores do Minho», *Diário do Minho*, 2 de abril, 1924: 2.

³⁰ s/a, «Associação dos manipuladores de pão», *Ecos do Minho*, 29 de setembro, 1916: 2.

³¹ s/a, «Braga, 23: a favor de A BATALHA. Sessão dos operários fabricantes de pregos. A União Local e câmara municipal. A carestia continua», *A Batalha*, 28 de dezembro, 1919: 3.

Os fabricantes de pregos pertenciam ao sector metalúrgico, mas resolveram não aderir ao respetivo sindicato único, que já tinha sido formado³². O SU Metalúrgico não deixou de fazer propaganda aos operários fabricantes de pregos, «a fim de elucidar os seus camaradas das vantagens do Sindicato Único»³³. Contudo, não sabemos se essa propaganda teve o resultado desejado, pois não há informações sobre se os fabricantes de prego chegaram a aderir ao SU: a última referência à sua associação aparece em junho de 1920, quando a USO fez sessões de propaganda em várias associações de classe e sindicatos que estavam inativos³⁴.

As informações que dispomos sobre a formação de sindicatos únicos são poucas. Em outubro de 1921, o SU da Construção Civil realizou uma sessão de propaganda, com a presença de dois delegados portuenses e com «todos os componentes desta indústria a fim de se fazer a fusão entre os camaradas pedreiros que se encontram desligados daquele sindicato»³⁵. A propaganda deu frutos, pois no mês seguinte os operários pedreiros aderiram ao SU da Construção Civil, contribuindo para o facto a Juventude Sindicalista, «que constantemente enviava àquele Sindicato delegados seus, incumbidos de expor as vantagens que adviriam do conagraçamento das classes construtoras num só Sindicato»³⁶.

A união das forças na luta contra o patronato era uma das principais vantagens da criação de sindicatos únicos. Neste sentido, em maio de 1922, os manufatores de calçado constituíram-se em sindicato único, com o auxílio de dois delegados do Porto³⁷. A Federação da Indústria de Calçado, Couros e Peles também contribuiu para o facto, uma vez que tinha estado a desenvolver trabalhos de propaganda em toda a região do Norte. Relata-nos o jornal *A Batalha* que

as classes que formam este Sindicato são as dos Manufatores de calçado, tamanqueiros, surradores e correeiros, existindo nos operários destas classes o maior entusiasmo pela organização do Sindicato Único, por reconhecerem nele o verdadeiro defensor dos seus interesses. Realizaram [...] uma reunião magna de todas as classes aderentes, com a presença de delegados do Porto expressamente convidados para assistirem a esta reunião,

³² A primeira referência sobre o SU Metalúrgico aparece na imprensa em outubro de 1919, cf. Manuel Henriques de Sousa Sampaio, «Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Braga», *A Batalha*, 4 de outubro, 1919: 3.

³³ s/a, «Braga, 8: a ação da União Local. A carestia da vida. Reclamações operárias», *A Batalha*, 11 de dezembro, 1919: 3.

³⁴ Cf. s/a, «Braga, 1: a vida impossível. Os padeiros têm as 8 horas. Sessão solene. Propaganda associativa. Greves», *A Batalha*, 6 de junho, 1920: 3.

³⁵ s/a, «Braga: 5 de outubro», *A Batalha*, 8 de outubro, 1921: 3.

³⁶ s/a, «Braga: 1 de novembro», *A Batalha*, 3 de novembro, 1921: 2.

³⁷ Cf. s/a, «Braga: 21 de maio», *A Batalha*, 24 de maio, 1922: 2.

aonde fizeram uma verdadeira sementeira dos ideais de redenção humana, terminando a sessão no meio de grande entusiasmo, com vivas à CGT e trabalhadores de todo o mundo³⁸.

Conscientes das vantagens da sindicalização, os operários tamanqueiros decidiram aderir ao sindicato único. José Silva, nas suas memórias, relatava que a classe era «muito humilde, completamente desorganizada, mas quando verificaram os benefícios que os operários sapateiros estavam colhendo da sua organização, pediram a sua inscrição no sindicato»³⁹. *A Batalha* ainda descrevia que os industriais de tamancaria aumentaram em 15% o salário dos seus operários, sem estes fazerem qualquer reclamação, apenas por estarem a sindicalizar-se⁴⁰. Este aumento não foi uma congratulação pelo facto de os operários fazerem parte do sindicato, mas antes uma maneira de prevenir possíveis reivindicações, incluindo greves.

Como já afirmámos, são poucos os dados sobre o processo de criação destes sindicatos, mas sabemos quais foram as associações bracarenses que se converteram em sindicatos únicos: em 1919, o SU Metalúrgico; em 1920, o SU da Construção Civil; em 1921, o SU dos Manipuladores de Pão; em 1922, o SU dos Operários Chapeleiros, o SU Mobiliário e o SU dos Operários da Indústria do Calçado, Couros e Peles.

4.1.3 Federação das Associações Operárias

A iniciativa de formar uma Federação das Associações Operárias partiu da AC das Quatro Artes da Construção Civil, em julho de 1912. Esta associação convocou uma reunião com os delegados das restantes organizações operárias bracarenses, onde foi nomeada uma comissão de três membros que ficou encarregada de dar conhecimento da criação da Federação local às Federações congéneres existentes no país para futura troca de correspondência⁴¹. Aderiram à Federação, logo em 1912, a AC dos Cocheiros e Artes Correlativas à Viação Bracarense⁴², a AC dos Operários Fabricantes de Calçado⁴³, e a Associação de Classe Comercial⁴⁴.

³⁸ s/a, «Braga: 23 de maio», *A Batalha*, 27 de maio, 1922: 2.

³⁹ José Silva, *Memórias de um operário*, vol. 1 (Vila Nova de Famalicão: Livraria Júlio Brandão, 1971), 111.

⁴⁰ Cf. s/a, «Braga: 14 de junho», *A Batalha*, 16 de junho, 1922: 3.

⁴¹ Cf. s/a, «Uma federação operária», *Ecos do Minho*, 7 de julho, 1912: 3.

⁴² Cf. s/a, «Federação das Associações Operárias», *Ecos do Minho*, 12 de maio, 1912: 3.

⁴³ Cf. s/a, «Assembleia geral», *Ecos do Minho*, 16 de maio, 1912: 3.

⁴⁴ Cf. s/a, «Assembleia Geral», *Ecos do Minho*, 29 de junho, 1912: 3.

A Federação começou de imediato os seus trabalhos, enviando um telegrama ao ministro do Fomento a pedir «providências para a importação do milho estrangeiro, a fim de abastecer os mercados do norte»⁴⁵, que sofriam com a falta desse cereal. O problema do milho continuaria e, em setembro de 1913, a Federação reclamou à Câmara Municipal que importasse «o milho necessário para o abastecimento das classes pobres»⁴⁶.

Além de orientar as reivindicações do operariado, a Federação também teria de auxiliar os operários em caso de greve. Em maio de 1913, a Federação tentou orientar a greve que os marceneiros realizaram por diminuição de horário e aumento salarial. O correspondente do periódico *A Aurora* relata que os operários «recorreram à Federação das Associações Operárias. Esta entidade, como lhe competia, esforçou-se o mais que pôde para solucionar o conflito no interesse dos trabalhadores. Nada pôde conseguir, motivo porque os operários deliberaram pedir o auxílio às suas congéneres»⁴⁷ do Porto. Foi a única greve, de acordo com as notícias encontradas, que teve a orientação da Federação.

A Federação também esteve encarregada da organização das comemorações do 1.º de Maio para o ano de 1913, cujo programa incluía «um comício público, no qual usarão da palavra vários propagandistas do movimento operário do Porto e Braga»⁴⁸ – a única ação de propaganda que a Federação levou a cabo, de acordo com as notícias encontradas na imprensa.

São estas as únicas ações da Federação encontradas na imprensa, para além do incitamento à instrução dos operários, como veremos mais à frente. É certo que a imprensa generalista não se interessava em publicar notícias sobre o movimento operário, mas supomos que a Federação não foi grandemente ativa pois, em setembro de 1917, «foi nomeada uma comissão para tratar da [reorganização] da federação das associações operárias desta cidade»⁴⁹, quando a última referência à Federação data de três anos antes⁵⁰. A imprensa generalista não noticiava sobre a Federação, mas nem a própria imprensa operária o fazia, só nos restando concluir que a Federação esteve mais tempo inativa do que em atividade.

⁴⁵ s/a, «Carestia do milho», *Ecos do Minho*, 18 de agosto, 1912: 3.

⁴⁶ s/a, «Federação das Associações Operárias», *Ecos do Minho*, 18 de setembro, 1913: 3. Sobre o problema da carestia de vida e da falta de subsistências, veja-se o subcapítulo 5.3.

⁴⁷ s/a, «Marceneiros de Braga», *A Aurora*, 25 de maio, 1913: 4.

⁴⁸ s/a, «1.º de maio», *Comércio do Minho*, 29 de abril, 1913: 2.

⁴⁹ s/a, «Várias notícias», *Comércio do Minho*, 11 de setembro, 1917: 2.

⁵⁰ Cf. s/a, «Associação de Classe Comercial», *Ecos do Minho*, 1 de abril, 1914: 2.

4.1.4 União dos Sindicatos Operários

No Congresso Operário de Tomar, em 1914, foi deliberado criar as Uniões dos Sindicatos Operários, que substituiriam as Federações das Associações Operárias⁵¹. A resolução não foi muito bem aceite pelos operários do Norte, o que explicava a existência da Federação das Associações Operárias de Braga pelo menos até 1917⁵².

A criação da USO de Braga foi iniciativa da CGT que, em novembro de 1919, enviou o seu delegado Manuel Joaquim de Sousa a Braga para dar uma conferência sobre os estatutos da Confederação e sobre o seu modelo organizacional, o que, em princípio, implicava definitivamente a formação da União dos Sindicatos Operários.

À conferência de Manuel Joaquim de Sousa assistiram a AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes, o SU Metalúrgico, a AC dos Manipuladores de Pão, a AC dos Chapeleiros, Liga das Artes Gráficas e a AC das Quatro Artes da Construção Civil. Foi decidido, nesta conferência, criar a União dos Sindicatos Operários, em concordância com os estatutos da Confederação. A USO ficou composta pelos

delegados das coletividades que ali se tinham feito representar: António Joaquim de Carvalho, pelos Chapeleiros; Domingos Augusto Vieira, pela Construção Civil; Joaquim Vicente Ferreira, pelos Empregados de Hotéis; João Coelho, pelos Metalúrgicos; Manuel Soares, pelos Manipuladores de Pão; Joaquim de Oliveira Quintas, pelos Fabricantes de Calçado; António Jorge Timoteo, pela Liga das Artes Gráficas e José Duarte Nogueira, pelos Marceneiros⁵³.

Foram oito as associações de classe e sindicatos que aderiram de imediato à USO, num universo associativo de 16 entidades. Neste sentido, um dos primeiros trabalhos da União foi contactar todas as associações de classe e sindicatos para que nomeassem delegados à USO e para organizar as entidades que estivessem desorganizadas, «a fim de se poder entrar numa nova fase de luta»⁵⁴.

⁵¹ Cf. Alexandre Vieira, *Para a história do sindicalismo em Portugal* (Lisboa: Seara Nova, 1974), 86.

⁵² Cf. Teodoro, «A Confederação Geral do Trabalho...», 38 (nota de rodapé).

⁵³ s/a, «Braga, 8: a conferência do delegado da CGT. O açambarcamento de géneros», *A Batalha*, 12 de novembro, 1919: 3.

⁵⁴ s/a, «Braga, 12: a União Local. Moeda falsa. Nas barbas da autoridade. Os operários da Palha & Palhas. A vida cara e difícil», *A Batalha*, 18 de novembro, 1919: 3.

As reuniões nesta fase inicial da USO eram frequentes, até porque tinham como objetivo angariar adesões das associações de classe e sindicatos «no mais curto espaço de tempo, a fim de se regularizarem os trabalhos a encetar pela União Local. Todas aquelas [entidades] que o não fizerem devem ser excluídas da CGT, não recebendo em caso de greve ou outros quaisquer motivos associativos auxílio monetário dessa coletividade»⁵⁵. Sabemos que a USO fez esforços para que as associações de classe e sindicatos lhe dessem a sua adesão, todavia, não há dados que nos indiquem quais foram as entidades que lhe aderiram.

Apesar das dificuldades organizativas, a USO ainda conseguia levar a cabo as suas funções reivindicativas, principalmente contra a carestia de vida. Em dezembro de 1919, a AC dos Agricultores Caseiros e Jornaleiros pediu o auxílio da USO, pois a Câmara Municipal pretendia aumentar os impostos aos agricultores, o que encareceria os produtos⁵⁶. A USO nomeou uma comissão para reunir com o presidente da Câmara, enviando-lhe mais tarde um ofício «protestando contra o aumento dos impostos e contra a elevação das rendas. A câmara resolveu tomar em consideração as nossas reclamações, mas naquela consideração que sempre tem quando se trata de proteger os pequenos»⁵⁷. Não temos informações que nos indiquem se a Câmara chegou efetivamente a atender o pedido, mas sabemos que a USO continuaria nas suas reivindicações contra este problema.

Em fevereiro de 1920, uma comissão da União entregou ao Governador Civil uma representação contra a carestia de vida, «pedindo providências contra os açambarcadores de géneros, que são tantos como os gafanhotos»⁵⁸. Com o mesmo objetivo, pediu à CGT que intervisse junto do Governo para que fosse publicada uma tabela de preços para os géneros de consumo⁵⁹.

Ainda na luta contra a carestia de vida, em março de 1922, a União organizou um comício, tendo por objetivo formular as reclamações a serem entregues ao Governo, por intermédio do Governador Civil, não havendo notícias sobre o seu teor⁶⁰. Relacionada com esta questão, a USO

⁵⁵ s/a, «Braga, 13: reunião dos delegados à União Local. Bacalhau podre. Açúcar da câmara. Os operários da sapataria Palha abandonam o trabalho por causa de lhe ser negado o aumento de salário. Reunião dos operários alfaiates», *A Batalha*, 18 de novembro, 1919: 3.

⁵⁶ Cf. s/a, «Braga, 8: a ação da União Local. A carestia de vida. Reclamações operárias», *A Batalha*, 11 de dezembro, 1919: 3.

⁵⁷ s/a, «Braga, 23: a favor de A BATALHA. Sessão dos operários fabricantes de pregos. A União Local e câmara municipal. A carestia continua», *A Batalha*, 28 de dezembro, 1919: 3.

⁵⁸ s/a, «Braga, 16: representação ao governador civil. Contra os açambarcadores. Várias notícias», *A Batalha*, 22 de fevereiro, 1920: 3.

⁵⁹ Cf. s/a, «Quinta-feira, 19», *O Liberal*, 22 de fevereiro, 1920: 2.

⁶⁰ Cf. s/a, «A crise das subsistências: comício contra a carestia da vida», *Distrito de Braga*, 9 de março, 1922: 2.

viria a declarar também em Braga, em agosto do mesmo ano, greve geral, juntando-se ao movimento no resto do país que reivindicava o tipo único de pão⁶¹. Na greve de Braga tomaram

parte a maioria das classes, encontrando-se completamente paralisadas as indústrias de chapelaria, construção civil, sapataria, padaria, mobiliária, etc., pequenas defeções se registando nos outros ramos da indústria bracarense. Nos pontos centrais da cidade viam-se grupos de operários que a guarda republicana dispersava com a sua costumada brutalidade, salientando-se em requintes de malvadez o famigerado sargento Amaral, levantando gerais protestos o seu procedimento junto à USO, onde desalmadamente foi agredido um indefeso trabalhador. Este facto levou uma comissão de operários ao governador civil pedir providências, pois nada de humano tinha agredir pessoas que se mantinham na maior cordura. Não obstante a autoridade superior do distrito ter dado ordens para a força retirar, esta ainda fez das *suas* para os lados de S. Victor, o que indignou enormemente toda a população desta terra. Segundo nos dizem foi apresentado também ao sr. governador civil um documento onde se pedia que o preço máximo do pão de milho fosse fixado em \$40, bem como a soltura imediata de todos os detidos pelo acontecimento⁶².

Não há notícias que informem se o Governador Civil libertou os grevistas presos ou se fixou o preço do pão de milho. Apesar das reivindicações do operariado, o açambarcamento e a carestia de vida seriam factos contra os quais lutaram durante toda a I República, como veremos adiante.

Mas não era apenas contra a carestia de vida que a USO reivindicava. Em maio de 1920, a Câmara Municipal atendeu o pedido da União para houvesse mais «carros de manhã e de tarde para os operários, ao preço de \$02 centavos cada zona»⁶³. Em fevereiro de 1922, a Câmara lançou um imposto sobre as fábricas que exportavam os seus produtos, levando os industriais a fecharem as suas portas em protesto⁶⁴. Em consequência, uma comissão da USO foi entrevistar o presidente da Câmara, que revogou o imposto⁶⁵.

⁶¹ Cf. s/a, «À última hora», *Diário do Minho*, 10 de agosto, 1922: 4. Os operários entraram em greve em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Beja, Setúbal, Sesimbra, Vendas Novas, Guarda, Vila Viçosa, Vila Nova da Baronia, entre outras localidades, cf. s/a, «O protesto do operariado contra os dois tipos de pão», *A Batalha*, 13 de agosto, 1922: 1-2.

⁶² s/a, «Ecos do movimento», *A Batalha*, 20 de agosto, 1922: 2. Itálico no original.

⁶³ s/a, «Braga, 15: reclamações operárias», *A Batalha*, 21 de maio, 1920: 2.

⁶⁴ Cf. s/a, «Braga: 7 de fevereiro», *A Batalha*, 9 de fevereiro, 1922: 3.

⁶⁵ Cf. *id.*, *ibid.*

A atividade da USO não era muito regular, pois lutava com inúmeros obstáculos para organizar o operariado bracarense. Em março de 1920, o correspondente d'*A Batalha* lamentava as dificuldades em consolidar a União, responsabilizando o «operariado daqui [de Braga], que vive na maior das inércias, esquecendo a sua miséria e desprezando os meios de a combater»⁶⁶.

Em fevereiro de 1921, o problema mantinha-se. Neste sentido, foi realizada uma conferência de propaganda associativa, onde o conferente Silvino Fernandes fez considerações sobre as vantagens da organização da USO, concluindo que

- 1.º Para que desta reunião, sejam profícuos os trabalhos a realizar;
- 2.º Que desde já seja nomeada uma comissão de cada organismo operário, para assim dar desenvolvimento aos trabalhos encetados;
- 3.º Para que os secretários dos respetivos sindicatos elaborem, no mais curto espaço de tempo, a estatística da sua indústria, criando os conselhos técnicos da sua especialidade;
- 4.º Que se convoquem, o mais breve possível, as assembleias gerais dos seus organismos, a fim de nomearem os delegados à União; [...]
- 6.º Que todos os organismos operários deem a sua adesão à União e esta por sua vez ingresse na Confederação Geral do Trabalho⁶⁷.

Supomos que estes pontos não foram cumpridos, até porque no mês seguinte o correspondente d'*A Batalha* voltava a protestar contra a desorganização do operariado de Braga, cidade onde «não há, enfim, quem trate do movimento sindical, com alma e devoção»⁶⁸. Em junho de 1922, a USO continuava desorganizada, sem mesmo os delegados dos sindicatos comparecerem às suas reuniões⁶⁹.

O que motivava este abandono da União? O correspondente d'*A Batalha* acusava os operários bracarenses de estarem divididos por «questiúnculas particulares e personalismos»⁷⁰, o que prejudicava a organização da USO. O operariado bracarense era igualmente acusado de dar

⁶⁶ s/a, «Braga, 1: a inércia do operariado local», *A Batalha*, 7 de março, 1920: 3.

⁶⁷ s/a, «Braga, 13: aniversário da Associação dos Caixeiros. Organização operária», *A Batalha*, 22 de fevereiro, 1921: 2.

⁶⁸ s/a, «Braga, 14: os açambarcadores. Falta de unidade nas organizações operárias. Sindicato do funcionalismo público», *A Batalha*, 18 de março, 1921: 3.

⁶⁹ Cf. s/a, «Braga: 20 de junho», *A Batalha*, 22 de junho, 1922: 3.

⁷⁰ s/a, «Braga: 7 de agosto», *A Batalha*, 13 de agosto, 1922: 2.

mais atenção à taberna e à missa do que à sua organização⁷¹. Os operários bracarenses estavam desorganizados, mas não podemos afirmar que os trabalhadores descuravam totalmente a sua organização, até porque as tentativas de se reorganizarem eram frequentes⁷².

4.2 As ações das associações de classe e dos sindicatos

4.2.1 Assistência e solidariedade

A associação de classe e o sindicato, para além de serem instituições de resistência, eram também organizações de solidariedade que apelavam ao auxílio entre operários, uma vez que «o Sindicalismo tem por base a Solidariedade, e é pela prática desta que as multidões produtoras de todas as regiões e de todos os países conseguem impor-se às forças opressoras»⁷³. Ou seja, a solidariedade faria com que os operários tivessem unidade e coesão nas suas reivindicações, o que levaria à vitória nas lutas económicas e, em consequência, à tão desejada emancipação.

Era prática comum, portanto, a solidariedade na luta. Mas a assistência em casos de doença, acidente ou morte era igualmente prevista pelas associações de classe e pelos sindicatos. Em fevereiro de 1915, um dos sócios da Associação de Classe dos Cocheiros pediu «o subsídio que os seus estatutos prescrevem aos sócios enfermos. Em vista da informação clínica apresentada, foi autorizado o subsídio de 300 réis diários pelo espaço de um mês»⁷⁴.

Contudo, não eram só os sócios da respetiva entidade que os operários ajudavam. Em 1922, o operário sapateiro bracarense José Silva, estando doente, teve de regressar a Braga para repousar. O operário relatou nas suas memórias:

Comecei a passar a maior parte do tempo nas matas do Bom Jesus do Monte só recolhendo à cidade ao anoitecer, onde o saudoso camarada Jerónimo de Sousa, já falecido e então secretário do Sindicato dos Manufatores de Calçado, me dera alojamento gratuito. Tinha, pois, contactos permanentes com este camarada e com os seus colegas da Direção do

⁷¹ Veja-se, por exemplo, Manuel Joaquim de Sousa, «A organização operária em Braga não corresponde ainda à importância da terceira cidade do país», *A Batalha*, 7 de junho, 1921: 1.

⁷² Veja-se, por exemplo, no subcapítulo 4.1.1, as comissões que se formavam para reorganizar as associações de classe. Quanto às conferências para a reorganização do operariado bracarense, veja-se o subcapítulo 4.6.

⁷³ s/a, «Solidariedade», *O Sindicalista*, 26 de fevereiro, 1911: 1.

⁷⁴ s/a, «Associação dos Cocheiros», *Comércio do Minho*, 27 de fevereiro, 1915: 2.

Sindicato e, muito embora eu estivesse naquela localidade para tratar da minha saúde, o certo é que não podia negar-lhes a assistência sindical que me pediam⁷⁵.

A solidariedade estendia-se, portanto, a operários de outras cidades e, até, de outras classes. Por exemplo, em março de 1924, foi formada uma comissão de solidariedade com o objetivo de angariar fundos para ajudar o militante portuense Bento da Cruz, que estava doente⁷⁶.

Para além da ajuda monetária, as classes operárias também prestavam solidariedade moral aos seus camaradas em luta ou para com os operários que sofriam injustiças pelas mãos do patronato ou do Governo, nomeadamente os presos por questões sociais. Por exemplo, em novembro de 1921, os operários bracarenses telegrafaram ao presidente do Ministério, Manuel Maria Coelho, pedindo a libertação dos presos por questões sociais⁷⁷. Em abril do ano seguinte, foram os operários chapeleiros a protestarem pelos mesmos motivos⁷⁸. A prisão arbitrária de militantes sindicais, recorrente durante toda a I República, era um facto que indignava bastante as classes operárias, como descrevia um articulista d' *A Batalha*:

Tem-se prendido todo o mundo, têm passado pelos cárceres monárquicos, republicanos dos diversos matizes e operários de ideias revolucionárias; estes últimos, então, nunca deixaram de ter, desde a proclamação da República, alguns dos seus camaradas a ferros, o que bem prova o ódio republicano a tudo o que encerra um desejo de progresso. A grande maioria dessas prisões foi efetuada *ad hoc* e nelas interveio um desejo mesquinho de represália, uma intriga baixa de inimigos, e prova a inculpabilidade da maioria dos detidos o facto de, dias passados, serem mandados em liberdade, ninguém os indemnizando dos prejuízos morais e materiais sofridos, que aumentam na proporção dos fracos recursos dos cativos⁷⁹.

Ainda sobre os protestos dos operários bracarenses contra as arbitrariedades do Governo, em dezembro de 1925, a Liga das Artes Gráficas, em consonância com as manifestações realizadas em Lisboa contra a deportação sem julgamento de operários, telegrafou ao presidente do Ministério protestando contra a arbitrariedade praticada pelo Governo. O *Diário do Minho*

⁷⁵ Silva, *Memórias...*, 95.

⁷⁶ Cf. s/a, «Braga», *A Batalha*, 28 de março, 1924: 3. Bento da Cruz foi um operário fabricante de calçado e militante anarquista portuense. Viria a falecer em abril de 1924.

⁷⁷ Cf. s/a, «Braga: 1 de novembro», *A Batalha*, 3 de novembro, 1921: 2.

⁷⁸ Cf. s/a, «Prolonga-se a injustiça», *A Batalha*, 10 de abril, 1922: 1-2.

⁷⁹ s/a, «Prender, prender!», *A Batalha*, 6 de janeiro, 1920: 1. Itálico no original.

publicou o telegrama enviado, que tinha o seguinte teor: «Liga Artes Gráficas Braga seus aderentes Barcelos protestam energicamente contra prisões sem culpa formada e deportações sem julgamento»⁸⁰.

Mas não era apenas o Governo que cometia arbitrariedades contra o operariado. Em janeiro de 1911, numa reunião entre todas as classes operárias, convocada pelos caixeiros, para se tratar da questão do descanso semanal,

o delegado da Associação de Classe dos Fabricantes de Calçado [António da Silva Pote], fazendo várias considerações tendentes a afirmar a solidariedade da sua classe para com a dos empregados do comércio, comunicou que os industriais Palha & Fialho, sabendo que ele era presidente da sua associação de classe pelo ofício que os caixeiros lhe enviaram para a oficina, ao entregarem-lhe a fêria, despediram-no daquela casa⁸¹.

As restantes classes aprovaram uma moção de protesto contra a atitude do industrial, mostrando assim a sua revolta. Augusto Caldas, correspondente d' *O Sindicalista*, considerava o despedimento do seu camarada como um «incitamento ao operariado para que veja – *com olhos de ver* – a quanto monta a *generosidade do industrialismo*»⁸².

Esta solidariedade moral era também prestada aos operários de outros países, igualmente vítimas daquela *generosidade do industrialismo*, o que revela não só um certo interesse e conhecimento sobre o movimento operário internacional, como uma notável consciência de classe. Por exemplo, em agosto de 1911, o núcleo bracarense do Grupo Germinal (grupo de carácter anarquista), decidiu «oficiar às Associações de Classe, desta cidade, pedindo a sua cooperação na luta de protesto a favor dos camaradas mexicanos e nomeou-se uma comissão para tratar do assunto com brevidade»⁸³. Não sabemos quais os resultados desta iniciativa do Grupo Germinal, ou se as associações de classe lhe prestaram o seu apoio, mas esta ação comprova que, pelo menos os anarquistas bracarense, eram solidários com uma causa que consideravam emancipatória.

⁸⁰ s/a, «Liga das Artes Gráficas de Braga», *Diário do Minho*, 22 de dezembro, 1925: 2.

⁸¹ Augusto Caldas, «O Sindicalista em Braga», *O Sindicalista*, 8 de janeiro, 1911: 3.

⁸² *Id.*, *ibid.*. Itálicos no original.

⁸³ s/a, «De Braga», *A Aurora*, 13 de agosto, 1911: 4. A revolução mexicana, iniciada em novembro de 1910 com o objetivo de devolver as terras expropriadas aos camponeses e restituir as liberdades democráticas abolidas com a ditadura de Porfirio Díaz, foi bastante noticiada na imprensa operária anarquista, que considerava esta revolução como a emancipação do povo mexicano.

Um outro exemplo de solidariedade a nível internacional está relacionado com o processo de Sacco e Vanzetti, anarquistas italianos residentes nos Estados Unidos que foram condenados inocentemente pelo homicídio de um guarda e de um tesoureiro de uma fábrica de sapatos⁸⁴. A imprensa operária estava constantemente a protestar contra a condenação destes anarquistas, e os operários bracarenses não ficaram indiferentes ao caso: em novembro de 1921, telegrafaram à delegação americana em Lisboa contestando a sentença à morte de Sacco e Vanzetti, indignando-se com «as autoridades de Chicago, célebres já pelas suas horrorosas façanhas contra os anarquistas»⁸⁵.

Outra questão que preocupava o operariado bracarense era a fome que grassava na Rússia. Nas comemorações do 1.º de Maio de 1922, depois da realização do comício, «os operários abriram no local uma quête para os famintos da Rússia»⁸⁶. Mais tarde, em junho, numa excursão vinda a Braga promovida pelo grupo anarquista portuense Luz Emancipadora, venderam-se «umas pequenas bandeiras cujo produto se destina aos famintos russos»⁸⁷. Ajudar os camaradas russos não era uma questão estritamente relacionada com ideologia, de estar de acordo com o regime da ditadura do proletariado ou desaprová-lo, mas era também uma questão humanitária, de solidariedade em favor de uma população que tinha feito uma revolução contra a burguesia.

Eram comuns na imprensa operária os pedidos de auxílio às populações famintas, não só da Rússia como também de outros países, chegando-se a publicar listas de donativos⁸⁸. Em janeiro de 1924, a CGT apelou aos operários portugueses para ajudarem como pudessem, em dinheiro ou roupas, a população alemã, que atravessava uma grave crise económica em consequência da I Guerra⁸⁹.

A solidariedade era um aspeto fundamental para os operários, pois seria difícil sobreviver sem a ajuda que havia entre eles, quer em caso de greve, desemprego, acidente ou doença. Mário Domingues, redator do jornal *A Batalha*, numa conferência que realizou em Braga, em março de 1924, falou «da associação e da solidariedade, sentimento bem mais humano e altruísta que a

⁸⁴ Sacco e Vanzetti seriam executados pela justiça americana em agosto de 1927, sendo absolvidos 50 anos depois, quando foi reconhecida a sua inocência.

⁸⁵ s/a, «Braga: 1 de novembro», *A Batalha*, 3 de novembro, 1921: 2. As façanhas horrorosas referem-se à morte de operários manifestantes, em maio de 1886, pelas mãos da polícia de Chicago. As manifestações do 1.º de maio tiveram origem nesse episódio.

⁸⁶ s/a, «O 1.º de maio», *Diário do Minho*, 2 de maio, 1922: 2.

⁸⁷ s/a, «Braga: 20 de junho», *A Batalha*, 22 de junho, 1922: 3.

⁸⁸ Veja-se, por exemplo, s/a, «Solidariedade para com os russos: aos homens livres e humanitários», *A Batalha*, 27 de agosto, 1921: 1.

⁸⁹ Cf. Comité Confederal, «Pelos nossos irmãos alemães!», *A Batalha*, 25 de janeiro, 1924: 1.

caridade dos ricos. Diz que todos os escravos se devem dar as mãos, com um só desejo e um só pensamento: a sua libertação»⁹⁰. A solidariedade, neste sentido, não era apenas uma questão de sobrevivência, era também uma questão social, que levaria à emancipação social dos operários.

4.2.2 Educação

A educação era outra das questões importantes para o operariado, pois era através da educação que os operários preparariam o advento da revolução social. Seria um trabalho árduo, devido ao estado débil da organização operária, mas que a longo prazo poderia trazer resultados proveitosos. Como afirmava um articulista d' *O Sindicalista*,

convençamo-nos, antes de mais nada, de que sempre e sobretudo nas circunstâncias em que o operariado atualmente se acha em Portugal, só por um trabalho paciente, longo, e quase sempre obscuro, se pode chegar a produzir obra, que seja útil, que represente sem sofismas nem ilusórias aparências, uma autêntica soma, maior ou menor, de progresso, de emancipação⁹¹.

Neste sentido, a educação traria benefícios a toda a sociedade. Mas a educação beneficiaria principalmente os operários, na sua maior parte analfabetos, pois «são forçados a dar ingresso na oficina logo que atingem a idade em que o organismo está suficientemente formado para poder dificilmente, com o trabalho que lhe é imposto»⁹². Não é de surpreender, portanto, que as associações de classe e os sindicatos empreendessem esforços para que os seus sócios se instruissem.

Uma das classes bracarenses que se preocupava em providenciar meios para a educação dos seus sócios foi a classe caixeiral. Em março de 1911, a Associação de Classe Comercial resolveu «abrir na sua sede um curso de instrução primária para marçanos [...] Além deste curso, foi mais resolvido abrir matrícula entre os caixeiros para os cursos de francês, inglês, escrituração comercial e caligrafia. Todos estes cursos são gratuitos»⁹³. Muito provavelmente esta iniciativa teve

⁹⁰ s/a, «Braga: propaganda revolucionária», *A Batalha*, 12 de março, 1924: 3. Os operários não confiavam na caridade dos ricos, uma vez que consideravam que a burguesia tinha interesses contrários aos do proletariado.

⁹¹ s/a, «Organizar e educar», *O Sindicalista*, 8 de março, 1914: 1.

⁹² s/a, «Preparando a revolução: a organização operária tem que preparar os seus militantes para o advento da Sociedade Nova», *A Batalha*, 25 de agosto, 1919: 1.

⁹³ s/a, «A classe caixeiral», *Comércio do Minho*, 28 de março, 1911: 2.

sucesso, pois em 1917 esta associação continuava a oferecer «aulas de escrituração comercial, [mais as aulas de] contabilidade e música»⁹⁴.

Pelo próprio teor destas iniciativas, supomos que não tivessem em exclusivo um objetivo revolucionário, de preparar a emancipação social do operariado, mas também o intuito de proporcionar os meios necessários para que os seus associados pudessem melhorar as suas condições de vida, progredindo profissionalmente.

Os chapeleiros também se interessaram em possibilitar a instrução dos seus sócios: em setembro de 1924, o jornal *A Batalha* referia que esta classe estava a tratar «da fundação de uma escola noturna para os sindicatos»⁹⁵. Não foram encontradas mais informações sobre esta iniciativa dos chapeleiros, não sabendo nós se teve ou não o sucesso pretendido.

A Federação das Associações Operárias, em 1912, também se importou com a questão da educação, apelando para que «os representantes das Associações federadas façam a máxima propaganda entre os seus consócios, no sentido de os chamarem à frequência da Biblioteca pública»⁹⁶. A leitura era um dos passos fundamentais na educação dos operários, pelo que as associações de classe e sindicatos apelavam ao uso da sua própria biblioteca ou da Biblioteca Pública. A Liga das Artes Gráficas foi uma delas, que em julho de 1915 decidiu melhorar a sua biblioteca, «oficiando-se a diversas casas editoras e a alguns publicistas para se adquirirem novos volumes»⁹⁷, obtendo respostas favoráveis à sua iniciativa⁹⁸. A Associação dos Empregados no Comércio apelou aos seus sócios no mesmo sentido, em outubro de 1915, advertindo que «todos os associados podem frequentar a [sua] biblioteca e distrair-se com jogos lícitos e outras diversões»⁹⁹.

Não foram muitos os exemplos que encontrámos sobre este tipo de iniciativas, provavelmente porque a imprensa não as noticiava, mas as que foram referidas servem para comprovar que o operariado bracarense, para além da luta económica, também se preocupava com a sua própria instrução.

⁹⁴ s/a, «Associação de Classe Comercial (caixeiros)», *Ecos do Minho*, 17 de outubro, 1915: 2.

⁹⁵ s/a, «Braga: o estado da organização operária», *A Batalha*, 25 de setembro, 1924: 3.

⁹⁶ s/a, «Federação das Associações Operárias», *Notícias do Norte*, 22 de dezembro, 1912: 3.

⁹⁷ s/a, «Liga das Artes Gráficas de Braga», *Ecos do Minho*, 6 de julho, 1915: 3.

⁹⁸ Cf. s/a, «Liga das Artes Gráficas», *Ecos do Minho*, 13 de julho, 1915: 2.

⁹⁹ s/a, «Associação dos Empregados no Comércio», *Ecos do Minho*, 15 de outubro, 1915: 3.

4.2.3 Propaganda

A propaganda era essencial para que os operários se inteirassem dos assuntos sociais, se interessassem pela vida associativa e se preocupassem com a sua formação. A propaganda, na ótica dos militantes operários, era especialmente importante na província, onde a organização operária era mais fraca. Como afirmava um articulista d' *A Batalha*,

esta necessidade duma grande propaganda, intensiva, constante, tenaz, que leve a todos os recantos portugueses a ideia de emancipação, é por todos conhecida. O trabalhador da província está, mais que o da capital, imbuído de preconceitos, iludido pela política, dominado pela religião. [...] É preciso convencer o operário da província que é mais proveitoso ir para o sindicato que ir para a missa. É preciso pôr-lhe diante dos olhos tudo o que de mau a política lhe tem feito, para que ele, assim busque novos rumos, caminhos novos, horizontes mais amplos¹⁰⁰.

Boa parte da propaganda feita tinha um carácter associativo/organizativo, com uma grande carga ideológica, isto é, apelava para que os operários se associassem nas suas associações de classe ou nos sindicatos, nomeadamente para preparar a emancipação social. Foi o caso de uma sessão de propaganda realizada na Associação dos Caixeiros, em dezembro de 1916, com a participação de Alberto Paulo Osório, caixeiro portuense. O conferente

desenvolveu com muita proficiência o tema – ‘os deveres e os direitos do caixeiato português; história das suas reivindicações’ – referindo-se largamente à ação das associações de classe. Combateu a conservação dos padrões adentro dos grêmios dos caixeiros, recomendando uma conscienciosa remodelação dos Estatutos. Nesta ordem de ideias, que os assistentes ouviam com geral agrado, espraiou-se em longas considerações, afirmando ser utilíssima a introdução nos referidos Estatutos dum artigo nesse sentido, que julga essencialíssimo para assim se garantir a independência de ação das associações desta natureza¹⁰¹.

¹⁰⁰ s/a, «A propaganda na província», *A Batalha*, 2 de fevereiro, 1920: 1.

¹⁰¹ s/a, «Na associação dos caixeiros: a conferência e sarau de domingo», *Ecos do Minho*, 4 de janeiro, 1917: 2.

Esta conferência, ouvida com interesse pela assistência, destacou a importância da associação para o sucesso das reivindicações. Sucesso que teria inevitavelmente que passar pela ação direta: as reivindicações do caixeirato teriam êxito se os patrões não fizessem parte das associações de classe, uma vez que os trabalhadores e o patronato tinham interesses opostos.

Outro exemplo de propaganda associativa foi a sessão realizada em maio de 1919, na sede da AC das Quatro Artes da Construção Civil, sendo participantes o editor do jornal *A Batalha*, Joaquim Cardoso, e de Manuel Soares e David de Sousa Ramos, delegados da Federação da Construção Civil de Lisboa e Porto, respetivamente. Estes conferencistas vieram a Braga

com a incumbência de levantarem o espírito e promoverem a unificação da classe que representam. Após justíssimas considerações sobre os irrisórios salários auferidos pelo operariado bracarense, definiram aqueles camaradas de uma forma clara e concisa o papel que ao sindicato operário está reservado na sociedade futura como regulador da produção, salientando igualmente as vantagens das Federações de indústria¹⁰².

No ano seguinte, em fevereiro, a Federação da Construção Civil enviou novamente delegados seus a Braga, mais uma vez com o objetivo de fazer propaganda sindical. Os delegados, João de Deus Simões e Augusto Vítor Martins, «fizeram ver a assembleia o quanto é útil aos operários, o serem sindicados, quais as suas felicidades desse passo emancipador, e qual a ventura ou frutos que eles amanhã hão de colher»¹⁰³. O passo emancipador, isto é, da união de toda a classe num sindicato, viria a ser feito mais tarde, quando a classe da construção civil se constituiu em sindicato único. Não temos informações sobre os passos para a formação do SU da Construção Civil, nem a data em que foi formado: a primeira referência sobre este SU aparece numa notícia, em dezembro de 1920, que *A Batalha* publicou¹⁰⁴.

Em abril de 1920, Raul Duarte e Jaime das Neves Guimarães, delegados da Federação da Indústria de Calçado, Couros e Peles, vieram a Braga em missão de propaganda, pois a Federação considerava que os manufatores de calçado bracarenses eram a classe mais desorganizada do Norte. A organização da classe era necessária, admitindo os delegados no seu relatório que

¹⁰² s/a, «Braga, 12: propaganda sindical. As eleições. A Batalha», *A Batalha*, 16 de maio, 1919: 2.

¹⁰³ s/a, «Braga, 30: delegados da Federação Nacional da Construção Civil. Reunião da Construção Civil. A vida cara e difícil. Reunião da União Local», *A Batalha*, 3 de fevereiro, 1920: 3.

¹⁰⁴ Cf. s/a, «Braga, 18: a carestia da vida. Várias notícias», *A Batalha*, 24 de dezembro, 1920: 2.

os militantes daqui não compreendendo o alcance moral e de organização que oferece a centralização da nossa indústria, deixam-se acorrentar pelo egoísmo de fazerem muitos *pares*, explorando desta forma os ajudantes que têm ao seu serviço. Mais: eles são coniventes na infamíssima exploração que os industriais, velhos e novos-ricos, exercem em especial no pessoal feminino, que trabalhando 12 e 13 horas por dia, auferem *fabulosos* ordenados que variam entre \$40 e \$80¹⁰⁵.

Porém, os delegados da Federação não foram bem recebidos, sendo alvos de uma campanha difamatória promovida pelos industriais e por alguns operários do sector, que afirmavam que a Federação tinha enviado delegados para revolucionar a classe, declarar uma greve e impedir a remessa das cadernetas confederais. Em junho, vendo-se impossibilitados de agir, os delegados da Federação recomendaram à USO que organizasse as classes desorganizadas, cumprindo a função para que fora criada¹⁰⁶.

De facto, em junho de 1920, a USO iniciou uma série de sessões de propaganda, não sabendo nós se por coincidência ou por acatamento da recomendação dos delegados lisboetas, a qual se iniciou na AC dos Operários Chapeleiros, com o objetivo de «expor os fins da organização»¹⁰⁷. A AC dos Assentadores e Canteiros, a AC dos Operários Fabricantes de Prego e a AC dos Lavradores-Caseiros e Jornaleiros também teriam direito a sessões de propaganda.

No mês seguinte, em julho, no SU Metalúrgico, o operário metalúrgico portuense Mendes Gomes realizou uma conferência sobre os benefícios da associação. Mas não foi a conferência que foi notícia. Depois da sessão de propaganda,

quando ele [Mendes Gomes] se retirava para ir descansar, cerca das 24 horas, foi abordado, junto à porta do sindicato, pelo chefe da 2.^a esquadra, que acompanhado com alguns guardas, o prendeu, conduzindo-o para o comissariado da polícia, onde esteve preso até quarta-feira [no dia seguinte à sua prisão], às 13 horas, acusando-o de fazer propaganda dissolvente¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Raul Duarte e Jaime das Neves Guimarães, «Propaganda sindicalista: aos operários manufatores de calçado de Braga», *A Batalha*, 12 de junho, 1920: 3. Itálico no original.

¹⁰⁶ Cf. *id.*, *ibid.*.

¹⁰⁷ s/a, «Braga, 1: a vida impossível. Os padeiros têm as 8 horas. Sessão solene. Propaganda associativa. Greves», *A Batalha*, 6 de junho, 1920: 3.

¹⁰⁸ s/a, «Braga, 16: conferências e prisão do camarada Mendes Gomes, do Porto. Reclamações operárias», *A Batalha*, 21 de julho, 1920: 2.

Quando se soube dessa prisão, o correspondente do jornal *A Batalha* mais o operário bracarense João Fânzeres dirigiram-se ao comissariado de polícia, onde fizeram «uma pequena conferência sobre o abuso praticado»¹⁰⁹, pelo que Mendes Gomes foi restituído à liberdade. Esta prisão gerou veementes protestos, principalmente da classe metalúrgica, que condenou «o estúpido atentado à liberdade de pensamento»¹¹⁰. Na realidade, era bastante comum, na I República, a prisão arbitrária de operários militantes, facto que era frequentemente criticado na imprensa operária, como já referimos.

Para além desta propaganda associativa, também havia propaganda que não tinha cariz reivindicativo. Em novembro de 1913, a Associação de Classe Comercial, aquando da inauguração das suas aulas, promoveu uma sessão de propaganda, onde os oradores louvaram «todos a instrução, como elemento essencial de engrandecimento dos povos. Por fim, o sr. presidente [da direção, Casimiro Silva] referiu-se à boa doutrina dos discursos proferidos e exortou todos os presentes a dedicarem-se ao estudo e a pugnam pelas prosperidades da associação»¹¹¹.

Não era só a educação que esta associação propagandeava. Em outubro de 1914, os caixeiros decidiram «promover uma ativa campanha contra a taberna, distribuindo-se com frequência vários manifestos e folhas soltas, em que se afrontem os perniciosos efeitos do alcoolismo, com a transcrição de opiniões abalizadas sobre o assunto, etc.»¹¹². A taberna era um problema que preocupava os militantes operários, uma vez que consideravam que o operariado bracarense passava mais tempo na taberna do que na associação de classe ou no sindicato. O correspondente do jornal *A Batalha* admite que «os operários aqui [em Braga] não querem saber do movimento associativo, e os seus interesses coletivos são postos de parte, para se atender aos interesses do vinho»¹¹³.

E era para se atender aos interesses coletivos que «se fala ou escreve para os proletários, despertando-lhes o sentimento da sua missão na vida, acordando neles o espírito de revolta que a educação submissa lhes adormeceu»¹¹⁴. Por outras palavras, a propaganda associativa era feita com o objetivo de organizar os operários para levarem a efeito a emancipação social.

¹⁰⁹ *Id.*, *ibid.*.

¹¹⁰ s/a, «Uma prisão em Braga», *A Batalha*, 20 de julho, 1920: 1.

¹¹¹ s/a, «Associação dos caixeiros: abertura das aulas», *Ecos do Minho*, 13 de novembro, 1913: 3.

¹¹² s/a, «Associação de Classe Comercial (caixeiros)», *Ecos do Minho*, 6 de outubro, 1914: 2.

¹¹³ s/a, «Braga, 26: União Local. A greve dos manipuladores de pão. Açambarcamentos de géneros. Várias», *A Batalha*, 29 de janeiro, 1920: 3.

¹¹⁴ José do Valle. «Consciência operária», *O Sindicalista*, 5 de fevereiro, 1911: 1.

Em suma, todas estas ações de solidariedade, assistência, educação e propaganda, contribuiriam para a emancipação social, sendo a prova de que, como declarava Alexandre Vieira, «o operariado e a sua organização de classe não se abstiveram de prestar, simultaneamente [com a luta económica], atenção aos problemas de interesse geral, neles incluídos os do espírito»¹¹⁵.

4.2.4 Recreação

A recreação era um aspeto importante da vida operária, uma vez que a distração poderia fazer com que os operários esquecessem, mesmo que por breves períodos de tempo, «a sua condição de escravos agulhoados ao pelourinho desta sociedade ignóbil»¹¹⁶. Efetivamente, os operários beneficiavam das ações lúdicas promovidas pelas associações de classe e pelos sindicatos, não só para esquecer momentaneamente o seu trabalho, mas também para estreitar os laços de solidariedade com os seus camaradas de outras classes e/ou de outras cidades.

As excursões são um bom exemplo de como a recreação estreitava a ligação entre os operários. Durante a I República, o operariado bracarense recebia mais excursões do que as que realizava: tanto quanto foi possível apurar, nesse período, vieram a Braga onze excursões operárias (oito das quais oriundas da região do Porto), e os operários bracarenses fizeram quatro excursões (duas das quais a Viana do Castelo). Podemos afirmar que o principal objetivo das excursões era o convívio entre operários, o que não significa que não se tivessem feito excursões com intuito propagandístico, explicando o facto de a polícia, nalguns casos, vigiar os excursionistas (noutros casos, a vigilância era feita com receio de que não se mantivesse a ordem pública).

Por exemplo, em maio de 1911, os operários chapeleiros do Porto e de S. João da Madeira realizaram uma excursão a Braga. Os excursionistas foram esperados pelos operários bracarenses de vários sectores, que os acompanharam num cortejo até à AC dos Operários Chapeleiros, «onde se realizou uma sessão solene de boas-vindas. Em seguida partiram os visitantes para o Bom Jesus do Monte, onde passaram a tarde em diversões e piqueniques»¹¹⁷. A vigiar os excursionistas, estava uma força de cavalaria, não fossem eles alterar a ordem pública.

Mais acutilante para a ordem pública foi uma excursão operária socialista vinda do Porto em junho de 1913 que, num comício de propaganda feito na Praça Conde de Agrolongo, um dos oradores comentou que «*os republicanos, no tempo da monarquia, sofismaram a verdade para*

¹¹⁵ Vieira, *Para a história do sindicalismo...*, 24.

¹¹⁶ s/a, «Braga: 20 de outubro», *A Batalha*, 22 de outubro, 1922: 3.

¹¹⁷ s/a, «Excursão operária», *Comércio do Minho*, 23 de maio, 1911: 3.

ludibriar o povo»¹¹⁸. Já tivemos oportunidade para verificar que, de facto, os operários tinham razão para estarem descontentes com a República, sendo este comício uma das formas de contestação ao novo regime.

Contudo, nem sempre as excursões eram sinónimo de propaganda política ou associativa. Em julho de 1913, uma excursão dos operários Têxteis da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela veio a Braga para, além do passeio, realizar um concerto¹¹⁹. O mesmo fez o Grupo Cénico da Associação de Classe Comercial de Braga, em janeiro de 1917, que foi a Arcos de Valdevez fazer um espetáculo no teatro daquela localidade¹²⁰. O jornal *Ecos do Minho* descreve detalhadamente e com entusiasmo esta excursão dos caixeiros:

A viagem, tanto na ida como na volta, sempre entrecortada de episódios picarescos, fez-se sem incidente, reinando a maior alegria entre todos. Trocaram-se durante o trajeto entre os excursionistas e o povo que os via passar afetuosas saudações, principalmente nas localidades de maior população, como Vila Verde, Pico de Regalados, Ponte da Barca e finalmente nos Arcos, onde os Empregados do Comércio daquela vila os receberam com todo o carinho e demonstrações de simpatia, a que se associaram gentilmente as damas, lançando sobre os bracarenses mimosas pétalas de flores, amabilidade a que os nossos conterrâneos correspondiam soltando vivas, agitando os chapéus e dando palmas. Após a chegada houve sessão de boas-vindas na Associação dos Caixeiros, fazendo um breve discurso de saudação o presidente respetivo sr. José Cerqueira, ao qual agradeceu o presidente da associação congénere de Braga, sr. Manuel Pereira, e depois todos debandaram satisfeitos, passeando pelas ruas da linda vila e admirando de pontos elevados os formosos panoramas que de lá se disfrutavam em longa extensão¹²¹.

Esta descrição pormenorizada permite-nos verificar os laços existentes e a amizade entre os trabalhadores de diferentes cidades. Caso igual foi a excursão à Póvoa de Varzim, realizada em setembro de 1916, promovida pelos caixeiros e na qual participaram operários de vários sectores. O jornal *Ecos do Minho* dá-nos, novamente, uma descrição minuciosa do acontecimento:

¹¹⁸ s/a, «Excursão socialista», *Ecos do Minho*, 19 de junho, 1913: 3. Itálico no original.

¹¹⁹ Cf. s/a, «Importante excursão operária», *Ecos do Minho*, 27 de julho, 1913: 3.

¹²⁰ Sobre a importância do teatro operário para a formação política e social dos trabalhadores, veja-se, a título de exemplo, Dulce Simões, «O teatro operário em Almada (1877-1947): sociabilidades e consciencialização política» (comunicação apresentada no II Congresso Internacional de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, 7-8 de abril, 2015), 2-5.

¹²¹ s/a, «Associação de Classe Comercial (caixeiros)», *Ecos do Minho*, 31 de janeiro, 1917: 2.

Ao largar o comboio, a alegre rapaziada ergueu vivas a Braga e à Associação de Classe Comercial (Caixeiros), entretendo-se depois os diversos grupos a cantar alegres coplas. Numa das carruagens não faltou sequer uma 'harmónica' dedilhada por mãos que sabiam tocar [...] Até se dançava dentro das carruagens! [...] O entusiasmo não tardou a manifestar-se bem grandiosamente [quando os bracarenses chegaram à estação de caminho-de-ferro da Póvoa de Varzim]. Trocam-se abraços e vivas e mal se organiza o cortejo com todas ou quase todas as associações, ente as quais se viam os estandartes da Associação Comercial da Póvoa, do Orfeão Povoense e Associação dos Caixeiros povoenses, as primeiras flores caíram sobre os excursionistas de mistura com os sorrisos de gentis damas debruçadas nas janelas. Muitos prédios ostentavam colgaduras de seda e damasco, e as ruas viam-se engalanadas com bandeiras e festões. [...] Ali [na Câmara Municipal] se efetuou sessão de boas-vindas [...] Depois da sessão em que se trocaram palavras de efetuoso carinho e de homenagem às duas terras amigas, dirigiu-se o cortejo para a Associação dos Caixeiros, cuja sede estava belamente engalanada, e onde outra sessão, não menos luzida, se efetuou. [...] Cerca das 7 horas e meia da tarde teve lugar [...] um primoroso jantar de confraternização, oferecido pela Associação dos Caixeiros à sua congénere de Braga. O jantar decorreu animadíssimo, no meio da mais franca alegria de todos os convivas. [...] pelas 11 e meia da noite os excursionistas convergiram para a estação [...] À partida do comboio ergueram-se vivas e os lenços agitaram-se numa manifestação de saudosa despedida, tocando as bandas o hino da Póvoa¹²².

Mais uma vez, o relato desta excursão demonstra a camaradagem que havia entre os operários, de vários sectores e de diferentes cidades, o que comprovava a existência de laços de solidariedade, que contribuía para o reforço da sua coesão e consciência de classe.

É essa mesma consciência de classe que explicava a realização de excursões com objetivo propagandístico, como foi o caso da excursão vinda a Braga, em agosto de 1921, promovida pela Comissão Pró-Casa dos Trabalhadores do Porto, tendo como objetivo «o estreitamento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores do Porto e Braga e o levantamento de uma grande obra como é a Casa dos Trabalhadores do Porto»¹²³. O jornal *A Batalha* acusou a imprensa generalista

¹²² s/a, «Braga e Póvoa de Varzim: a excursão promovida pela Associação de Classe Comercial (caixeiros)», *Ecós do Minho*, 19 de setembro, 1916: 2.

¹²³ s/a, «Excursão a Braga», *A Batalha*, 21 de agosto, 1921: 3. A Casa dos Trabalhadores seria um edifício que albergaria a sede de todas as associações de classe e sindicatos de uma cidade. Em Braga, o SU da Construção Civil, em fevereiro de 1922, iniciou uma campanha de

de estar a «prejudicar a ação da Comissão [...], fazendo uma propaganda acérrima contra a excursão, propalando que ela será adiada»¹²⁴. Supomos que essa propaganda antiexcursão tivesse sido feita com o medo de que os excursionistas alterassem a ordem pública. Todavia, a excursão chegou a realizar-se. Relatava o *Diário do Minho* «que, visitando vários núcleos associativos locais, [a excursão] se dispersou depois pela cidade em alegre convívio, visitando o Bom Jesus e outros locais da nossa terra»¹²⁵, não tendo havido motivo para alarme.

Outra excursão realizada com objetivos propagandísticos foi a excursão promovida pelo grupo anarquista portuense Luz Emancipadora, que já referimos acima. Nesta excursão, vinda a Braga em junho de 1922, para além de terem sido vendidas pequenas bandeiras cujo produto da venda seria para ajudar o povo russo, realizou-se na sede do SU da Construção Civil uma sessão de propaganda, onde discursou Gonçalves Baptista, membro do referido grupo, «expondo os fins daquele grupo, e fazendo um cerrado ataque à reação que campeia infrene por todas as terras do norte»¹²⁶.

Como já referimos, verifica-se novamente que, sendo de propaganda ou apenas de confraternização, o facto é que as excursões serviam para estreitar as relações entre os operários, contribuindo para o incremento da sua solidariedade e o reforço da consciência de classe.

As festas operárias são outro tipo de ação lúdica que servia para estreitar os laços entre os operários. Para além do 1.º de Maio, as festas operárias incluíam a celebração do aniversário da associação de classe ou sindicato, a inauguração de um novo edifício ou uma nova bandeira da organização, a comemoração da vitória de uma greve, entre outros. Por exemplo, em abril de 1912, os operários manufatores de calçado fizeram uma festa para inaugurar a nova bandeira da sua associação. O programa incluía a queima de foguetes, um cortejo de todas as associações de classe e sindicatos pela cidade, acompanhado pela banda da Filarmónica Bracarense, uma sessão solene com discurso do operário portuense João Sertié e de operários bracarenses¹²⁷. Não temos informações sobre os discursos que se fizeram, mas é bastante provável que, devido à ocasião, os oradores tivessem aproveitado para fazer propaganda associativa.

propaganda para que a cidade tivesse uma Casa dos Trabalhadores – que nunca foi construída, cf. s/a, «Braga: 14 de fevereiro», *A Batalha*, 18 de fevereiro, 1922: 2.

¹²⁴ s/a, «Excursão a Braga», *A Batalha*, 21 de agosto, 1921: 3.

¹²⁵ s/a, «Excursão operária», *Diário do Minho*, 4 de setembro, 1921: 2.

¹²⁶ s/a, «Braga, 20 de junho». *A Batalha*, 22 de junho, 1922: 3.

¹²⁷ Cf. s/a, «Festa operária», *Comércio do Minho*, 6 de abril, 1912: 2. João Sertié, operário manufator de calçado, era um conhecido militante anarcossindicalista portuense.

Em julho de 1921, os operários manipuladores de pão realizaram uma sessão solene de inauguração da sua nova bandeira, «falando diversos oradores operários, e tocando no local uma banda de música»¹²⁸. O jornal *A Batalha* dá-nos os nomes desses oradores: discursaram no local os operários «Francisco Queiroz, Aurélio Rodrigues, Francisco Ribeiro, Luís de Carvalho, do Porto, Guilherme Pinto, Pregueiro, Custódio Braga, Paulo Mendes e outros cujos nomes nos não ocorrem, fazendo-se representar a Delegação em Braga dos Empregados Menores dos Correios e Telégrafos»¹²⁹. Mais uma vez, os discursos deverão ter abordado a questão da propaganda associativa.

As festas de aniversário das associações de classe e dos sindicatos poderiam ser também uma ocasião para se fazer propaganda. Em janeiro de 1913, nas vésperas da comemoração do aniversário da Associação de Classe Comercial, seria «distribuído um bem redigido *manifesto* doutrinário e de propaganda»¹³⁰. Não há notícias sobre o conteúdo desse manifesto, nem sobre se ele chegou a ser distribuído como previsto.

No seu 21.º aniversário, comemorado em fevereiro de 1921, os caixeiros realizaram uma sessão solene, «falando diversos oradores entre os quais Costa Azevedo, pela Federação dos Empregados do Comércio (zona norte), Juliano José Ribeiro, e pela redação da *Luz e Vida*, Norberto Teixeira de Carvalho, que salientaram a vantagem dos empregados no comércio ingressarem na sua associação, e esta estar no organismo federativo»¹³¹.

O mesmo se passou no ano seguinte, na sessão solene da comemoração do 22.º aniversário da mesma associação, onde «falaram diversos oradores do movimento operário que incitaram os camaradas caixeiros a compenetrarem-se mais um pouco nos seus deveres sindicais, pois que o momento que passa não é de tibiezas, mas sim de uma luta sem tréguas contra todos os seus opressores»¹³². De facto, os caixeiros não eram dos trabalhadores mais predispostos para a luta pelos seus interesses de classe, o que justificava a realização de propaganda associativa na comemoração do aniversário desta associação de classe.

Uma outra associação que comemorava o seu aniversário era a AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes. Em abril de 1917, esta AC festejou o seu 8.º aniversário, mandando

¹²⁸ s/a, «Festa operária», *Diário do Minho*, 13 de julho, 1921: 2.

¹²⁹ s/a, «Braga: 15 de julho», *A Batalha*, 23 de julho, 1921: 2.

¹³⁰ s/a, «Associação dos caixeiros», *Comércio do Minho*, 23 de janeiro, 1913: 2. Itálico no original.

¹³¹ s/a, «Braga, 13: aniversário da Associação dos Caixeiros. Organização operária», *A Batalha*, 22 de fevereiro, 1921: 2. Itálico no original. *Luz e vida* era um jornal quinzenário portuense, publicado entre 1916 e 1925, sobre os interesses dos caixeiros.

¹³² s/a, «Braga: 7 de fevereiro», *A Batalha*, 9 de fevereiro, 1922: 3.

rezar uma missa pelos seus sócios falecidos e realizando uma sessão solene na sua sede¹³³. Na ocasião do seu 15.º aniversário, em abril de 1924, «saiu da sede da associação [...] a bandeira acompanhada por muitos sócios e pela música da Oficina de S. José e que foram cumprimentar nas casas onde trabalham, os camaradas que, pelos seus afazeres não podiam comparecer na sede da associação. Às 9 e meia da noite houve sessão solene, na sede da associação, que decorreu muito animada»¹³⁴.

Os empregados dos Serviços Municipalizados também chegaram a comemorar o aniversário da sua associação de classe. Em março de 1918, na celebração do seu 1.º aniversário, «falaram diversos sócios, sendo inaugurado no salão das sessões o retrato dos fundadores. No fim houve um magnífico copo de água»¹³⁵. Festejos e propaganda, como vimos, estavam incluídos no programa da maior parte das comemorações de aniversário destas associações de classe.

Porém, não eram só os seus aniversários que as organizações operárias comemoravam. Em junho de 1912, a Liga das Artes Gráficas realizou uma sessão solene «para comemorar a data de 14 de junho de 1909, em que a classe se declarou em greve»¹³⁶. Não foi possível encontrar mais informações sobre esta sessão solene mas, devido à própria ocasião, supomos que tenha sido feita propaganda sobre a importância de os operários se filiarem no seu sindicato para conseguirem obter sucesso nas lutas económicas que desencadeassem.

Outras comemorações operárias noticiadas foram as homenagens aos patrões, embora em número diminuto. Em abril de 1922, por exemplo, os operários metalúrgicos da fábrica A Mecânica decidiram comemorar o aniversário de um dos seus proprietários, José de Oliveira, «tendo em consideração o muito respeito e dedicação que tem para com aquele sr.»¹³⁷. O programa da festa incluiu uma homenagem dos trabalhadores ao aniversariante-proprietário, bem como um almoço oferecido por este aos seus operários, juntamente com diversos jogos e divertimentos¹³⁸. O periódico *Diário do Minho* descreve-nos com pormenor como decorreu a sessão de homenagem:

Passando o aniversário natalício do sócio sr. Oliveira, aproveitaram os operários [...] para tributar-lhe as homenagens de muito agradecimento pela maneira justa e carinhosa por que

¹³³ Cf. s/a, «Aniversário associativo», *Comércio do Minho*, 26 de abril, 1917: 2.

¹³⁴ s/a, «Festa dos empregados de hotéis», *Diário do Minho*, 20 de abril, 1924: 2.

¹³⁵ s/a, «Associação de Classe dos Empregados da Tração, Luz, Água e Gás», *Ecos do Minho*, 17 de março, 1918: 2.

¹³⁶ s/a, «Liga das Artes Gráficas», *Ecos do Minho*, 27 de junho, 1912: 3.

¹³⁷ s/a, «Festa em 'A Mecânica'», *Diário do Minho*, 4 de abril, 1922: 2.

¹³⁸ Cf. *id.*, *ibid.*.

os seus patrões os têm tratado. Em nome do pessoal trabalhador leu uma bem redigida mensagem o guarda-livros sr. Ribeiro, enaltecendo as qualidades do sr. Oliveira e felicitando-o pelo seu aniversário. E como penhor da estima que une os operários ao seu patrão, ofereceram um lindo objeto de ouro ao homenageado. Este agradeceu em breves e sentidas palavras as provas de estima recebidas, prometendo corresponder a elas com um interesse sempre crescente pelas necessidades dos seus trabalhadores. Fala depois o sócio sr. Marinho, anunciando, para solenizar tão fausta data, a criação de uma *Caixa de Pensões* aos operários, que ia ser dotada já de um capital regular. Em nome do 'Diário do Minho' falou depois o Sr. P.º Manuel Domingues Basto que diz estar satisfeito com a harmonia social que nota dentro daquela casa e felicita o homenageado, patrões e operários, lembrando a uns e outros os grandes deveres da hora presente, nas relações entre o capital e o trabalho. Fala mais uma vez o guarda-livros sr. Ribeiro enaltecendo as qualidades do sr. Oliveira e terminando por abraçá-lo. A fábrica estava engalanada a primor com palmas e bandeiras, vendo-se apenas aqui e além largos cartões com máximas e princípios morais¹³⁹.

De facto, naquela época era incomum a harmonia social que foi exaltada nesses discursos de homenagem, mormente porque então se vivia uma era de convulsão social. Quanto aos operários metalúrgicos homenagearem os patrões, apesar de se circunscrever apenas a uma fábrica, era igualmente insólito, até porque os metalúrgicos eram operários de tendência anarcossindicalista, chegando mesmo a fazer uso de violência nas suas reivindicações. Como explicar, então, esta festa? Primeiro, nem todos os operários metalúrgicos poderiam ser anarcossindicalistas. Segundo, os proprietários da fábrica A Mecânica poderiam, como foi dito nos discursos, ter proporcionado boas condições de trabalho ao seu pessoal – o que era bastante invulgar, mas não impossível, justificando-se assim aquela homenagem.

Esta não foi, contudo, a única homenagem feita a patrões. Em janeiro de 1923, os operários chapeleiros da fábrica Faria & Taxa fizeram igualmente uma homenagem a um dos seus patrões, Victor Taxa de Faria, desta vez por ter recuperado de uma doença grave. Descreve-nos o *Diário do Minho* que

todo o pessoal da importante fábrica de chapéus [...] foi ao Sameiro em romagem de alegria agradecer à Mãe de Deus, os benefícios havidos para com um dos proprietários da fábrica sr. Victor Taxa de Faria, salvando-o da terrível doença que o teve entre a vida e a morte; [...]

¹³⁹ s/a, «A Mecânica», *Diário do Minho*, 7 de abril, 1922: 2. Itálico no original.

No Sameiro pois, pelas 12 horas, foi celebrado o santo sacrifício da Missa [...] Depois, feitas as despedidas a Virgem com muita unção religiosa e muita fé, todo o pessoal da fábrica desceu montanha abaixo até ao Bom Jesus, onde [...] lhe estava preparado um banquete [...] e a que assistiram 200 convivas. Este banquete, oferecido pelo velho Vasco Faria [também proprietário da fábrica] ao seu pessoal, constituiu a nota de mais relevo na festa; pois nela confraternizaram numa promiscuidade enternecedora, patrões e operários, homens e mulheres, sempre em ovações constantes aos seus chefes, que lhes pagavam com igual usura acariciando-os também. [...] Os srs. Vasco José Faria Victor Taxa de Faria e José Rodrigues Pacheco, foram [...] muito cumprimentados pelas pessoas mais gradas da cidade, pela ordem que sabem manter na sua fábrica e pelo afeto e amor que souberam radicar em todo o seu pessoal¹⁴⁰.

As mesmas considerações que fizemos para a homenagem dos operários metalúrgicos da fábrica A Mecânica aos seus patrões, fazemo-las para este caso. Estas duas festas em homenagem aos patrões foram as únicas que foram noticiadas na imprensa de Braga, durante a I República. Acreditamos que sejam casos únicos, até porque a imprensa generalista teria todo o interesse em noticiar este tipo de iniciativa, que servia como um bom exemplo de harmonia social entre patrões e operários que, na verdade, era quase inexistente.

Um outro exemplo de harmonia social foi a manifestação de homenagem à Câmara Municipal, em novembro de 1914, promovida pelos caixeiros. O motivo da homenagem foi a iniciativa da Câmara em construir novas linhas de tração elétrica e em lançar a primeira pedra para a construção de um bairro operário – que, como já referimos, nunca chegou a ser concluído. Esta manifestação, além da queima de foguetes, contou com um cortejo das associações bracarenses, tanto de operários como de industriais, até à Câmara.

Participaram nesse cortejo a AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes, AC dos Oficiais de Barbeiro e Cabeleireiro, AC dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate, AC dos Cocheiros e Artes Correlativas, AC dos Operários Marceneiros, AC dos Operários Fabricantes de Calçado, AC dos Operários das Quatro Artes da Construção Civil, AC dos Operários Metalúrgicos, AC dos Operários Chapeleiros, Liga das Artes Gráficas, AC dos Lojistas de Barbeiro e Cabeleireiro, AC dos Industriais das Quatro Artes da Construção Civil, Sociedade Cooperativa dos Agricultores Bracarenses, Associação de Socorros Mútuos (ASM) dos Fabricantes de Calçado, ASM da Fábrica

¹⁴⁰ s/a, «Operários em festa», *Diário do Minho*, 16 de janeiro, 1923: 4.

Taxa & Faria, ASM da Fábrica Social Bracarense, Montepio S. José, Associação Fúnebre Familiar Bracarense, ASM dos Alfaiates, Montepio Santo António, Corporação dos Bombeiros Voluntários, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, Associação Comercial, Centro Republicano Bracarense, Associação de Classe Comercial (caixeiros) e Associação dos Empregados no Comércio¹⁴¹.

Este cortejo, composto na maioria por associações de classe e sindicatos operários, dirigiu-se à Câmara Municipal, onde os representantes destas entidades leram e entregaram uma mensagem ao major Lopes Gonçalves, presidente da Câmara. A mensagem de homenagem e congratulação era do seguinte teor:

As coletividades abaixo assinadas, representantes diretas e legítimas das forças vivas da cidade, irmanadas num único sentimento, – o sentimento sublime do dever, e sobremaneira orgulhosas ante o despertar desta terra para uma vida nova, para uma vida fecunda de progressos e de belezas, jubilosamente depõem nas mãos de V. Ex.^a o preito sincero e ardente das suas homenagens agradecidas, pela obra admiravelmente bela e grandiosa, que V. Ex.^a, como bom e dedicado filho de Braga, se dignou iniciar, e que com tanto brilho, e com uma atividade só própria de uma alma puramente afeiçoada à causa sublime do rejuvenescimento do seu querido torrão natal [...] E para que V. Ex.^a atinja o termo da sua jornada, e para que a vitória continue a sorrir-lhe no auge da peleja, é que as coletividades abaixo assinadas, hoje reunidas no mesmo desejo ardente de contribuírem com a melhor parcela do seu esforço para o desenvolvimento progressivo desta cidade, e, conseqüentemente, para o alcance de uma era plena de prosperidades para o seu comércio, e para a sua indústria, afirmam a V. Ex.^a o seu propósito de o auxiliarem de ora em diante, com todas as suas forças e com o melhor da sua vontade¹⁴².

As associações de classe e sindicatos que assinaram esta mensagem foram a Associação de Classe Comercial (caixeiros), Liga das Artes Gráficas, AC dos Operários Chapeleiros, AC dos Fabricantes de Calçado, AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes, AC dos Operários Metalúrgicos, AC dos Operários das Quatro Artes da Construção Civil, AC dos Operários Marceneiros, AC dos Oficiais de Barbeiro e Cabeleireiro, AC dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate,

¹⁴¹ Cf. s/a, «Manifestação à Câmara Municipal», *Comércio do Minho*, 10 de novembro, 1914: 3.

¹⁴² s/a, «A manifestação à Câmara Municipal», *Imparcial*, 14 de novembro, 1914: 2.

AC dos Empregados no Comércio, e Centro Operário Socialista¹⁴³. Estes operários depositavam verdadeiramente as suas esperanças no facto de que a Câmara Municipal poderia melhorar as suas condições de vida – mas cedo ficariam desiludidos, como já vimos.

Apesar de a imprensa generalista propugnar a harmonia social, que seria conseguida através dos ideais do socialismo-cristão, a verdade é que patrões e operários tinham interesses antagónicos, estando constantemente em desacordo.

4.3 Os grupos operários bracarenses

4.3.1 Juventude Sindicalista

As Juventudes Sindicalistas foram criadas, segundo Manuel Joaquim de Sousa, obedecendo a uma dupla necessidade: a primeira, relacionada com a ideologia anarcossindicalista, que atraía os jovens; a segunda, relacionada com a educação revolucionária e ideológica desses mesmos jovens¹⁴⁴.

Em Braga, o Núcleo da Juventude Sindicalista formou-se em junho de 1915 e, logo no mês seguinte, começou os seus trabalhos, promovendo uma conferência com o operário portuense Alves da Silva sobre organização operária¹⁴⁵. Nessa conferência, o membro da Juventude Sindicalista, Júlio Cruz, «expôs qual o fim do Núcleo Sindicalista e a necessidade da propaganda sociológica entre as classes proletárias passando em seguida a palavra a Alves da Silva que fez uma brilhante conferência sobre o que é na atualidade a vida do operário bracarense»¹⁴⁶.

A Juventude Sindicalista tinha, portanto, uma função educativa e propagandística. Todavia, até 1921, a Juventude Sindicalista de Braga ficaria inativa, sem contudo ter sido possível conhecer as razões que o motivaram.

Em março de 1921, a Juventude Sindicalista em Braga reorganizar-se-ia pelas mãos «de um razoável número de rapazes, [...] que se propõe interessar todos os jovens no movimento operário, desenvolvendo a sua ação principalmente dentro dos sindicatos»¹⁴⁷. O Núcleo retomaria

¹⁴³ Cf. *id.*, *ibid.*.

¹⁴⁴ Cf. Manuel Joaquim de Sousa, *O sindicalismo em Portugal* (Porto: Afrontamento, 1972), 103.

¹⁴⁵ Cf. s/a, «Conferência», *Ecos do Minho*, 8 de julho, 1915: 2.

¹⁴⁶ s/a, «Conferência», *Ecos do Minho*, 11 de julho, 1915: 2.

¹⁴⁷ s/a, «Braga, 25: a nova sede da USO. Propaganda da imprensa operária. Juventude sindicalista. Passeio de estudo», *A Batalha*, 31 de março, 1921: 2.

as suas funções propagandísticas, não só discutindo a vida operária bracarense, mas também adquirindo e vendendo folhetos de propaganda sindical¹⁴⁸.

A atividade da Juventude Sindicalista de Braga voltaria a ficar paralisada, pelo que em março de 1922 um grupo de jovens operários nomeou uma comissão reorganizadora para revitalizar o Núcleo, entendendo que «não podia continuar indiferente ante o desmazelo criminoso a que o Núcleo fora votado»¹⁴⁹. Mais uma vez, o Núcleo retomou sua atividade propagandística: numa reunião dos operários da construção civil, realizada em maio de 1922, um dos seus membros dirigiu-se à assistência, «exortando-a a ir para a luta sem receio, dizendo ‘lamentar que numa reunião composta em sua maioria por jovens, estes estivessem a hesitar em travar luta com o patronato e com os possíveis amarelos’, convidando esses jovens a ingressar no núcleo respetivo, para que em futuras reclamações saibam indicar aos velhos o verdadeiro caminho»¹⁵⁰.

Contudo, os jovens operários descuraram da Juventude Sindicalista. 1923 parece ter sido o último ano de atividade do Núcleo, pois nenhuma outra referências foram encontradas nos anos seguintes. Não temos informações que nos indiquem concretamente qual o motivo do desinteresse pela Juventude Sindicalista. Não nos parece que os jovens operários descurassem do seu Núcleo por questões ideológicas, mas talvez pelas mesmas razões por quais o operariado bracarense estava desorganizado: pelas dificuldades que então encontravam.

4.3.2 Grupo Germinal e outros núcleos anarquistas

Em Braga, durante a I República, foram constituídos os seguintes grupos anarquistas: em 1911, o Grupo Germinal, em 1914, Regeneração Social, em 1915, Sociedade de Educação Popular, em 1924, Luz ao Povo¹⁵¹.

Só dispomos de informações detalhadas relativas ao Grupo Germinal, formado em julho de 1911. Sobre a reunião para a formação deste grupo, relatava o jornal *A Aurora* que os seus membros decidiram manter relações de solidariedade com outros grupos existentes e resolveram pedir aos grupos que publicavam livros, jornais ou folhetos que lhes enviassem exemplares para compor a sua biblioteca de estudos sociais, sendo aprovada a seguinte moção:

¹⁴⁸ Cf. s/a, «Braga: 5 de outubro», *A Batalha*, 8 de outubro, 1921: 3.

¹⁴⁹ s/a, «Braga: 27 de março», *A Batalha*, 31 de março, 1922: 3.

¹⁵⁰ s/a, «Braga: 14 de maio», *A Batalha*, 17 de maio, 1922: 3.

¹⁵¹ Cf. Carlos da Fonseca, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, vol. 1, Cronologia* (Lisboa: Europa-América, 1979), 134 e 144; João Freire, «Dicionário histórico de militantes sociais, grupos libertários e sindicatos», Movimento Social Crítico e Alternativo, <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto>, 2012.

Considerando que a reação política-clerical pretende por todas as formas cercear-nos as liberdades conquistadas pelo povo revolucionário em 5 de outubro. Considerando que este 'grupo' é constituído por indivíduos que desejam a liberdade no seu máximo para todos: O grupo 'Germinal' no início da sua formação resolve: defender com todo o vigor e energia, quer dizer pela imprensa quer pela palavra a liberdade ameaçada e combater revolucionariamente em defesa da mesma, logo que as circunstâncias assim o exijam¹⁵².

Pelo teor das suas resoluções, o objetivo deste grupo seria a propaganda ideológica e a luta pelos seus ideais, como mostra a moção acima citada e, como vimos no capítulo sobre solidariedade, desenvolver ações internacionalistas como, por exemplo, a solidariedade prestada aos mexicanos revolucionários. Só temos informações sobre estas atividades iniciais do grupo, não sabendo durante quanto tempo esteve constituído.

4.3.3 Círculo Católico Operário

Os Círculos Católicos Operários (CCO), existentes desde os finais do século XIX, organizados pela Igreja Católica para a difusão da sua doutrina social. foram uma referência na organização do operariado católico, sendo considerados como um esforço no sentido da criação de um sindicalismo católico que pretendia travar os avanços revolucionários dos operários¹⁵³.

Durante a I República, as referências à atividade do CCO em Braga começaram a aparecer em janeiro de 1911, quando este promoveu uma conferência sobre os perigos do alcoolismo, sendo orador o advogado bracarense Valério das Neves¹⁵⁴. Todavia, a atividade do Círculo não iria ser duradoura, pois em março do mesmo ano a sua sede foi assaltada, provavelmente por iniciativa de republicanos radicais, descrevendo o *Comércio do Minho* que

a sala principal ficou numa desordem; às cadeiras foi golpeada a palhinha; a várias mesas arrancaram os pés; três armários foram arrombados, aparecendo rasgados os livros e papéis, e quebradas louças, que os armários continham. Foram também rasgados diplomas e a bandeira, e quebrados lavatórios de ferro. Os assaltantes levaram um tinteiro, os distintivos

¹⁵² s/a, «Grupo Germinal: Braga», *A Aurora*, 23 de julho, 1911: 3.

¹⁵³ Cf. Eduardo C. Cordeiro Gonçalves, «Mutualismo ou tentativa de sindicalismo católico? A propósito do movimento dos círculos católicos de operários (1898-1910)», *Revista da Faculdade de Letras*, III série, vol. 8 (2007): 261-262.

¹⁵⁴ Cf. s/a, «Conferência», *Comércio do Minho*, 31 de janeiro, 1911: 2.

de prata da direção, a campainha elétrica e 1\$000 réis pertencentes ao empregado da casa. Na sala das aulas apenas rasgaram uns mapas, não tocando em mais nada. Na lousa escreveram: 'Respeite-se a instrução! Viva a revolução!'. Os prejuízos resultantes do assalto não são de avultada importância¹⁵⁵.

Depois deste assalto, o CCO só voltaria a reorganizar-se em julho de 1916¹⁵⁶. Em janeiro de 1917, foram inauguradas as suas conferências mensais de propaganda e de instrução ao operariado que, na realidade, versavam mais sobre religião¹⁵⁷. Sendo a ação do Círculo uma «ação de instrução, educação e formação social»¹⁵⁸, as suas atividades incidiam nas conferências de propaganda, recorrentes durante o tempo em que o CCO esteve ativo.

Mas a propaganda não era a única função do Círculo. Em janeiro de 1917, o CCO decidiu ajudar monetariamente, conforme as suas receitas, os seus sócios doentes, tendo já socorrido seis¹⁵⁹. Em novembro de 1918, foram nove os sócios doentes que receberam subsídio¹⁶⁰. Nesse mesmo mês, o Círculo decidiu abrir matrículas para aulas de instrução primária e música, que beneficiariam os seus associados¹⁶¹.

Propaganda e assistência, portanto, eram as funções do Círculo Católico de Operários que, de resto, não teve grande atividade, até porque o operariado bracarense revelou estar pouco interessado nas suas atividades. Demais, para além dos seus órgãos administrativos serem presididos por clérigos e não por operários¹⁶², o CCO não fora ao encontro dos interesses do operariado e não cumprira o seu objetivo de travar a influência dos anarcossindicalistas, como admitia um articulista do *Diário do Minho*:

[Os Círculos] foram armas excelentes quando entreter o operário com jogos, leituras e representações teatrais bastava para desviá-lo da taberna, do jogo ou do lupanar, únicos perigos a que então estava exposto; são armas que não servem hoje que o operário é atacado diretamente na inteligência e no coração e se procura arregimentá-lo para estabelecer em

¹⁵⁵ s/a, «Assalto ao Círculo Católico», *Comércio do Minho*, 18 de maio, 1911: 2.

¹⁵⁶ Cf. s/a, «Círculo Católico de Operários», *Ecos do Minho*, 27 de julho, 1916: 2.

¹⁵⁷ Cf. s/a, «Círculo Católico de Operários», *Comércio do Minho*, 27 de janeiro, 1917: 3.

¹⁵⁸ s/a, «Círculo Católico de Operários», *Ecos do Minho*, 30 de janeiro, 1917: 2.

¹⁵⁹ Cf. s/a, «Círculo Católico», *Ecos do Minho*, 17 de janeiro, 1917: 2.

¹⁶⁰ Cf. s/a, «Círculo Católico de Operários», *Ecos do Minho*, 19 de novembro, 1918: 2.

¹⁶¹ Cf. *id.*, *ibid.*

¹⁶² Cf. s/a, «Eleições», *Comércio do Minho*, 14 de julho, 1917: 2.

toda a parte um sistema económico-político que diz fundar-se com o fim único de emancipá-lo e fazê-lo feliz¹⁶³.

4.3.4 Grémio Operário de Maximinos

O Grémio Operário de Maximinos, formado em 1920, foi uma agremiação operária da freguesia de Maximinos destinada «somente à instrução e recreio dos seus associados, não tendo portanto fim algum político, mas sim o recreio dos seus filiados e o prestígio daquela freguesia»¹⁶⁴.

E, de facto, as pouquíssimas referências à atividade do Grémio são na sua maioria sobre a recreação seus associados. Em julho de 1921, na comemoração do seu primeiro aniversário, o Grémio promoveu uma festa que contou com foguetes, música e bazar de prendas, havendo também uma sessão solene¹⁶⁵. Em outubro de 1924, o Grémio promoveu uma festa para angariar fundos em seu benefício, «que tanto precisa do concurso dos seus amigos e de todos os paroquianos daquela piedosa freguesia. Como se sabe, este Grémio organizou uma Caixa de socorros aos seus doentes, sócios efetivos, merecendo por isso só, os aplausos de toda a gente de Braga»¹⁶⁶.

O Grémio também promovia a assistência, pelo que, em agosto de 1924, adicionou um artigo aos seus estatutos, determinando que «quando por qualquer motivo for dissolvido o Grémio dos Operários de Maximinos, será o seu capital, móveis e haveres existentes, distribuído pelo Colégio dos Órfãos de S. Caetano, e pela Oficina de S. José ambos desta cidade»¹⁶⁷.

Não temos informações sobre a dissolução deste Grémio, mas supomos que, tal como os outros grupos operários bracarenses, a sua existência foi efémera.

4.4 A participação em conferências e congressos nacionais

As conferências e os congressos sindicais, tanto a nível local como a nível nacional, tinham como objetivo melhorar a organização operária, pois «o proletariado português ainda não tem aquele grau de consciência revolucionária que o determine a tomar resoluções transcendentais»¹⁶⁸.

¹⁶³ Santa Cruz, «Organização católico-operária», *Diário do Minho*, 20 de outubro, 1921: 1.

¹⁶⁴ s/a, «Grémio dos Operários de Maximinos», *Diário do Minho*, 28 de agosto, 1924: 2.

¹⁶⁵ Cf. s/a, «Festa operária», *Diário do Minho*, 29 de julho, 1921: 1.

¹⁶⁶ s/a, «Festa em Maximinos», *Diário do Minho*, 10 de outubro, 1924: 2.

¹⁶⁷ s/a, «Grémio dos Operários de Maximinos», *Diário do Minho*, 28 de agosto, 1924: 2.

¹⁶⁸ s/a, «As conferências da UO Nacional», *A Aurora*, 6 de maio, 1917: 1.

A propaganda, neste sentido, fazia parte do programa dessas conferências e congressos, que representavam o esforço do operariado para conseguir ter uma organização forte que fizesse valer as suas reivindicações¹⁶⁹.

Em maio de 1911, realizou-se em Lisboa o II Congresso Sindicalista, que incidiu sobre a organização operária, as greves e a legislação laboral. Foi neste Congresso que a orientação sindicalista-revolucionária do operariado português começou a prevalecer: como afirmava um articulista do jornal *O Sindicalista*, «todas as organizações a este congresso aderentes, abandonaram, por de improficuos resultados, a velha tática reformista e [não resta dúvidas] de [que] se convenceram de que da política nada têm a esperar. [...] a **Ação Direta** foi proclamada como o único método de luta capaz de conduzir os trabalhadores à sua completa emancipação»¹⁷⁰.

Neste Congresso, estiveram representadas cerca de 90 associações de classe, num total de 36 000 indivíduos¹⁷¹. De Braga, só a AC dos Oficiais de Barbeiros, com 118 indivíduos associados, é que participou no Congresso¹⁷². Não era apenas esta associação bracarense que se orientava pelos princípios do sindicalismo revolucionário, mas foi a única que conseguiu, ou a única que esteve interessada em representar-se nesse evento.

Entre 1911 e o Congresso Operário de Tomar, realizado em 1914, a orientação sindicalista-revolucionária foi ganhando mais terreno entre o operariado português. Em Lisboa e no Porto, a União das Associações de Classe e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), respetivamente, coexistiram com a Federação das Associações Operárias, de carácter reformista, que foi perdendo influência¹⁷³.

A UGT do Porto estava encarregada da propaganda sindicalista no Norte do país, incluindo Braga. De acordo com Manuel Joaquim de Sousa, esses militantes viram-se «a braços com enormes dificuldades materiais para realizarem um trabalho de propaganda profícua, demais tratando-se de populações vivendo sob a ação clerical, eivada de restos da educação fradesca, e viciadas, por outro lado, com as práticas reformistas que tudo faziam depender do providencialismo do Estado»¹⁷⁴.

¹⁶⁹ As conferências realizadas a nível local, em Braga, já foram abordadas no subcapítulo 4.2.3. Não é o nosso objetivo, aqui, alongarmo-nos na análise dos congressos nacionais, mas antes verificar a influência que tiveram no operariado bracarense.

¹⁷⁰ s/a, «O próximo congresso», *O Sindicalista*, 8 de janeiro, 1911: 1. Negrito no original.

¹⁷¹ Cf. Oliveira, *A criação da União Operária...*, 22.

¹⁷² Cf. s/a, «Organizações que estavam representadas no congresso», *O Sindicalista*, 4 de junho, 1911: 2.

¹⁷³ Cf. Oliveira, *A criação da União Operária...*, 24.

¹⁷⁴ Sousa, *O sindicalismo...*, 87.

Apesar das dificuldades encontradas pelos propagandistas, segundo Joana Dias Pereira, a Federação das Associações Operárias de Braga foi convertendo o seu modelo reformista «ao novo modelo organizacional sindicalista, que previa a criação de um conselho, onde estariam representados todos os sindicatos aderentes»¹⁷⁵ – todavia, não encontramos dados que corroborem esta afirmação. A Federação das Associações Operárias de Braga existiu, pelo menos, até 1917.

Em março de 1914, realizou-se o Congresso Operário de Tomar, com a participação de reformistas e anarcossindicalistas, onde foi fundada a União Operária Nacional, a primeira intersindical nacional portuguesa. As teses discutidas estavam relacionadas com as bases da organização da UON, a reforma da lei da 9 de maio de 1891, sobre associações de classe, as bases para a criação do Instituto do Trabalho Nacional, e a reforma dos tribunais de árbitros-avindores.

As sessões começaram logo com polémica entre reformistas e sindicalistas revolucionários, uma vez que estavam presentes delegados de associações de classe e sindicatos que não eram seus sócios e nem tão-pouco assalariados, o que era contrário aos princípios sindicalistas. A discussão sobre a permanência desses delegados no Congresso foi demorada, já que na sua maioria pertenciam ao Partido Socialista, podendo vir a perder a sua oportunidade de participar nos debates¹⁷⁶.

Segundo Alexandre Vieira, o deputado socialista pelo Porto e delegado da AC dos Chapeleiros de Braga, Manuel José da Silva, salientou-se nessa polémica, onde «esteve iminente uma cisão, que foi evitada com a apresentação de uma proposta, votada por maioria, dando àqueles delegados voto deliberativo, mas estabelecendo o princípio de que em futuros Congressos só poderiam representar os Sindicatos indivíduos assalariados e associados»¹⁷⁷.

De Braga, participaram igualmente no congresso José Duarte Pregueiro, delegado da Federação das Associações Operárias, Adelino Augusto Teixeira, delegado da AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes, Aurélio Augusto Rodrigues, delegado da AC dos Operários das Quatro Artes da Construção Civil¹⁷⁸.

¹⁷⁵ Joana Dias Pereira, *Sindicalismo revolucionário: história de uma idéia* (Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011), 55.

¹⁷⁶ Cf. Oliveira, *A criação da União...*, 27.

¹⁷⁷ Vieira, *Para a história do sindicalismo...*, 85. Manuel José da Silva foi deputado socialista pelo Porto, sendo provável que os chapeleiros de Braga lhe tivessem pedido a sua representação neste Congresso.

¹⁷⁸ Cf. s/a, «Congresso operário», *Comércio do Minho*, 19 de março, 1914: 2.

O Congresso de Tomar marcou definitivamente o triunfo do sindicalismo revolucionário sobre a tática reformista do socialismo, e a criação da UON foi tida como um passo para a formação, mais tarde, da CGT, como afirma César Oliveira:

O grande trabalho do Congresso de Tomar foi de facto a criação a União Operária Nacional, organismo entendido como forma transitória em ordem à criação da Confederação Geral do Trabalho. Consignando expressamente a autonomia dos organismos aderentes no que respeita ao seu funcionamento especial (art.º 7.º), constituindo secções regionais para fins de propaganda, desdobrando o executivo em duas secções (Lisboa e Porto), a UON deveria ceder lugar à CGT num congresso que logo ficou marcado para 1916¹⁷⁹.

Contudo, com o advento da I Guerra, a UON viu a sua atividade minorada, pelo que a formação da Confederação Geral do Trabalho foi sendo adiada. A formação da CGT deu-se em 1919, no Congresso de Coimbra, como veremos mais à frente.

A realização das conferências nacionais, em abril e maio de 1917, em Lisboa, e em junho do mesmo ano, no Porto, deveu-se ao facto de a UON ter visto a sua atividade diminuída durante a I Guerra. Como afirmava a comissão organizadora da conferência,

a criminoso guerra que se desencadeou, há dois anos, no centro da Europa, e em que também foi envolvido o nosso país trazendo para a nossa vida industrial e agrícola e para a nossa situação de trabalhadores as consequências horríveis que todos nós sentimos, trouxe também, com o afastamento forçado de muitos dos seus militantes e com o mal-estar que de todos os trabalhadores se apossou, a desorganização do operariado e o enfraquecimento e a inércia dos seus organismos associativos¹⁸⁰.

Esta Conferência foi, portanto, uma tentativa de fortalecer o movimento operário. As suas teses incidiram sobre a organização operária, a carestia de vida e a organização operária perante as condições de paz. Não temos informações sobre a participação das associações de classe bracarenses mas, segundo um articulista do jornal *A Aurora*, sabemos que «a organização operária, principalmente a da província, que se conservava um tanto ou quanto isolada das cidades principais, Lisboa e Porto, demonstrou tendências e alguma manifesta vontade de

¹⁷⁹ Oliveira, *A criação da União...*, 28.

¹⁸⁰ Comissão Organizadora da Conferência Operária Nacional, «União Operária Nacional», *A Aurora*, 11 de março, 1917: 4.

intensificar bem as suas relações de solidariedade – o que constitui um belo princípio para a organização definitiva do operariado de todo o país»¹⁸¹.

Efetivamente, o movimento operário ganhou um novo alento depois da Conferência, principalmente através das greves, cujo número aumentou: em Braga, em 1917, foram realizadas seis greves, enquanto em 1916 apenas foram feitas duas. O aumento de greves não foi consequência direta da Conferência Operária, mas foi antes resultado das condições precárias dos trabalhadores que, contudo, seguiam a orientação da Conferência¹⁸². Essa orientação designava que, enquanto não fosse possível a transformação social, «um único meio restava ao trabalhador para tornar possível a existência: a *luta incessante pelos salários mais altos*»¹⁸³. A luta foi puramente económica, mas não deixou de contribuir para o fortalecimento da organização operária.

Com a organização operária mais ativa e mais consolidada, a formação da Confederação Geral do Trabalho era viável: em setembro de 1919, no Congresso Operário de Coimbra, foi criada a CGT. As teses do Congresso versavam sobre os estatutos da Confederação, sobre as relações internacionais do movimento operário português e sobre os sindicatos únicos e mistos.

De Braga, apenas a AC dos Operários Chapeleiros participou no Congresso¹⁸⁴. O facto indignou o correspondente do periódico *A Batalha*, que afirmava que «é censurável e lamentável a atitude dos sindicatos desta cidade perante o congresso do operariado de Coimbra. De todas as partes do país acorreram àquela assembleia nacional operária, representantes das classes produtoras de Portugal e só de Braga, onde existem cerca de 18 associações de classe, nada se viu nessa casa de discussão proletária»¹⁸⁵.

Seria por falta de interesse ou por falta de meios que os sindicatos de classe e os sindicatos bracarense não participaram no Congresso? O correspondente de *A Batalha* acusava os operários bracarense de desinteresse, afirmando que «as classes trabalhadoras continuam numa inação vergonhosa. Até hoje ainda não nos constou que tivessem reunido para apreciar as deliberações do II Congresso Operário Nacional e deliberarem sobre a atitude a adotar»¹⁸⁶, estando

¹⁸¹ s/a, «A conferência operária nacional», *A Aurora*, 3 de junho, 1917: 2.

¹⁸² Das seis greves realizadas em Braga, em 1917, quatro reivindicavam o aumento de salário.

¹⁸³ Alexandre Vieira, *Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal (de 1908 a 1919)* (Lisboa: Edições Base, 1977), 52. Itálico no original.

¹⁸⁴ Cf. Teodoro, «A Confederação Geral do Trabalho...», 637.

¹⁸⁵ s/a, «Braga, 22: os bolchevistas são homens perigosos. O congresso operário», *A Batalha*, 25 de setembro, 1919: 3.

¹⁸⁶ s/a, «Braga, 27: bacalhau podre. A indiferença das classes trabalhadoras», *A Batalha*, 30 de setembro, 1919: 3.

mais preocupadas com as manifestações políticas. O SU Metalúrgico foi o único a responder a estas acusações, declarando que

a comissão administrativa deste sindicato, em sua última sessão, apreciando uma local inserta no n.º 210 de 25 de setembro p.p. d'*A Batalha* lavrou o seu protesto contra afirmações feitas à organização operária de Braga, por não ter enviado delegados ao Congresso de Coimbra, e afirmando o seu autor que para políticos estamos sempre prontos a ir esperá-los. A comissão administrativa que deste sindicato declara nada ter com essas manifestações políticas, o mesmo não acontecendo com o autor da correspondência que a todos os partidos políticos tem pertencido; e, como o nosso organismo só agora sai do seu estado embrionário, é o motivo porque não enviou o seu representante ao Congresso de Coimbra¹⁸⁷.

O operariado bracarense poderia não ter os meios para se fazer representar no Congresso, ou simplesmente a sua ausência deveu-se a uma falta de consciência da importância do evento, como apontam as notícias encontradas. Todavia, não cremos que os operários bracarenses estivessem tão desinteressados no Congresso ao ponto de posteriormente nenhuma associação ou sindicato discutir as suas deliberações – o que seria inverosímil.

A participação bracarense voltou a ser reduzida no Congresso Operário da Covilhã, realizado em outubro de 1922. Em junho desse mesmo ano, o correspondente d'*A Batalha* acusava novamente os operários bracarenses de desinteresse, afirmando que «ainda nenhum sindicato operário nomeou os delegados que ali irão representar a organização operária de Braga. É lamentável tal atitude, o que vem demonstrar a pouca consciência que o proletariado nutre pelos seus organismos»¹⁸⁸.

Mas houve associações de classe e sindicatos bracarenses que mostraram estar conscientes relativamente à organização operária. Participaram neste Congresso o SU da Construção Civil, tendo como delegados Aurélio Augusto Rodrigues, David Sousa Ramos e António Alves; o SU da Indústria de Calçado, Couros e Peles, sendo José Silva seu representante; a AC dos Operários Chapeleiros, sendo o seu delegado António Joaquim Ramalho; e, por fim, o SU dos Operários Manipuladores de Pão¹⁸⁹.

¹⁸⁷ Manuel Henriques de Sousa Sampaio, «Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Braga», *A Batalha*, 4 de outubro, 1919: 3.

¹⁸⁸ s/a, «Braga: 20 de junho», *A Batalha*, 22 de junho, 1922: 3.

¹⁸⁹ Cf. Teodoro, «A Confederação Geral do Trabalho...», 643-647.

José Silva, representante dos fabricantes de calçado bracarenses, relatou-nos nas suas memórias a sua participação no Congresso. Substituindo Jerónimo de Sousa, que não pôde representar a classe, José Silva aceitou a delegacia à Covilhã para que os fabricantes de calçado de Braga participassem naquele Congresso. Foi a tese sobre as Relações Internacionais a mais importante da reunião, uma vez que os operários teriam de decidir a adesão à Internacional Sindical Vermelha (ISV), fundada em Moscovo no ano anterior, ou à Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), de orientação anarcossindicalista, ainda em formação, em Berlim¹⁹⁰. José Silva descreveu que

a Comissão Organizadora propunha que se aderisse à Internacional Sindical Vermelha, com sede em Moscovo, mas havia uma contra-tese que preconizava a filiação na Associação Internacional dos Trabalhadores, ainda em organização, cuja sede seria em Berlim. Claro, como os camaradas de Braga em relação aos trabalhos do Congresso estivessem ainda mais *crus* do que eu, deram-me plenos poderes para me pronunciar em conformidade com a minha consciência social, na qual confiavam [...] Quando da votação da tese sobre relações internacionais, em nome do sindicato dos Fabricantes de Calçado de Braga, votei pela adesão do movimento sindical português à Internacional Sindical Vermelha, embora os meus camaradas do sindicato do Porto tivessem instado comigo para que desse o meu voto à AIT – repito – nessa data ainda inexistente. O meu voto à Internacional de Moscovo, naquele momento, não continha qualquer preferência ideológica nem pelo Anarquismo nem pelo Comunismo e ainda menos pelo Social-Reformismo; mas em virtude dos despeitos que o meu gesto causou aos meus camaradas do Porto, tive então que definir-me ideologicamente¹⁹¹.

Uma vez terminado o Congresso, o relatório de José Silva teria que ser apresentado ao SU da Indústria de Calçado, Couros e Peles de Braga. O correspondente d' *A Batalha* relatava que

depois desse camarada acabar a leitura do relatório, esclareceu verbalmente numa maneira minuciosa, ponto por ponto, todas as suas passagens, a fim de habilitar a assembleia a poder pronunciar-se numa forma conscienciosa sobre o seu trabalho. Em seguida vários camaradas

¹⁹⁰ A CGT iria aderir à Associação Internacional dos Trabalhadores, em setembro de 1923. No Congresso da Covilhã, a organização operária rejeitou a adesão a Moscovo.

¹⁹¹ Silva, *Memórias...*, 97-103. Itálico no original.

pedem a palavra para apreciar o relatório, sendo todos unânimes em prestar justiça à forma como o relator se desempenhou da sua missão¹⁹².

Somente os trabalhos do delegado dos manufatores de calçado estão documentados, mas o processo seria o mesmo para as associações de classe e os sindicatos que participaram no Congresso, tendo os seus delegados que apresentar relatórios e esclarecer os seus camaradas quanto às posições tomadas. Mais uma vez, o operariado bracarense não esteve grandemente representado no Congresso, apesar de ter enviado delegados de quatro associações de classe e sindicatos, o seu maior número de representantes num evento deste tipo (ver tabela 5). As razões seriam as mesmas que levaram os operários a quase não se fazerem representar no Congresso de Coimbra, em setembro de 1919: falta de meios e falta de interesse.

Os operários bracarenses não demonstraram igualmente grande interesse no Congresso de Santarém, realizado em setembro de 1925. Não foram encontradas na imprensa referências sobre a participação bracarense neste Congresso, apenas sabemos que o SU dos Operários Manipuladores de Pão e o SU dos Operários Chapeleiros se fizeram representar, se bem que a presença dos delegados dos chapeleiros não foi confirmada¹⁹³.

Recapitulemos a presença bracarense nos congressos nacionais, em comparação com o número total de associações de classe e sindicatos existentes em Braga, demonstrada na seguinte tabela:

¹⁹² s/a, «Braga: 20 de outubro», *A Batalha*, 22 de outubro, 1922: 3.

¹⁹³ Cf. Teodoro, «A Confederação Geral do Trabalho...», 651-653.

Tabela 5 - Participação dos organismos operários bracarenses nos Congressos Nacionais

Ano	Congresso	AC e Sindicatos bracarenses participantes	AC e sindicatos em Braga
1911	II Congresso Sindicalista	AC dos Oficiais de Barbeiro	10
1914	Congresso Operário de Tomar	Federação das Associações Operárias AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes AC dos Operários Chapeleiros AC dos Operários das Quatro Artes da Construção Civil	13
1919	Congresso Operário de Coimbra	AC dos Operários Chapeleiros	15
1922	Congresso Operário de Covilhã	SU da Construção Civil SU da Indústria de Calçado, Couros e Peles AC dos Operários Chapeleiros SU dos Operários Manipuladores de Pão	12
1925	Congresso Operário de Santarém	SU dos Operários Manipuladores de Pão SU dos Operários Chapeleiros (presença não confirmada)	14

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional; José Miguel de Jesus Teodoro, «A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)» (tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013), 637-653.

Estes números comprovam a falta de interesse do operariado bracarense quanto aos congressos nacionais, como acusava o correspondente do jornal *A Batalha*. Contudo, é provável que, para além do desinteresse já apontado, os operários bracarenses não se tenham feito representar por falta de meios. De qualquer maneira, estes números demonstram que a organização operária bracarense estava debilitada.

Para além dos congressos operários, que contavam com a participação do operariado de todos os sectores, realizavam-se os congressos corporativos ou de indústria, com a presença de operários de determinado sector industrial. Por exemplo, em abril de 1913, a Associação de Classe Comercial reuniu-se para «nomear delegados efetivos desta associação ao 3.º congresso da classe dos caixeiros portugueses, que dentro em breve se vai realizar em Coimbra, os srs. Raul Guimarães e Casimiro Silva. Por proposta do presidente da mesa, foram nomeados delegados suplentes ao referido congresso os srs. Manuel Pereira e João Martins Gonçalves»¹⁹⁴.

Em agosto de 1920, Alfredo Marques e Santos Arranha, delegados da comissão organizadora do Congresso da Indústria Mobiliária, que iria realizar-se em outubro do mesmo ano,

¹⁹⁴ s/a, «Associação dos caixeiros», *Comércio do Minho*, 8 de abril, 1913: 3.

vieram a Braga fazer propaganda para que a AC dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas se fizesse representar no referido evento, mostrando «à classe as vantagens do congresso e da fundação da federação de indústria, sendo muito aplaudidos»¹⁹⁵. Esta associação de classe nomeou como delegado ao congresso o operário José de Castro Soares¹⁹⁶.

Com o mesmo objetivo de propaganda, em agosto de 1922, José da Silva e Júlio de Campos, delegados da Federação de Indústria de Calçado, Couros e Peles, vieram a Braga para realizar «uma sessão na sede daquele organismo [o SU da Indústria de Calçado, Couros e Peles] para se tratar da nomeação de delegados ao próximo congresso corporativo»¹⁹⁷.

Em setembro de 1925, a Liga das Artes Gráficas, «na impossibilidade de enviar a sua delegação ao Congresso dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, a decorrer em Santarém, enviou ao secretariado do referido Congresso» um telegrama, onde «saúdam [os] congressistas augurando proficuos resultados [dos] trabalhos»¹⁹⁸.

Não há documentação suficiente sobre a participação bracarense nestes congressos de indústria, mas supomos que a falta de meios e também a falta de interesse não permitiram uma larga presença das associações de classe e dos sindicatos de Braga, o que, sendo esse o caso, comprova mais uma vez a fragilidade da organização operária bracarense.

4.5 A imprensa operária

A imprensa operária pode ser entendida como a imprensa que se produzia sobre o próprio movimento operário, estando relacionada com o movimento associativo do operariado. A imprensa operária poderia ser redigida e publicada tanto por operários como por elementos de outra origem social, tendo vários matizes ideológicos, revolucionários e políticos. Adotando um critério amplo, poderemos considerar como imprensa operária aquela que defendia os interesses do operariado.

Maria Filomena Mónica e Luís Salgado de Matos recensaram, para o período de 1834 a 1934, 1026 títulos de jornais operários¹⁹⁹, doze dos quais foram publicados em Braga, segundo

¹⁹⁵ s/a, «Braga, 21: ainda o açúcar. Congresso de indústria mobiliária. Várias notícias», *A Batalha*, 1 de setembro, 1920: 3.

¹⁹⁶ Cf. s/a, «Braga, 30: a ganância dos industriais de padarias. Os presos passam fome. Várias notícias», *A Batalha*, 10 de outubro, 1920: 2.

¹⁹⁷ s/a, «Braga: 7 de agosto», *A Batalha*, 13 de agosto, 1922: 2.

¹⁹⁸ s/a, «Liga das Artes Gráficas de Braga», *Diário do Minho*, 22 de setembro, 1925: 2.

¹⁹⁹ Cf. Maria Filomena Mónica e Luís Salgado de Matos, «Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)», *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-69 (1981): 1016 e ss..

Victor de Sá²⁰⁰. A vigência da I República coincidiu com um novo vigor da imprensa operária, em virtude do aumento do número de greves nesse período, sendo publicados a nível nacional 524 novos títulos entre 1910 e 1934 (257 entre 1910 a 1919)²⁰¹.

Em Braga, durante a I República, editaram-se três jornais operários, dois deles números únicos: em 1913, o *Primeiro de Maio*, em 1922, *O Caixeiro Bracarense* e, em 1917, *Luta Social*, este com três números publicados²⁰². Este número reduzido de jornais operários bracarenses pode ser interpretado como consequência da falta de recursos do operariado de Braga, não lhe permitindo publicar e manter um jornal.

Um dos jornais operários que chegou a ser editado foi a *Luta Social*, quinzenário anarquista bracarense que iniciou a sua publicação em março de 1917 com o intuito de «fazer uma obra de educação. Educação conscientemente revolucionária, sem tropos de retórica nem frases de cordel, tendendo a criar individualidades, seres aptos para os difíceis transes da vida revolucionária»²⁰³. O jornal tinha, portanto, o objetivo de preparar o operariado bracarense para a revolução social. O jornal teve vida efémera mas, em março de 1918, o *Ecos do Minho* noticiava que Júlio Cruz, operário gráfico e diretor da *Luta Social*, teria intenções de fazer reaparecer o quinzenário anarquista²⁰⁴. Não temos, contudo, informações que nos indiquem se o periódico voltou a publicar-se.

Não tendo os operários bracarenses condições para manter um periódico, o seu representante na imprensa seria o jornal *A Batalha*. Em maio de 1919, este era o segundo jornal mais vendido em Braga, em virtude «de rapazes operários cheios de entusiasmo pelas doutrinas expendidas em *A Batalha*, sabemos nós que deste jornal têm feito propaganda intensa. Que não esmoreçam, são os nossos votos»²⁰⁵.

Este empreendimento, porém, parece ter esmorecido, pois em agosto de 1919, fazia-se na cidade propaganda a favor d'*A Batalha*, uma iniciativa do próprio jornal por os operários bracarenses serem leitores dos jornais burgueses, que não propugnavam pelos seus interesses²⁰⁶.

²⁰⁰ Cf. Victor de Sá, «Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa», *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-69 (1981): 842-853.

²⁰¹ Cf. Maria Goretti Matias, «Imprensa operária», em *Dicionário da República e do republicanismo*, vol. 2, coord. Maria Fernanda Rollo (Lisboa: Assembleia da República, 2014), 399.

²⁰² Cf. Victor de Sá, *Roteiro da imprensa operária e sindical (1836-1986)* (Lisboa: Caminho, 1991), 112-120.

²⁰³ Redação do jornal, «Em marcha», *Luta Social*, 20 de março, 1917: 1.

²⁰⁴ Cf. s/a, «Jornais: Luta Social», *Ecos do Minho*, 14 de março, 1918: 2.

²⁰⁵ s/a, «Braga, 12: propaganda sindical. As eleições. A Batalha», *A Batalha*, 16 de maio, 1919: 2. Itálico no original.

²⁰⁶ Cf. s/a, «Braga, 13: propaganda de A Batalha. Reuniões associativas», *A Batalha*, 17 de agosto, 1919: 3.

O facto de o operariado de Braga preferir comprar jornais generalistas em vez de jornais operários enfurecia o correspondente d' *A Batalha*:

Sabem esses senhores [operários] que a organização operária portuguesa tem atualmente um diário de informação, quando não seja superior, igual à dos outros diários e que é preciso ajudar tal diário para que ele não pereça, o que seria uma grande perda para as classes proletárias se tal sucedesse; e não o comprem, mas sim o [*Diário* ou *Jornal de*] *Notícias*, o [*Primeiro de*] *Janeiro*, o *Mundo*, e outros jornais que só trazem intrujices políticas, histórias e contos para inglês ver. Ora não seria melhor, senhores operários, mais lógico e mais sensato comprarem *A Batalha*, jornal onde encontram as informações que precisam – educação e moralidade – e não esses cloacas que hoje defendem a república, amanhã a monarquia e no dia seguinte o contrário? Não será melhor auxiliar aquele que defende, os elucida acerca do caminho que têm a seguir perante este estado de coisas? Cremos que sim. Vamos abandonar os jornais dos políticos, porque só para eles serve, e lermos os que nos são úteis²⁰⁷!

Em março de 1921, o operariado bracarense era mais uma vez incitado a ler o *seu* diário, tendo então um grupo de operários percorrido a cidade a afixar cartazes que apelavam à leitura d' *A Batalha* e d' *A Comuna*, ambos «propugnadores dos direitos dos oprimidos»²⁰⁸.

A imprensa operária, para além de defender e orientar os interesses do operariado, era igualmente um meio de educação que, como já vimos, constituía um aspeto indispensável para se fazer a revolução social. Neste sentido, os operários teriam que manter e reforçar os seus órgãos de imprensa. Por exemplo, em dezembro de 1919, o correspondente d' *A Batalha* apelava à USO de Braga para que abrisse em todas as associações de classe e sindicatos, por seu intermédio, «uma subscrição a favor do jornal, para que ele não pereça ante a atual carestia do papel»²⁰⁹. A Cooperativa Produtora Bracarense das Quatro Artes da Construção Civil conseguiu reunir 2\$50 escudos²¹⁰. O SU Metalúrgico conseguiu juntar 5\$20 escudos e a AC dos Operários

²⁰⁷ s/a, «Braga, 4: Sindicato Único das Classes Metalúrgicas», *A Batalha*, 9 de dezembro, 1919: 3. Itálicos no original.

²⁰⁸ s/a, «Braga, 25: a nova sede da USO. Propaganda da imprensa operária. Juventude sindicalista», *A Batalha*, 31 de março, 1921: 2.

²⁰⁹ s/a, «Braga, 23: a favor de A BATALHA. Sessão dos operários fabricantes de pregos. A União Local e câmara municipal. A carestia continua», *A Batalha*, 28 de dezembro, 1919: 3.

²¹⁰ Cf. s/a, «Braga, 1: a vida impossível. Os padeiros têm as 8 horas. Sessão solene. Propaganda associativa. Greves», *A Batalha*, 6 de junho, 1920: 3.

Fabricantes de Pregos reuniram 3\$30, não havendo notícias sobre as doações das outras associações de classe e sindicatos²¹¹.

O jornal passaria sempre por dificuldades e, em agosto de 1922, formou-se em Braga uma comissão de auxílio para *A Batalha*, «composta de: Guilherme Pinto, Jerónimo Oliveira, Manuel Barbosa, Paulino Mendes, Custódio Barbosa, António Alves e António da Silva»²¹². A comissão resolveu promover uma excursão, cujo produto dos bilhetes reverteria a favor do jornal – mas não há informações que nos indiquem se a excursão chegou a ser efetuada.

Os próprios vendedores de jornais dificultavam a propaganda do jornal operário. Em junho de 1920, o correspondente d' *A Batalha* indignava-se com o facto de os vendedores de jornais bracarenses não apregoarem este periódico, «atitude que dá maus resultados para o jornal, pois, não ouvindo apregoar o seu título, os mais inconscientes não tratam de perguntar por ela aos vendedores»²¹³.

As autoridades também não apreciavam a imprensa operária. Em julho de 1922, um homem foi preso por andar a vender um folheto intitulado *A Moral do Jovem Sindicalista*, facto que indignou bastante o correspondente d' *A Batalha*, que relatou o caso:

Conduzido por dois soldados da GNR ao quartel da mesma guarda, e pós o levantamento do respetivo auto foi transferido para a esquadra policial. Enquanto os jornais monárquicos são apregoados em alta voz, como um pasquim que se intitula *Aqui el-rei*, que aqui se publica, os folhetos de propaganda social não podem circular, estando os seus vendedores à mercê de qualquer bronco militarão²¹⁴.

4.6 O estado da organização operária bracarense

A organização operária bracarense foi sempre motivo de desagrado não só para os correspondentes dos jornais operários, mas também para os militantes que vinham à cidade fazer sessões de propaganda sindical.

Em fevereiro de 1916, o correspondente d' *A Aurora* acusava o operariado bracarense de inação perante o açambarcamento de géneros, resultado do «caos em que se encontra a

²¹¹ Cf. s/a, «Braga, 22: açúcar da câmara. Várias notícias», *A Batalha*, 29 de junho, 1920: 2.

²¹² s/a, «Braga: 7 de agosto», *A Batalha*, 13 de agosto, 1922: 2.

²¹³ s/a, «Braga, 22: açúcar da câmara. Várias notícias», *A Batalha*, 29 de junho, 1920: 2.

²¹⁴ s/a, «Braga: 20 de julho», *A Batalha*, 24 de julho, 1922: 3. Itálico no original.

organização operária desta cidade, que vive sem ação, sem um fim nem orientação»²¹⁵. De acordo com o mesmo correspondente, os operários bracarenses tinham as suas associações de classe e sindicatos, mas estas não reivindicavam os seus interesses.

Em setembro de 1919, o correspondente d'*A Batalha* também recriminava os operários bracarenses por transigirem com o açambarcamento de géneros, afirmando que «se a roubalheira de que são vítimas os operários de Braga se desse noutra terra onde as associações de classe existem, já um grande movimento reivindicador teria estalado há muito pondo cobro a isto»²¹⁶. Mais uma vez, a culpa é atribuída às associações de classe e sindicatos, existentes mas inativas. As afirmações dos correspondentes d'*A Aurora* e d'*A Batalha* sobre a inércia operária perante o açambarcamento de géneros e a carestia de vida não são verídicas, uma vez que o operariado bracarense era ativo na luta contra estes dois problemas, como veremos mais à frente.

Em junho de 1921, Manuel Joaquim de Sousa veio a Braga como delegado da CGT para verificar o estado da organização operária da cidade (ver anexo 4). O delegado concluiu que o operariado bracarense «sofre do *vício* religioso, como sofre do vício político, como do vício da taberna»²¹⁷. Ou seja, os operários bracarenses não prestavam tanta atenção à sua associação de classe ou sindicato como davam aos assuntos que não lhes interessavam diretamente.

Contudo, Manuel Joaquim de Sousa reconhece que, em 1921, a organização operária bracarense estava mais ativa que em 1919, possivelmente como resultado da propaganda sindical que era feita. Efetivamente, na pesquisa realizada constatámos que os operários bracarenses fizeram 37 reclamações e realizaram 26 greves, de 1919 a junho de 1921. Ainda assim, a organização operária bracarense não era forte como deveria ser, até porque «as taras da servidão marcam a maioria dos trabalhadores, não obstante notar-se, uma vez por outra, certo espírito de rebeldia, em manifestações isoladas»²¹⁸.

Em janeiro de 1923, o correspondente d'*A Batalha* voltava a acusar os operários bracarenses de completa falta de organização, «sendo uma dolorosa mentira a organização sindical desta cidade, que contou já organizadas doze classes, não restando hoje desse número mais que três»²¹⁹. Verificámos que o operariado bracarense contou, durante o ano de 1923, com

²¹⁵ s/a, «A Aurora na província», *A Aurora*, 6 de fevereiro, 1916: 7.

²¹⁶ s/a, «Braga, 23: a apatia do operariado. O que urge fazer», *A Batalha*, 26 de setembro, 1919: 3.

²¹⁷ Manuel Joaquim de Sousa, «A organização operária em Braga não corresponde ainda à importância da terceira cidade do país», *A Batalha*, 7 de junho, 1921: 1.

²¹⁸ *Id.*, *ibid.*.

²¹⁹ s/a, «Braga: 11 de janeiro», *A Batalha*, 13 de janeiro, 1923: 3.

dez associações de classe e sindicatos, podendo dar-se o caso de em janeiro não estarem organizadas, efetivamente, mais do que três.

Tentando resolver o problema da falta de organização, em julho do mesmo ano a Delegacia Confederal de Propaganda do Norte enviou a Braga o delegado Joaquim Caetano Rainha. Numa reunião do delegado com as classes operárias bracarenses, decidiu-se realizar uma conferência intersindical para fortalecer a organização operária de Braga²²⁰. A conferência realizou-se nos dias 5 e 6 de agosto, com a presença de Felisberto Baptista e Inácio dos Santos Viseu, delegados da Delegacia Confederal do Norte (ver anexo 5).

Santos Viseu iniciou a conferência, «lamentando que Braga, um grande centro industrial, não tenha imitado até hoje, outras cidades, organizando-se fortemente para que amanhã possa demonstrar ao patronato que não se brinca impunemente com aqueles que tudo produzem»²²¹. Guilherme Pinto, operário bracarense e membro da comissão organizadora da conferência, propôs à discussão da assembleia um documento com pareceres sobre a reorganização operária bracarense. O documento preconizava a) a reorganização da USO através de sessões de propaganda nas associações de classe e sindicatos bracarenses, b) a criação de uma biblioteca de estudos sociais, c) que militantes portuenses e membros da Delegacia Confederal de Propaganda do Norte fossem enviados a Braga para realizarem sessões de propaganda, d) a publicação mensal de um boletim informativo sobre a organização operária local²²².

A conferência continuou no dia 6 de agosto, com a presença de delegados da construção civil de Ferrol, Espanha, «que vieram a esta cidade participar aos seus colegas bracarenses que os construtores civis de Ferrol se encontram em luta contra o patronato e que necessário se torna que nenhum operário da construção civil portuguesa fosse trair o movimento daqueles nossos camaradas além-fronteiras»²²³. A conferência prosseguiu com a discussão sobre a reorganização do operariado bracarense, terminando «no meio da maior alegria, manifestando todos os congressistas uma grande boa vontade para o conseguimento dos objetivos que ela pretende ferir: – a organização das classes trabalhadoras desta cidade»²²⁴.

²²⁰ Cf. s/a, «Braga: 9 de julho», *A Batalha*, 11 de julho, 1923: 3.

²²¹ s/a, «Conferência intersindical de Braga», *A Batalha*, 7 de agosto, 1923: 3.

²²² Cf. *id.*, *ibid.*

²²³ s/a, «Conferência intersindical de Braga», *A Batalha*, 9 de agosto, 1923: 3.

²²⁴ *Id.*, *ibid.*

Todavia, o operariado bracarense continuaria desorganizado. Em dezembro de 1923, quatro meses depois da conferência intersindical, Silva Campos e Jerónimo de Sousa, delegados da CGT, vieram a Braga em missão de propaganda organizativa. Os delegados afirmaram

a necessidade que tem a classe operária, de se preparar para a emancipação da tutela burguesa, uma vez que os aumentos de salários são melhorias transitórias e que muitas vezes nem chegam a compensar os sacrifícios feitos para se alcançarem. É indispensável – disseram – que os operários por intermédio dos seus organismos se aprestem para a expropriação capitalista²²⁵.

Seria, por conseguinte, apenas através de uma forte organização que os operários bracarenses conseguiriam fazer valer as suas reivindicações e emancipar-se da tutela burguesa. Numa reunião da USO, onde também estiveram presentes aqueles delegados da CGT,

todos os presentes se convenceram da necessidade de robustecer os organismos sindicais, como meio mais viável à defesa das regalias conquistadas e à abolição do regime burguês. Assim, reconheceu-se que é indispensável dedicar a máxima atenção à propaganda e fazer todos os esforços, para que os organismos tenham uma maior vitalidade, bem como mais persistência da parte dos militantes²²⁶.

A propaganda, mesmo que insuficiente, era efetuada, mas os operários bracarenses não abandonavam o seu alheamento que lhes era característico. Em setembro de 1924, o correspondente d'*A Batalha* indignava-se com o facto de apenas estarem organizados dois sindicatos²²⁷. Durante o ano de 1924, o operariado bracarense teve dez associações de classe e sindicatos ativos, como comprovámos, podendo dar-se o caso de, em setembro, apenas estarem organizados dois.

Quais os motivos da fraca organização do operariado bracarense? Uma das principais razões está no facto de, quando a ideologia anarcossindicalista tomou conta do operariado português, no início do século XX, os seus propagandistas terem negligenciado a região do Norte, tal como afirmava o correspondente d'*A Aurora*: «a província do norte tem sido esquecida

²²⁵ s/a, «Propaganda: na cidade de Braga», *A Batalha*, 4 de dezembro, 1923: 3.

²²⁶ *Id.*, *ibid.*.

²²⁷ Cf. s/a, «Braga: o estado da organização operária», *A Batalha*, 25 de setembro, 1924: 3.

bastantemente pelos propagandistas das novas ideias, e o terreno é bem árido para a sua semente»²²⁸.

Como vimos, em Braga a propaganda associativa/organizativa só começou a intensificar-se com a criação da CGT. Ainda assim, com as sessões de propaganda que foram feitas, o operariado bracarense continuou a não ter uma forte organização. O motivo, de acordo com o já referido pelos delegados propagandistas e os correspondentes dos jornais operários, está relacionado com o facto de os operários darem mais atenção à política, à missa e à taberna do que às suas associações de classe e sindicatos. Mas não só. O operariado bracarense estava desorganizado, porém tentava reorganizar-se, provando que

o trabalhador bracarense não é refratário à organização. Está por enquanto mergulhado naquela indiferença que leva anos a desfazer, mas que a propaganda persistente pode destruir. Possui o operariado naquela cidade uma qualidade admirável – a curiosidade. É esta curiosidade que é preciso aproveitar, satisfazendo-a com uma propaganda emancipadora e persistente. [...] Há em Braga uma falta enorme de propagandistas capazes de enfrentar com conhecimentos sociais a reação clerical-capitalista. Parece-nos, entretanto, que se a propaganda naquela cidade fosse intensa, fácil seria surgirem das massas temperamentos enérgicos e apaixonados que imprimissem à luta uma grandeza capaz de conter em respeito a burguesia que lá é, como em toda a parte, forte e aguerrida²²⁹.

Todavia, não era apenas em Braga e na região do Norte que o operariado estava desorganizado e com falta de propaganda. Nos anos 20, a organização dos operários portugueses ressentiu-se, em virtude da sua cisão. Em fevereiro de 1923, um articulista d'*A Batalha* admitia que «vai-se verificando cada vez mais a necessidade de uma ativa propaganda nos elementos operários. As classes laboriosas, possuídas de uma inação que não se justifica na situação presente, precisam de ser despertadas, a fim de receberem uma educação revolucionária»²³⁰.

Em novembro de 1925 a situação mantinha-se. Marcelino Pedro, articulista d'*A Comuna*, reconhecia que a falta de propaganda era o motivo da indiferença operária, defendendo que «é necessário, pois, longe de cairmos o desânimo e na negligência, que intensifiquemos a nossa

²²⁸ s/a, «A Aurora na província», *A Aurora*, 6 de fevereiro, 1916: 8.

²²⁹ Mário Domingues, «A católica cidade de Braga», *A Batalha*, 30 de abril, 1924: 3.

²³⁰ s/a, «Robustecendo os organismos», *A Batalha*, 28 de fevereiro, 1923: 1.

propaganda, pela palavra, pela pena, enfim, de todas as maneiras de forma a tornarmos extensivas a toda a parte as vantagens duma forte e sólida organização»²³¹.

Efetivamente, a CGT promovia o quanto podia o envio de delegados para sessões de propaganda organizativa. A questão é que, pela falta de recursos, não se pôde fazer propaganda suficiente.

²³¹ Marcelino Pedro, «Crise de ação», *A Comuna*, 22 de novembro, 1925: 1.

Capítulo 5. As lutas reivindicativas do operariado bracarense

5.1 As greves

A greve era o principal meio de luta do proletariado, sendo vista como uma «consequência lógica do mal-estar que dia a dia se agrava[va]»¹. De facto, o que mais movia o operariado eram as suas terríveis condições de vida, o que justificava o elevado número de greves por aumento salarial, como veremos mais à frente (para a tabela das greves realizadas, ver anexo 6).

Em Braga, os operários fabricantes de calçado foram os que mais utilizaram a greve como meio reivindicativo: durante a I República, realizaram treze greves, nove das quais incluíam nos seus motivos o aumento salarial (o que prova que esta classe, tal como as outras, movimentava-se pela *questão económica*). Outras três greves estavam relacionadas com o salário: foram as duas greves que a classe realizou em agosto de 1917, em virtude de os industriais não terem cumprido os acordos de aumento salarial, mais a greve de outubro de 1920, na qual os operários protestavam contra a descida de salário. Em suma, das treze greves realizadas pelos fabricantes de calçado, doze estavam relacionadas com a questão salarial, prova das más condições de vida dos operários. Das suas reivindicações, os operários saíram vitoriosos por oito vezes, não havendo notícias sobre o resultado de cinco greves. As suas lutas, portanto, tiveram um saldo positivo, como veremos de seguida.

Em 19 de julho de 1917, os fabricantes de calçado da fábrica Palha & Palhas declararam-se em greve, em virtude de as suas reclamações de aumento salarial não terem sido atendidas². Um dia depois, a greve tornou-se geral entre a classe, que decidiu pedir a interferência do Governador Civil para que se fizesse um acordo com os industriais³. O Governador Civil reuniu-se com os industriais, mas não conseguiu chegar a nenhum compromisso.

A greve prosseguiu, tendo a AC dos Operários Fabricantes de Calçado deliberado «empregar todos os meios para solucionar o conflito suscitado ultimamente a propósito de salários. O assunto está bem encaminhado em favor dos trabalhadores»⁴. Operários e patrões

¹ s/a, «As greves», *A Internacional*, 4 de outubro, 1924: 1.

² Cf. s/a, «Greve de fabricantes de calçado», *Comércio do Minho*, 21 de julho: 1917: 2.

³ Cf. s/a, «Os operários fabricantes de calçado reclamam aumento de salário: greve geral da classe», *Ecos do Minho*, 21 de julho, 1917: 2.

⁴ s/a, «Operários fabricantes de calçado», *Ecos do Minho*, 24 de julho, 1917: 2.

chegaram a um acordo que, pouco tempo depois, não foi cumprido pelos industriais, originando uma nova greve. Descreve-nos o *Ecos do Minho* que

os industriais fabricantes de calçado haviam combinado com os operários uma tabela de preços da mão-de-obra, e essa tabela devia começar a vigorar. A maioria dos industriais, porém, não aceitou a tabela, repudiando-a e o resultado foi os operários apresentarem-se ao sr. governador civil, a queixar-se da falta de execução do compromisso tomado. Anteontem [20 de agosto] houve nova tentativa para se chegar a um acordo, e como os industriais se mostrassem irredutíveis, de novo se abriu o conflito, e os operários puseram-se ontem [21 de agosto] em greve. O trabalho paralisou nas oficinas e os operários andaram em grupos pela cidade, mantendo-se, porém, na melhor ordem⁵.

Os operários andaram em grupo pela cidade, vigiando as fábricas e oficinas para certificarem-se de que nenhum “amarelo” furasse a greve⁶. Não foram noticiados, porém, quaisquer conflitos de maior, podendo este facto indicar que a maioria dos operários fabricantes de calçado aderiu à greve. No dia 23 de agosto, os grevistas realizaram «uma numerosa reunião ao ar livre, no campo da Feira [atualmente Praça do Comércio], sendo dado conhecimento dos industriais que acederam às reclamações operárias»⁷.

Os industriais, efetivamente, acederam à reclamação dos operários, chegando a acordo numa nova tabela de preços de mão-de-obra. Para a resolução do conflito contribuiu a intervenção do comissário da polícia, Augusto Lopes, terminando a greve no dia 25 de agosto⁸. Em comemoração, «a classe dos fabricantes de calçado entregou-se [...] a manifestações de regozijo pelo feliz êxito do movimento. Acompanhada de uma banda de música, percorreu as ruas, indo agradecer a várias individualidades parte que haviam tomado na boa marcha das negociações»⁹.

Contudo, os operários voltariam a perder os seus motivos de celebração. Pouco tempo depois da sua vitória, os industriais deixaram de cumprir a tabela de preços de mão-de-obra que foi acordada. Uma nova greve foi declarada, em 30 de agosto, tendo os industriais e os operários distribuído panfletos, atribuindo mutuamente culpas pelo conflito¹⁰. Respondendo à greve, alguns

⁵ s/a, «Greve», *Ecos do Minho*, 22 de agosto, 1917: 2.

⁶ Cf. s/a, «Operários fabricantes de calçado», *Ecos do Minho*, 24 de agosto, 1917.

⁷ s/a, «Fabricantes de calçado», *Comércio do Minho*, 25 de agosto, 1917: 2.

⁸ Cf. s/a, «Greve solucionada», *Gazeta de Braga*, 30 de agosto, 1917: 3.

⁹ s/a, «Greve solucionada», *Ecos do Minho*, 26 de agosto, 1917: 2.

¹⁰ Cf. s/a, «Greve», *Ecos do Minho*, 31 de agosto, 1917: 2.

industriais fizeram *lock-out*, «cessando em absoluto a laboração [das suas fábricas]¹¹. A greve terminou no dia 1 de setembro, tendo ajudado na resolução do conflito o Governador Civil, que contribuiu para que uma nova tabela de preços de mão-de-obra fosse acordada entre operários e industriais¹².

Esta tabela parece ter sido cumprida pelos industriais, pois só houve notícia de uma nova greve dos operários fabricantes de calçado em maio de 1918. Esta greve, realizada entre os dias 21 e 31 de maio, foi declarada em virtude de os industriais não terem atendido as reclamações de aumento salarial dos operários¹³.

No primeiro dia da greve, os operários foram «percorrendo as ruas em grupos e fazendo manifestações defronte das principais sapatarias, que estiveram guardadas pela polícia armada de carabinas»¹⁴. Grevistas a vigiarem as fábricas e polícia a vigiar os grevistas era uma cena recorrente quando uma classe se declarava em greve: os operários certificavam-se que os “amarelos” não traíssem a sua causa, a polícia certificava-se que a ordem pública era mantida.

A comissão de melhoramentos dos operários reuniu-se com os industriais, oferecendo estes «a percentagem de 10% sobre os seus atuais vencimentos e enquanto durar o atual estado de guerra, e a todos os operários que costumam pôr os preparos, mais 50 réis em cada peça de obra»¹⁵. A comissão de melhoramentos ficou encarregada de apresentar aos restantes membros da classe a proposta dos industriais, que foi aceite. A greve terminou, portanto, com os fabricantes de calçado a obterem uma melhoria salarial de 10%¹⁶.

Em outubro de 1919, os fabricantes de calçado voltaram a declarar greve, pretendendo ver o seu horário diminuído para as 10 horas diárias e ver o seu salário aumentando em 20%. Não temos informações concretas sobre esta greve, apenas sabemos que as suas reclamações foram atendidas¹⁷.

No dia 2 de agosto de 1920, os operários deste sector industrial lançaram-se em greve, mais uma vez por os industriais não terem acedido à reclamação de melhoria salarial¹⁸. A greve

¹¹ s/a, «A greve», *Ecos do Minho*, 1 de setembro, 1917: 2.

¹² Cf. s/a, «Greve dos fabricantes de calçado», *Ecos do Minho*, 4 de setembro, 1917: 3.

¹³ Cf. s/a, «Greve», *Comércio do Minho*, 23 de maio, 1918: 2.

¹⁴ *Id.*, *ibid.*.

¹⁵ s/a, «Greve dos fabricantes de calçado», *Ecos do Minho*, 30 de maio, 1918: 2.

¹⁶ Cf. s/a, «Greve terminada», *Comércio do Minho*, 2 de junho, 1918: 2.

¹⁷ Cf. s/a, «Braga, 5: as associações operárias e as manifestações políticas. Várias classes lançam-se na greve, reclamando as 8 horas», *A Batalha*, 9 de outubro, 1919: 3.

¹⁸ Cf. s/a, «Greves», *Comércio do Minho*, 5 de agosto, 1920: 2.

rapidamente tomou um aspeto violento: nove grevistas foram presos por tentarem impedir que alguns dos seus colegas trabalhassem e a própria Guarda Nacional Republicana andava a patrulhar as ruas em camiões com metralhadoras¹⁹. O correspondente d' *A Batalha* descreveu com indignação a prisão dos grevistas, que não fizeram mais que vigiar os “amarelos”:

Continua no mesmo pé a greve dos operários fabricantes de calçado, não obstante as autoridades exercerem sobre os grevistas uma estúpida perseguição, a pretexto da ordem pública. Assim, não permitem nas ruas grupos de mais de três desses camaradas, consentindo que por toda a cidade andem grupos de elementos doutras classes, o que demonstra uma perseguição acintosa e provocadora. Na sexta-feira última [6 de agosto], saiu da associação uma comissão de vigilância que, percorrendo algumas oficinas, notou que apenas numa casa particular havia dois operários a trabalharem para a sapataria industrial Ferraz, os quais foram convidados a abandonar o trabalho, ficando a comissão esperando-os ordeiramente na rua. De repente aparece a polícia e prende nove camaradas da comissão, que foram levados para os calabouços do governo civil, onde ficaram incomunicáveis. Assim que se soube do caso foi nomeada uma comissão de grevistas que foi saber as razões porque eram presos e postos em incomunicabilidade aqueles operários, sem que para tal tivessem dado motivo. A classe encontra-se indignada com esta arbitrariedade. Diz-se que os presos serão enviados para Lisboa. É mais uma violência a juntar a tantas que as autoridades têm cometido²⁰.

A comissão de operários incumbida de averiguar a prisão dos grevistas foi falar com o comissário da Polícia, que afirmou que só libertaria os presos se os operários retomassem o trabalho – o que enfureceu a comissão. Todavia, os grevistas presos foram libertados no dia 10 de agosto²¹.

Mas não eram apenas os operários que sofriam arbitrariedades. O Sindicato dos Fabricantes de Calçado publicou n' *A Batalha* o seguinte comunicado, relatando o facto de alguns industriais terem agredido um seu colega que decidira atender as reclamações dos operários da sua fábrica:

¹⁹ Cf. s/a, «Em Braga: metralhadoras nas ruas por causa da greve dos fabricantes de calçado», *A Batalha*, 6 de agosto, 1920: 1.

²⁰ s/a, «Em Braga: continua a greve dos fabricantes de calçado. Prisão e incomunicabilidade de nove grevistas», *A Batalha*, 9 de agosto, 1920: 1.

²¹ Cf. s/a, «Em Braga: a greve dos fabricantes de calçado», *A Batalha*, 14 de agosto, 1920: 1-2.

Como é sabido, encontra-se em luta com o patronato a classe dos fabricantes de calçado desta cidade, pelo motivo dos respetivos industriais não terem atendido as reclamações apresentadas. Porém, há casos que nos revoltam, tanto mais quando eles são praticados por pessoas que se dizem educadas. Assim, na segunda-feira última [2 de agosto], os industriais da rua da Ponte [atualmente Avenida da Liberdade], sabendo que na mesma rua o industrial sr. José Nito tinha manifestado a intenção de aceder às reclamações do pessoal, dirigiram-se a uma taberna de que também é proprietário e provocaram-no a tal ponto que chegaram a puxar de pistolas, fazendo fogo e ferindo-o debaixo do braço esquerdo. Este caso tem sido bastante comentado e a classe encontra-se muito exaltada, indo uma comissão entregar um protesto ao governador civil. Factos desta ordem mostram bem a disposição em que tais indivíduos estão de evitar conflitos, pois não fazem senão acirrar ainda mais os ânimos da classe²².

Resolver este conflito, sendo ambas as partes intransigentes, seria difícil. Para auxiliar os operários grevistas bracarenses, Felisberto Batista e Amílcar Dias Pereira, delegados do Porto, vieram a Braga para, juntamente com a classe em greve, negociar com os industriais e com o Governador Civil²³. Não conseguindo chegar a acordo numa primeira reunião, grevistas e industriais reuniram-se mais uma vez, tendo os operários conseguido uma vitória. O Sindicato dos Fabricantes de Calçado enviou um comunicado ao jornal *A Batalha*, tomando nota dessa reunião e do facto de as operárias gaspeadeiras continuarem em luta (ver anexo 7):

reuniu a classe no seu máximo número, sendo lida a tabela com as alterações feitas. Foi devidamente apreciada, resolvendo a classe aceitar a transigência, isto em face dos nossos camaradas do Porto terem também transigido; sobre as gaspeadeiras, depois de algumas se terem pronunciado contra a proposta dos patrões, que declararam ser um escárnio, resolveram não aceitar e continuarem em luta, até que sejam atendidas as suas reclamações²⁴.

²² Sindicato dos Fabricantes de Calçado de Braga, «Em Braga: continua a greve dos fabricantes de calçado», *A Batalha*, 7 de agosto, 1920: 2.

²³ Cf. s/a, «Em Braga: a greve dos fabricantes de calçado», *A Batalha*, 14 de agosto, 1920: 1-2.

²⁴ Sindicato dos Fabricantes de Calçado de Braga, «Em Braga: soluciona-se a greve dos fabricantes de calçado. As ajuntadeiras prosseguem no movimento», *A Batalha*, 17 de agosto, 1920: 1-2.

Este é o único exemplo, para Braga, de uma greve realizada exclusivamente por mulheres, demonstrando que «a mulher vai conquistando os mesmos direitos que ao homem assiste, na luta quotidiana passando corajosamente as mesmas privações e equivalentemente sentindo e colaborando nas mesmas revoltas»²⁵. Por outras palavras, se as mulheres sofriam as mesmas condições de vida e trabalho que os homens, era natural que também entrassem na luta para melhorar essas mesmas condições.

No dia 3 de maio de 1922, os operários fabricantes de calçado de 5 fábricas declararam-se em greve por os industriais não terem atendido as suas reclamações de aumento salarial²⁶. Os operários espalharam pela cidade manifestos «proclamando a greve na casa desses senhores [...] apontando-os como responsáveis do movimento que se ia iniciar»²⁷. Os operários conseguiram uma vitória neste conflito, que durou até ao dia 5 de maio, sendo auxiliados por dois delegados do SU da Indústria de Calçado, Couros e Peles do Porto²⁸.

No dia 11 de setembro do mesmo ano, os operários tamanqueiros declararam-se em greve em virtude de os industriais não terem atendido o seu pedido de aumento de 100% do seu salário²⁹. Com a declaração de greve, alguns industriais ofereceram aos seus operários um aumento salarial em 50%, comprometendo-se depois a aumentar o salário conforme o que fosse acordado na resolução do conflito, tendo o SU autorizado os operários dessas fábricas a retomarem o trabalho³⁰. Contudo, os restantes industriais não acediam às reclamações dos operários tamanqueiros, pelo que

foi apreciada a forma como a greve tem decorrido, estando todos [os operários] dispostos a prosseguir sem transigências de qualquer espécie, resolvendo mais ainda, caso os industriais não satisfaçam num prazo muito breve as suas reclamações, exigirem uma indemnização pelos dias que forem forçados a andar em greve. Os industriais de tamancaria, sabedores como são da situação miserável em que vivem os seus operários, (mercê da exploração ignóbil que têm exercido sobre eles) supõem talvez vê-los muito em breve entrar pelas oficinas, submissos, pedindo-lhes perdão pelo 'grande e horrível crime' que cometeram exigindo o direito à vida como seres humanos que são. O que eles não contam, é com a

²⁵ s/a, «A mulher e o sindicalismo», *A Batalha*, 6 de fevereiro, 1924: 1.

²⁶ Cf. s/a, «Os fabricantes de calçado», *Diário do Minho*, 4 de maio, 1922: 2.

²⁷ s/a, «Fabricantes de calçado de Braga», *A Batalha*, 9 de maio, 1922: 2

²⁸ Cf. *id.*, *ibid.*

²⁹ Cf. s/a, «Em Braga: operários tamanqueiros», *A Batalha*, 14 de setembro, 1922: 2.

³⁰ Cf. s/a, «Tamanqueiros de Braga», *A Batalha*, 22 de setembro, 1922: 2.

proteção moral e material que os seus operários têm duma legião enorme de fabricantes de calçado, que estão dispostos a manter esses operários na luta, a fim de fazer cair por terra o triste prestígio dos industriais³¹.

A solidariedade moral e material era um aspeto importante para que os operários saíssem vitoriosos de uma greve: tendo o apoio dos seus colegas e da associação de classe ou sindicato, seria difícil para os industriais quebrarem a união dos grevistas. Os operários tamanqueiros, através da sua resistência e da solidariedade dos restantes operários do sector, conseguiram uma vitória nesta greve depois de cerca de um mês de luta, vendo o seu salário aumentado em 100%³².

No dia 3 de outubro de 1922, os operários fabricantes de calçado entraram novamente em greve por os industriais não terem atendido a sua reclamação de aumento salarial, feita em virtude do «constante aumento do custo de vida»³³. O correspondente d' *A Batalha* afirmava que

não há memória nesta cidade de uma greve tão completa feita por esta classe, que conseguiu desta vez trazer consigo para a rua as companheiras gaspeadeiras, que se encontram dispostas a fazer prevalecer os seus direitos como seres explorados que são, percorrendo as ruas da cidade em grande magotes [sic], fazendo desta forma atrair sobre si as atenções da opinião pública. Os operários encontram-se na melhor disposição de continuar na luta até completa satisfação das suas reclamações. [...] A classe reunida para tomar conhecimento destas atoardas [do aumento de 2\$00 a 2\$50 em par proposto pelos industriais], imediatamente fez circular pelas ruas da cidade um manifesto dirigido à opinião pública, em que se explicava detalhadamente de quanto era a reclamação³⁴.

José Silva, nas suas memórias, descreveu que uma parte dos grevistas pretendia retomar o trabalho, aceitando o aumento de 2\$00 a 2\$50 em par³⁵. Todavia, a greve não sofreu defeções, «embora para isso tivesse sido preciso partir duas ou três cabeças de 'amarelos' e cortar-lhes em tiras a obra que sorrateiramente tinham recebido de alguns patrões, para manufaturarem em suas casas»³⁶.

³¹ *Id.*, *ibid.*.

³² Cf. s/a, «Em Braga», *A Batalha*, 15 de outubro, 1922: 2.

³³ s/a, «Manufatores de calçado de Braga», *A Batalha*, 7 de outubro, 1922: 2.

³⁴ s/a, «Em Braga: manufatores de calçado», *A Batalha*, 14 de outubro, 1922: 2.

³⁵ Cf. Silva, *Memórias...*, 107.

³⁶ *Id.*, *ibid.*.

Os industriais começaram a atender a reclamação dos grevistas, pelo que no dia 16 de outubro o Sindicato Único, em reunião da classe, decidiu que os operários desses industriais poderiam retomar o trabalho, resolvendo-se também que, até ao término do conflito, o aumento de salário desses operários revertesse para os grevistas³⁷.

Depois de duas semanas de luta, os grevistas conseguiram uma vitória, vendo as suas reclamações atendidas na íntegra. O correspondente d' *A Batalha* afirmava que «os operários já compreenderam enfim que só com a sua união e força é que conseguem ver satisfeita a sua vontade, porque os industriais o que fizeram agora podiam tê-lo feito no princípio, e evitariam uma paralisação de trabalho durante 15 dias, mas quiseram apalpar o pulso aos operários e ficaram mal»³⁸. Os operários, para comemorar esta vitória, decidiram realizar uma sessão solene que contou com a participação de Serafim Lucena, militante anarquista portuense e manufator de calçado, Manuel Joaquim de Sousa e do delegado do Comité Confederal do Norte, Carlos Silva, sendo a sessão «uma bela jornada de propaganda, onde se fez a apologia dos mais sãos princípios do sindicalismo revolucionário» (ver anexo 8)³⁹.

Em maio de 1923, os operários fabricantes de calçado declararam-se novamente em greve por os industriais não atenderem a sua reclamação de aumento salarial em 50%⁴⁰. Os operários grevistas foram auxiliados na sua luta por Felisberto Batista e Amílcar Pereira Dias, delegados do Comité Federal do Norte da Federação da Indústria de Calçado, Couros e Peles, mas não há informações sobre o resultado desta greve⁴¹.

Os operários da construção civil de Braga também foram dos que mais reivindicavam fazendo uso da greve: durante a I República, realizaram doze greves, metade das quais incluíam o aumento salarial nos seus motivos. A diminuição do horário de trabalho era também outra preocupação dos trabalhadores deste sector, que realizaram cinco greves cujas causas estavam relacionadas com essa questão. Destas suas lutas, os operários da construção civil saíram derrotados duas vezes, tendo conseguido uma vitória parcial e uma vitória completa. De oito greves não sabemos o resultado mas, tendo em atenção os desfechos conhecidos, podemos afirmar que as suas lutas não tiveram o êxito pretendido.

³⁷ Cf. s/a, «Em Braga: manufatores de calçado», *A Batalha*, 19 de outubro, 1922: 2.

³⁸ s/a, «Em Braga: uma vitória dos manufatores de calçado», *A Batalha*, 20 de outubro, 1922: 2.

³⁹ s/a, «No SU da Indústria de Calçado, Couros e Peles de Braga», *A Batalha*, 22 de novembro, 1922: 2.

⁴⁰ Cf. s/a, «Em Braga: manufatores de calçado», *A Batalha*, 9 de maio, 1923: 2.

⁴¹ Cf. s/a, «Em Braga: manufatores de calçado», *A Batalha*, 16 de maio, 1923: 2.

Em 12 de maio de 1913, os operários pedreiros declararam greve por os industriais não terem atendido a sua reclamação de diminuição do horário de trabalho e de aumento salarial⁴². Os operários estavam resolvidos a só retomar o trabalho quando as suas reclamações fossem atendidas, sendo que «seguiram para fora alguns pedreiros, a quem foi oferecido trabalho bem remunerado»⁴³. Os operários pedreiros, em suma, não estavam dispostos a transigir.

No dia 28 de maio do mesmo ano, os operários carpinteiros, canteiros, caiadores, estucadores e pintores reuniram-se para discutir sobre a greve dos seus colegas pedreiros, que se mantinha há cerca de duas semanas⁴⁴. No dia 2 de junho, a greve geral da classe foi declarada, decidindo os restantes operários da construção civil apoiar o movimento dos pedreiros⁴⁵. A greve tornar-se-ia conflituosa poucos dias depois, quando dois grevistas foram presos «por incitamento ao abandono do trabalho»⁴⁶. A violência dos grevistas continuaria, descrevendo-nos o *Ecos do Minho* que

houve quem [aos “amarelos”] os agredisse e apupasse, à noite, quando regressavam a suas casas, e daí resultou o medo, e, por consequência, o retraimento daqueles mesmos que com a greve não concordam. As estradas de Palmeira, Adaúfe e outros pontos têm sido patrulhadas por cavalaria. Isto, porém, não obsteu a que, nos caminhos ermos, ponto forçado de passagem, se dessem as violências que referimos⁴⁷.

Artur Dias, operário pintor, Henrique Gomes da Silva, operário carpinteiro e António Simões, operário pedreiro, foram presos por divulgar e «incitar outros trabalhadores à greve, obrigando-os a abandonar o trabalho»⁴⁸.

O presidente da Câmara Municipal interferiu no conflito, contribuindo para a sua resolução, «devendo os operários entrar para o trabalho às 6 e meia da manhã e sair às 7 e meia tarde»⁴⁹. Por outras palavras, o horário mantinha-se, mas foi acordada «uma percentagem razoável

⁴² Cf. s/a, «Greve operária», *Comércio do Minho*, 13 de maio, 1913: 2; s/a, «Movimento operário», *Comércio do Minho*, 20 de maio, 1913: 2.

⁴³ s/a, «Movimento operário», *Comércio do Minho*, 20 de maio, 1913: 2.

⁴⁴ Cf. s/a, «Reunião operária», *Comércio do Minho*, 29 de maio, 1913: 3.

⁴⁵ Cf. s/a, «Greve operária», *Comércio do Minho*, 3 de junho, 1913: 2.

⁴⁶ s/a, «Greve operária», *Comércio do Minho*, 5 de junho, 1913: 2.

⁴⁷ s/a, «Greve dos operários de construção civil», *Ecos do Minho*, 5 de junho, 1913: 3.

⁴⁸ s/a, «Grevistas presos», *Comércio do Minho*, 7 de junho, 1913: 2.

⁴⁹ s/a, «Terminou a greve dos construtores civis», *Ecos do Minho*, 8 de junho, 1913: 3.

de aumento nos salários»⁵⁰ no verão, época na qual o horário de trabalho era mais longo. Os operários pedreiros, que iniciaram a greve, ficaram descontentes com o facto de a AC das Quatro Artes da Construção Civil ter aceitado este acordo, formando depois a sua própria associação de classe, como já vimos no capítulo sobre a organização operária bracarense.

No dia 8 de junho de 1914, os operários da construção civil declararam greve, mais uma vez por diminuição de horário: os grevistas pretendiam trabalhar 8 horas durante o inverno e 9 horas durante o verão⁵¹. A Guarda Nacional Republicana vigiava os locais onde decorriam obras, para garantir a liberdade de trabalho, mas não foram relatadas violências de maior⁵². A greve durou poucos dias, não havendo informações sobre o seu resultado.

No dia 3 de agosto de 1916, os operários construtores civis entraram em greve por as suas reclamações de aumento salarial não terem sido atendidas⁵³. Descrevia o *Comércio do Minho* que «como [os operários] não foram atendidos nas suas reclamações pelos donos das obras em construção, reuniram-se em comício no campo da Feira, resolvendo declarar-se em greve»⁵⁴.

As suas reivindicações não foram atendidas e, no dia seguinte, os operários retomaram o trabalho, tendo ido «em grande número ao governo civil solicitar do magistrado superior do distrito a sua interferência no sentido de obterem melhoria de salários, como vêm reclamando»⁵⁵. Não há informações, contudo, que nos indiquem se o Governador Civil se interessou pela questão.

Em maio de 1917, os operários pedreiros do industrial João Ferreira Pinto declararam-se em greve por o referido industrial não ter pago uma multa imposta pela AC dos Operários Pedreiros⁵⁶. A associação de classe coagia os operários que pretendiam continuar a trabalhar, descrevendo-nos o *Ecos do Minho* que «o certo é que a liberdade de trabalho está coartada, e determinados operários encarregam-se de ameaçar e de obrigar os seus colegas a não trabalhar nas obras do industrial com o qual abriram o conflito»⁵⁷. Não temos dados que nos informem como ou quando terminou este conflito.

Em outubro de 1919, os operários pedreiros das obras do Hospital e das obras dos Correios e Telégrafos entraram em greve por os industriais não quererem cumprir a nova lei de

⁵⁰ s/a, «Greve operária», *Comércio do Minho*, 10 de junho, 1913: 1.

⁵¹ Cf. s/a, «Greve operária», *Comércio do Minho*, 9 de junho, 1914: 2.

⁵² Cf. *id.*, *ibid.*

⁵³ Cf. s/a, «Greve dos operários da construção civil», *Ecos do Minho*, 4 de agosto, 1916: 2.

⁵⁴ s/a, «Operários da construção civil», *Comércio do Minho*, 5 de agosto, 1916: 3.

⁵⁵ s/a, «Operários da construção civil», *Ecos do Minho*, 5 de agosto. 1916: 2.

⁵⁶ Cf. s/a, «Operários pedreiros», *Ecos do Minho*, 10 de maio, 1917: 2.

⁵⁷ s/a, «Operários de construção civil», *Ecos do Minho*, 17 de maio, 1917: 2.

horário de trabalho⁵⁸. Os industriais responderam à greve com a ameaça de *lock-out* que, todavia, não passou de um «papão fictício [...]». Queriam ver se intimidavam os operários, mas como nada conseguiram ficaram calados e não se mexeram⁵⁹. Mais uma vez, não temos notícias sobre a resolução do conflito.

Em maio de 1922, os operários canteiros e assentadores declararam-se em greve por os industriais não terem atendido as suas reclamações de aumento salarial⁶⁰. Os operários mantiveram a ordem pública, apesar de terem vigiado os “amarelos”. O correspondente d’*A Batalha* relatava que

as várias artérias da cidade foram tomadas por comissões de operários, dispostos a impedir por todos os meios ao seu alcance que os seus camaradas que habitam nas povoações limitrofes, viessem atraiçoar o movimento grevístico. Durante o dia também foram as mesmas comissões por diversas obras mandar retirar os *amarelos*, e com efeito, nas poucas obras aonde se trabalhava, o abandono foi completo. [...] O moral dos grevistas é inabalável, podendo afirmar-se, a avaliar pelas constantes respostas de vários mestres, que a greve terá uma finalidade gloriosa⁶¹.

Todavia, não sabemos se a greve teve uma «finalidade gloriosa», pois não foram encontradas notícias sobre o seu resultado.

Os operários chapeleiros bracarenses também eram dos que mais usavam a greve como meio reivindicativo. Durante o período em análise, realizaram sete greves: duas por aumento salarial, duas relacionadas com a questão do horário de trabalho, e uma por solidariedade, sendo desconhecidos os motivos de duas greves. Não há informações sobre o resultado de seis greves, tendo os operários chapeleiros conseguido uma vitória, não sendo possível saber se esta classe teve ou não sucesso nas suas lutas.

A primeira greve noticiada dos operários chapeleiros foi realizada em maio de 1919, em virtude de os industriais não cumprirem a lei do horário de trabalho de 8 horas, que tinha então

⁵⁸ Cf. s/a, «Braga, 5: as associações operários e as manifestações políticas. Várias classes lançam-se na greve, reclamando as 8 horas», *A Batalha*, 9 de setembro, 1919: 3.

⁵⁹ s/a, «Braga, 3: reunião das associações de classe. Não se realizou o lock-out dos industriais. Géneros falsificados. Greves dos padeiros. Delegado da CGT», *A Batalha*, 6 de novembro, 1919: 3.

⁶⁰ Cf. s/a, «Os pedreiros em greve», *Diário do Minho*, 12 de maio, 1922: 2. Os operários pedreiros foram motivados a declarar greve por um membro da Juventude Sindicalista, como já vimos no subcapítulo 4.3.1.

⁶¹ s/a, «Canteiros de Braga», *A Batalha*, 19 de maio, 1922: 2. Itálico no original.

entrado em vigor⁶². Não temos informações sobre como decorreu a greve, mas provavelmente os operários não conseguiram uma vitória, pois no ano seguinte voltariam a reclamar pelo mesmo motivo.

Com efeito, em julho de 1920, os chapeleiros declararam-se greve para que o seu horário fosse reduzido de 10 para 8 horas diárias⁶³. Os operários saíram vitoriosos desta greve, não obstante o facto de um industrial se ter destacado pela sua resistência em aceder às suas reclamações: o correspondente d' *A Batalha* relatava que «o patrão Camilo de Almeida, antigo socialista, não conseguiu usurpar os operários, apesar das traições e desaforos que contra eles exerceu, chegando a ameaçá-los de que lhes retiraria o trabalho»⁶⁴. O facto de Camilo de Almeida ter sido socialista motivava a indignação do correspondente d' *A Batalha*, uma vez que, pelos seus ideais, não lhe seria permitido prejudicar os operários.

No dia 4 de maio de 1921, os operários chapeleiros entraram em greve por os industriais não terem atendido a sua reclamação de aumento em 20% do salário, salientando «a sua péssima situação por lhe não chegar o atual salário para as necessidades das suas famílias»⁶⁵. Os operários, poucos dias depois da declaração de greve, alteraram a sua reclamação para 10% de aumento salarial, mas os industriais continuaram relutantes em aceder ao pedido⁶⁶.

O correspondente d' *A Batalha* afirmava que os operários chapeleiros fizeram greve contra a pretensão dos industriais em reduzir o salário e aumentar o horário de trabalho; de qualquer maneira, os grevistas contaram com o auxílio de Maravilhas Pereira e Mário Ferreira, militantes operários portuenses, que vieram a Braga para ajudar a resolver o conflito⁶⁷. Porém, não há notícia da sua resolução.

Em outubro de 1922, os operários da fábrica Camilo & C.^a declararam greve em solidariedade com os seus colegas despedidos da Fábrica Social Bracarense. *A Batalha* descreveu o motivo desta greve:

O motivo que deu origem ao movimento foi a casa Camilo & C.^a [do industrial Camilo de Almeida] não ter que dar a fazer ao seu pessoal, e como todos desta casa estão trabalhando

⁶² Cf. s/a, «As 8 horas», *Comércio do Minho*, 25 de maio, 1919: 1.

⁶³ Cf. s/a, «Braga, 16: conferências e prisão do camarada Mendes Gomes, do Porto. Reclamações operárias», *A Batalha*, 21 de julho, 1920: 2.

⁶⁴ s/a, «Em Braga: a dos chapeleiros já terminou», *A Batalha*, 29 de julho, 1920: 2.

⁶⁵ s/a, «Greve dos chapeleiros», *Diário do Minho*, 6 de maio, 1921: 1.

⁶⁶ Cf. s/a, «A greve dos chapeleiros», *Diário do Minho*, 7 de maio, 1921: 1.

⁶⁷ Cf. s/a, «Em Braga», *A Batalha*, 13 de maio, 1921: 1.

por conta da casa, era obrigado a pagar-lhes. Como isso lhe não convinha, arranhou a eles serem admitidos na Fábrica Social. Isto, é claro, com enorme prejuízo para os operários da Fábrica Social, porque lhes iam tomar as formas e vária ferramenta. Daí o verdugo, para ser agradável ao seu colega Camilo, lançou na rua todo o pessoal daquela secção. O pessoal da Fábrica Camilo, para prestar solidariedade aos seus camaradas, comprometeu-se a não retomar o trabalho sem que sejam satisfeitas as suas reclamações⁶⁸.

Esta greve é um exemplo da solidariedade que existia entre os operários, demonstrando a sua consciência de classe: nenhum operário poderia permitir que fossem cometidas arbitrariedades com os seus colegas, pois enquanto existisse este tipo de injustiça, o seu sofrimento (não individual, mas coletivo) não acabaria. Mais uma vez, não temos informações sobre o resultado da greve ou se os operários despedidos voltaram a ser readmitidos.

No dia 24 de fevereiro de 1924, os operários da fábrica Taxa & Faria declararam-se em greve, «em virtude dos industriais se recusarem a satisfazer o aumento de 22% ultimamente pago aos companheiros do Porto»⁶⁹. Os operários alteraram a reclamação para 50% de aumento salarial, uma vez que os industriais não atenderam o pedido anterior dentro do prazo estabelecido pelos grevistas⁷⁰. Não há informações sobre o resultado que teve esta greve, apenas sabemos que os operários, segundo o correspondente d'*A Batalha*, estavam «todos na firme disposição de abandonar esta localidade a ter de se sujeitar aos desejos de qualquer cavalheiro daquela espécie [dos industriais]»⁷¹.

Os operários bracarense do sector gráfico também faziam uso da greve como meio reivindicativo. Realizaram seis greves durante a I República, cinco das quais relacionadas com a questão salarial, havendo uma greve da qual não se conhecem os seus motivos. Do resultado das suas lutas, os tipógrafos conseguiram duas vitórias parciais e saíram derrotados de uma greve, não se sabendo como terminaram três dos seus conflitos. Tendo em conta apenas os resultados conhecidos, podemos afirmar que as suas lutas tiveram um saldo positivo.

No dia 2 de setembro de 1915, os operários tipógrafos declararam greve por os industriais terem adotado o salário-hora, aquando da promulgação a lei n.º 367, de agosto de 1915, que estatuiu o horário de 8 horas diárias para a indústria gráfica: por outras palavras, o horário seria

⁶⁸ s/a, «Em Braga: operários chapeleiros», *A Batalha*, 24 de outubro, 1922: 2.

⁶⁹ s/a, «Em Braga: operários chapeleiros», *A Batalha*, 11 de março, 1924: 2.

⁷⁰ Cf. s/a, «Em Braga: os operários da fábrica Taxa & Faria», *A Batalha*, 19 de março, 1924: 3.

⁷¹ *Id.*, *ibid.*

reduzido, bem como o salário dos operários⁷². O Governador Civil mediou o conflito, conseguindo com que industriais e grevistas chegassem a um compromisso, como relatou o *Ecos do Minho*:

Depois de terem sido trocadas impressões entre o sr. governador civil e os industriais sobre o conflito, resolveram estes últimos manter o que primitivamente haviam deliberado, isto é, o salário-hora, sendo também aprovada uma proposta pela qual os gráficos focariam trabalhando 8 horas e mais duas extraordinariamente, como a lei faculta, pagando-se-lhes de harmonia com o antigo salário. A deputação dos 'grevistas' tomou nota destas resoluções e ficou de dar uma resposta definitiva depois de ouvir a opinião dos seus colegas numa questão magna. Essa reunião efetuou-se ontem mesmo [4 de setembro], às quatro horas da tarde, resolvendo os gráficos aceitar aquela proposta e retomar o trabalho amanhã [6 de setembro]⁷³.

A greve terminou, portanto, com um acordo, tendo a Liga das Artes Gráficas pago o salário aos operários que estiveram em greve⁷⁴. Contudo, cerca de um mês após este compromisso, a Liga das Artes Gráficas voltava a declarar greve contra a resolução dos industriais adotarem o salário-hora. A greve foi parcial, tendo sido sorteadas as tipografias nas quais os operários abandonariam o trabalho, calhando a sorte às oficinas Augusto Costa & Matos e Ribeiro Braga, Sucessores⁷⁵.

Os grevistas enviaram um ofício explanando as suas decisões aos industriais daquelas oficinas (ver anexo 9)⁷⁶. Não obstante, os restantes industriais declararam o *lock-out* em solidariedade com os industriais da Augusto Costa & Matos e Ribeiro Braga, Sucessores e, «quando os seus empregados se apresentaram para trabalhar, despediram-nos»⁷⁷.

A greve tomou um carácter violento, tendo o editor do *Ecos do Minho* sido agredido por dois grevistas, no dia 28 de outubro⁷⁸. A violência, como seria de esperar, foi também dirigida aos “amarelos” que tinham decidido retomar o trabalho, descrevendo o mesmo jornal que

⁷² Cf. s/a, «A questão do horário nas artes gráficas», *Comércio do Minho*, 4 de setembro, 1915: 2.

⁷³ s/a, «A greve da classe tipográfica», *Ecos do Minho*, 5 de setembro, 1915: 2.

⁷⁴ Cf. s/a, «A questão do horário nas artes gráficas», *Comércio do Minho*, 7 de setembro, 1915: 2-3.

⁷⁵ Cf. s/a, «A questão do horário de trabalho. Greve parcial dos operários. Greve dos industriais», *Comércio do Minho*, 19 de outubro, 1915: 3.

⁷⁶ Cf. s/a, «As artes gráficas e o horário de trabalho», *Ecos do Minho*, 19 de outubro, 1915: 2.

⁷⁷ s/a, «A questão do horário de trabalho. Greve parcial dos operários. Greve dos industriais», *Comércio do Minho*, 19 de outubro, 1915: 3. Devido à greve e ao consequente *lock-out*, os jornais operários bracarense suspenderam a sua publicação por cerca de uma semana.

⁷⁸ Cf. s/a, «Conflito gráfico: uma cobarde e vil agressão ao editor do nosso jornal», *Ecos do Minho*, 29 de outubro, 1915: 2.

o pessoal em 'greve' tem nos últimos dias agredido alguns gráficos que não aderiram ao seu movimento, como sucedeu a um deles, empregado nas nossas oficinas. Ontem [10 de novembro], às 7 horas da tarde, quando tinha de retirar parte do pessoal da nossa oficina de obras, um grupo de 'grevistas', cujos nomes, se for preciso, serão apresentados no comissariado de polícia, colocou-se em frente à sede da tipografia deste jornal. Alguns gráficos saíram acompanhados do nosso diretor, já para evitar qualquer incidente desagradável. Quando seguiam pela rua 5 de Outubro [atualmente rua D. Afonso Henriques] foram-lhes arremessadas pelos 'grevistas' algumas pedras, o que obrigou o nosso diretor a defender-se, disparando contra os agressores dois tiros. Já no Largo de Santa Cruz, quando o nosso diretor tinha mandado em boa paz os seus empregados, que acompanhava, e se conservava a falar com um guarda civil, foi-lhe arremessada do Largo de São João [atualmente Avenida da Liberdade] outra pedra por um grupo que se aproximava e que imediatamente se ocultou na escuridão da noite⁷⁹.

A violência seria um caso comum nas greves dos operários bracarenses durante este período, não sendo apenas dirigida aos "amarelos", mas também aos industriais e às suas fábricas. A violência decorria da própria natureza das greves e dos métodos anarcossindicalistas, servindo para tentar evitar defeções no movimento – o que nem sempre garantia o sucesso da reivindicação⁸⁰.

A violência, neste caso, foi contraproducente para os próprios grevistas, que saíram derrotados da greve. A Liga das Artes Gráficas contou com o auxílio da sua congénere do Porto e da Federação Tipográfica de Lisboa, que tentaram fazer um acordo com os industriais, sem sucesso⁸¹. Os grevistas retomaram o trabalho no dia 24 de novembro, resignando-se com a redução de 10% do seu salário⁸².

Em outubro de 1922, os tipógrafos da oficina Minho Gráfico, que imprimia o *Diário do Minho*, declararam greve por as suas reclamações de aumento salarial não terem sido atendidas⁸³. A greve também se tornou violenta, relatando o mesmo jornal que alguns operários mostraram

⁷⁹ s/a, «Ainda a greve da classe tipográfica: tiros e pedradas», *Ecos do Minho*, 11 de novembro, 1915: 2.

⁸⁰ Veja-se sobre este tema, por exemplo, Carvalho, *Os sindicatos operários...*, 111 e 156-157.

⁸¹ Cf. s/a, «O conflito gráfico», *Comércio do Minho*, 30 de outubro, 1915: 3.

⁸² Cf. s/a, «Conflito gráfico», *Comércio do Minho*, 25 de novembro, 1915: 2.

⁸³ Cf. s/a, «Diário do Minho», *Diário do Minho*, 17 de outubro, 1922: 1.

desejos de se apresentar ao trabalho, mas alegando não lho consentirem os camaradas. Isto diz tudo da *justiça* que aos 'grevistas' assiste. Pois continuem, mas percam as esperanças de nos obrigar a capitular perante exorbitâncias. Cá iremos seguindo, como nos for possível, até que se convençam que as atitudes irrefletidas se a nós causam transtorno também a eles prejudicam⁸⁴.

Com efeito, os operários eram os primeiros a sentir as consequências de uma greve. Se os industriais ficavam sem o seu lucro, os operários ficavam sem o seu salário, muitas vezes sacrificando-se à fome para ganhar uma luta reivindicativa, enquanto, regra geral, os seus patrões continuariam a viver desafogados⁸⁵.

Voltando à greve dos operários tipógrafos, a violência continuaria a ser usada pelos grevistas. Na madrugada do dia 21 de outubro, explodiu uma bomba junto oficina tipográfica Minho Gráfico, tendo a polícia prendido os grevistas Aníbal de Almeida, António Teixeira e António Ferreira por suspeita da sua autoria⁸⁶. O *Diário do Minho* descreveu, na sua perspetiva, o sucedido:

Antes do sucesso uma hora, passou na rua alguém que fez um – viva à greve! Assim este caso é um episódio da luta e desordem social, resultado da propagação de ideias dissolventes, infiltradas na sociedade à maneira que se vai perdendo o fator moral. Porque a greve dos ex-nossos operários, é a mais injustificada que conhecemos. Tratados sempre como companheiros de trabalho, abusaram com carência de zelo e tumultuário proceder, e finalmente exigências descabidas. A Direção mostrou-lhes a impossibilidade de atender tudo o que reclamaram, mas – desde o primeiro momento – concedeu um aumento: o que as circunstâncias permitiam. Receberam o aumento na primeira semana, e foram para a greve. Outra semana passada uma comissão veio solicitar o regresso ao trabalho: foram atendidos; prometeram vir, não vieram. Horas depois deu-se a explosão. Estes são os factos antecedentes: seja qual for a parte de responsabilidade que a cada um caiba, todos a tiveram em dar ouvidos aos solicitadores de tão impensado movimento⁸⁷.

⁸⁴ s/a, «A nossa situação», *Diário do Minho*, 19 de outubro, 1922: 1. Itálico no original.

⁸⁵ Foram publicados na imprensa operária vários artigos sobre este aspeto das greves, mas veja-se, a título de exemplo, Silva, *Memórias...*, 72 e ss..

⁸⁶ Cf. s/a, «Diário do Minho: o nosso jornal atacado à bomba», *Diário do Minho*, 21 de outubro, 1922: 1.

⁸⁷ s/a, «Diário do Minho: o nosso jornal atacado à bomba», *Diário do Minho*, 22 de outubro, 1922: 1.

As suspeitas, naturalmente, caíram sobre os grevistas, tendo sido presos, para além dos três operários acima citados, José Esteves Abrantes, Amaro de Abreu, José Pereira Gomes, Bernardino da Silva, Francisco Ribeiro de Carvalho e José de Almeida⁸⁸. Contudo, todos estes operários foram postos em liberdade, uma vez que a polícia não encontrou provas que os incriminasse no ataque⁸⁹. Sobre os resultados desta greve não foram encontradas informações.

Em abril de 1923, os operários gráficos voltariam a entrar uma vez mais em greve, desta vez por a sua reclamação de aumento salarial em 100% não ter sido atendida. O correspondente d'*A Batalha* descrevia que

reconhecendo a justiça que aos grevistas assiste, a opinião pública tem-se-lhes mostrado favorável em extremo, a ponto de se oferecer para medianoiro entre patrões e operários o diretor da Biblioteca Pública, dr. sr. Alberto Feio, que conseguiu mais 10%, teimando os industriais em não dar mais. Compreendemos: se os gráficos se rendessem a esta miséria de 20%, os fregueses *gramariam* com 50 ou mais entrando no bolso dos patrões o restante. Tal é a intenção dos exploradores da classe gráfica⁹⁰.

O facto de os operários terem a seu favor a opinião pública era importante numa greve, podendo uma opinião pública favorável significar apoio moral ou material. Neste caso, *A Batalha* relatava que vários clientes das oficinas tipográficas, depois da declaração de greve, ofereceram mais dinheiro do que era cobrado pelos trabalhos gráficos, simplesmente para os industriais atenderem as reivindicações operárias⁹¹. Todavia, não foram encontradas notícias sobre o resultado desta greve.

Os operários metalúrgicos de Braga também usavam a greve como meio reivindicativo. Durante o período em análise, realizaram seis greves, três por aumento salarial e três relacionadas com a questão das horas de trabalho. Como resultado das suas lutas, os operários metalúrgicos saíram vitoriosos de duas greves e derrotados de uma, não havendo informações sobre o desfecho

⁸⁸ Cf. *id.*, *ibid.*.

⁸⁹ Cf. s/a, «Diário do Minho: o atentado dinamitista contra o nosso jornal», *Diário do Minho*, 25 de outubro, 1922: 1; s/a, «Diário do Minho: o atentado dinamitista contra o nosso jornal», *Diário do Minho*, 26 de outubro, 1922: 1.

⁹⁰ s/a, «Em Braga: operários gráficos, fabricantes de calçado e empregados dos serviços municipalizados», *A Batalha*, 8 de maio, 1923: 2. Itálico no original.

⁹¹ Cf. *id.*, *ibid.*.

das outras três greves. Tendo apenas em conta os resultados conhecidos, as suas lutas tiveram um saldo positivo.

No dia 4 de outubro de 1919, os operários metalúrgicos declararam greve para que os industriais cumprissem a lei do horário das 8 horas⁹². As suas reclamações viriam a ser atendidas mas, como já vimos no capítulo sobre legislação laboral, os industriais voltariam a não cumprir o horário imposto por lei⁹³.

Também em maio de 1921, os operários latoeiros, picheleiros e funileiros declararam greve para que os industriais cumprissem o horário de 8 horas, tendo o SU Metalúrgico comunicado esta greve ao Comité do Norte da Federação Metalúrgica, provavelmente para pedir o seu auxílio⁹⁴. Os industriais responderam à greve fazendo *lock-out*, «atirando para a rua dezenas de operários que se têm mantido bem unidos, e dispostos a fazer valer as suas pretensões, estando este caso afeto à U[ni]ão dos] S[indicatos] Operários que procura resolvê-lo convenientemente»⁹⁵. Não há notícias sobre como ou quando a greve acabou, contudo, pela constante luta operária pelo cumprimento da lei das 8 horas, supomos que estas reclamações não tivessem sido atendidas.

Em fevereiro de 1923, os operários cuteleiros saíram vitoriosos da sua greve por aumento salarial, «tendo a comissão administrativa do Sindicato Único Metalúrgico trabalhado afincadamente para o conflito terminar com satisfação para o pessoal em greve»⁹⁶.

No dia 8 de março do mesmo ano, o SU Metalúrgico declarou greve geral da classe por os patrões não terem atendido a reclamação de aumento salarial em 100% dos operários serralheiros, contando o Sindicato Único, para este movimento, com o auxílio do Comité do Norte da Federação Metalúrgica⁹⁷.

A greve cedo tomou aspetos violentos, tendo ocorrido explosões na cutelaria do sr. Justino Guimarães, sita na rua D. Afonso Henriques, e na fundição do sr. Manuel Zenha, no largo Carlos Amarante, no dia 13 de março (ver anexo 10)⁹⁸. Logicamente, as suspeitas caíram sobre os

⁹² Cf. s/a, «Braga 5: as associações operárias e as manifestações políticas. Várias classes lançam-se na greve, reclamando as 8 horas», *A Batalha*, 9 de outubro, 1919: 3.

⁹³ Cf. s/a, «Braga, 17: a greve dos operários metalúrgicos. A carestia de vida», *A Batalha*, 21 de outubro, 1919: 3.

⁹⁴ Cf. s/a, «Em Braga», *A Batalha*, 12 de maio, 1921: 1.

⁹⁵ s/a, «Braga, 10: a USO. Lock-out dos industriais de latoaria. Manipuladores de pão», *A Batalha*, 17 de maio, 1921: 2.

⁹⁶ s/a, «Em Braga: operários cuteleiros», *A Batalha*, 17 de fevereiro, 1923: 2.

⁹⁷ Cf. s/a, «Em Braga: operários metalúrgicos», *A Batalha*, 11 de março, 1923: 2.

⁹⁸ Cf. s/a, «À última hora: bombas em Braga. Dois estampidos que causam alarme», *Diário do Minho*, 13 de março, 1923: 4.

grevistas, tendo a polícia prendido de imediato alguns dirigentes da greve, bem como mandou vigiar as fábricas metalúrgicas dos industriais Sousa Júnior e José de Oliveira⁹⁹.

De acordo com o *Diário do Minho*, os ataques foram votados em assembleia de classe, tendo os grevistas sido ajudados por membros do SU Metalúrgico do Porto¹⁰⁰. Santa Cruz, articulista do mesmo jornal afirmava, sobre o ataque, que

manifestamente se patenteia o intuito de dar a Braga a intranquilidade e desassossego de Lisboa e Porto e de entrar numa fase de desordem que torna a vida um sobressalto, colocando-nos sob a tirania da multidão trabalhadora, estonteada nos seus sonhos de triunfo anárquico e *bolchevista*. Não pode ser, não há de ser. É preciso que as autoridades, sem contemplações de nenhuma espécie procedam a um rigoroso inquérito, procurando descobrir os autores e inspiradores do criminoso atentado e aplicando-lhes o rigoroso castigo que merecem¹⁰¹.

O articulista receava uma revolução que transformasse a sociedade numa *tiranía dos trabalhadores*, tal como na Rússia – mas tal dificilmente poderia acontecer em Portugal, muito menos em Braga, devido ao estado débil da organização operária.

Voltando ao ataque bombista, as autoridades prosseguiram nos seus inquéritos, tendo prendido Belmiro Meneses, António da Silva, António Maria Ângelo, Manuel Fernandes e Custódio Barbosa da Silva, presumivelmente grevistas, para além de terem confiscado os cartões de identidade de alguns membros da Juventude Sindicalista¹⁰². Pouco tempo depois, João Rosas, António Viegas, Justino José Ferreira e Joaquim Ferreira Tavares, possivelmente grevistas, foram igualmente presos¹⁰³. A polícia continuou a prender mais indivíduos, chegando a encerrar o Sindicato Único Metalúrgico¹⁰⁴.

⁹⁹ Cf. *id.*, *ibid.*

¹⁰⁰ Cf. s/a, «Bombas em Braga», *Diário do Minho*, 15 de março, 1923: 4.

¹⁰¹ Santa Cruz, «O atentado dinamitista de terça-feira», *Diário do Minho*, 14 de março, 1923: 1. Itálico no original.

¹⁰² Cf. s/a, «Bombas em Braga», *Diário do Minho*, 14 de março, 1923: 1.

¹⁰³ Cf. s/a, «Bombas em Braga», *Diário do Minho*, 15 de março, 1923: 4.

¹⁰⁴ Cf. s/a, «Bombas em Braga», *Diário do Minho*, 16 de março, 1923: 1.

Contudo, os presos por suspeita de participar no ataque bombista foram restituídos à liberdade no dia 20 de março, por não haver provas contra eles¹⁰⁵. A greve teve como resultado os operários retomarem o trabalho sem terem visto as suas reclamações atendidas¹⁰⁶.

Os ferroviários do Minho e Douro fizeram, igualmente, uso da greve como meio reivindicativo. Realizaram, durante a I República, seis greves, metade das quais por solidariedade, o que demonstra a sua elevada consciência de classe. Quanto aos resultados das suas reivindicações, os ferroviários conseguiram uma vitória parcial numa greve e saíram derrotados noutra, não havendo informações sobre o desfecho de quatro greves.

Em 24 de novembro de 1910, os ferroviários do Minho e Douro entraram em greve por as suas reclamações de diminuição de horário de trabalho e de aumento salarial não terem sido atendidas, tal como o pedido de despedimento dos seus colegas de categoria superior¹⁰⁷. Em Braga, não foram registados casos de violência, mas a polícia vigiava a linha ferroviária que conduzia à cidade para prevenir algum incidente de maior¹⁰⁸.

O grevista bracarense Ignacio Cerqueira foi preso no dia 1 de dezembro, a mando do Governador Civil do Porto, por suspeita de ter iniciado a greve¹⁰⁹. O movimento foi organizado pelo Comité dos Ferroviários do Minho e Douro, o que não impediu a prisão arbitrária do grevista, que nem sequer fazia parte do referido Comité¹¹⁰. Ignacio Cerqueira foi restituído à liberdade no dia 5, após a greve ter terminado¹¹¹.

A greve terminou no dia 3, tendo os grevistas a garantia de que as suas reclamações seriam atendidas em breve, para além de terem recebido o salário correspondente aos dias em que estiveram em greve¹¹². Em fevereiro de 1911, os ferroviários tiveram a sua reclamação de aumento salarial atendida¹¹³.

No dia 3 de junho de 1918, os ferroviários da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses declararam-se em greve, tendo-se declarado também em greve, por solidariedade, os

¹⁰⁵ Cf. s/a, «Bombas em Braga», *Diário do Minho*, 21 de março, 1923: 1.

¹⁰⁶ Cf. s/a, «Greves e grevistas», *Diário do Minho*, 24 de março, 1923: 4.

¹⁰⁷ Cf. Manuel Joaquim de Sousa, «O despertar dos escravos: a greve dos ferroviários do Minho e Douro», *A Aurora*, 4 de dezembro, 1910: 2.

¹⁰⁸ Cf. s/a, «Greve nos caminhos-de-ferro», *Comércio do Minho*, 1 de dezembro, 1910: 2.

¹⁰⁹ Cf. s/a, «Captura de um grevista», *Comércio do Minho*, 3 de dezembro, 1910: 3.

¹¹⁰ Cf. Manuel Joaquim de Sousa, «O despertar dos escravos: a greve dos ferroviários do Minho e Douro», *A Aurora*, 4 de dezembro, 1910: 2.

¹¹¹ Cf. s/a, «A greve do Douro e Minho», *Comércio do Minho*, 8 de dezembro, 1910: 3.

¹¹² Cf. Manuel Joaquim de Sousa, «O despertar dos escravos: a greve dos ferroviários do Minho e Douro», *A Aurora*, 11 de dezembro, 1910: 2.

¹¹³ Cf. Manuel Joaquim de Sousa, «Os ferroviários do Minho e Douro», *A Aurora*, 12 de fevereiro, 1911: 1.

operários do Minho e Douro¹¹⁴. A greve terminou uma semana depois, no dia 10 de junho, não tendo sido possível conhecer o seu resultado¹¹⁵.

Mais de um mês depois, no dia 22 de julho, os ferroviários do Minho e Douro voltaram a declarar greve por solidariedade, desta vez com os operários do Sul e Sueste¹¹⁶. A greve terminou no dia 26, «quando chegou à estação do caminho-de-ferro [de Braga] um comboio conduzindo a comissão dos grevistas do Sul e Sueste e Minho e Douro, vindo o comboio engalanado com bandeiras e flores, e que tinha por fim dar ordens aos operários em greve a que retomassem o trabalho»¹¹⁷.

No dia 30 de setembro de 1918, os ferroviários do Sul e Sueste entraram em greve por aumento salarial e contra a publicação de um decreto que previa a sua militarização, declarando-se também greve os operários do Minho e Douro, por solidariedade¹¹⁸. Manuel Joaquim de Sousa descreveu a greve como um

exemplo de solidariedade, serenidade esplêndida, decisão e valentia. Publicado um decreto determinando a sua militarização, e tomadas as estações e os comboios do Sul e Sueste, por militares armados ao pé do pessoal de trens (nas locomotivas junto dos próprios maquinistas), mesmo assim os ferroviários desta linha realizaram o mais perfeito trabalho de sabotagem, por tal forma que, ao abandonarem o trabalho, nem uma só locomotiva estava capaz de funcionar¹¹⁹.

Não foram noticiadas, em Braga, sabotagens ou violência, mas os grevistas prestaram solidariedade ao seu modo: em novembro do mesmo ano, uma comissão de grevistas do Minho e Douro conferenciou com o Governador Civil de Braga, pedindo-lhe a sua interferência na solução do conflito, tendo o chefe do distrito telegrafado ao presidente do Ministério e ao ministro do Comércio nesse sentido¹²⁰. As diligências dos ferroviários do Sul e Sueste e do Minho e Douro não

¹¹⁴ Cf. s/a, «Greve ferroviária», *Comércio do Minho*, 6 de junho, 1918: 2.

¹¹⁵ Cf. s/a, «A greve ferroviária», *Comércio do Minho*, 13 de junho, 1918: 2.

¹¹⁶ Cf. s/a, «Falta de comboios», *Comércio do Minho*, 25 de julho, 1918: 2.

¹¹⁷ s/a, «A parede ferroviária», *Ecos do Minho*, 27 de julho, 1918: 2.

¹¹⁸ Cf. s/a, «Os ferroviários do Estado», *A Batalha*, 1 de outubro, 1920: 1. O Governo decidiu que a direção dos Caminhos-de-Ferro do Sul e Sueste fosse assumida pela Inspeção Militar, de maneira a conter as greves dos ferroviários, cf. «Decreto 6960», *Diário do Governo*, 23 de setembro, 1920: 1-2.

¹¹⁹ Sousa, *O sindicalismo...*, 129.

¹²⁰ Cf. s/a, «Os ferroviários», *Comércio do Minho*, 27 de novembro, 1920: 1.

fizeram com que saíssem vitoriosos desta greve. A greve terminou em dezembro, tendo os operários retomado o trabalho para conseguirem sustentar as suas famílias¹²¹.

Os operários bracarenses do sector da alimentação também entravam em greve para fazer valer as suas reivindicações. Realizaram, durante o período em análise, cinco greves, sendo duas delas por aumento salarial. Uma greve foi declarada em protesto contra uma resolução da Câmara Municipal, sendo que não há informações sobre os motivos de duas greves. Quanto aos seus resultados, conseguiram uma vitória parcial numa greve, saindo derrotados de outra, não se sabendo o desfecho que tiveram três greves.

Em maio de 1919, os operários manipuladores de pão declararam-se em greve por aumento salarial, sendo depois substituídos, durante o movimento, por militares¹²². Poucos dias depois, a greve terminou, tendo os «industriais e operários acordado num meio-termo das primitivas reclamações»¹²³.

No dia 15 de janeiro de 1920, os manipuladores de pão entraram em greve por os industriais não terem atendido as suas reclamações¹²⁴. Para substituir os grevistas, e também para continuar a fornecer o pão, os industriais solicitaram à Manutenção Militar de Coimbra soldados para trabalhar nas padarias¹²⁵. Os soldados só ficariam a fabricar o pão enquanto os operários se mantivessem em greve ou até os industriais contratarem novos trabalhadores. Neste caso, os soldados foram dispensados do seu serviço nas padarias porque os industriais contrataram operários de diversas regiões do Norte, não pretendendo readmitir os grevistas¹²⁶.

A greve terminou com os manipuladores de pão a não terem as suas reclamações atendidas. Alguns operários não foram readmitidos nas padarias onde trabalhavam, pelo que «abriram umas cooperativas, tendo já dois fornos a trabalhar um na rua do Cónego [atualmente rua da Boavista] e outro no Campo da Feira, onde estes operários vendem pão melhor que os dos industriais a \$20 [2 centavos] cada um, o que dá um resultado de \$20 pesarem mais 30 gramas, que o que os industriais vendem a 40 rs. [4 centavos] cada um. O pão tem muita venda»¹²⁷.

¹²¹ Cf. s/a, «Termina a greve dos ferroviários do Estado», *A Batalha*, 9 de dezembro, 1920: 1-2.

¹²² Cf. s/a, «Greve», *Comércio do Minho*, 18 de maio, 1919: 1.

¹²³ s/a, «Greves», *Comércio do Minho*, 22 de maio, 1919: 2.

¹²⁴ Cf. s/a, «Greve dos padeiros», *Comércio do Minho*, 18 de janeiro, 1920: 2.

¹²⁵ Cf. s/a, «Sábado, 17», *O Liberal*, 18 de janeiro, 1920: 2.

¹²⁶ Cf. s/a, «Sexta-feira, 30», *O Liberal*, 1 de fevereiro, 1920: 2.

¹²⁷ Cf. s/a, «Braga, 16: representação ao governador civil. Contra os açambarcadores. Várias notícias», *A Batalha*, 22 de fevereiro, 1920: 3.

No dia 14 de abril de 1924, os manipuladores de pão declararam-se em greve por os industriais não terem atendido as suas reclamações de aumento salarial¹²⁸. O SU dos Manipuladores de Pão, poucos dias antes da greve, enviou um comunicado ao *Diário do Minho* explicando as suas reivindicações:

Tendo reunido hoje a Assembleia Geral extraordinária para apreciar as *démarches* havidas entre os srs. industriais panificadores, Ex.mo Sr. Governador Civil e Comissão pró-aumento de salário e não concordando em absoluto com o resultado obtido, a mesma Assembleia, por unanimidade, resolveu publicar um manifesto ao povo bracarense, mostrando as razões que assistem aos manipuladores de pão do seu pedido de aumento de salário, e votando em princípio a *greve geral* da classe¹²⁹.

De facto, a greve foi declarada. Todavia, para garantir o fornecimento de pão à cidade, os grevistas foram substituídos por 22 soldados da Manutenção Militar da Póvoa de Varzim, bem como por soldados da Guarda Nacional Republicana e por polícias¹³⁰. Não há notícias que nos informem sobre como ou quando esta greve acabou.

Os operários dos Correios e Telégrafos realizaram, em Braga, durante a I República, quatro greves, duas das quais em solidariedade com os seus colegas no resto do país. Não há notícias sobre os motivos das duas outras greves realizadas por estes operários, bem como não há informações sobre os resultados de qualquer uma destas lutas.

No dia 1 de setembro de 1917, os empregados dos Correios e Telégrafos declararam-se em greve em solidariedade com os trabalhadores do sector no resto do país, que também se encontravam em greve¹³¹.

Propagandistas do Porto vieram a Braga para que os operários bracarenses aderissem à greve geral de solidariedade aos telegrafistas que estava planeada no resto do país, a realizar-se no dia 12 de setembro, sendo que «algumas classes têm resolvido ir para a ‘greve’ desde que ela seja geral, não concordando contudo em a declarar simplesmente para se solidarizar com os telegrafistas»¹³². Se esta afirmação for verdadeira, não devemos assumir que os operários

¹²⁸ Cf. s/a, «Em Braga», *A Batalha*, 16 de abril, 1924: 2.

¹²⁹ s/a, «Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Pão», *Diário do Minho*, 12 de abril, 1924: 2. Itálicos no original.

¹³⁰ Cf. s/a, «A greve dos padeiros», *Diário do Minho*, 15 de abril, 1924: 3.

¹³¹ Cf. s/a, «A greve dos Correios e Telégrafos», *Ecos do Minho*, 2 de setembro, 1917: 2.

¹³² s/a, «Questões sociais: greve geral de solidariedade com os telegrafistas», *Ecos do Minho*, 12 de setembro, 1917: 2.

bracarenses não tinham consciência de classe: note-se que as condições de vida do operariado não lhe permitiam lançar-se em greve por uma causa que não era diretamente sua sem ter a certeza do sucesso dessa ação.

Com efeito, apenas os fabricantes de calçado, os chapeleiros e os operários da construção civil aderiram à greve geral, que foi frustrada não só em Braga como no resto do país, devido ao policiamento da Guarda Nacional Republicana¹³³.

No dia 4 de março de 1920, os empregados dos Correios e Telégrafos declararam-se em greve, não estando contudo as suas razões documentadas na imprensa¹³⁴. A greve tomou um carácter violento, tendo sido cortadas as linhas telefónicas e tendo a Guarda Nacional Republicana patrulhado as ruas da cidade¹³⁵. Durante a greve, as autoridades encerraram a AC dos Empregados Menores do Correio sem qualquer justificação¹³⁶. A greve terminou no dia 26 de março, tendo os grevistas sido substituídos por militares e polícias¹³⁷.

Os operários do sector das madeiras e mobiliário realizaram, em Braga, durante o período em análise, quatro greves, todas por aumento dos seus salários, tendo uma delas incluído também a reivindicação de diminuição do horário de trabalho. Quanto ao desfecho das suas lutas, os operários viram as suas reclamações atendidas numa greve, tendo saído derrotados noutra. Não há informações que nos indiquem o resultado das restantes greves.

Em maio de 1913, os operários marceneiros declararam-se em greve por aumento salarial e diminuição do horário de trabalho, reclamações que, no final do movimento, foram atendidas¹³⁸.

Os operários recorreram às autoridades para tentar solucionar o conflito, mas sem sucesso, pelo que depois solicitaram o apoio da Federação das Associações Operárias¹³⁹. Não tendo a Federação conseguido resolver o conflito, os grevistas pediram auxílio à Associação de Classe dos Operários Marceneiros do Porto e à Associação dos Entalhadores do Norte, cujos delegados negociaram com os industriais (ver anexo 11)¹⁴⁰. O facto de os operários terem recorrido às associações congéneres do Porto, depois de a Federação não ter conseguido resolver o conflito, demonstra a debilidade organizativa desta entidade operária bracarense, como já referimos.

¹³³ Cf. s/a, «As paredes de Braga e do Porto não se realizam devido à rápida intervenção da autoridade», *Ecos do Minho*, 13 de setembro, 1917: 2.

¹³⁴ Cf. s/a, «Greve dos ferroviários e dos correios», *Comércio do Minho*, 6 de março, 1920: 2.

¹³⁵ Cf. *id.*, *ibid.*.

¹³⁶ Cf. s/a, «Encerramento de associação», *Comércio do Minho*, 28 de março, 1920: 1

¹³⁷ Cf. s/a, «Greve terminada», *Comércio do Minho*, 28 de março, 1920: 1.

¹³⁸ Cf. s/a, «Movimento operário», *Comércio do Minho*, 17 de maio, 1913: 1.

¹³⁹ Cf. s/a, «Marceneiros de Braga», *A Aurora*, 25 de maio, 1913: 4.

¹⁴⁰ Cf. *id.*, *ibid.*.

Sendo as reclamações primitivas dos operários o aumento salarial em 30% e a redução do horário de trabalho de 11 para 9 horas, as negociações dos delegados portugueses com os industriais terminaram num acordo: os operários receberiam um aumento salarial de 10% e trabalhariam 10 horas por dia¹⁴¹.

Em maio de 1920, os operários marceneiros declararam greve por os industriais só terem aumentado os salários em 20%, quando os trabalhadores reclamaram um aumento de 50%¹⁴². A greve durou algumas semanas, sendo que «a maior parte dos operários abandonaram esta terra, em virtude de ter quem lhe garanta ordenado muito superior fora daqui. Foi bom para acabar a bazófia dos patrões, que agora já andam a implorar aos operários para que vão trabalhar. É assim que eles se endireitam»¹⁴³.

No dia 6 de julho de 1923, o SU Mobiliário declarou greve parcial na oficina Faustino & Barros, por os industriais não terem atendido às reclamações de aumento salarial¹⁴⁴. Os restantes industriais, em solidariedade com o proprietário da referida oficina, declararam o *lock-out*, tendo sido proclamada, da parte dos operários, a greve geral da classe, que contava com cerca de 300 grevistas¹⁴⁵. O SU Mobiliário, no decorrer da greve, teve o auxílio da Federação Mobiliária, que enviou delegados a Braga para tentar solucionar o conflito¹⁴⁶.

Os industriais fizeram uso de meios violentos para tentar vergar os operários em greve, inclusive pedir à polícia «a prisão de alguns grevistas, ao que esta docilmente obedeceu, prendendo três camaradas que foram soltos mais tarde. Na fúria de prender, enclausuraram até o irmão dum industrial, por ter o nome igual ao dum grevista que a polícia procura. Não contentes com isto, prenderam e agrediram o camarada João da Silva Moura, apenas pelo *crime* de ser grevista»¹⁴⁷. Ser grevista era, de facto, um motivo para a polícia efetuar arbitrariamente *ainda mais* prisões de operários.

Os industriais continuariam nos seus manejos para fazer os grevistas retomarem o trabalho, chegando mesmo a pedir aos estanceiros que não vendessem madeira aos grevistas (que, provavelmente, estariam a trabalhar por conta própria durante a greve): «os estanceiros,

¹⁴¹ Cf. *id.*, *ibid.*

¹⁴² Cf. s/a, «Braga, 15: reclamações operárias», *A Batalha*, 21 de maio, 1920: 2.

¹⁴³ s/a, «Braga, 1: a vida impossível. Os padeiros têm as 8 horas. Sessão solene. Propaganda associativa. Greves», *A Batalha*, 6 de junho, 1920: 3.

¹⁴⁴ Cf. s/a, «Em Braga: operários mobiliários», *A Batalha*, 19 de julho, 1923: 2.

¹⁴⁵ Cf. *id.*, *ibid.*

¹⁴⁶ Cf. s/a, «Em Braga: operários da indústria do mobiliário», *A Batalha*, 30 de agosto, 1923: 2.

¹⁴⁷ s/a, «Em Braga», *A Batalha*, 16 de setembro, 1923: 2. Itálico no original.

porém, negaram-se a isso, o que muito arreliou os *caritativos* patrões»¹⁴⁸. Esta greve durou, pelo menos, cerca de dois meses, não havendo notícias sobre como ou quando terminou.

Os trabalhadores dos transportes de Braga realizaram quatro greves durante a I República, uma por solidariedade com os lavradores-caseiros, em dezembro de 1915 e outra em protesto contra a elevação do preço das multas por excesso de velocidade, em abril e maio de 1924, não havendo informações sobre os motivos das duas outras greves que estes operários declararam. Os operários conseguiram ver as suas reclamações atendidas em duas greves, não havendo notícias sobre o desfecho das outras duas.

No dia 1 de dezembro de 1915, os carroceiros da estação declararam-se em greve em solidariedade com os agricultores, que se encontravam em greve contra a iniciativa da Câmara Municipal em aumentar os impostos de barreira¹⁴⁹. A greve dos carroceiros «manteve-se rigorosamente, tendo as carroças da câmara de entrar em serviço, para os transportes mais urgentes»¹⁵⁰. Os carroceiros retomaram o trabalho no dia 4, quando terminou a greve dos agricultores¹⁵¹.

No dia 29 de abril de 1924, os *chauffeurs* declararam-se em greve contra a elevação do preço das multas por excesso de velocidade, acompanhando o movimento no Porto e em Lisboa¹⁵². O serviço de transporte esteve paralisado, mas os grevistas acordaram com o comissariado de polícia em ceder transporte para o exercício da autoridade, para funerais e para casos de emergência¹⁵³.

A greve tornou-se violenta, tendo sido presos, no dia 4 de maio, doze grevistas por tentarem sabotar um carro particular, tendo sido restituídos à liberdade algumas horas após a sua prisão¹⁵⁴. Dias depois, o *chauffeur* Joaquim Augusto de Miranda foi preso por furar um pneu de um

¹⁴⁸ s/a, «Em Braga: operários do mobiliário», *A Batalha*, 18 de setembro, 1923: 2. Itálico no original.

¹⁴⁹ Cf. s/a, «A greve rural. Deixam de vir à cidade gêneros alimentícios, das aldeias. Não circulam carros de bois. Providências das autoridades. Aderem à greve os carroceiros da estação do caminho-de-ferro», *Comércio do Minho*, 2 de dezembro, 1915: 2.

¹⁵⁰ s/a, «A greve rural e a greve dos carroceiros. Providências da câmara e das autoridades. Violências dos grevistas. Prisões», *Comércio do Minho*, 4 de dezembro, 1915: 2.

¹⁵¹ Cf. s/a, «A greve dos agricultores e carroceiros», *Comércio do Minho*, 7 de dezembro, 1915: 2.

¹⁵² Cf. s/a, «Chauffeurs de Braga: protesto», *Diário do Minho*, 29 de abril, 1924: 2; s/a, «Greve da viação», *Diário do Minho*, 30 de abril, 1924: 2. A lei n.º 1581 elevava em dez vezes os preços das multas por excesso de velocidade, cf. «Lei n.º 1581», *Diário do Governo*, 11 de abril, 1924: 523-524.

¹⁵³ Cf. s/a, «Greve dos chauffeurs», *Diário do Minho*, 1 de maio, 1924: 2.

¹⁵⁴ Cf. s/a, «O protesto dos chauffeurs», *Diário do Minho*, 6 de maio, 1924: 2.

carro particular¹⁵⁵. No dia 10 de maio, mais três grevistas foram presos por terem sabotado dois carros e por terem impedido a liberdade de trabalho¹⁵⁶.

Os grevistas também eram presos por propalarem boatos para impedir o abastecimento de géneros para a cidade, tendo para isso a ajuda da AC dos Agricultores Caseiros, que se solidarizou com a causa dos *chauffeurs*¹⁵⁷. Pela solidariedade manifestada, foi preso no dia 9 de maio Joaquim Pereira, presidente daquela associação de classe¹⁵⁸. As restantes classes operárias bracarenses também se solidarizaram com a causa dos grevistas, provavelmente apenas a nível moral (não há notícias de que chegaram, efetivamente, a prestar auxílio material), tendo o Comité Misto Operário enviado a seguinte nota para *A Batalha*:

O Comité Misto Operário de Braga, reunido para apreciar a greve dos transportes, aprovou unanimemente as seguintes resoluções, além doutras de carácter reservado.

Solidarizar-se com os grevistas dos transportes, moral e materialmente.

Abandonar o trabalho, indo até onde seja necessário logo que os seus camaradas do Porto iniciem o movimento de greve geral, não retomando o trabalho sem que o decreto 1581 [lei que elevava o preço das multas] seja revogado.

Convidar todas as classes e todo o povo atingido pelo iníquo decreto 1581 a secundar o movimento de protesto;

Protestar veementemente contra o facto das autoridades de Braga, passando por cima da Constituição e da lei que concede o direito à greve, prenderem diversos *chauffeurs* e o presidente da Associação dos Lavradores.

Protestar contra a notícia, vinda a lume no *Diário do Minho*, de que as autoridades militares estão na disposição de assaltar as casas dos lavradores no caso destes se recusarem, por solidariedade com os carreteiros, a enviar géneros para a cidade¹⁵⁹.

Não foi noticiada qualquer tentativa de se fazer uma greve geral de apoio aos *chauffeurs*, todavia os grevistas poderiam contar com o apoio moral dos restantes trabalhadores. Quanto aos esforços das autoridades para abastecer a cidade, realmente os militares estavam autorizados a

¹⁵⁵ Cf. s/a, «A greve dos *chauffeurs*», *Diário do Minho*, 7 de maio, 1924: 3.

¹⁵⁶ Cf. s/a, «A greve dos *chauffeurs*», *Diário do Minho*, 11 de maio, 1924: 2.

¹⁵⁷ Cf. s/a, «A greve dos *chauffeurs*», *Diário do Minho*, 9 de maio, 1924: 3.

¹⁵⁸ Cf. s/a, «A greve dos *chauffeurs*», *Diário do Minho*, 11 de maio, 1924: 2.

¹⁵⁹ s/a, «O proletariado em luta», *A Batalha*, 13 de maio, 1924: 2. Itálico no original. Não existe qualquer outra referência a este Comité Misto Operário, pelo que, provavelmente, tratava-se de um comité eleito especialmente para tratar desta greve.

recolher os géneros das propriedades rurais e trazerem-nos a Braga, o que constituía uma verdadeira coação à liberdade de se fazer ou apoiar uma greve¹⁶⁰. E para garantir a liberdade de trabalho, a Guarda Nacional Republicana escoltava os carros ou carroças, bem como patrulhava as estradas¹⁶¹.

No dia 13 de maio, o Governador Civil de Braga recebeu uma comunicação do ministério do Interior, afirmando que se os grevistas retomassem o trabalho, as multas a aplicar seriam as anteriores ao famigerado decreto¹⁶². Os *chauffeurs* bracarenses poderiam retomar o trabalho com a garantia de que sairiam vitoriosos na sua luta, mas não iriam atraiçoar o movimento do Porto e de Lisboa, esperando ordens dos grevistas daquelas cidades para terminar a greve¹⁶³.

A greve terminou no dia 19 de maio, tendo transtornado a vida da cidade, como descrevia o *Diário do Minho*: «que a falta de meios de transporte causou imensos prejuízos, não se pode negar, assim como é fora de dúvida que desta situação não se podia conservar por mais tempo»¹⁶⁴. E talvez tenham sido os prejuízos que este movimento causou que fez o Governo atender as reivindicações dos grevistas.

Os operários alfaiates realizaram, em Braga, três greves durante o período em análise, duas das quais por aumento salarial e uma cujo motivo incluía a diminuição do horário de trabalho. As suas reivindicações por aumento salarial foram atendidas, ao contrário da sua reclamação pela diminuição de horário.

No dia 12 de junho de 1911, os operários alfaiates declararam-se em greve por os industriais não terem atendido a sua reclamação de diminuição do horário de trabalho, de pagamento de horas extras e de readmissão dos colegas despedidos por fazerem parte da comissão de vigilância da lei do descanso semanal¹⁶⁵. A greve não teve logo a adesão de toda a classe, pelo que «os grevistas andaram em grupo por diferentes ruas, pedindo aos operários de alfaiataria, que se apresentaram ao trabalho nas oficinas, para o abandonar e aderir à greve»¹⁶⁶.

A greve terminou no dia 14 de junho e, segundo o *Comércio do Minho*, operários e industriais chegaram a acordo em relação ao horário de trabalho, não sendo atendidas as outras

¹⁶⁰ Cf. s/a, «A greve dos chauffeurs», *Diário do Minho*, 11 de maio, 1924: 2.

¹⁶¹ Cf. s/a, «A greve dos chauffeurs», *Diário do Minho*, 13 de maio, 1924: 2.

¹⁶² Cf. s/a, «A greve dos chauffeurs», *Diário do Minho*, 14 de maio, 1924: 2.

¹⁶³ Cf. s/a, «A greve nos transportes», *Diário do Minho*, 17 de maio, 1924: 2.

¹⁶⁴ s/a, «Terminou a greve dos chauffeurs», *Diário do Minho*, 20 de maio, 1924: 2.

¹⁶⁵ Cf. s/a, «Greve», *Correio do Norte*, 13 de junho, 1911: 2.

¹⁶⁶ s/a, «Greve operária», *Comércio do Minho*, 13 de junho, 1911: 2.

reclamações¹⁶⁷. J. Guimarães, correspondente d' *A Aurora*, informava que os alfaiates não tiveram nenhuma das suas reivindicações atendidas, pelo que os operários que foram despedidos tiveram de trabalhar na sua associação de classe¹⁶⁸.

No dia 24 de maio de 1920, os alfaiates declararam-se em greve, reclamando 80% de aumento salarial¹⁶⁹. A greve terminou com os operários a conseguirem 50% de aumento do salário, o que foi considerado uma vitória¹⁷⁰.

No dia 14 de fevereiro de 1923, os operários alfaiates declararam-se em greve por os industriais não terem atendido as suas reclamações de aumento salarial¹⁷¹. Os grevistas, no intuito de conseguir a máxima coesão na greve,

percorreram eles, em grupos, diversos estabelecimentos onde alguns companheiros trabalhavam, para os obrigar a aderir ao movimento; mas quem se achava bem deixou-se estar, como os da casa do sr. Rebelo, da rua de S. Marcos, e outras, e os grevistas circunscreveram a sua ação a ameaçar de pancadas os companheiros que os não acompanharam, havendo algumas cenas de bordoadas na rua de S. Vicente e outros sítios da cidade. A polícia, sabedora do caso, tomou as suas providências, vigiando ontem escrupulosamente todas as casas onde se trabalhava para garantir a sua ampla liberdade; e tinha ordens de reprimir o mais pequeno desacato, caso os grevistas quisessem impossibilitar os seus colegas não aderentes de trabalhar onde quisessem ou como quisessem. Felizmente porém não foram precisas as ordens severas da digna autoridade policial sobre o assunto¹⁷².

O comité dirigente do movimento apelava, através d' *A Batalha*, que nenhum operário alfaiate de outras regiões do país aceitasse trabalho em Braga, de maneira a não trair a greve dos seus camaradas bracarenses¹⁷³. Talvez fosse a coesão deste movimento, conseguida através da

¹⁶⁷ Cf. s/a, «Greve operária», *Comércio do Minho*, 15 de junho, 1911: 2.

¹⁶⁸ Cf. J. Guimarães, «De Braga», *A Aurora*, 25 de junho, 1911: 4.

¹⁶⁹ Cf. s/a, «Greve», *Comércio do Minho*, 27 de maio, 1920: 2

¹⁷⁰ Cf. s/a, «Braga, 1: a vida impossível. Os padeiros têm as 8 horas. Sessão solene. Propaganda associativa. Greves», *A Batalha*, 6 de junho, 1920: 3.

¹⁷¹ Cf. s/a, «Alfaiates em greve», *Diário do Minho*, 15 de fevereiro, 1923: 1.

¹⁷² s/a, «A greve dos alfaiates», *Diário do Minho*, 16 de fevereiro, 1923: 1.

¹⁷³ Cf. s/a, «Em Braga: operários alfaiates», *A Batalha*, 18 de fevereiro, 1923: 2.

coerção e da solidariedade, que fizesse com que os grevistas vissem as suas reclamações atendidas no final da greve¹⁷⁴.

Os operários dos Serviços Municipalizados de Braga também realizaram três greves durante a I República, uma por aumento salarial e outra por quererem que o diretor dos Serviços fosse despedido, não se sabendo qual o motivo de uma greve. Os operários viram as suas reclamações atendidas numa greve, não tendo sido encontradas notícias sobre o resultado das restantes duas.

A primeira greve noticiada dos operários dos Serviços Municipalizados foi realizada em 16 de agosto de 1915, durando apenas algumas horas¹⁷⁵. A greve teve como motivo o facto de a Câmara Municipal não ter atendido o pedido de despedimento do diretor dos Serviços, Lopes Gonçalves, «reclamando [os operários] contra castigos aplicados pelo sr. diretor dos mesmos serviços, queixando-se do modo como o mesmo funcionário trata o pessoal»¹⁷⁶. A greve durou apenas até às 9h30 da manhã, quando a Câmara comunicou aos grevistas que iria assumir provisoriamente a direção dos Serviços¹⁷⁷. De facto, o sr. Lopes Gonçalves acabou por se demitir do seu cargo, sendo substituído por um engenheiro militar vindo do Porto¹⁷⁸.

Em maio de 1923, os operários destes Serviços voltaram a declarar greve, desta vez por aumento salarial: a paralisação dos Serviços foi notória, faltando na cidade a luz e os carros elétricos, estando prevista a situação de que também faltasse a água¹⁷⁹. Apesar das suas grandes proporções, não foram encontradas notícias sobre como ou quando terminou esta greve.

Os lavradores-caseiros bracarenses realizaram duas greves durante a I República, ambas contra o aumento do imposto de barreira que a Câmara instaurara. Os trabalhadores viram a sua reclamação atendida numa dessas greves, não havendo notícias sobre o desfecho da restante greve.

No dia 1 de dezembro de 1915, a AC dos Agricultores Caseiros e Jornaleiros declarou greve por a Câmara Municipal não ter atendido a sua reclamação contra o imposto de barreira

¹⁷⁴ Cf. s/a, «Em Braga: operários alfaiates», *A Batalha*, 7 de março, 1923: 2.

¹⁷⁵ Cf. s/a, «A questão do pessoal dos serviços municipalizados», *Comércio do Minho*, 17 de agosto, 1915: 2.

¹⁷⁶ s/a, «Câmara Municipal de Braga», *Comércio do Minho*, 12 de agosto, 1915: 3.

¹⁷⁷ Cf. s/a, «A questão do pessoal dos serviços municipalizados», *Comércio do Minho*, 17 de agosto, 1915: 2.

¹⁷⁸ Cf. s/a, «A questão do pessoal dos serviços municipalizados», *Comércio do Minho*, 19 de agosto, 1915: 2.

¹⁷⁹ Cf. s/a, «Em Braga: o pessoal dos serviços municipalizados», *A Batalha*, 5 de maio, 1923: 2.

(ver anexo 12)¹⁸⁰. A Câmara tomou providências para que os géneros não faltassem à cidade, embora o fornecimento fosse em menor quantidade¹⁸¹.

Os grevistas, vendo que a cidade continuava a abastecer-se de géneros, usaram de violência contra as mulheres que transportavam os alimentos, chegando a polícia a prender sete grevistas¹⁸². O *Comércio do Minho* relatou um desses casos: «Gracinda da Silva Ferreira, serviçal, residente na rua dos Chãos, queixou-se na esquadra contra Augusto Ferreira, lavrador, residente no lugar da Naia, freguesia de Maximinos, o qual, quando a queixosa ali passava, a apedrejou, obrigando-a a deixar ficar naquele local, um cesto de hortaliça que conduzia para esta cidade»¹⁸³.

A greve terminou no dia 4, tendo os agricultores conseguido que a Câmara reduzisse o imposto de barreira¹⁸⁴. No entanto, em janeiro de 1920, os agricultores voltariam a declarar-se em greve pelo mesmo motivo, não havendo notícias sobre se, dessa vez, as suas reivindicações foram atendidas¹⁸⁵.

Os trabalhadores da Função Pública realizaram, em Braga, durante a I República, apenas uma greve. No dia 8 de março de 1920, os funcionários das Finanças de Braga declararam-se em greve, em solidariedade com os restantes trabalhadores do sector no resto do país¹⁸⁶. Não temos informações sobre como decorreu a greve, apenas sabemos que os funcionários retomaram o trabalho no dia 15 do mesmo mês¹⁸⁷.

Em Braga, como no resto do país, em virtude da crescente inflação registada nesta época e dos baixos salários então praticados, o principal motivo das greves era a reivindicação de aumento salarial, como mostra o seguinte gráfico:

¹⁸⁰ Cf. s/a, «A greve rural. Deixam de vir à cidade géneros alimentícios, das aldeias. Não circulam carros de bois. Providências das autoridades. Aderem à greve os carroceiros da estação do caminho-de-ferro», *Comércio do Minho*, 2 de dezembro, 1915: 2.

¹⁸¹ Cf. s/a, «A greve rural e a greve dos carroceiros. Providências da câmara e das autoridades. Violências dos grevistas. Prisões», *Comércio do Minho*, 4 de dezembro, 1915: 2.

¹⁸² Cf. *id.*, *ibid.*.

¹⁸³ s/a, «Mulher apedrejada por um grevista», *Comércio do Minho*, 4 de dezembro, 1915: 3.

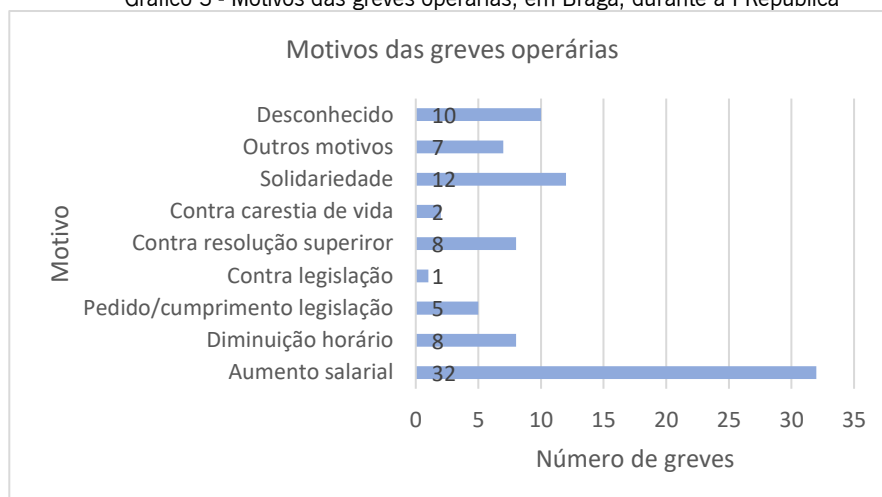
¹⁸⁴ Cf. s/a, «A Greve dos agricultores e carroceiros», *Comércio do Minho*, 7 de dezembro, 1915: 2.

¹⁸⁵ Cf. s/a, «A greve rural», *Comércio do Minho*, 4 de janeiro, 1920: 1.

¹⁸⁶ Cf. s/a, «A greve em Braga», *Comércio do Minho*, 11 de março, 1920: 1.

¹⁸⁷ Cf. s/a, «A greve em Braga», *Comércio do Minho*, 18 de março, 1920: 1.

Gráfico 3 - Motivos das greves operárias, em Braga, durante a I República



Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Foram 32 as greves que nos seus motivos incluíam o aumento salarial, num total de 79 greves realizadas em Braga durante a I República. As greves por aumento salarial representavam 40,5% do total das greves, quase metade, provando que o operariado lutava principalmente por questões materiais: o que, de resto, não melhorava substancialmente as suas condições económicas, uma vez que os aumentos salariais conseguidos «eram logo absorvidos por nova elevação dos preços dos artigos de primeira necessidade»¹⁸⁸.

As greves por aumento salarial chegariam mesmo a ser consideradas supérfluas, precisamente por não melhorarem, a curto ou a longo prazo, a vida dos operários, sendo «estéreis em resultados efetivos»¹⁸⁹. A própria imprensa generalista asseverava este facto, afirmando que «o melhor será adiar as greves até que o ambiente lhes seja mais favorável, pois a experiência mostra que, até agora, o resultado de tais movimentos tem sido contraproducente, dando origem a que as classes reclamantes fiquem, devido à carestia de vida, cada vez em piores condições»¹⁹⁰.

O operariado só conseguiria ter melhores condições de vida com o advento da revolução social, o que nunca chegou a acontecer. Apesar de as greves por aumento salarial serem consideradas estéreis, os operários não poderiam deixar de fazer reivindicações por esse motivo,

¹⁸⁸ Silva, *Memórias...*, 86. Note-se que os géneros de primeira necessidade não encareciam por os salários dos operários terem aumentado, sendo a relação inversa: os operários reivindicavam aumento salarial porque os preços dos géneros subiam, cf. Manuel Joaquim de Sousa, «Círculo vicioso», *A Aurora*, 14 de julho, 1918: 1.

¹⁸⁹ s/a, «Modalidades de luta: as greves estéreis», *A Comuna*, 20 de fevereiro, 1921: 1.

¹⁹⁰ s/a, «Greves», *Comércio do Minho*, 12 de outubro, 1919: 1.

justamente por mal se conseguirem sustentar com os seus magros salários¹⁹¹. O gráfico seguinte mostra a evolução do número das greves dos operários bracarenses relacionadas com a questão salarial:

Gráfico 4 - Greves relacionadas com a questão salarial, em Braga, durante a I República



Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

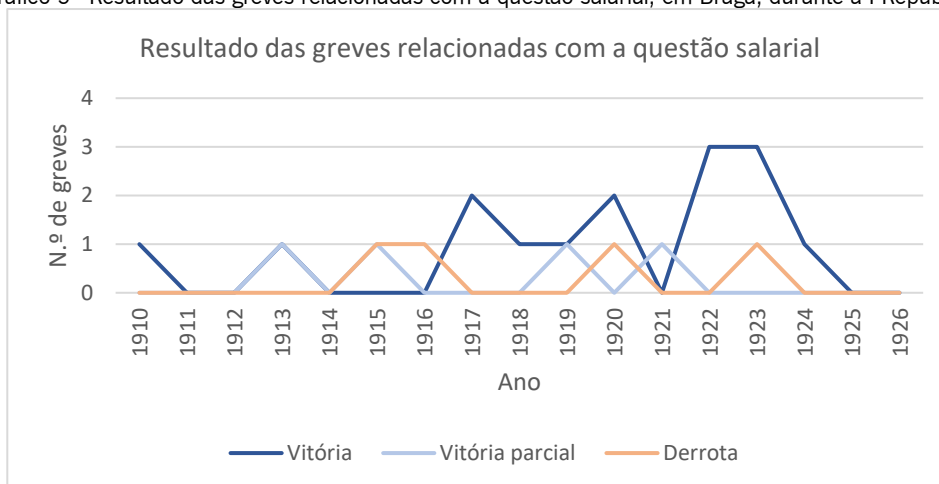
As greves relacionadas com a questão salarial começaram a intensificar-se durante o período da I Guerra, devido ao problema da carestia de vida, que de 1914 a agosto de 1917 sofreu um aumento de cerca de 66%¹⁹². Como já vimos no capítulo sobre os salários auferidos pelo operariado bracarense (veja-se a tabela 2), o custo de vida subiu vertiginosamente no pós-guerra, não se verificando o mesmo para os salários, o que explica o elevado número de greves por aumento salarial neste período.

Note-se que, depois de 1920, o operariado bracarense deixou de realizar greves contra a descida dos salários (apenas havendo duas reclamações por esse motivo), possivelmente porque ou os industriais já pagavam aos seus operários o mínimo possível ou não baixavam os salários por receio de que se declarasse uma greve. Quanto aos resultados das greves, os industriais acederam às reclamações de aumento salarial 19 vezes, tendo apenas recusado esses pedidos 4 vezes, como mostra o gráfico seguinte (sem os resultados desconhecidos):

¹⁹¹ Veja-se, a título de exemplo, o anexo 13, sobre a sugestão de um articulista d'*A Batalha*, que propunha a reivindicação do salário variável conforme o custo de vida.

¹⁹² Cf. César Oliveira, *A revolução russa na imprensa portuguesa da época* (Lisboa: Diábril, 1976), 89.

Gráfico 5 - Resultado das greves relacionadas com a questão salarial, em Braga, durante a I República



Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

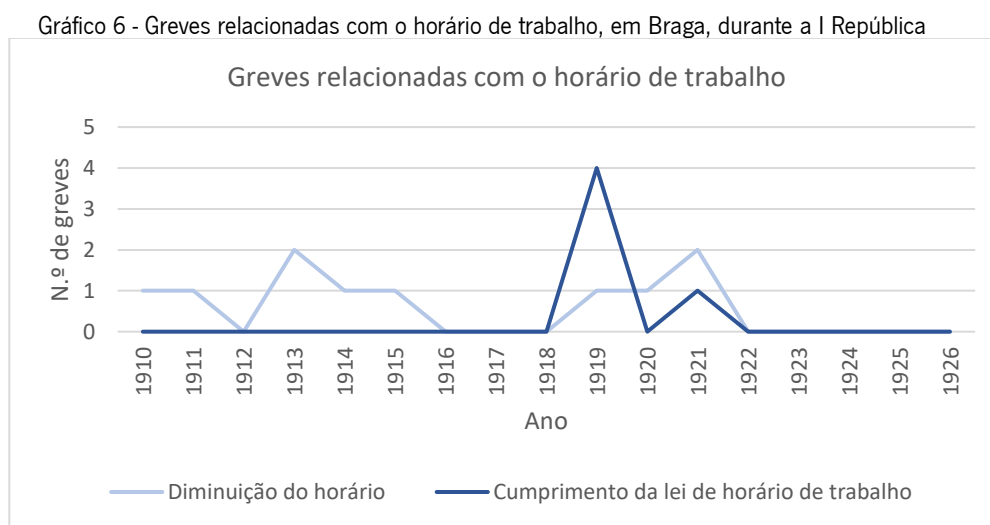
O facto de o operariado movimentar-se pela melhoria das suas condições de vida não o impedia de lutar *moralmente*, como era o caso das greves de solidariedade. Em Braga, durante a I República, foram doze as greves que o operariado fez em solidariedade, o que já testemunhava uma apreciável consciência de classe. A solidariedade, durante uma greve, poderia significar o sucesso das suas reivindicações, como afirmava um articulista d' *O Sindicalista*:

uma greve não se vence sem que todos os que nela entram não se capacitarem da necessidade da mais absoluta coesão na luta. Infelizmente, nem sempre se tem ligado a devida importância a este lado primordial da ação, pois do contrário alguns desastres se teriam evitado. Porém, quando em determinada classe há a consciência de que a coesão é um facto, e a coesão é, muitas vezes, a garantia da vitória, raro é o movimento que se não ganha, ainda quando o industrial, o capitalista ou o Estado – três entidades quase indistintas, pois os seus processos confundem-se – empreguem todos os seus esforços para o fazer baquear¹⁹³.

Outro dos motivos recorrentes para o operariado bracarense declarar greve era a exigência de diminuição do horário de trabalho, ou o protesto contra a intenção dos industriais em aumentá-lo, sendo este facto uma prova das suas degradantes condições de trabalho, como já tivemos oportunidade de referir. Relacionadas com esta questão, estão as reivindicações pelo cumprimento

¹⁹³ s/a, «Solidariedade», *O Sindicalista*, 26 de fevereiro, 1911: 1.

da lei do horário das 8 horas de trabalho, que o patronato bracarense raramente respeitou. O gráfico seguinte mostra-nos a evolução destas greves, em Braga, ao longo da I República:



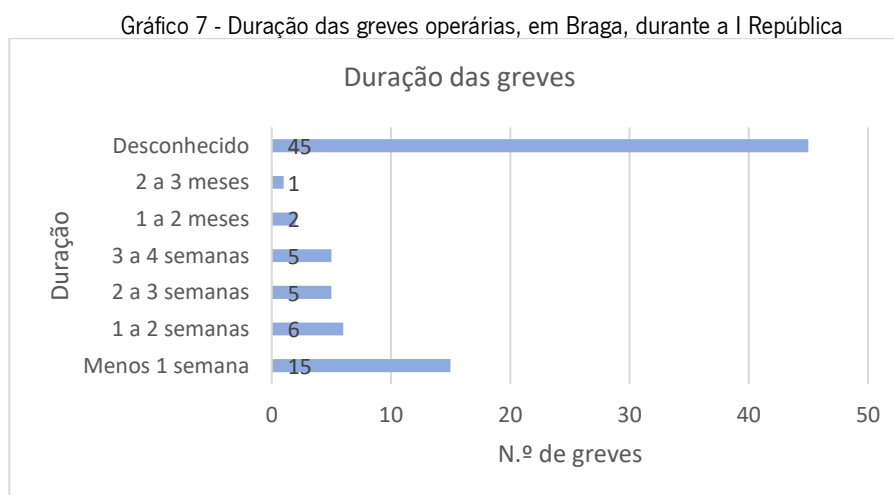
Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

A diminuição do horário era frequentemente reclamada através de greves e, a partir de 1919, o cumprimento da lei que estabelecia o horário de trabalho de 8 horas também passou a ser motivo das reivindicações operárias, como já vimos. Depois de 1921, os operários bracarenses deixaram de declarar greves e fazer reclamações por diminuição de horário ou pelo cumprimento da lei, não significando isto, porém, que o patronato cumpria a lei ou que os operários trabalhavam apenas 8 horas: como já vimos, os operários, durante toda a I República, não tiveram o seu horário reduzido. O operariado bracarense poderia ter deixado de reivindicar pela diminuição do horário de trabalho por considerar que o seu esforço seria infrutífero ou porque, como já verificámos, quase toda a sua energia era dispensada para reclamar melhoria de salário.

Contra a carestia de vida, os operários bracarenses só realizaram duas greves, uma em 1915 e outra em 1922, que acompanharam os mesmos movimentos já iniciados noutras partes do país. Não podemos considerar o operariado bracarense desinteressado por esta questão porque, apesar de não terem realizado frequentemente greves contra a carestia de vida, faziam reclamações constantes por esse motivo, como veremos mais à frente.

As greves realizadas contra resolução superior, quer dos industriais, quer das entidades políticas, também tiveram alguma relevância neste período, estando relacionadas com o horário de trabalho, com o salário e com o aumento de impostos, entre outros motivos, como já salientámos.

Quanto à duração das greves, embora o número das que não se conhece a duração seja bastante elevado (45 greves), os operários bracarenses geralmente ficavam mais de uma semana em greve, tendo contudo sido diminutas as duraram mais de um mês, como mostra o gráfico seguinte:



Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Foram quinze as greves dos operários bracarenses que não duraram mais de uma semana. De facto, era difícil para os operários permanecerem muito tempo em greve, como já vimos, uma vez que não recebiam o salário desses dias ou semanas, tendo de contar com a solidariedade da associação de classe ou sindicato e dos seus camaradas que não entravam no conflito.

Neste caso, porém, as greves dos operários bracarenses duravam menos de uma semana porque, boa parte das vezes, os industriais acediam às suas reclamações: foram sete as greves com esta duração nas quais os operários saíram vitoriosos, e três nas quais os industriais não atenderam as suas reivindicações. O mesmo acontecia com as greves de longa duração (entre um a três meses): nessas três greves os operários bracarenses tiveram sucesso em duas.

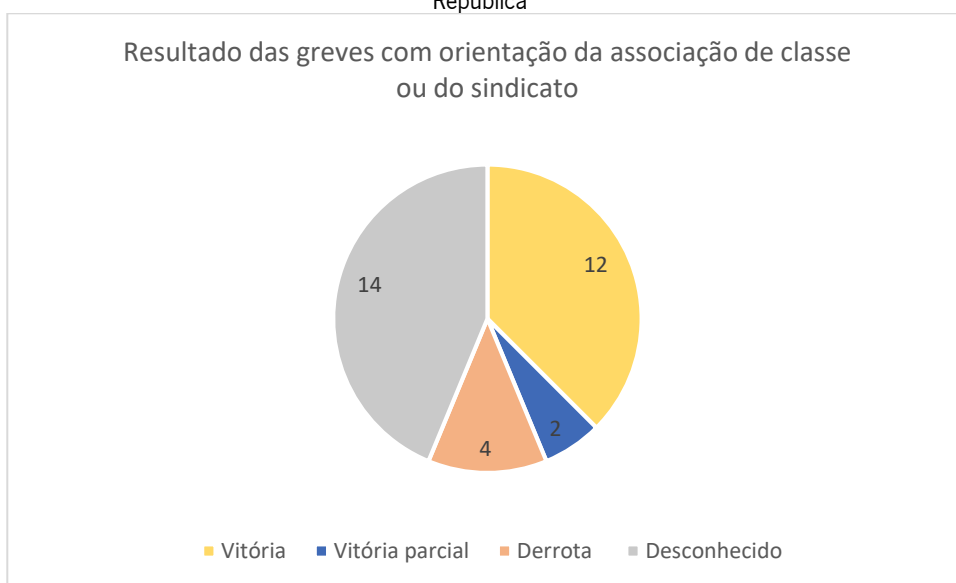
A organização e orientação de uma greve pela associação de classe ou sindicato poderá explicar o sucesso das reivindicações do operariado. Era através da sua organização que os operários ficariam unidos nas suas reivindicações, capazes de fazer frente às entidades patronais, como afirmava um articulista do jornal *A Defesa Operária*:

É preciso que o capital seja obrigado a tremer em face de uma declaração de greve, e não sirva essa declaração para o capitalismo escarnecer da classe trabalhadora! [...] Torna-se,

pois, da máxima urgência que o povo trabalhador se organize fortemente nas suas associações de classe, porque de contrário continuará, como até aqui, a ser olhado com indiferença quer pelo capitalismo quer pelo próprio governo¹⁹⁴.

No caso de Braga, realizaram-se 32 greves que tiveram a orientação da associação de classe ou do sindicato. Dessas 32 greves, os operários conseguiram que os industriais atendessem as suas reclamações 14 vezes (12 vitórias e 2 vitórias parciais), não tendo sucesso em 4 das suas lutas, como mostra o seguinte gráfico:

Gráfico 8 - Resultados das greves com orientação da associação de classe ou do sindicato, em Braga, durante a I República

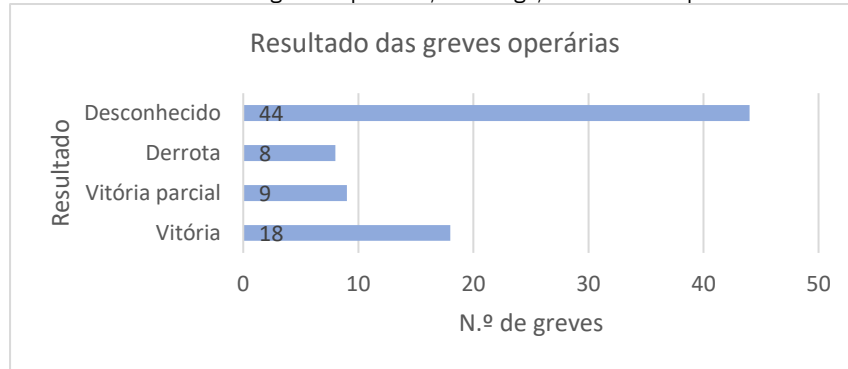


Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Regra geral, o operariado bracarense conseguia que os industriais acedessem às suas reivindicações, pois também eles, mesmo que numa situação melhor que a dos operários, eram prejudicados com a paralisação do trabalho. O gráfico seguinte mostra o resultado das greves dos operários bracarense durante a I República:

¹⁹⁴ s/a, «As greves», *A Defesa Operária*, 6 de novembro, 1910: 2.

Gráfico 9 - Resultado das greves operárias, em Braga, durante a I República



Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Não foram encontradas informações sobre o resultado de 44 greves mas, tendo em conta apenas os resultados conhecidos, podemos afirmar que a greve era uma arma eficaz nas reivindicações dos operários.

5.2 As reclamações

As reclamações constituíam o meio de luta mais frequente utilizado pelo operariado para fazer valer os seus direitos, como comprova a frequente utilização de expressões do tipo «temos de acabar com a mania de suportarmos tudo de cara alegre. Já é tempo de quer pela palavra, quer pela ação, fazemos entrar na ordem os nossos exploradores»¹⁹⁵. Ainda que menos eficazes que as greves, como veremos adiante, os operários utilizavam este meio para tentar melhorar as suas condições de vida e trabalho, possivelmente para não se arrisquem desencadeando um conflito daquele tipo.

As reclamações conjuntas (feitas por operários do mesmo ou de vários sectores, incluindo as que eram orientadas pela Federação das Associações Operárias ou pela União dos Sindicatos Operários) eram as mais comuns do operariado bracarense, sendo a prova de que os trabalhadores de todas as classes eram afetados pelas más condições de trabalho e de vida, sofrendo os mesmos problemas¹⁹⁶.

Foram 37 as reclamações, efetuadas no período em análise, por operários de vários sectores, sendo a sua maioria contra a crise de subsistências e a carestia de vida (14

¹⁹⁵ s/a, «Braga, 8: a conferência do delegado da CGT. O açambarcamento de géneros», *A Batalha*, 12 de novembro, 1919: 3.

¹⁹⁶ Sobre as reclamações orientadas pela Federação das Associações Operárias e, depois, pela União dos Sindicatos Operários, veja-se os subcapítulos 4.1.3 e 4.1.4, respetivamente.

reivindicações foram feitas neste sentido). As manifestações de solidariedade também eram comuns, tendo sido realizadas cinco reclamações por esse motivo. As reivindicações a solicitar legislação ou o seu cumprimento eram igualmente comuns, tendo sido feitas cinco reclamações com esse objetivo. Os operários tiveram as suas reivindicações atendidas seis vezes, havendo três reclamações que não foram atendidas e outras três prometidas. Não foram encontradas informações sobre o resultado de 25 reclamações.

Em novembro de 1910, os representantes das associações de classe e sindicatos bracarenses reuniram-se para formular uma reclamação ao Governo, para que fossem feitas a «regularização do trabalho de mulheres e menores, dia normal de 8 horas, segurança dos operários, descanso semanal, abolição o imposto de consumo, etc.»¹⁹⁷. Os operários decidiram dar conhecimento destas decisões à Federação Geral do Trabalho do Porto, possivelmente porque estas reclamações seriam feitas em conjunto com o operariado portuense¹⁹⁸.

Como já vimos anteriormente, a legislação laboral seria promulgada, mas não cumprida, o que explica que os operários mantivessem as suas reivindicações pela execução das leis. Com efeito, logo no mês seguinte, os operários voltaram a reclamar para que o Governo promulgasse leis de carácter social¹⁹⁹. Em janeiro de 1911, os operários fizeram mais uma reclamação ao Governo, pelos mesmos motivos: «a promulgação das medidas de ordem económica e social que de há muito o povo trabalhador vem pedindo aos diversos governos da monarquia»²⁰⁰. Mas os operários, se ficaram desiludidos com a monarquia, também o ficariam com a experiência republicana, como já referimos.

Os operários bracarenses da construção civil, durante a I República, fizeram 18 reclamações, quatro das quais resultando em greve. O principal motivo destas reivindicações era o aumento salarial, havendo doze reclamações feitas por esta razão. A diminuição do horário era outra questão importante para os operários da construção civil, tendo reclamado aos industriais três vezes nesse sentido. O pedido de legislação referente ao horário de trabalho e à segurança no trabalho também constituía um motivo para reclamação, neste caso efetuada por três vezes perante o Governo e a Câmara Municipal. As suas reclamações não foram atendidas cinco vezes, sendo que os operários declararam greve em quatro dessas situações. Os operários viram os seus

¹⁹⁷ s/a, «Reunião de operários», *Comércio do Minho*, 26 de novembro, 1910: 3.

¹⁹⁸ Cf. *id.*, *ibid.*.

¹⁹⁹ Cf. s/a, «Reunião operária», *Comércio do Minho*, 17 de dezembro, 1910: 2.

²⁰⁰ Augusto Caldas, «O Sindicalista em Braga», *O Sindicalista*, 8 de janeiro, 1911: 3.

pedidos atendidos em parte por uma única vez, não havendo informações sobre o resultado de doze reivindicações.

Em setembro de 1911, os operários deste sector nomearam um delegado para integrar de uma comissão de representantes das associações congêneres do país, que se reuniu em Lisboa «para pedir ao sr. ministro do fomento a regulamentação da segurança dos operários e a caixa de pensões destinada a socorrer todos os construtores civis»²⁰¹. Como já vimos, a lei dos acidentes de trabalho começou a ser discutida no Parlamento em novembro de 1911, sendo finalmente promulgada em julho de 1913.

Seriam, contudo, as questões relativas ao salário e ao horário de trabalho que mobilizaria os operários da construção civil. Em maio de 1912, estes operários reclamaram aos industriais um aumento salarial, não havendo informações sobre se o seu pedido foi atendido²⁰².

Em julho de 1916, os operários voltavam a reclamar aumento salarial, desta vez de 50%, «atendendo à grande carestia de vida»²⁰³. Pouco depois, o seu pedido foi reduzido para 20% de aumento salarial²⁰⁴. Mesmo assim, os industriais não atenderam a reclamação, tendo os operários declarado greve no mês seguinte²⁰⁵.

Em abril de 1917, os operários reclamaram novamente aumento salarial, desta vez de 15%, pedindo a intervenção do Governador Civil no assunto²⁰⁶. Não foram atendidos nas suas reclamações, pelo que se declararam em greve²⁰⁷.

Em agosto do mesmo ano, a classe dos construtores civis reuniu-se para conhecer a resposta dos industriais à sua reclamação de aumento salarial, que não foi atendida²⁰⁸. Os operários reuniram-se mais uma vez, passados poucos dias, para resolver qual seria a sua atitude perante o caso, tendo sido aprovada a seguinte proposta:

²⁰¹ s/a, «Reclamações operárias», *Comércio do Minho*, 23 de setembro, 1911: 2.

²⁰² Cf. s/a, «Vida operária», *Comércio do Minho*, 21 de maio, 1912: 2.

²⁰³ s/a, «Aumento de salário», *Comércio do Minho*, 13 de julho, 1916: 2.

²⁰⁴ Cf. s/a, «Ameaça de greve», *Comércio do Minho*, 29 de julho, 1916: 2.

²⁰⁵ Cf. s/a, «Greve dos operários da construção civil», *Ecos do Minho*, 4 de agosto, 1916: 2.

²⁰⁶ Cf. s/a, «Greve operária», *Ecos do Minho*, 17 de abril, 1917: 2.

²⁰⁷ Cf. s/a, «Operários em greve», *Comércio do Minho*, 26 de abril, 1917: 2.

²⁰⁸ Cf. s/a, «Construtores civis», *Ecos do Minho*, 24 de agosto, 1917: 2.

Proponho:

1.º que desta assembleia saia uma comissão composta de cinco membros com atividade e energia para junto dos industriais expor-lhe claramente os motivos da sua reclamação.

2.º Oficiar mais uma vez ao Grémio dos mestres para dentre eles nomearem outra comissão indicando estes no mais curto prazo de tempo, o dia, hora e local em que as duas comissões se devem encontrar, para ver se se chega a comum acordo nas duas partes em litígio, sem para isso ser preciso incomodar a autoridade superior do distrito.

3.º Dado o caso que haja recusa de responder ao ofício e de não aceitar a comissão adjunta à deles, se recorra então à autoridade superior do distrito, para dar providências que o caso requer, sobre a petição por esta classe feita²⁰⁹.

Os operários, em vez de declarar greve, estavam dispostos a recorrer às instâncias superiores se o seu pedido fosse recusado, talvez porque já tivessem feito uma greve em maio e precisassem do seu salário, mesmo que diminuto, para sobreviver. Todavia, não foram encontradas notícias sobre a solução desta questão.

Em abril de 1918, os operários pedreiros pediram 50% de aumento salarial²¹⁰. Em maio do mesmo ano, foi a vez dos canteiros reclamarem um aumento salarial de 25% e os operários assentadores um aumento de 15%²¹¹. Não há informações que nos indiquem, contudo, se estas reclamações foram atendidas.

Em junho de 1920, o SU da Construção Civil «entregou aos industriais a circular em que reclama o aumento de 80% sobre os atuais salários e estabelece o salário mínimo»²¹². Não temos informações sobre o resultado desta reivindicação, mas se os industriais eram relutantes em aumentar o salário aos seus operários, mais o seriam em estabelecer um salário mínimo.

Em agosto do mesmo ano, os operários construtores civis reclamaram novamente um aumento salarial, agora de 40%, ameaçando fazer greve se não fossem atendidos²¹³. Em dezembro do mesmo ano, voltaram a reivindicar aumento de salário, desta vez de 50%²¹⁴. Mais uma vez, não foram encontradas notícias sobre os resultados destas reivindicações.

²⁰⁹ s/a, «Questões sociais», *Ecos do Minho*, 31 de agosto, 1917: 2.

²¹⁰ Cf. s/a, «Reclamação», *Comércio do Minho*, 28 de abril, 1918: 2.

²¹¹ Cf. s/a, «Questões sociais», *Ecos do Minho*, 11 de maio, 1918: 2.

²¹² s/a, «Braga, 22: açúcar da câmara. Várias notícias», *A Batalha*, 29 de junho, 1920: 2.

²¹³ Cf. s/a, «Construção civil», *Comércio do Minho*, 26 de agosto, 1920: 1.

²¹⁴ Cf. s/a, «Braga, 18: a carestia de vida. Várias notícias», *A Batalha*, 24 de dezembro, 1920: 2.

Para além do aumento salarial, os operários da construção civil também reivindicavam a diminuição do seu horário de trabalho. Foram apenas encontradas três notícias sobre as reclamações destes operários por este motivo.

Em abril de 1913, reclamaram a diminuição do horário para 8 horas por dia no inverno e 9 horas no verão²¹⁵. Os industriais não aceitaram este horário, pelo que os operários declararam greve²¹⁶. Em abril do ano seguinte, voltaram a reivindicar a diminuição do seu horário de trabalho, não sendo atendidos nas suas reclamações²¹⁷. Em outubro de 1919, com a legislação das 8 horas já promulgada, os operários voltaram a reclamar um horário com essa duração, não havendo informações sobre o resultado desta reivindicação²¹⁸.

Os operários fabricantes de calçado de Braga, durante o período em análise, fizeram 18 reclamações, 13 das quais relacionadas com a questão salarial. Uma reivindicação foi feita por melhoria de situação, outra para que fosse regulamentada a exportação de couros, outra contra a mecanização da indústria e outra por solidariedade. Destas reclamações, os operários obtiveram sucesso em quatro e não foram atendidos por nove vezes, tendo declarado greve. Não há informações sobre o resultado das restantes cinco.

Em agosto de 1917, os operários fabricantes de calçado resolveram apresentar aos industriais uma tabela com novos preços de mão-de-obra, tendo estes industriais rejeitado a proposta e oferecido apenas 10% de aumento aos preços então em vigor²¹⁹. Os operários ficaram descontentes com esta oferta, tendo recorrido ao Governador Civil substituto, que se reuniu com os reclamantes e os industriais, tendo sido decidido nessa mesma reunião «nomear uma comissão mista, de industriais e operários [...] para assentar numa tabela de preços de mão-de-obra»²²⁰. Operários e industriais reuniram-se, de facto, tendo chegado a um acordo²²¹.

Porém, os industriais não cumpriram esse acordo: no mês seguinte, uma comissão de operários foi conferenciada com o Governador Civil, que «concordou com a comissão para chamar à responsabilidade quatro indivíduos que não deram cumprimento à última tabela de preços»²²². Não foram encontradas notícias sobre se os industriais vieram a sofrer admoestações por não

²¹⁵ Cf. s/a, «Horário de trabalho», *Comércio do Minho*, 8 de abril, 1913: 2.

²¹⁶ Cf. s/a, «Greve operária», *Comércio do Minho*, 13 de maio, 1913: 2.

²¹⁷ Cf. s/a, «Reclamações operárias: reuniões», *Comércio do Minho*, 7 de abril, 1914: 2.

²¹⁸ Cf. s/a, «Braga, 20: a carestia da vida. As 8 horas de trabalho», *A Batalha*, 26 de outubro, 1919: 3.

²¹⁹ Cf. s/a, «Fabricantes de calçado», *Ecos do Minho*, 7 de agosto, 1917: 2.

²²⁰ s/a, «Fabricantes de calçado», *Ecos do Minho*, 10 de agosto, 1917: 2.

²²¹ Cf. s/a, «A questão do fabrico de calçado», *Ecos do Minho*, 11 de agosto, 1917: 2.

²²² s/a, «Fabricantes de calçado», *Ecos do Minho*, 11 de setembro, 1917: 2.

cumprirem a tabela de preços, mas o incumprimento dos acordos com os operários seria recorrente, como já vimos anteriormente.

Em abril de 1918, os operários reuniram-se na sua associação de classe para nomear uma comissão para dialogar com os industriais «a fim de conseguiram um aumento na mão-de-obra e preparos, atendendo à carestia de vida que atualmente se vem atravessando»²²³. A reclamação não foi atendida, pelo que os operários declararam-se em greve no mês seguinte²²⁴.

Em julho de 1920, os operários fabricantes de calçado reuniram-se «para tratar da sua situação económica, sendo resolvido apresentar aos patrões as novas tabelas de preços, para o que foi nomeada uma comissão, que já se desempenhou do seu mandato»²²⁵. Os industriais, mais uma vez, não aceitaram a tabela de preços, pelo que os operários entraram em greve²²⁶.

Em julho de 1922, os operários surradores, através do SU da Indústria de Calçado, Couros e Peles, reclamaram a melhoria da sua situação, pedido que os industriais atenderam, como descrevia o correspondente d'*A Batalha*:

Conforme tinha sido resolvido na reunião dos Surradores, uma comissão procurou avistar-se com os industriais que não tinham respondido à circular que o Sindicato lhes dirigiu; porém, nunca os pôde entrevistar porque esses srs. *nunca estavam em casa*. Então a comissão reuniu juntamente com os operários, ficando assente que na segunda-feira nenhum operário começaria a trabalhar sem que os industriais dessem uma resposta à reclamação formulada. Foi remédio santo. Os industriais, vendo que os operários não tinham aparecido para trabalhar, imediatamente se puseram em contacto com a comissão, sendo a reclamação atendida integralmente. Os operários exigiram dos industriais uma declaração por escrito em como atendiam à reclamação, exigência que eles satisfizeram. Os operários surradores, a quem agora foi melhorada a situação, devem ter sempre na mente que se não fora a constituição do Sindicato Único e a ação por ele desenvolvida, nada teriam conseguido. Continuariam a viver dispersos, desorganizados, sem um entendimento que os levasse a elaborar qualquer reclamação que os beneficiasse, e os industriais sempre a escarnecer deles²²⁷.

²²³ s/a, «Fabricantes de calçado», *O Norte*, 29 de abril, 1918: 3.

²²⁴ Cf. s/a, «Greve», *Comércio do Minho*, 23 de maio, 1918: 2.

²²⁵ s/a, «Braga, 29: os fabricantes de calçado reclamam», *A Batalha*, 1 de agosto, 1920: 3.

²²⁶ Cf. s/a, «Greves», *Comércio do Minho*, 5 de agosto, 1920: 2.

²²⁷ s/a, «Braga: 15 de junho», *A Batalha*, 17 de junho, 1922: 3. Itálicos no original.

A organização, de facto, era essencial para o sucesso das reivindicações operárias, como já referimos anteriormente. Em setembro do mesmo ano, os operários tamanqueiros reclamaram 100% de aumento do seu salário²²⁸. Os industriais não atenderam o seu pedido, pelo que os operários declararam-se em greve, tendo conseguido fazer valer as suas reivindicações porque se encontravam organizados no sindicato único²²⁹.

Os operários manipuladores de pão, em Braga, durante a I República, fizeram quinze reclamações, oito das quais por aumento salarial. Duas das reivindicações dos padeiros foram feitas pedindo a abolição do trabalho noturno, e duas foram feitas reclamando o cumprimento da lei do descanso semanal. Três das suas reclamações estavam relacionadas com a crise de subsistências e carestia de vida. Os operários padeiros viram as suas reclamações atendidas por três vezes, tendo-lhes sido prometidas providências por duas vezes. As suas reivindicações não foram atendidas por duas vezes, tendo uma delas resultado na declaração e greve dos operários. Não foram encontradas informações sobre o resultado de oito das suas reclamações.

Em julho de 1920, os operários manipuladores de pão resolveram reclamar aos patrões o aumento do seu salário, não havendo notícias sobre o resultado desse seu pedido²³⁰. Em novembro do mesmo ano, os operários voltaram a reivindicar um aumento aos seus salários, tendo conseguido dos industriais mais \$30 (30 centavos) por dia²³¹.

Em janeiro de 1921, os operários reclamaram um aumento de 1 escudo por dia sobre os seus salários²³², mas apenas «conseguiram dos industriais de padarias o aumento de 300 réis [30 centavos] diários sobre os seus vencimentos»²³³.

Em março de 1922, a classe resolveu apresentar aos industriais uma reclamação de 80% de aumento salarial, tendo aqueles recusado e proposto um aumento de 17%²³⁴. Os operários recusaram esta oferta, reunindo-se depois com uma comissão de industriais, tendo aceitado a proposta de aumento salarial em 80 centavos²³⁵.

Em julho do mesmo ano, os operários voltaram a reclamar um aumento do seu salário, tendo conseguido «dos industriais um aumento de 1\$50 sobre os atuais salários, e não

²²⁸ Cf. s/a, «Braga: 6 de setembro», *A Batalha*, 9 de setembro, 1922: 3.

²²⁹ Cf. s/a, «Em Braga», *A Batalha*, 15 de outubro, 1922: 2.

²³⁰ Cf. s/a, «Braga, 6: a organização operária vai decaindo. Várias notícias», *A Batalha*, 10 de julho, 1920: 2.

²³¹ Cf. s/a, «Braga, 12: vida cara. Manipuladores de pão», *A Batalha*, 17 de novembro, 1920: 2.

²³² Cf. s/a, «Aumento de salário», *Comércio do Minho*, 19 de janeiro, 1921: 1.

²³³ s/a, «Aumento de salário», *Comércio do Minho*, 2 de fevereiro, 1921: 1.

²³⁴ Cf. s/a, «Manipuladores de pão», *Distrito de Braga*, 19 de março, 1922: 2.

²³⁵ Cf. s/a, «Manipuladores de pão», *Distrito de Braga*, 23 de março, 1922: 2.

consentindo que sobre o preço do pão fosse aumentando ou diminuindo o peso»²³⁶. Em abril de 1924, os operários reclamaram novamente um aumento salarial e,

como a resposta não fosse em harmonia com os desejos dos operários, estes dirigiram um ofício ao sr. Governador Civil, pedindo a sua intervenção, e alegando que os industriais obtinham lucros excessivos, diminuindo, além disso, o peso normal do pão. O chefe do distrito convocou então uma reunião dos representantes das várias padarias que se avistaram ontem [10 de abril] com o sr. capitão Caiola Bastos, juntamente com uma comissão dos manipuladores. Não chegando, porém, a acordo os interessados parece estar iminente uma greve do pessoal, que ontem à noite [10 de abril] deve ter reunido na sua Associação de Classe para tomar resoluções respeitantes ao problema discutido²³⁷.

Com efeito, os operários manipuladores de pão declararam-se em greve por os industriais não terem atendido as suas reclamações de aumento salarial, não tendo sido encontradas notícias sobre o seu resultado²³⁸.

A questão salarial não era a única preocupação destes operários. Em fevereiro de 1917, os manipuladores de pão reivindicavam que o seu trabalho fosse executado apenas durante o dia, por ser prejudicial à sua saúde o trabalho noturno²³⁹. Em julho do mesmo ano, «uma comissão delegada dos operários manipuladores de pão do Porto, Braga e Lisboa, procurou o sr. ministro do trabalho para lhe expor a conveniência de ser abolido o trabalho noturno naquela indústria, passando esse trabalho a efetuar-se de dia»²⁴⁰. Não foram encontradas notícias que nos informem se a sua reclamação foi atendida.

Os operários dos Serviços Municipalizados de Braga, durante o período em análise, fizeram quinze reclamações, dez das quais relacionadas com a questão salarial. Três das suas reivindicações foram feitas por melhoria de situação, uma foi feita para que o diretor dos Serviços fosse despedido, não havendo informações sobre o teor de uma reclamação que estes operários fizeram. Das suas reivindicações, duas não foram atendidas, tendo os operários declarado greve

²³⁶ s/a, «Braga: 20 de julho», *A Batalha*, 24 de julho, 1922: 3.

²³⁷ s/a, «O abastecimento de pão: reclamações dos manipuladores», *Diário do Minho*, 11 de abril, 1924: 3.

²³⁸ Cf. s/a, «A greve dos padeiros», *Diário do Minho*, 15 de abril, 1924: 3.

²³⁹ Cf. s/a, «Manipuladores de pão», *Comércio do Minho*, 6 de fevereiro, 1917: 2.

²⁴⁰ s/a, «Manipuladores de pão», *Comércio do Minho*, 26 de julho, 1917: 2.

por uma vez. Três reclamações foram atendidas e duas foram tidas em consideração, não sendo encontradas notícias sobre o resultado de oito reivindicações.

Em março de 1918, os operários dos Serviços Municipalizados reuniram-se, resolvendo pedir à Câmara 50% de aumento sobre os salários até 80 centavos e 20% de aumento sobre os salários superiores a 80 centavos, tendo em conta a carestia de vida²⁴¹. Em maio do mesmo ano, estes operários voltaram a reclamar um aumento salarial, desta vez de 40 centavos diários²⁴². Em dezembro de 1919, os operários reclamaram novamente um aumento dos seus vencimentos, desta vez de 50 centavos diários²⁴³. Não foram encontradas notícias que nos informem se as suas pretensões foram atendidas.

Em março de 1920, os operários reclamaram à Câmara melhoria de situação, tendo visto o seu pedido atendido, pois

o senado municipal, em sessão extraordinária de sábado [20 de março], resolveu aumentar 50 p. c. aos empregados da câmara e dos serviços municipalizados que têm ordenado inferior a 600\$000 [600 escudos] anuais, e 30 p. c. aos que ganham mais do que aquela quantia. Para fazer face à despesa com o pessoal dos serviços municipalizados, aumentou-se o preço das passagens nos carros elétricos, 20 p. c. na luz e 50 p. c. no aluguer dos contadores²⁴⁴.

Aumentar os preços dos Serviços seria prática comum da Câmara para fazer face às suas despesas com os mesmos, incluindo os salários, mas isso não significava que os seus trabalhadores vissem sempre os seus vencimentos melhorados. Em maio de 1921, os operários reclamaram 40% de aumento sobre os seus salários, pedido que foi recusado «com o fundamento de que não há verba, quando o preço das passagens tem aumentado 300 por cento»²⁴⁵.

Em janeiro de 1922, os operários reclamaram à Câmara 50% de aumento salarial, tendo em conta a carestia de vida²⁴⁶. A Câmara apenas aceitou aumentar os salários em 25%, proposta que os operários recusaram²⁴⁷. Numa reunião entre a comissão executiva da Câmara e o diretor

²⁴¹ Cf. s/a, «Tração, Luz, Água e Gás», *Ecos do Minho*, 2 de abril, 1918: 2.

²⁴² Cf. s/a, «Empregados de Tração, Água Luz e Gás», *Ecos do Minho*, 14 de maio, 1918: 2.

²⁴³ Cf. s/a, «Braga, 8: a ação da União Local. A carestia de vida. Reclamações operárias», *A Batalha*, 11 de dezembro, 1919: 3.

²⁴⁴ s/a, «Aumento de vencimentos», *Comércio do Minho*, 25 de março, 1920: 1.

²⁴⁵ s/a, «Pessoal da tração elétrica de Braga», *A Batalha*, 3 de junho, 1921: 2.

²⁴⁶ Cf. s/a, «O pessoal dos serviços municipalizados: as suas reclamações», *Diário do Minho*, 21 de janeiro, 1922: 1.

²⁴⁷ Cf. s/a, «Serviços Municipalizados: o seu pessoal», *Diário do Minho*, 22 de janeiro, 1922: 2.

dos Serviços Municipalizados, ficou decido atender as reclamações operárias, aumentando os preços da água, luz e transportes, para fazer face a esta nova despesa²⁴⁸.

Em março de 1924, os operários da Tração Elétrica reclamaram 100% de aumento sobre os seus salários²⁴⁹. Em abril de 1926, os trabalhadores dos Serviços Municipalizados voltaram a reivindicar melhoria de situação²⁵⁰. Não há notícias, contudo, que nos informem se estas reclamações foram atendidas.

Os empregados no comércio, em Braga, fizeram ao longo da I República dez reclamações, oito das quais relacionadas com a legislação sobre o descanso semanal e duas relacionadas com a legislação sobre o horário de trabalho. Das suas reclamações, duas foram atendidas, não havendo informações sobre o resultado das restantes oito²⁵¹.

Os operários chapeleiros bracarenses fizeram durante o período em análise sete reclamações, duas por aumento salarial, uma por diminuição do horário de trabalho, uma para que se regulamentasse a aprendizagem do ofício, uma para que se regulamentasse a mecanização da indústria, uma para que se tomassem providências para o facto de os operários do sector estarem a mendigar e outra contra o *lock-out* dos industriais. Destas reivindicações, uma foi concedida, uma foi tida em consideração e duas não foram atendidas, tendo os operários declarado greve, não havendo informações sobre o resultado das restantes três.

Em agosto de 1917, os operários chapeleiros realizaram

uma reunião magna da classe [...], sob a presidência do sr. António de Sousa Machado, servindo de secretários os srs. Domingos José da Cunha e António Carneiro, estando presentes os delegados dos colegas portuenses srs. Ernesto Prazeres e Alberto de Oliveira. Exposto pela presidência o fim da reunião – que era conseguir dos industriais de todo o país o aumento de 30% sobre a mão-de-obra e salários dos trabalhadores, falaram o delegado portuense Ernesto Prazeres, que deu conta do seu mandato, e o colega bracarense sr. Domingos José da Cunha que apresentou o resultado dos trabalhos da comissão que foi à Trofa para se entender com os industriais daquela localidade²⁵².

²⁴⁸ Cf. s/a, «Câmara municipal: sessão extraordinária da Comissão Executiva», *Diário do Minho*, 25 de janeiro, 1922: 2.

²⁴⁹ Cf. s/a, «Movimento associativo», *Diário do Minho*, 22 de março, 1924: 3.

²⁵⁰ Cf. s/a, «Associação de Classe dos Empregados de Ração, Luz e Águas», *Diário do Minho*, 8 de abril, 1926: 2.

²⁵¹ Sobre estas reclamações, veja-se os subcapítulos 3.4 e 3.5.

²⁵² s/a, «Operários chapeleiros», *Ecos do Minho*, 18 de agosto, 1917: 2.

No fim desta reunião, uma comissão de operários foi recebida na fábrica Taxa & Faria, cujos industriais atenderam a reclamação de 30% de aumento sobre os salários dos seus trabalhadores²⁵³. Pouco tempo depois, os operários chapeleiros voltaram a reunir-se na sua associação de classe, tendo conhecimento de que a Fábrica Social Bracarense estava disposta a aumentar em 30% o salário dos seus trabalhadores, se as outras fábricas também o fizessem²⁵⁴. Com efeito, uma comissão de operários conferenciou com os industriais de chapelaria de Braga, tendo conseguido que a sua reclamação de aumento salarial fosse atendida por todos²⁵⁵.

Em maio de 1921, os operários chapeleiros voltaram a reclamar um aumento salarial, desta vez de 20%, reclamação que os industriais não atenderam, tendo os trabalhadores declarado greve²⁵⁶.

O horário de trabalho era outra das preocupações dos operários chapeleiros. Em agosto de 1915, os operários reuniram-se para, além da reivindicação da regulamentação da mecanização da indústria, tratar da diminuição do horário de trabalho, conjuntamente com delegados dos chapeleiros do Porto²⁵⁷. Em julho de 1920, os operários voltaram a interessar-se pela questão, reclamando a diminuição do horário de trabalho para 8 horas por dia²⁵⁸. Os industriais recusaram o pedido, tendo os operários declarado greve²⁵⁹.

Os operários tipógrafos bracarenses fizeram durante a I República sete reclamações, quatro das quais contra a crise de subsistências e carestia de vida, duas por aumento de salário e uma por solidariedade. Dessas reivindicações, uma foi atendida em parte e outra não foi atendida, resultando na declaração de greve dos operários. Uma reclamação foi tida em consideração, não sendo encontradas notícias sobre o resultado de quatro reivindicações.

Em agosto de 1917, os operários tipógrafos reclamaram um aumento de salário proporcional, isto é, «nos salários até 300 réis, aumento de 50 p. c.; de 300 a 600 réis, 40 p. c.; de 600 réis em diante, 30 p. c.»²⁶⁰. Os industriais aumentaram os salários em 20%, 15%, 10% e 5%, respetivamente – menos, portanto, do que foi pedido pelos trabalhadores²⁶¹. Em abril de 1923,

²⁵³ Cf. *id.*, *ibid.*

²⁵⁴ Cf. s/a, «Operários chapeleiros», *Ecos do Minho*, 24 de agosto, 1917: 2.

²⁵⁵ Cf. s/a, «Operários chapeleiros», *Ecos do Minho*, 9 de setembro, 1917: 2.

²⁵⁶ Cf. s/a, «Greve nos chapeleiros», *Diário do Minho*, 6 de maio, 1921: 1.

²⁵⁷ Cf. s/a, «Operários chapeleiros», *Ecos do Minho*, 3 de agosto, 1915: 2.

²⁵⁸ Cf. s/a, «Braga, 16: conferências e prisão do camarada Mendes Gomes, do Porto. Reclamações operárias», *A Batalha*, 21 de julho, 1920: 2.

²⁵⁹ Cf. s/a, «Em Braga: a dos chapeleiros já terminou», *A Batalha*, 29 de julho, 1920: 2.

²⁶⁰ s/a, «Reclamação da classe gráfica», *Comércio do Minho*, 1 de setembro, 1917: 2.

²⁶¹ Cf. s/a, «Reclamação da classe gráfica», *Comércio do Minho*, 1 de setembro, 1917: 2.

os operários reclamaram 100% de aumento sobre os seus salários, tendo declarado greve por os industriais não terem atendido o pedido²⁶².

Os trabalhadores dos transportes de Braga fizeram durante este período seis reclamações, duas das quais por aumento salarial, uma por melhoria de situação, uma contra a lei que elevava o valor das multas por excesso de velocidade, uma contra a mobilização de solípedes para a guerra e outra contra um contrato de exclusividade que o Governo pretendia dar a uma companhia nacional para Braga. Destas reivindicações, uma não foi atendida, tendo os operários declarado greve, não havendo informações sobre o resultado das restantes reclamações.

Em dezembro de 1910, os cocheiros reclamaram ao Governador Civil um aumento salarial conforme o serviço prestado, isto é, «dos fretes até 3\$000 réis será destinada a quinta parte ao cocheiro; fretes de 3 a 6\$000 réis, pertencerá ao cocheiro a percentagem de 800 réis; de 6 a 10\$000 réis, terá de percentagem 1\$200 réis»²⁶³. Em outubro de 1916, com Portugal já a participar na I Guerra, os cocheiros enviaram uma representação ao Governo sobre a mobilização de solípedes para o exército, que lhes seria prejudicial ao exercício da sua profissão²⁶⁴. Em setembro de 1917, os cocheiros reivindicaram aumento salarial, em consequência da carestia de vida²⁶⁵. Não há informações que nos indiquem se as suas pretensões foram atendidas.

Os empregados de hotéis, cafés e restaurantes de Braga fizeram durante a I República quatro reclamações, uma por aumento salarial, uma por solidariedade, uma contra o decreto de 30 de dezembro de 1916 e outra contra uma intimação da polícia. Das suas reclamações, duas não foram atendidas e uma foi concedida, não havendo informações sobre o resultado da restante reivindicação.

Em abril de 1913, os empregados de hotéis estavam em conflito com os seus patrões, por pretenderem a readmissão dos colegas que tinham sido despedidos e, «a convite do sr. comissário de polícia, houve na esquadra uma reunião dos interessados, mas não se chegou a acordo, declarando os proprietários de hotéis não aceitar imposições»²⁶⁶.

Em janeiro de 1917, os empregados enviaram uma representação ao ministro do Trabalho, pedindo que o chamado “decreto da escuridão” fosse revogado, reclamação que não

²⁶² Cf. s/a, «Em Braga: operários gráficos, fabricantes de calçado e empregados dos serviços municipalizados», *A Batalha*, 8 de maio, 1923: 2.

²⁶³ s/a, «O Sindicalista em Braga», *O Sindicalista*, 25 de dezembro, 1910: 4.

²⁶⁴ Cf. s/a, «Associação de Classe dos Cocheiros Bracarenses», *Ecos do Minho*, 17 de outubro, 1916: 2.

²⁶⁵ Cf. s/a, «Questões sociais: reclamações dos cocheiros», *Ecos do Minho*, 7 de setembro, 1917: 2.

²⁶⁶ s/a, «Proprietários e empregados de hotéis», *Comércio do Minho*, 24 de abril, 1913: 2.

foi atendida (ver anexo 14)²⁶⁷. O decreto 2922, de 30 de dezembro de 1916, promulgado com o objetivo de reduzir os custos com a energia, estipulava que, entre outras medidas, os restaurantes, cafés e estabelecimentos similares encerrassem às 23 horas – o que significava uma perda de lucro para o patronato e, conseqüentemente, uma redução do salário dos trabalhadores²⁶⁸.

Em agosto de 1918, os trabalhadores reclamaram ao Governador Civil contra as ordens da polícia para se inscreverem no registo de serviçais, pois eles eram considerados como empregados de serviços industriais, tendo aquela entidade atendido o seu pedido²⁶⁹.

Em julho de 1920, os empregados reclamaram aumento salarial, não havendo informações sobre se as suas pretensões foram atendidas²⁷⁰.

Os ferroviários do Minho e Douro durante este período fizeram três reclamações, cujos motivos incluíam o aumento salarial, a diminuição do horário de trabalho, o protesto contra a reorganização dos serviços e um apelo ao Governador Civil para tentar solucionar uma greve deste sector. Destas reivindicações, duas foram atendidas e uma foi tida em consideração.

Em outubro de 1915,

o conselho de administração dos caminhos-de-ferro do Estado resolveu favoravelmente a petição da comissão do pessoal das oficinas do Minho e Douro, para os seus salários serem equiparados aos dos seus colegas do Sul e Sueste. Essa equiparação conta-se desde 1 do corrente. Acerca da reclamação referente às 8 horas de trabalho, também o sr. ministro do fomento atendeu o pedido da comissão do Minho e Douro, dando instruções para ser observado esse horário²⁷¹.

Em março de 1923, os ferroviários do Minho e Douro, protestaram ao ministro do Comércio contra a reorganização dos serviços²⁷². O ministro prometeu ter em consideração o seu protesto, estando «nas melhores disposições de adotar solução favorável ao pedido da classe ferroviária»²⁷³.

²⁶⁷ Cf. Francisco de Abreu Rodrigues Nogueira, «O decreto da escuridão: representação ao sr. ministro do Trabalho», *Ecos do Minho*, 19 de janeiro, 1917: 2.

²⁶⁸ Cf. «Decreto n.º 2922», *Diário do Governo*, 30 de dezembro, 1916: 1200-1201.

²⁶⁹ Cf. s/a, «Determinação policial. Reclamação dos empregados de hotéis, cafés e restaurantes», *Ecos do Minho*, 24 de agosto, 1918: 2.

²⁷⁰ Cf. s/a, «Braga, 16: conferências e prisão do camarada Mendes Gomes, do Porto. Reclamações operárias», *A Batalha*, 21 de julho, 1920: 2.

²⁷¹ s/a, «Pessoal do Minho e Douro», *Comércio do Minho*, 12 de outubro, 1915: 1.

²⁷² Cf. s/a, «Reunião ferroviária», *Diário do Minho*, 14 de março, 1923: 4.

²⁷³ s/a, «Interesses ferroviários», *Diário do Minho*, 18 de março, 1923: 1.

Os operários bracarenses da indústria do mobiliário fizeram durante a I República três reclamações, todas por aumento salarial. Dessas reclamações, uma não foi atendida, outra os industriais aceitaram entrar em negociações, não havendo informações sobre o resultado da restante reivindicação.

Em agosto de 1917, os operários marceneiros reclamaram um aumento salarial proporcional, isto é, «aos operários que ganham de 100 a 300 rs. [réis], um aumento diário de 100 rs.. Aos que ganham 300 rs. para cima, um aumento de 150 rs. diários. Aos aprendizes que deem entrada nas oficinas, 140 rs. diários»²⁷⁴, tendo os industriais aceitado negociar estes aumentos.

Em maio de 1918, os operários carpinteiros reclamaram 20% de aumento sobre os seus salários, não havendo informações sobre se os industriais atenderam o seu pedido²⁷⁵. Em janeiro de 1923, o SU Mobiliário reclamou um aumento salarial, não tendo sido atendida a sua reivindicação²⁷⁶.

Os operários bracarenses do sector têxtil (alfaiates e costureiras) fizeram, durante o período em análise, três reclamações: uma por cumprimento da lei de horário de trabalho de 10 horas, outra por diminuição de horário e solidariedade com os colegas despedidos por vigiar o cumprimento da lei do descanso semanal e a restante por aumento salarial, estas duas últimas já referidas no capítulo sobre as greves.

Em janeiro de 1916, as operárias costureiras foram ao Porto conferenciar com o inspetor do Trabalho sobre o horário de trabalho que não era cumprido em Braga²⁷⁷. As operárias, como nos descreveu o *Comércio do Minho*,

foram esperadas na estação de S. Bento pela direção da Associação de Classe das Costureiras do Porto, que lhes fizeram uma carinhosa recepção. Trocados os cumprimentos, a comissão dirigiu-se à sede da referida associação, onde houve uma sessão de boas-vindas e foram trocadas impressões sobre a questão que levou ali as costureiras bracarenses. De tarde foram conferenciar com o sr. Macedo de Freitas, inspetor do trabalho, solicitando a sua interferência no sentido de conseguir que as industriais de Braga sejam obrigadas a acatar a lei das 10 horas de trabalho, devendo a entrada ser às 8 horas da manhã e a saída às 8 da

²⁷⁴ s/a, «Operários marceneiros», *Ecos do Minho*, 26 de agosto, 1917: 2.

²⁷⁵ Cf. s/a, «Questões sociais», *Ecos do Minho*, 11 de maio, 1918: 2.

²⁷⁶ Cf. s/a, «Em Braga: operários mobiliários», *A Batalha*, 19 de julho, 1923: 2.

²⁷⁷ Cf. s/a, «As costureiras», *Comércio do Minho*, 6 de janeiro, 1916: 2.

noite, com duas horas de descanso para jantar. O sr. Macedo de Freitas dispensou a maior atenção às comissionadas e prometeu proceder por forma a que sejam atendidas as suas reclamações, cumprindo-se a lei²⁷⁸.

De facto, segundo relatava o corresponde d'*A Aurora*, as operárias bracarenses conseguiram que os industriais cumprissem o horário de 10 horas, comprovando que era também através das suas movimentações que o operariado conseguiria fazer valer as suas reivindicações²⁷⁹.

Os oficiais de barbeiro de Braga, durante o período em análise, fizeram três reivindicações: uma pela diminuição do seu horário e outra por aumento salarial, não havendo informações sobre o motivo de uma reclamação.

No dia 30 de junho de 1915, a AC dos Oficiais de Barbeiro resolveu que a sua assembleia ficasse em sessão permanente, em virtude de não concordar com um ofício que os patrões lhe enviaram²⁸⁰. Em janeiro de 1920, os oficiais de barbeiro reclamaram aumento salarial de 1200 e 800 réis, «dizendo a primeira [quantia] respeito aos que não recebem alimentação em casa dos patrões»²⁸¹. Em abril do mesmo ano, estes operários reclamaram também a diminuição do seu horário, das 9h às 19h²⁸². Não foram encontradas notícias que nos indiquem se alguma destas reclamações foram atendidas.

Os operários metalúrgicos, em Braga, durante a I República, fizeram duas reclamações, ambas por aumento salarial. Estas suas reivindicações não foram atendidas, tendo os operários declarado greve, como já foi referido anteriormente.

As serviçais bracarenses, durante o período em análise, fizeram por duas vezes queixa à polícia, em virtude de os seus patrões não lhes pagarem o salário²⁸³. Não há informações sobre se as queixas, feitas em janeiro e em maio de 1916, foram atendidas.

Os funcionários públicos de Braga, durante a I República, fizeram uma reclamação, em fevereiro de 1920, sobre a equiparação dos vencimentos²⁸⁴. Não foram encontradas notícias que nos indiquem se as suas pretensões foram atendidas.

²⁷⁸ s/a, «As costureiras», *Comércio do Minho*, 8 de janeiro, 1916: 2-3.

²⁷⁹ Cf. s/a, «A Aurora na província», *A Aurora*, 23 de janeiro, 1916: 7.

²⁸⁰ Cf. s/a, «Oficiais de barbeiro», *Ecos do Minho*, 2 de julho, 1915: 2.

²⁸¹ s/a, «Empregados de barbeiros», *Comércio do Minho*, 15 de janeiro, 1920: 1.

²⁸² Cf. s/a, «Sábado, 24», *O Liberal*, 25 de abril, 1920: 2.

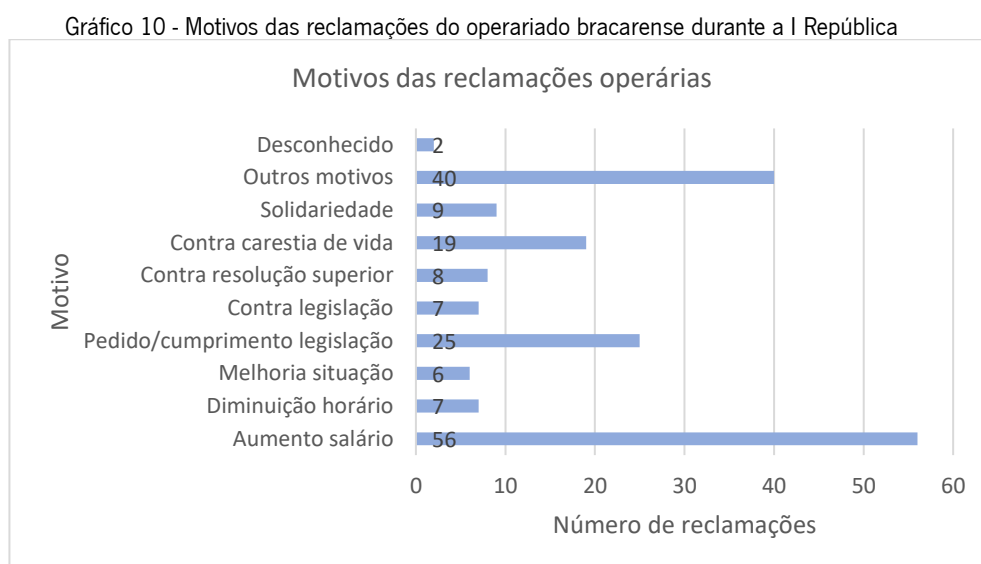
²⁸³ Cf. s/a, «Patrão que não paga», *Ecos do Minho*, 7 de janeiro, 1916: 2; s/a, «Patrão que não paga», *Ecos do Minho*, 26 de maio, 1916: 2.

²⁸⁴ Cf. s/a, «Funcionários públicos», *Comércio do Minho*, 8 de fevereiro, 1920: 2.

Os empregados menores dos Correios e Telégrafos de Braga apenas fizeram uma reclamação durante este período. Em julho de 1922, enviaram um telegrama a Lisboa protestando «contra [o] projeto de novas subvenções, por ficarem excluídos»²⁸⁵. Mais uma vez, não foram encontradas informações sobre se a sua reivindicação foi atendida.

Os agricultores caseiros e jornaleiros, em Braga, somente fizeram uma reclamação durante a I República, em novembro de 1915, contra o aumento do imposto de barreira da Câmara²⁸⁶. Numa reunião da classe, em 21 de novembro, a greve foi votada caso a Câmara não atendesse a sua reivindicação²⁸⁷. De facto, como já vimos anteriormente, a Câmara não atendeu o pedido dos lavradores, tendo estes declarado greve.

Tal como acontecia com as greves, o principal motivo das reclamações dos operários bracarenses era o aumento salarial, como mostra o seguinte gráfico:



Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Das 166 reclamações efetuadas pelos operários bracarenses durante a I República, 56 incluíam nos seus motivos o aumento salarial, comprovando mais uma vez que era a *questão económica* que, em primeiro lugar, mobilizava os trabalhadores. Como demonstra o gráfico

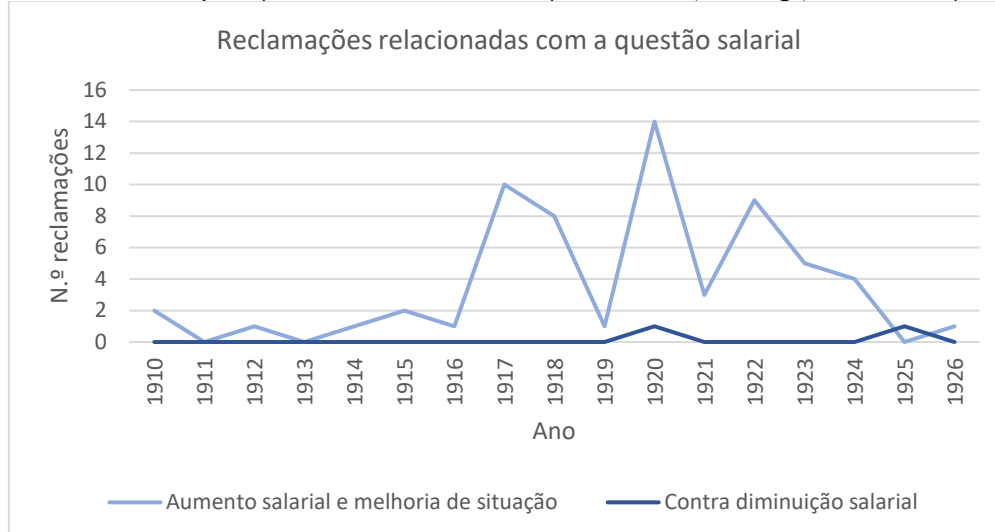
²⁸⁵ s/a, «Reunião de protesto», *Diário do Minho*, 25 de julho, 1922: 1.

²⁸⁶ Cf. s/a, «Representação à Câmara», *Ecos do Minho*, 17 de novembro, 1915: 2.

²⁸⁷ Cf. s/a, «Protestos contra um imposto camarário», *Ecos do Minho*, 23 de novembro, 1915: 2.

seguinte, foi na época da I Guerra e no pós-guerra que o número de reclamações por aquele motivo cresceu, devido à carestia de vida, problema que se intensificou no mesmo período:

Gráfico 11 - Reclamações operárias relacionadas com a questão salarial, em Braga, durante a I República

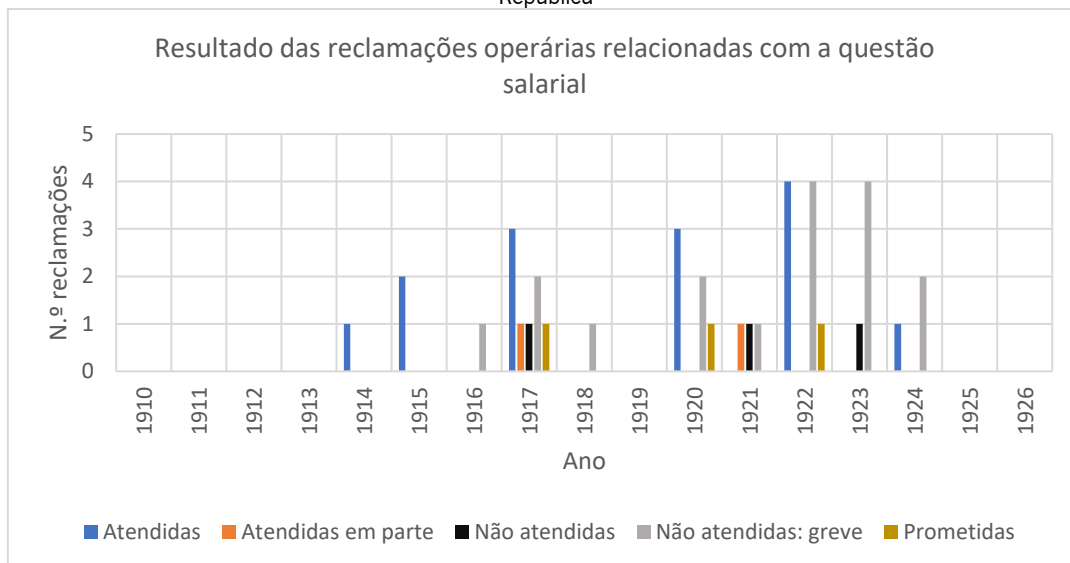


Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Os operários apenas fizeram duas reclamações contra a descida dos seus salários, o que demonstrava que os industriais não tinham tendência a diminuir o salário dos seus trabalhadores, provavelmente porque receavam uma declaração de greve ou porque já lhes pagavam o mínimo possível, como já referimos.

Quanto aos resultados das reivindicações, verifica-se que os industriais eram relutantes em atender os pedidos de aumento salarial dos operários: das reclamações efetuadas, os industriais recusaram atender os pedidos dos seus trabalhadores em 20 ocasiões, 17 das quais terminando em declaração de greve, como mostra o gráfico seguinte (sem os resultados desconhecidos). Os operários eram, então, forçados a declarar-se em greve, tendo sucesso na sua luta na maior parte das vezes, como vimos anteriormente, pois os industriais também saíam prejudicados com a paralisação do trabalho.

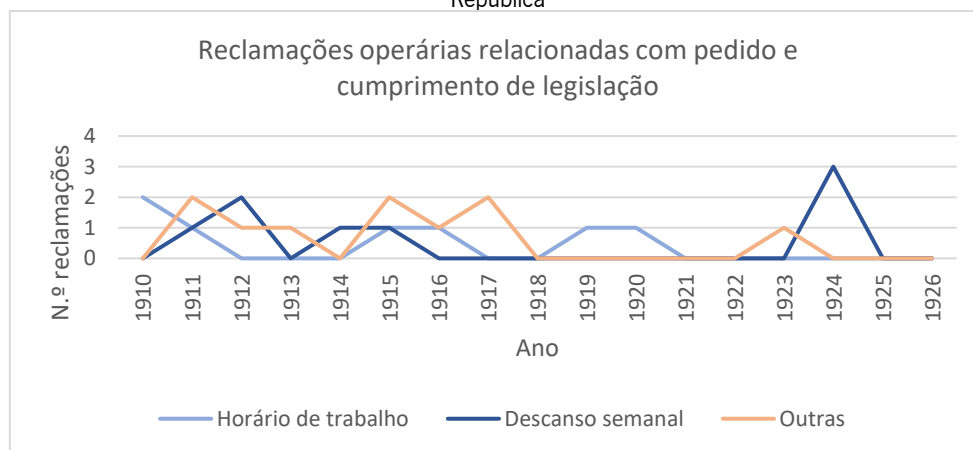
Gráfico 12 - resultado das reclamações operárias relacionadas com a questão salarial, em Braga, durante a I República



Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

O pedido de leis e o respetivo cumprimento também constituíam um dos motivos frequentes das reclamações do operariado bracarense, como mostra o gráfico seguinte:

Gráfico 13 - Reclamações operárias relacionadas com pedido e cumprimento de legislação, em Braga, na I República

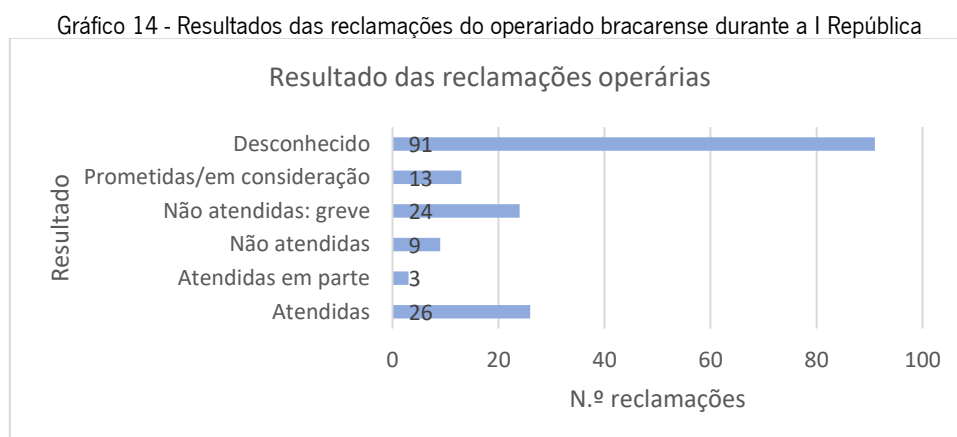


Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

O cumprimento do horário de trabalho e do descanso semanal eram motivos recorrentes das reivindicações operárias, comprovando que, apesar de estes direitos estarem estatuídos na lei, raramente eram cumpridos, como já referimos anteriormente.

Quanto aos resultados, os operários bracarense não tiveram sucesso nas suas reclamações: das 166 reivindicações feitas, 33 não foram atendidas (24 das quais terminando em

greve), sendo 29 o número das reclamações acedidas (três das quais apenas em parte) e 13 o número das reclamações tidas em consideração, como mostra o gráfico seguinte:



Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Em suma, os operários não viram as suas pretensões atendidas, provavelmente porque as reclamações, ao contrário do que sucedida com as greves, não prejudicavam os industriais ou as entidades políticas.

5.3 A luta contra a crise de subsistências e carestia de vida

A questão da crise de subsistências e carestia de vida pode ser formulada da seguinte maneira: os géneros alimentares faltavam no mercado, em virtude da sua escassez e, principalmente, do seu açambarcamento e, como tal, os seus preços atingiam valores altíssimos. De facto, os operários e o povo tiveram que lutar contra este problema desde os finais do século XIX, quando o Governo iniciou uma política protecionista, em 1889, para impedir a importação de trigo enquanto a produção nacional não fosse escoada, resultando no aumento do preço do pão²⁸⁸. Segundo Jaime Reis, o

objetivo [das medidas protecionistas] era, por um lado, assegurar aos agricultores condições de venda razoavelmente lucrativas, sem prejudicar outros sectores da economia ou o público consumidor em geral. Por outro lado, deveria conduzir a um aumento da produção, que

²⁸⁸ Cf. David Luna de Carvalho, *Os levantes da República (1910-1917): resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1.ª República Portuguesa* (Porto: Edições Afrontamento, 2011), 282 e ss..

diminuiria a dependência nacional em relação a fornecedores estrangeiros, proporcionando ao mesmo tempo uma utilização mais ampla dos recursos nacionais²⁸⁹.

O problema intensificou-se com a I Guerra, quando os géneros começaram a escassear no mercado, em consequência da própria conjuntura então vivida e do seu açambarcamento, pelo que os preços dos produtos começaram a aumentar²⁹⁰. Neste contexto, as reivindicações e greves operárias juntavam-se aos motins populares e aos assaltos aos armazéns, mercearias ou padarias, quase sempre de teor espontâneo. A luta contra a carestia de vida culminou com a organização, pela UON, da greve geral revolucionária de 18 de novembro de 1918, em grande medida fracassada e sem qualquer influência no operariado bracarense.

Em Braga, a luta contra a crise de subsistências e carestia de vida foi recorrente durante a I República, como já vimos anteriormente no capítulo sobre a organização operária, acentuando-se com a conjuntura da I Guerra e dos anos que lhe seguiram²⁹¹.

Em março de 1915, numa reunião entre os delegados das associações de classe e sindicatos, os operários decidiram realizar um comício contra a carestia de vida, pois «não podem sem enorme sacrifício, e este mesmo num certo ponto impossível, à subida extraordinária dos géneros alimentícios»²⁹². No comício, realizado na sede da Liga das Artes Gráficas, na rua D. Afonso Henriques, foi aprovada uma moção onde o operariado resolveu pedir providências aos poderes públicos e acompanhar as reclamações dos restantes organismos operários do país (ver anexo 15)²⁹³.

Efetivamente, o Governador Civil pediu providências ao ministro do Fomento sobre o açambarcamento de milho²⁹⁴. No dia 8 de abril, os delegados das associações de classe e dos sindicatos voltaram a reunir-se, nomeando-se uma comissão para averiguar quais as providências tomadas pelo Governo sobre esta questão²⁹⁵.

Não obstante estas tentativas de resolver o problema das subsistências, «os géneros alimentícios têm atingido um preço pavoroso, incompatível com os pequenos recursos das classes

²⁸⁹ Jaime Reis, «A “Lei da Fome”: as origens do protecionismo cerealífero (1889-1914)», *Análise Social*, vol. XV, n.º 60 (1979): 747.

²⁹⁰ Cf. Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida...*, 38.

²⁹¹ Sobre este tema, veja-se, a título de exemplo, José Manuel Lopes Cordeiro, «As matérias fraturantes. A resistência», em *Braga: roteiros republicanos*, org. José Viriato Capela e Henrique Barreto Nunes (Porto: QuidNovi, 2010), 88-96.

²⁹² s/a, «As classes operárias e a crise económica», *Ecos do Minho*, 13 de março, 1915: 2.

²⁹³ Cf. s/a, «A crise das subsistências: comício das classes operárias», *Ecos do Minho*, 23 de março, 1915: 3.

²⁹⁴ Cf. s/a, «Contra os açambarcadores de milho», *Comércio do Minho*, 1 de abril, 1915: 3.

²⁹⁵ Cf. s/a, «A carestia dos géneros: resoluções da classe operária», *Ecos do Minho*, 10 de abril, 1915: 2.

pobres»²⁹⁶. Consequentemente, as classes operárias tentavam solucionar este problema: em outubro de 1915, a Liga das Artes Gráficas pediu providências ao Governador Civil para que fosse posta em vigor uma tabela de preços, multando quem não a cumprisse²⁹⁷. Mas foi a Câmara Municipal que, no mesmo mês, procedeu à fixação dos preços dos ovos, a 16 centavos a dúzia, e das batatas, a 36 centavos cada 15 quilos²⁹⁸.

Contudo, a carestia de vida continuava. Em janeiro de 1916, os fabricantes de calçado reuniram-se, com a assistência dos delegados das outras associações de classe e sindicatos, para «estudar o meio de terminar com a crise que as classes trabalhadoras atravessam, devido à carestia dos géneros de primeira necessidade»²⁹⁹. Ainda no mesmo mês, o administrador do concelho fixou o preço do milho em 75 centavos por cada 20 litros, tendo a direção dos caminhos-de-ferro do Minho e Douro recebido ordens do Governo para que não transportasse milho, batata, centeio e castanha para fora de Braga³⁰⁰. Em fevereiro,

os srs. Custódio Braga e José António da Silva, membros da comissão de carestia da vida, ultimamente nomeada em reunião magna das classes trabalhadoras, apresentaram ao sr. administrador do concelho uma tabela relativa ao preço do milho, tabela que obteve desta autoridade plena aprovação. Doravante cada rasa de 16 litros, ou sejam 12 quilos de farinha que produzem 18 quilos de pão cozido, não poderá custar mais de 670; sendo 15 quilos será o preço de 840. A retalho, cada quilo de pão ficará custando 45 réis³⁰¹.

Todavia, o açambarcamento de géneros continuava a provocar o aumento do seu preço, fazendo também com que os alimentos faltassem no mercado, o que explicava os levantes populares. No dia 18 de janeiro de 1916,

quando passavam na freguesia de Crespos 17 carros de milho, com destino a esta cidade, foram tocados os sinos a rebate, e juntando-se centenaes de homens e mulheres daquela e das freguesias vizinhas, armados de enxadas, foices encabadas e varapaus, opuseram-se a

²⁹⁶ s/a, «As subsistências: ai dos pobres!», *Comércio do Minho*, 26 de agosto, 1915: 1.

²⁹⁷ Cf. s/a, «Os gráficos e a carestia de géneros», *Ecos do Minho*, 14 de outubro, 1915: 2.

²⁹⁸ Cf. s/a, «As subsistências. Preço máximo dos ovos e batatas. Providências da autoridade», *Comércio do Minho*, 14 de outubro, 1915: 3.

²⁹⁹ s/a, «A carestia de vida», *Ecos do Minho*, 4 de janeiro, 1916: 2.

³⁰⁰ Cf. s/a, «As subsistências. Fixação do preço do milho. Proibição da exportação de outros géneros», *Comércio do Minho*, 18 de janeiro, 1916: 3.

³⁰¹ s/a, «O preço do pão», *Comércio do Minho*, 3 de fevereiro, 1916: 3.

que o cereal fosse para aqui conduzido. Os condutores dos carros obedeceram à imposição popular, sendo o cereal guardado na residência do regedor³⁰².

Ainda em janeiro, em S. Pedro de Oliveira, operários e populares decidiram fazer rondas, à noite, para impedir que o milho fosse exportado daquela freguesia, sendo a ronda composta por mais de 50 pessoas, armadas com foices, espingardas e outras armas³⁰³. Os trabalhos da ronda começaram de imediato:

Constou à ronda, neste último domingo [23 de janeiro], que em casa do sr. Domingos Pereira Vilaça, lugar do Outeiro desta freguesia, foi ensacada uma grande quantidade de milho para ser exportado na noite seguinte. A ronda dirigiu-se neste sentido ao regedor desta freguesia, o qual declarou que imediatamente fosse rondada naquela noite, a casa do referido Vilaça, à sua ordem, e que, se encontrassem aquele milho em viagem, fosse logo apreendido e remetido para a casa do mesmo regedor, para ser vendido à pobreza. Porém em toda a noite nada se encontrou. [...] Hoje [24 de janeiro], por uma hora da tarde, depois de chegar um ofício do administrador, o regedor, junto a uma grande parte da pobreza, foi dar busca a casa do referido Domingos Pereira Vilaça, onde encontrou aproximadamente 16 carros de milho, todo do velho, e ainda além deste, o espigueiro cheio do novo. Parte do milho velho esta ensacado para exportação, escondido debaixo de palha podre, em uma corte. Mais tarde, chegada a guarda republicana, juntamente com o regedor obrigaram o lavrador a vender todo aquele cereal à pobreza desta freguesia de S. Pedro de Oliveira, pelo preço da lei, 750 réis a medida de 20 litros, deixando para consumo do lavrador seis carros³⁰⁴.

Poucos dias depois, a ronda impediu que um carro de milho fosse exportado para Famalicão³⁰⁵. Como resultado por ter cumprido as ordens do regedor da freguesia, que considerou o milho exportado como contrabando, a ronda seria presente a tribunal no dia 16 de março³⁰⁶. Não foram encontradas notícias sobre este processo, mas possivelmente a ronda dissolveu-se, pois não foram noticiadas mais referências à sua atividade.

³⁰² s/a, «Motim popular», *Comércio do Minho*, 20 de janeiro, 1916: 2.

³⁰³ Cf. s/a, «A questão do milho na freguesia de S. Pedro de Oliveira», *Comércio do Minho*, 27 de janeiro, 1916: 2.

³⁰⁴ *Id.*, *ibid.*

³⁰⁵ Cf. s/a, «A questão do milho na freguesia de S. Pedro de Oliveira», *Comércio do Minho*, 29 de janeiro, 1916: 2-3.

³⁰⁶ Cf. s/a, «A questão do milho na freguesia de S. Pedro de Oliveira», *Comércio do Minho*, 9 de março, 1916: 3.

O problema das subsistências continuaria, assim como os movimentos espontâneos da população, considerados pelos anarcossindicalistas como uma tática de ação direta:

Depois dos géneros de primeira necessidade chegarem ao preço exorbitante por que se vendem, tendo sido ineficazes a constituição de comissões de subsistências, ligas económicas, tabelas de preços, etc., com o fim de firmarem o preço dos géneros alimentícios às classes pobres, cansadas da ganância comercial que as leva à miséria e à fome, só lhes restava recorrerem à força, para por cobro à exploração ignóbil do comércio [...] Certamente que o povo tem de ser o defensor dos seus próprios interesses e direitos; ninguém melhor do que ele próprio cuidará do que lhe diz respeito. Inúteis são para isto o governo com todos os seus poderes constituídos. Provam-no os factos, prova-o a sua impotência ou indiferença perante os grandes comerciantes, os açambarcadores, os armazenistas, os principais culpados da carestia de vida, que, faltos de consciência, deixam apodrecer os géneros alimentícios nos armazéns, a fim de produzir a alta de preços³⁰⁷.

Seria o povo, portanto, que teria que reagir contra o açabarcamento e a carestia dos géneros – reação que, efetivamente, era desencadeada. Em abril de 1916, na freguesia de Cabreiros, os populares impediram a saída de milho daquele local³⁰⁸. No mês de junho, em Tadem, «o povo coagiu um proprietário a vender cinco carros de milho, tendo ido ali a guarda republicana para regularizar a venda, ao preço de 1\$000 o alqueire»³⁰⁹.

A Câmara e o Governo Civil também tomaram iniciativas para tentar resolver a crise de subsistências e a carestia de vida. Em abril de 1916, a Câmara adquiriu grande quantidade de milho, colocando-o à venda no mercado sem, no entanto, obter lucro³¹⁰. Em maio, o Governador Civil foi a Lisboa pedir providências ao Governo sobre a falta de milho e de açúcar em Braga, uma vez que o milho que a Câmara adquiria não era suficiente para prover a população³¹¹. Em junho, o ministro do Trabalho esteve em Braga para conferenciar com o Governador Civil sobre a crise de subsistências³¹². Em julho, o administrador do concelho deslocou-se em Lisboa para tratar da

³⁰⁷ H. Pinheiro, «A carestia de vida», *A Aurora*, 20 de fevereiro, 1916: 3.

³⁰⁸ Cf. s/a, «Sinos a rebate», *Comércio do Minho*, 13 de abril, 1916: 2.

³⁰⁹ s/a, «A falta de milho», *Comércio do Minho*, 13 de junho, 1916: 3.

³¹⁰ Cf. s/a, «Venda de milho por conta da câmara», *Comércio do Minho*, 6 de abril, 1916: 3.

³¹¹ Cf. s/a, «Abastecimento de géneros», *Ecos do Minho*, 3 de maio, 1916: 2.

³¹² Cf. s/a, «Ministro do Trabalho», *Ecos do Minho*, 3 de junho, 1916: 2.

vinda para Braga de milho das colónias, sendo esse milho posto à venda no mercado posteriormente³¹³.

Apesar das diligências tomadas, a falta de géneros continuou a ser um problema por resolver. Em setembro de 1916, depois de terem pedido providências ao Governador Civil, os industriais de padaria fecharam os seus estabelecimentos por não terem farinha para fabricar o pão³¹⁴. Ficando sem trabalho, os operários manipuladores de pão pediram providências ao Governador Civil, enquanto

os proprietários de padarias tiveram uma conferência com o sr. dr. Domingos Pereira, a quem pediram que intervisse perante os poderes públicos, a fim de se remediar prontamente a situação. Este deputado anuiu ao pedido e já no sábado [2 de setembro] remeteu para Lisboa uma representação que lhe entregaram os proprietários de padarias. Domingo de tarde [3 de setembro] foi afixado um aviso do governo civil deste distrito, comunicando que o sr. ministro do trabalho ordenara a remessa urgente para Braga, de 6 vagões de farinha e 2 vagões de açúcar. Ontem de manhã [4 de setembro], no mercado, já apareceu muito trigo e rosca à venda. Depois foi distribuído pão pelas *casas*, como dantes. Não chegou, pois, a haver falta sensível de trigo em Braga³¹⁵.

Outros géneros, no entanto, continuavam a faltar, principalmente o milho. Em janeiro de 1917, na rua Nova de Sousa (atualmente rua D. Diogo de Sousa), um grupo de populares impediu que 60 sacas de milho seguissem para a estação de caminho-de-ferro para ser exportado, tendo a Guarda Nacional Republicana vigiado o milho que depois ia ser levado para o comissariado de polícia, provavelmente para ser vendido ao preço de tabela³¹⁶.

No mês seguinte, os delegados das associações de classe e sindicatos reuniram-se e nomearam uma comissão de operários para estudar qual a melhor forma de debelar a grave crise de subsistências de então³¹⁷. Numa outra reunião, realizada pouco tempo depois, os operários censuraram

³¹³ Cf. s/a, «Milho africano», *Comércio do Minho*, 20 de julho, 1916: 2 e s/a, «Subsistências», *Comércio do Minho*, 27 de julho, 1916: 2.

³¹⁴ Cf. s/a, «A falta de farinha: encerramento de padarias», *Comércio do Minho*, 2 de setembro, 1916: 3.

³¹⁵ s/a, «A falta de farinha. Paralisação de padarias. Normalidade restabelecida», *Comércio do Minho*, 5 de setembro, 1916: 3. Itálico no original.

³¹⁶ Cf. s/a, «Milho impedido de sair», *Ecos do Minho*, 9 de janeiro, 1917: 2.

³¹⁷ Cf. s/a, «As subsistências», *Comércio do Minho*, 24 de fevereiro, 1917: 2.

asperamente todos os açambarcadores dos géneros mais indispensáveis à vida dos operários e tornando extensiva essa censura às autoridades que, declara, nunca deram provas da menor consideração e proteção ao povo trabalhador, o qual, tudo produzindo, vive na mais desconcertante miséria, mercê da ganância de vis exploradores. Seguidamente vários delegados fizeram também uso da palavra exteriorizando a mesma disposição de, doravante, serem sentinelas vigilantes, prontos aos atos mais arriscados e decididos no sentido de opor-se à saída do milho para fora da cidade, pois que esse cereal tem escasseado no mercado. [...] Depois de vários alvitre foi resolvido que todos os representantes das associações presentes fossem perante o sr. governador civil deste distrito requisitar-lhe um determinado número de cartões de identidade para que as associações pelos seus delegados legítimos possam diretamente fiscalizar a observância do Edital que fixa o preço do milho, assim com evitar que seja exportado clandestinamente este cereal³¹⁸.

De facto, a vigilância ao milho seria feita, com ou sem a orientação das associações de classe e sindicatos. No dia 26 de fevereiro, em Soutelo e Palmeira, um grupo de populares impediu que alguns carros de milho circulassem³¹⁹.

Entretanto, o grupo operário encarregado de vigiar o milho tinha decidido divulgar um manifesto contra a crise das subsistências e carestia de vida que, na verdade, não chegou a ser publicado em virtude da censura o ter proibido. Vendo as suas ações coagidas, em março este grupo resolveu dissolver-se, não sem antes votar uma moção de protesto contra a censura (anexo 16)³²⁰.

Numa nova reunião das classes operárias, realizada no dia 6 de março, distribuíram-se cartões de identidade aos presidentes das associações de classe e sindicatos, cujos portadores estariam autorizados a apreender o milho, farinha e centeio que eram transportados sem a guia do Governador Civil, sendo também aprovada uma moção de solidariedade ao grupo anteriormente dissolvido (anexo 16)³²¹.

Os operários voltaram a reunir-se para, além de afirmar a sua solidariedade aos camaradas presos por vigiarem a exportação do milho, estudarem a melhor forma de reclamar um celeiro municipal e armazém de géneros alimentícios, de forma a obstar à carestia dos

³¹⁸ s/a, «As subsistências: reunião importante», *Ecos do Minho*, 28 de fevereiro, 1917: 2.

³¹⁹ Cf. s/a, «Motim popular», *Comércio do Minho*, 1 de março, 1917: 2-3.

³²⁰ Cf. s/a, «O milho: reunião das classes operárias. É aprovada uma moção», *Ecos do Minho*, 4 de março, 1917: 2-3.

³²¹ Cf. s/a, «Subsistências: nova reunião dos organismos operários. É votada uma moção», *Ecos do Minho*, 7 de março, 1917: 2.

principais géneros alimentares³²². De acordo com um articulista do jornal operário bracarense *Luta Social*,

movido pelo desespero a que todos chegamos, originado pela crise das subsistências, começa de agitar-se o operariado da capital do Minho, que em sucessivas reuniões de delegados seus tem procurado obstar por todos os meios legais ao açambarcamento do milho, alimento principal. Segundo nos informaram, chegaram já esses delegados ao *prático* resultado de obterem do governador civil do distrito uns cartões de identidade que lhes permitem lançar mão do cereal açambarcado, o que, a avaliarmos por um caso que se passou em Braga a pretérita semana, em que responderam judicialmente sete operários por não permitirem o embarque de alguns alqueires de milho açambarcado, não são mais que autênticos passaportes para o Monte de Castro os cartões referidos de que estão munidos os operários bracarenses³²³.

Por outras palavras, os operários não podiam esperar o auxílio das autoridades políticas para resolver o problema da crise das subsistências, tendo de começar a usar a tática da ação direta, como já referimos anteriormente. Ainda em março de 1917, em Gualtar, um grupo de populares obrigou um proprietário a colocar o seu milho à venda³²⁴. No dia 25 de abril, em Priscos, o povo dirigiu-se a uma quinta para comprar milho, sendo-lhe negada a venda, sendo que

mais tarde seguiram dois carros do referido cereal para o estabelecimento do sr. António Joaquim de Menezes, da mesma freguesia. Então o povo amotinou-se, tocando os sinos a rebate e armando-se de cacetes e fources roçadouras. Quatro populares procuraram imediatamente o regedor da freguesia, a fim de manter a ordem. Aquela autoridade mandou depositar o milho no celeiro paroquial, até resolução superior. Quinta-feira [26 de abril] veio o regedor conferenciar com o sr. administrador do concelho, o qual ordenou que o cereal fosse vendido ao povo no preço de 1\$200 réis cada 20 litros³²⁵.

Em junho de 1917, a AC dos Canteiros e Assentadores resolveu promover uma reunião das classes operárias, para o dia 2 de julho, com o objetivo de apresentar à Câmara Municipal um

³²² Cf. s/a, «Subsistências», *Ecos do Minho*, 10 de março, 1917: 2.

³²³ s/a, «A questão económica», *Luta Social*, 20 de março, 1917: 4.

³²⁴ Cf. s/a, «Por causa do milho», *Comércio do Minho*, 15 de março, 1917: 2.

³²⁵ s/a, «Motim por causa do milho», *Comércio do Minho*, 28 de abril, 1917: 2.

protesto contra a crise de subsistências e carestia de vida³²⁶. A reunião efetuou-se, tendo a Guarda Nacional Republicana e a Cavalaria n.º 11 patrulhado as ruas da cidade, o que não impediu os operários de se dirigirem às fábricas, oficinas e estabelecimentos comerciais a solicitar o seu encerramento, em sinal de protesto contra a carestia de vida³²⁷.

Os operários conferenciaram com o Governador Civil e presidente da Câmara, acordando-se que a) a Câmara passaria a vender o pão em duas barracas no mercado, b) do milho que fosse exportado, a Câmara ficaria com uma quantidade igual, c) os delegados das associações de classe e sindicatos ficariam encarregados de fiscalizar os assuntos referentes às subsistências³²⁸. A Guarda Nacional Republicana, entretanto, era hostilizada pelos populares, tendo havido

em vários pontos [da cidade], manifestações contra a guarda republicana, que era apupada e apedrejada, e a favor de cavalaria 11, que o povo saudava com vivas e palmas. Estabeleceu-se antagonismo entre a guarda republicana e cavalaria 11, que por fim recebeu a incumbência de manter a ordem, ao mesmo tempo que era mandada retirar a guarda republicana. Esta não parecia disposta a retirar-se, motivo porque se deram conflitos entre ela e cavalaria 11, sendo disparados tiros de parte a parte. Por seu lado o povo apedrejava nalguns sítios a guarda republicana, que correspondia com tiros. Alguns civis dispararam também alguns tiros [...] resultando de ficar um homem morto e cinco feridos. O morto chamava-se António de Sousa Machado, casado, tamanqueiro, natural de S. Paio de Pousada, residente em Lomar e operário de uma oficina da rua de S. Vicente. Foi atingido por um tiro da guarda republicana, no largo dos Terceiros [atualmente Largo S. Francisco], perfurando-lhe o projétil os intestinos. O cadáver foi removido para a 'morgue' do hospital de S. Marcos. Nesta ocasião tocaram a rebate os sinos dos Terceiros e Congregados, aumentando a indignação e a gritaria contra a guarda republicana. [...] Eram cerca de 3 horas da tarde quando a guarda republicana recolheu ao seu quartel, não se dando mais desordens e ficando a patrulhar a cidade [a] cavalaria 11, a quem o povo obedecia de boa vontade³²⁹.

³²⁶ Cf. s/a, «Carestia de vida», *Ecos do Minho*, 28 de junho, 1917: 3.

³²⁷ Cf. s/a, «Acontecimentos graves», *Ecos do Minho*, 3 de julho, 1917: 2.

³²⁸ Cf. s/a, «Graves acontecimentos em Braga», *Comércio do Minho*, 4 de julho, 1917: 2-3.

³²⁹ *Id.*, *ibid.*: 2.

O Governador Civil, na sequência destes acontecimentos, fez publicar um edital onde apelava aos operários para que mantivessem a ordem pública (ver anexo 17)³³⁰. Assistiram ao funeral da vítima várias associações de classe e sindicatos, tendo os operários sido vigiados pela Guarda Republicana e impedidos de proferirem qualquer discurso de homenagem ao falecido³³¹.

A luta contra a crise de subsistências, especialmente através dos movimentos populares espontâneos, continuaria. Em setembro de 1917, um grupo de populares roubou, em Tadim, 52 sacas de farinha, sendo detidos como suspeitos dois operários marceneiros, um carpinteiro e um serrador, dois lavradores e dois jornaleiros³³².

As associações de classe e sindicatos também tentaram encontrar medidas para solucionar o problema. Em janeiro de 1918, a Liga das Artes Gráficas resolveu oficiar ao Governador Civil, pedindo medidas para terminar com o açambarcamento de géneros, pedindo igualmente que se fixasse uma tabela de preços e se proibisse a exportação de milho e pão³³³. Em fevereiro, este sindicato telegrafou ao ministro do Trabalho, solicitando providências contra o açambarcamento de géneros³³⁴. Em março, a Liga voltava a reclamar ao Governador Civil providências contra a crise das subsistências, tendo o chefe do distrito mostrado interesse em resolver a questão. Também em março, a AC dos Operários Chapeleiros decidiu realizar uma reunião com todas as classes operárias bracarenses para tratar da questão das subsistências, não havendo notícias sobre se a reunião chegou a efetuar-se³³⁵.

Apesar destas iniciativas, o problema das subsistências continuaria, o que justificava os movimentos espontâneos que o povo então realizava. Ainda em janeiro do mesmo ano, um grupo de populares assaltou uma padaria, na rua das Palhotas, e uma mercearia, na rua de S. Vicente e, quando foram «pedidos socorros pelo telefone, compareceu a polícia e a guarda republicana, dispersando os assaltantes e prendendo 10 homens e mulheres da rua das Palhotas, fugindo os restantes. Foram apreendidos vários géneros roubados»³³⁶.

Em maio, no mercado municipal, o povo pretendia comprar batatas ao preço da tabela, «recusando-se algumas das vendedeiras da praça, a vendê-las a contento do povo, este quis

³³⁰ Cf. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, Edital, «Faz saber a classe operária e população que não devem perturbar a ordem pública», [3 de julho, 1917].

³³¹ Cf. s/a, «Os últimos acontecimentos», *Ecos do Minho*, 4 de julho, 1917: 2.

³³² Cf. s/a, «Apreensão de farinha pelo povo: detenções», *Comércio do Minho*, 11 de setembro, 1917: 2.

³³³ Cf. s/a, «Liga das Artes Gráficas», *Ecos do Minho*, 23 de janeiro, 1918: 2.

³³⁴ Cf. s/a, «Telegrama», *Comércio do Minho*, 3 de março, 1918: 2.

³³⁵ Cf. s/a, «Associação dos Operários Chapeleiros», *Ecos do Minho*, 8 de março, 1918: 2.

³³⁶ s/a, «Estabelecimentos assaltados. Prisões», *Comércio do Minho*, 24 de janeiro, 1918: 1-2.

apoderar-se das batatas, porém a polícia interveio a regularizar o conflito, obstando a que a multidão as roubasse, mas obrigando a vendê-las ao preço legal»³³⁷. No mesmo mês, em Escudeiros, um grupo de populares tentou assaltar casas de proprietários que possuíam milho, sendo algumas dessas pessoas presas³³⁸.

Em julho, um número elevado de operários foi apresentar ao Governador Civil uma mensagem de felicitação pela maneira como as autoridades tinham lidado com o problema das subsistências, tendo a mensagem o seguinte teor:

O povo operário reunido saúda V. Ex^a pela brilhante atitude tomada sobre a questão das subsistências que dia a dia tem o seu aumento; e o qual com toda a solidariedade presta a V. Ex^a todo o apoio. Em nome do mesmo povo pedimos para que V. Ex^a se digne ordenar que em todas as zonas da cidade sejam nomeados fiscais com urgência para tratar da momentosa questão das subsistências; pois que sabemos que negociantes há na cidade que se não sujeitam ao preço da tabela, e devendo esses fiscais ser escolhidos no meio operário a exemplo doutras cidades do país³³⁹.

Apesar das iniciativas operárias, dos movimentos populares espontâneos e das diligências da Câmara e Governo Civil, a crise de subsistências e a carestia de vida eram problemas que continuavam sem solução. Em outubro de 1919, o correspondente d'*A Batalha* apelava aos operários bracarenses para que tomassem uma atitude em relação a este problema³⁴⁰. Com efeito, no mês seguinte, o presidente da Liga das Artes Gráficas resolveu convidar todas as classes operárias para uma reunião, de forma a decidir qual a melhor maneira de protestar perante as autoridades contra a carestia dos géneros alimentícios, uma vez que essas mesmas autoridades «não deitam mão disto, pois em lugar de evitarem esta miséria aumentam-na com a proteção que dão aos açambarcadores de géneros»³⁴¹.

³³⁷ s/a, «O preço da batata», *Ecos do Minho*, 7 de maio, 1918: 2.

³³⁸ Cf. s/a, «Motim popular», *Comércio do Minho*, 2 de junho, 1918: 2.

³³⁹ s/a, «Manifestação operária», *Ecos do Minho*, 23 de julho, 1918: 2.

³⁴⁰ Cf. s/a, «Braga, 20: a carestia de vida. As 8 horas de trabalho», *A Batalha*, 26 de outubro, 1919: 3.

³⁴¹ s/a, «Braga, 3: reunião das associações de classe. Não se realizou o lock-out dos industriais. Géneros falsificados. Greves dos padeiros. Delegado da CGT», *A Batalha*, 6 de novembro, 1919: 3.

As autoridades consentiam, por exemplo, que o milho, um dos géneros cuja falta era mais sentida, fosse açambarcado e exportado³⁴². Outros géneros eram açambarcados para fazer aumentar o seu preço, descrevendo-nos o correspondente d' *A Batalha* que

continua a ser cada vez mais cara a vida nesta cidade. No último mercado os gananciosos pediam por cada dúzia de ovos 1\$40, ou seja a 116 réis cada um. O sal vendia-se a 1\$50 a rasa; o leite a \$16 o meio litro. Que ladroeira! Noutros tempos, nesses tempos que não vão longe, os ovos vendiam-se a \$10, \$12 o muito a \$16 a dúzia, o sal a \$8 e \$10 a rasa, o leite a \$2 e \$2,5 o litro. E hoje?! Hoje é tudo assim. Mas a culpa é das autoridades, porque em lugar de pretenderem os gatunos dos gananciosos açambarcadores, protegem-nos e até passeiam com eles pelas ruas da cidade felicitando-se talvez por verem as classes humildes a morrerem de fome³⁴³.

Efetivamente, as autoridades não prendiam esses «gatunos dos gananciosos açambarcadores». Pelo contrário, em agosto de 1920, foi preso, às ordens dos açambarcadores, João Pereira do Rio, correspondente em Braga do jornal *A Batalha*, por ter revelado o açambarcamento de açúcar³⁴⁴. João do Rio foi posto em liberdade no mesmo mês, concorrendo para o facto as diligências da CGT e das associações de classe e sindicatos bracarenses³⁴⁵.

Em setembro de 1920, os manipuladores de pão entraram em conflito com os industriais, em virtude de estes quererem aumentar o preço do pão, o que o correspondente d' *A Batalha* considerava

uma pouca-vergonha. Já fomos algumas vezes ao governo civil, com o fim de solucionar-se o conflito a bem do público, mas recebemos destas duas últimas vezes, a intimação para que não voltássemos lá, quando não... já sabemos o fim que nos espera. Que desgraça! Que horror! Querem os patrões de padaria que nós nos calemos com o seu inqualificável abuso de porem o pão tipo único e que noutros tempos nos saía a \$01 ao preço de \$10. Isto é roubar. Mas como nós lhe temos posto entaves, conseguiram das autoridades que não

³⁴² Cf. s/a, «Braga, 12: a União Local. Moeda falsa. Nas barbas da autoridade. Os operários da Palha & Palhas. A vida cara e difícil», *A Batalha*, 18 de novembro, 1919: 3.

³⁴³ s/a, «Braga, 4: Sindicato Único das Classes Metalúrgicas», *A Batalha*, 9 de dezembro, 1919: 3.

³⁴⁴ Cf. s/a, «Braga, 12: traficância com o açúcar. A prisão do correspondente de A Batalha», *A Batalha*, 16 de agosto, 1920: 2.

³⁴⁵ Cf. s/a, «Braga, 19: de volta. Escândalos com o açúcar», *A Batalha*, 21 de agosto, 1920: 2.

podéssemos mais entrar no governo civil com comissões e caso teimemos, que nos ponham a ferros. Bonito serviço. Assim é que é beneficiar o público, o povo que tem fome³⁴⁶.

Este «povo que tem fome» continuaria, de facto, a sofrer desse mal, pois os preços dos géneros aumentavam constantemente. Por exemplo, em setembro do mesmo ano, o milho custava cinco escudos e o azeite custava quatro³⁴⁷. Ainda sobre os preços dos géneros, em março de 1924 o correspondente d' *A Batalha* descrevia que

em Braga sente-se a carestia dos géneros de primeira necessidade, mais que em parte alguma. Chegou-se ao cúmulo de pedir por um quilo de pão de milho a módica quantia de 1\$50. Convém notar que a maior parte das vezes o pão é húmido e a farinha da mais reles. O pão de trigo, na última reclamação que os manipuladores de pão fizeram, ficou assente que cada um levaria 60 gramas de farinha flor. Qual o nosso espanto na última semana ao verificarmos, que esses pães, tinham de menos 30 gramas. A farinha é mais parecida com gesso, de que com farinha, custando cada pão 20 centavos. As batatas custam um quilo, dois escudos e trinta centavos. No entanto os operários continuam olhando com indiferentismo criminosos, para todas as roubalheiras³⁴⁸.

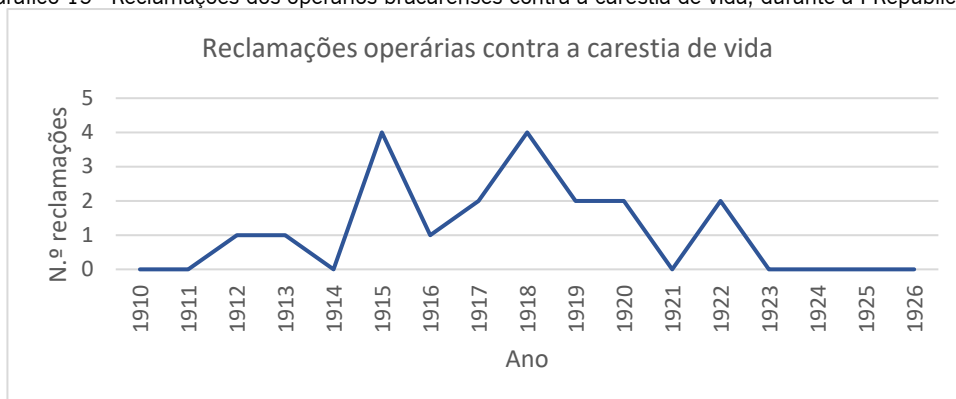
De facto, para além dos comícios do 1.º de Maio, não foram encontradas referências sobre manifestações operárias contra este problema depois de agosto de 1922, quando a USO organizou a greve contra a crise de subsistências e carestia de vida, como mostra o gráfico seguinte.

³⁴⁶ s/a, «Braga, 30: a ganância dos industriais de padarias. Os presos passam fome. Várias notícias», *A Batalha*, 10 de outubro, 1920: 2.

³⁴⁷ Cf. *id.*, *ibid.*

³⁴⁸ s/a, «Em Braga: o povo a saque. A falperra na terra da Falperra...», *A Batalha*, 18 de março, 1924: 3.

Gráfico 15 - Reclamações dos operários bracarenses contra a carestia de vida, durante a I República



Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Não poderemos considerar que os operários eram indiferentes a esta questão, sendo que provavelmente sabiam que as suas iniciativas seriam ineficazes para obstar à crise de subsistências e carestia de vida e, como já referimos, gastavam as suas energias a tentar obter aumento salarial, quer através das reclamações, quer através das greves.

Capítulo 6. O 1.º de Maio: comemoração ou reivindicação?

O 1.º de Maio é a data mais significativa e celebrada do movimento operário, evocando as suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. A efeméride recorda os milhares de trabalhadores de Chicago que, no dia 1 de maio de 1886, declararam-se em greve pela redução do horário de trabalho, tendo a polícia ferido e matado dezenas de operários. Quatro dias depois, os operários tornaram a reivindicar a redução do horário, sendo que a polícia, mais uma vez, reprimiu o movimento, prendendo e executando mais trabalhadores. A II Internacional, reunida em 1889, declarou o 1.º de Maio como o Dia do Trabalhador. A partir de 1890, a data passou a ser comemorada em Portugal¹.

Recordando a luta operária, a celebração desta data tinha um carácter reivindicativo, comemorativo e, sobretudo, propagandístico pois, como afirmava César Nogueira, «esboçar as origens, a história e a significação do 1.º de Maio é difundir ideias, expor princípios e enumerar factos históricos, o que equivale a um bom ato de propaganda, que serve para avigorar as consciências já convertidas à causa social e para elucidar os espíritos, que, por diferentes circunstâncias, se encontram alheios ao movimento das ideias»².

Luta, festa e propaganda eram, assim, sinónimos das comemorações desta efeméride. Em 1911, o 1.º de Maio foi organizado em Braga pela AC das Quatro Artes da Construção Civil, que incitou o operariado bracarense a abandonar o trabalho e a juntar-se às comemorações do «dia que o povo trabalhador destina a implantar a sociedade igualitária»³. A celebração contou com uma salva de 21 tiros e a realização de sessões solenes na sede da AC das Quatro Artes da Construção Civil e da AC dos Operários Chapeleiros⁴.

Em 1914, as comemorações ficaram a cargo da AC dos Operários Fabricantes de Calçado⁵. Realizaram-se sessões solenes, foram queimados foguetes e foi feito um cortejo pela

¹ Sobre as origens do 1.º de Maio, veja-se, a título de exemplo, César Nogueira, *O Primeiro de Maio: esboço histórico das suas origens* (Porto: República Social, 1976 [1917]), 11 e ss.. Sobre as comemorações do 1.º de Maio em Portugal, veja-se Fonseca, *O 1.º de maio...*, 19 e ss..

² Nogueira, *O Primeiro de Maio...*, 4.

³ s/a, «1.º de maio: o operariado», *O Radical*, 29 de abril, 1911: 3.

⁴ Cf. s/a, «1.º de maio», *Comércio do Minho*, 2 de maio, 1911: 2.

⁵ Cf. s/a, «1.º de maio», *Ecos do Minho*, 28 de abril, 1914: 3.

cidade, acompanhado de uma banda de música que tocava o hino do 1.º de Maio⁶. Na celebração de 1916, a AC dos Operários Assentadores e Cantoneiros

saiu às 2 horas da tarde, depois de uma sessão solene realizada na sua sede, à rua das Palhotas, dirigindo-se ao cemitério, a prestar homenagem a um seu infeliz colega há dias falecido em consequência de desastre nas obras do edifício das repartições públicas. Foi ali proferido um discurso por um dos propagandistas operários. Depois, acompanhados da banda da oficina de S. José, percorreram diferentes ruas, saudando outras associações operárias e levantando vivas⁷.

As homenagens fúnebres aos operários falecidos tinham, além do tributo, uma intenção propagandística que passava por enaltecer os sofrimentos pelos quais o falecido passou pela causa dos explorados, uma causa justa na qual todos deveriam lutar⁸.

As comemorações desta efeméride não se resumiam apenas a cortejos com música e a sessões solenes. Era costume os prédios estarem engalados com flores, bem como os carros elétricos⁹. Em 1919, o largo de Monte de Arcos foi denominado, simbolicamente, Largo 1.º de Maio, descerrando-se uma placa com o novo nome¹⁰.

Os “convites” para os operários abandonarem o trabalho no 1.º de Maio eram frequentes, sendo comum as fábricas fecharem para os seus trabalhadores se juntarem às manifestações. Mas nem todos os patrões eram tolerantes com o facto de os seus operários abandonarem o trabalho. Em 1916,

o sr. Júlio Silva, encarregado das obras do palacete do sr. João Rego, de Palmeira [Palácio da D. Chica], castigou com suspensão os operários ali empregados por no dia 1º de maio se terem [solidarizado] com os operários seus colegas que comemoravam as festas desse dia, não comparecendo pois ao trabalho, e isto sem prévia autorização superior. Os referidos operários vieram até esta cidade e reuniram na Associação dos Canteiros e Assentadores,

⁶ Cf. s/a, «1.º de maio», *Comércio do Minho*, 2 de maio, 1914: 2.

⁷ s/a, «1.º de maio», *Ecos do Minho*, 2 de maio, 1916: 2.

⁸ Cf. Fonseca, *O 1.º de maio...*, 47-48.

⁹ Cf. s/a, «1.º de maio», *Ecos do Minho*, 2 de maio, 1918: 2.

¹⁰ Cf. s/a, «1.º de maio», *Comércio do Minho*, 4 de maio, 1919: 2.

onde ficou resolvido não ir nenhum dos outros operários substituir os colegas suspensos, tomando-se ainda outras resoluções de [...] interesse da classe¹¹.

Independentemente do tipo de comemoração, os operários precisavam da autorização do Governador Civil para levarem a cabo as manifestações públicas do 1.º de Maio, ou seja, para realizarem o cortejo e os comícios. Desses documentos, só nos restou um, datado de abril de 1914, onde o presidente da AC dos Operários Fabricantes de Calçado, associação organizadora das manifestações desse ano, pedia autorização ao Governador Civil para realizar o cortejo (anexo 18)¹².

Só voltaríamos a ter notícia de outro pedido de autorização em 1922, quando uma comissão de operários pediu ao Governador Civil que concedesse a licença para realizar o comício do 1.º de Maio, licença que foi dada «com as necessárias reservas de respeito pela lei e a manutenção da ordem pública»¹³. Seguramente que, durante toda a I República, terá sido necessária a autorização do Governador Civil para realizar as manifestações públicas do 1.º de Maio, como forma de as autoridades garantirem a manutenção da ordem pública.

Mas o 1.º de Maio, data celebrativa das reivindicações operárias, não era apenas comemoração. Era um dia de luta precisamente porque lembrava os mártires de Chicago, mortos numa greve. Como afirmava o operário anarquista Clemente Vieira dos Santos, «comemoremos o 1.º de maio, mas tiremos-lhe o carácter festivo. Seja um dia de luta, de protesto, de movimento, de solidariedade universal e de vingança, por aqueles que há anos foram chacinados impunemente nos seus postos de combate»¹⁴.

Mais que tudo, o 1.º de Maio era visto como uma data simbólica na qual os operários faziam as suas reivindicações, uma delas sendo a jornada de 8 horas. Efetivamente, em 1911, a AC das Quatro Artes da Construção Civil, juntamente com vários operários e com uma banda de música, dirigiu-se à Câmara Municipal reclamando o horário de trabalho de 8 horas¹⁵. No mesmo sentido, o Centro Operário Socialista, em abril de 1913, reclamou à Câmara que concedesse

¹¹ s/a, «Questão operária», *Ecos do Minho*, 4 de maio, 1916: 2.

¹² Cf. ADB, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, Licenças, «Pedido de licença para que os operários de calçado possam fazer cortejo no 1.º de maio», 30 de abril, 1914.

¹³ s/a, «O 1.º de maio», *Diário do Minho*, 27 de abril, 1922: 2.

¹⁴ Clemente Vieira dos Santos, «A festa do trabalho», *A Aurora*, 28 de abril, 1912: 2.

¹⁵ Cf. s/a, «Reclamação», *Comércio do Minho*, 2 de maio, 1911: 2.

feriado no dia 1 de maio, aproveitando para outorgar a jornada de trabalho de 8 horas¹⁶. Como já vimos no capítulo sobre legislação, os operários bracarenses nunca chegariam a ver essa reivindicação cumprida.

Durante as comemorações do 1.º de Maio de 1914, «foi profusa e livremente distribuído um manifesto de propaganda anarquista»¹⁷ redigido pelo operário bracarense Júlio Cruz. Não temos conhecimento do conteúdo do manifesto, mas muito provavelmente teria um teor reivindicativo.

No ano seguinte, foi novamente distribuído um manifesto aos operários bracarenses, desta vez pelos operários chapeleiros, construtores civis, gráficos, fabricantes de calçado e metalúrgicos, «em que é devidamente comemorado o dia 1.º de maio, consagrado ao Trabalho»¹⁸. As manifestações contaram ainda com um comício, organizado pelos mesmos operários que distribuíram os manifestos¹⁹, onde foi aprovada uma moção contra a carestia de vida e contra a guerra, não havendo informações sobre o conteúdo dessa moção²⁰. Os operários, poucos dias depois, foram entregar ao Governador Civil a moção aprovada no comício, reclamando também providências contra a crise de trabalho²¹. O chefe do distrito prometeu que «ia solicitar do governo a abertura de trabalhos públicos para atenuar a falta de trabalho, e quanto ao açambarcamento do milho declarou que ia providenciar no sentido de não permitir que a sua venda se faça por mais de 670 réis cada 20 litros»²².

As comemorações de 1919 também contaram com um comício público, onde discursaram os operários bracarenses José Duarte Pregueiro e Aurélio Augusto Rodrigues, bem como Francisco Bentes, representante da UON (2.ª secção). O comício terminou com a aprovação do seguinte documento:

1.º Representar a quem compete que por todas as formas procure obstar ao encarecimento da alimentação pública. 2.º Fornecimento ao povo, pelo município, dos géneros de primeira necessidade, para assim evitar a usura dos comerciantes. 3.º Que o município, no mais curto

¹⁶ Cf. s/a, «1.º de maio», *Comércio do Minho*, 10 de abril, 1913: 2.

¹⁷ s/a, «1.º de maio», *Ecos do Minho*, 2 de maio, 1914: 3.

¹⁸ s/a, «O 1.º de maio», *Ecos do Minho*, 1 de maio, 1915: 2.

¹⁹ Cf. s/a, «1.º de maio», *Notícias do Norte*, 25 de abril, 1915: 3.

²⁰ Cf. s/a, «O 1.º de maio», *Ecos do Minho*, 2 de maio, 1915: 2. Esta foi a única referência encontrada sobre protestos dos operários bracarenses contra a I Guerra.

²¹ Cf. s/a, «Reclamação dos operários», *Comércio do Minho*, 6 de maio, 1915: 2.

²² s/a, «Os operários e o magistrado do distrito», *Ecos do Minho*, 5 de maio, 1915: 3.

prazo de tempo, termine com o primeiro grupo de casas baratas para operários. 4.º Que o dito município procure estabelecer pelo menos dois balneários um em cada bairro da cidade, gratuitos para a população²³.

No comício do 1.º de Maio de 1925, a reclamação voltou a ser a mesma: embaratecimento dos géneros de primeira necessidade²⁴. A crise económica era um dos assuntos recorrentes destas celebrações: em 1926, Tavares Adão, delegado da CGT, discursou em Braga sobre o tema, culpando o sistema económico capitalista pela crise (ver anexo 19):

Referindo-se com grande soma de argumentos à crise económica que presentemente atravessa muito especialmente o povo português, afirma que este fenómeno é consequência da incapacidade da burguesia na direção da gestão económica da sociedade, e da sua total ignorância pelos fenómenos sociais, circunstância esta que nos deve alegrar um pouco porque nos denuncia claramente o baquear do seu reinado de crimes e de opressão. Pressagia para breve uma profunda remodelação no sistema económico, social e político da sociedade²⁵.

A crise económica era considerada como a derrocada do sistema capitalista, pelo que os operários acreditavam que a revolução social seria realizada num breve período de tempo mas, como já referimos, o operariado não estava suficientemente organizado para levar a cabo uma ação deste tipo.

A solidariedade e o protesto contra as arbitrariedades da República eram igualmente temas comuns dos discursos do 1.º de Maio: nas comemorações de 1920, foi realizada na sede da USO uma sessão solene, onde foi aprovada uma moção de protesto contra «as perseguições feitas às organizações operárias e saudando em especial a Confederação Geral do Trabalho e a *Batalha*»²⁶. A sessão solene e o comício do 1.º de Maio de 1924 contaram com a presença de Serafim Lucena, sendo aprovada no comício uma moção de protesto pedindo a libertação dos presos por questões sociais, reclamação que também foi feita noutras localidades do país. Na sessão solene, Lucena discursou sobre

²³ s/a, «O 1.º de maio», *A Batalha*, 6 de maio, 1919: 3.

²⁴ Cf. s/a, «O 1.º de maio», *Diário do Minho*, 3 de maio, 1925: 2.

²⁵ s/a, «Em Braga», *A Batalha*, 6 de maio, 1926: 4.

²⁶ s/a, «Ainda o 1.º de maio», *A Batalha*, 6 de maio, 1920: 1. Itálico no original.

o 1.º de maio e transformação social. Referiu-se o orador à Revolução Francesa, à queda do feudalismo, do que tirou interessantes conclusões e dissertou largamente sobre a missão dos trabalhadores na sociedade futura. Provou como a distribuição e consumo, arredado o parasitismo capitalista se fariam numa forma mais harmoniosa, referiu-se ao depauperamento das finanças dos Estados. Terminou por convidar o povo trabalhador a ingressar nos sindicatos profissionais, instruindo-se e preparando-se para a gerência da sociedade²⁷.

A associação dos operários nas entidades organizativas era um aspeto importante na luta social, como vimos no capítulo sobre a organização operária, sendo natural que os propagandistas que discursavam nos comícios do 1.º de Maio incitassem os operários a aderirem à sua associação de classe ou ao sindicato.

Em resumo, o 1.º de Maio não podia ser dia de festa, simplesmente porque os operários não tinham o que comemorar: «não é dia de júbilo. De esperança, talvez; de alegria, ainda não. Há bastante que andar. [...] Pugnemos pela generalização da greve [revolucionária] e deixemo-nos de festarolas»²⁸.

²⁷ s/a, «O operariado de todo o país comemora o 1.º de maio», *A Batalha*, 6 de maio, 1924: 3.

²⁸ s/a, «No dia 1.º de maio», *A Aurora*, 1 de maio, 1911: 1.

Capítulo 7. As ações políticas dos operários bracarenses

Durante a I República, os operários bracarenses recorreram frequentemente à ação direta, justificada pelo facto de que «ainda que uma qualquer classe viva num estado miserável, ninguém lhe vai levar pela porta dentro os melhoramentos a que tem jus»¹.

Ainda assim, houve momentos em que os operários bracarenses acreditaram que as suas condições de vida e trabalho poderiam melhorar através da sua participação na vida política do regime republicano. Uma das ações políticas de destaque do operariado bracarense foi, em maio de 1911, propor deputados da classe operária pelo círculo de Braga às Constituintes, sendo candidatos os operários Manuel Augusto da Silva Caldas, tipógrafo, Aurélio Augusto Rodrigues, carpinteiro, Joaquim Faria, caixeiro e António de Sousa Machado, chapeleiro².

A lista operária realizou, no dia 14 de maio, um comício em S. João da Ponte para apresentar os seus candidatos e respetivo programa, tendo uma numerosa assistência³. A candidatura era independente, não estando relacionada com o Partido Socialista, o que motivou as críticas de um articulista do jornal local *Pátria Nova*:

a nossa reprovação, no presente caso, é porque achamos de todo o ponto contraproducente semelhante resolução. E os primeiros a concordar connosco hão de ser os próprios operários, quando virem derrubados e por terra os motivos que agora lhe invocaram para lhe captar o seu voto. Todos sabemos, e os operários ainda o sabem melhor, que lhe é, pelo menos por enquanto, completamente impossível concorrer à urna com a força precisa para impor vontade sua. Será triste que assim aconteça, mas a verdade é essa. A classe operária nem está em condições, nem organizada para se emancipar dos outros partidos políticos, e, muito especialmente, de um partido que está no poder⁴.

De facto, como já vimos, o operariado bracarense não estava suficientemente organizado para ter sucesso nesta iniciativa, o que explicava o facto de a lista operária ter sido derrotada nestas eleições⁵.

¹ s/a, «As greves», *A Defesa Operária*, 27 de novembro, 1910: 2.

² Cf. s/a, «As agremiações», *Pátria Nova*, 4 de maio, 1911: 3.

³ Cf. s/a, «Comício operário», *Comércio do Minho*, 16 de maio, 1911: 2.

⁴ s/a, «As classes operárias», *Pátria Nova*, 11 de maio, 1911: 1.

⁵ Cf. s/a, «As eleições em Braga», *Ecos do Minho*, 1 de junho, 1911: 3.

Outra ação política de destaque do operariado bracarense foi a formação de um Centro Operário Socialista, começando em janeiro de 1911 os seus trabalhos de organização⁶. A inauguração do Centro decorreu no dia 27 de outubro de 1912, sendo realizados um comício e um jantar de confraternização. O periódico *Comércio do Minho* descreveu-nos o evento, que contou com a presença de

Manuel José da Silva, deputado socialista, Camilo de Almeida e José da Costa Pereira, todos residentes no Porto, que vieram expressamente para assistir a uma sessão inaugural do Centro Operário Socialista Bracarense. Aqueles propagandistas tiveram uma afetuosa recepção no caminho-de-ferro por parte dos associados de algumas coletividades de Braga. Na sede da cooperativa 'Produtora Bracarense', à rua da Sé [atualmente, rua D. Paio Mendes], organizou-se um cortejo que seguiu pelas ruas de D. Frei Caetano Brandão, Nova de Sousa, do Souto, de S. Marcos e largo de S. João [Avenida da Liberdade]. O cortejo era composto por uma banda de música e pelas associações de classe – Centro Operário Socialista Bracarense, Construtores Cívicos e sua cooperativa, Metalúrgicos, Alfaiates, Marceneiros e Fabricantes de Calçado. O comício efetuou-se ao ar livre, no largo de S. João [...]. Em seguida falou o deputado sr. Manuel José da Silva, que descreveu e exaltou a ideia da fraternidade humana, lembrando que só por meio da instrução e educação se poderá conseguir que o sistema de organização social corresponda ao princípio de que *todos os homens e todos os povos são irmãos*, seja qual for a sua nacionalidade, a sua religião ou a sua raça. Fez apelo aos operários bracarenses para se filiarem no novo grémio social – que muito necessário se torna para pacificar ódios e rancores entre os homens, etc.⁷.

As ações deste Centro estariam relacionadas com a propaganda e com a defesa dos interesses do operariado, se bem que não foram encontradas referências suficientes sobre a sua atividade: ou a imprensa não noticiava as suas iniciativas, ou os próprios operários não estavam interessados no Centro.

Em abril de 1914, o Centro nomeou uma comissão para participar no Congresso Regional Socialista, que se iria realizar em Braga nos dias 14 a 16 de agosto do mesmo ano⁸. Em fevereiro

⁶ Cf. s/a, «Novo centro operário», *Correio do Norte*, 27 de janeiro, 1911: 3.

⁷ s/a, «Inauguração dum centro socialista. Comício. Jantar de confraternização», *Comércio do Minho*, 29 de outubro, 1912: 2. Itálico no original.

⁸ Cf. s/a, «Movimento associativo», *Ecos do Minho*, 29 de abril, 1914: 2.

de 1918, o Centro participou no IV Congresso Socialista, realizado no Porto, tendo como delegados os operários José Francisco Queiroz, Aurélio Augusto Rodrigues e Bento Veloso⁹.

Em julho de 1917, o Centro Operário Socialista resolveu apresentar o chapeleiro José Francisco Queiroz como candidato às eleições suplementares, não sendo encontradas mais notícias sobre esta candidatura¹⁰.

Ainda sobre partidos políticos, foi noticiado, em outubro de 1922, que dois delegados do recém-constituído Partido Comunista viriam a Braga para realizar uma conferência, não sendo encontradas informações sobre se esta conferência chegou a ser feita¹¹.

A participação política dos operários bracarenses na vida política do regime republicano não era frequente, demonstrando a sua tendência anarcossindicalista. Na perspectiva anarquista, teriam de ser os próprios operários a lutarem por melhores condições de vida e de trabalho, não esperando a beneficência dos patrões ou do Governo:

De facto, a questão económico-social nunca pode ser resolvida pela ação dos governos e dos parlamentos de forma a satisfazer todas as aspirações dos deserdados, nem, tão-pouco, as duas classes – governantes e governados – se harmonizarão jamais. E não é preciso ter grande largueza de vistas para reconhecer que nunca governo algum favoreceu as aspirações proletárias sem que a isso fosse levado pela pressão mais ou menos subversiva dos próprios proletários, ou, o que também acontece, porque o governo, como *bom* e matreiro político, soube, para não lhe sofrer as consequências, adaptar-se a essas aspirações, isto é, ainda que com má vontade, soube sancionar a vontade dos trabalhadores¹².

⁹ Cf. s/a, «Delegados», *Comércio do Minho*, 28 de fevereiro, 1918: 2.

¹⁰ Cf. s/a, «Candidatura socialista», *Ecos do Minho*, 8 de julho, 1917: 2.

¹¹ Cf. s/a, «Partido comunista», *Diário do Minho*, 5 de outubro, 1922: 1.

¹² César de Aguiar, «Através dos factos III», *O Sindicalista*, 11 de junho, 1911: 2. Itálico no original.

Capítulo 8. A Revolução Russa e a «caça aos bolchevistas» em Braga

A Revolução Russa, iniciada através das greves e sublevações dos operários contra a falta de géneros, rapidamente se tornou numa manifestação contra o regime autocrático do czar Nicolau II, tendo os revolucionários conseguido modificar o sistema político¹. Pelo seu significado, a Revolução Russa representou uma esperança para o movimento operário internacional, principalmente por ter derrubado um regime considerado despótico:

A luta de classes sociais está latente. Os conflitos económicos causam profundas perturbações, embora esmagados pela força armada, único sustentáculo deste carcomido edifício social. Já não se pode negar a indomável indisciplina dos usurpados, os produtores, que se revoltam com frequência contra o regime do salário, essa iniquidade social. As greves, os motins, os assaltos que vemos dia-a-dia, são a fermentação revolucionária dum vulcão inflamável e destruidor, que, rebentando a crosta que ainda detém as lavas incandescentes, destruirá, exterminará toda a ordem de coisas atual, geradora das maiores injustiças humanas².

Apesar de o número das lutas operárias ter aumentado no período após a Revolução Russa, tanto a nível nacional como em Braga, não podemos considerar esse aumento como uma consequência direta da Revolução: era a *questão económica* que determinava estas movimentações, como já verificámos, e não somente uma questão ideológica (ver gráficos 4 e 11).

A crise que a I Guerra gerou, como a carestia de vida e a falta de géneros, levou a um agravamento e aumento das reivindicações operárias que, de acordo com José Pacheco Pereira, teve dois movimentos relacionados: «o primeiro, caracterizado pelo protesto contra as condições de vida criadas pela guerra, contra o militarismo e a repressão política, contra a própria guerra em si; o segundo, desenvolvimento do primeiro, caracterizado pela colocação em causa do sistema capitalista e pela luta aberta pela ditadura do proletariado»³.

¹ Sobre o processo revolucionário, veja-se, a título de exemplo, Harold Shukman, *A revolução russa* (Lisboa: Temas e Debates, 2000), 39-54.

² José Silva Oliveira, «A caminho da revolução social», *A Aurora*, 12 de agosto, 1917: 2.

³ José Pacheco Pereira, *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917* (Porto: Portucalense Editora, 1971), 16.

Os movimentos grevistas de 1917-18 em Portugal são movimentos do primeiro tipo, não estando, portanto, diretamente relacionados com a Revolução Russa. A Revolução poderia, talvez, ter tido alguma influência nestas movimentações, na medida em que os operários poderiam ter esperança numa alteração política e social, mas não há dados que o comprovem. A influência da Revolução Russa em Portugal deu-se, sobretudo, a nível ideológico, provocando a cisão do movimento operário, que separou os anarcossindicalistas dos comunistas⁴.

Sobre a influência da Revolução no operariado bracarense, não foi encontrada qualquer documentação, tendo sido apenas noticiadas n' *A Batalha* informações sobre a repressão que se fazia aos operários por causa desse acontecimento. Em agosto de 1919, um operário bracarense foi preso, acusado de ser bolchevista e incitador das greves que então o operariado realizava⁵. O correspondente d' *A Batalha* participava que

continuum nos calabouços da polícia desta terra o marceneiro Manuel Martins, alcunhado de bolchevista por esse inclito Custódio das Dores, ex-ferreiro nesta cidade, onde deixou, segundo nos informam, o seu nome bem gravado numa das oficinas daqui, o atual polícia de segurança do Estado Custódio das Dores, o polícia que a soldo dos fomentadores da fome e da desgraça das classes humildes, veio ao norte do país fazer o seu *film*, a sua *fita cómica*, prendendo criaturas como bolchevistas, como perigosos para a sociedade, quando é certo que se o ferreiro-polícia soubesse o que é bolchevismo carraria de vergonha do mister que hoje adota, para melhor e mais regaladamente levar a vida⁶.

O operário Manuel Martins ficou preso durante 32 dias, sem nenhuma outra acusação que não fosse a de ser bolchevista⁷. Esta «caça aos bolchevistas» também era praticada pelos padres, que durante as missas inspiravam o ódio aos comunistas, descrevendo-nos o correspondente d' *A Batalha* que

na minha querida Bracara, centro de cavaqueira beatífico, discute-se muito e inconscientemente o bolchevismo. Certas criaturas há que chamam aos bolchevistas,

⁴ Cf. Pereira, *Questões sobre o movimento operário...*, 22 e ss..

⁵ Cf. s/a, «Braga, 7: ainda a caça aos bolchevistas», *A Batalha*, 9 de setembro, 1919: 4.

⁶ s/a, «Braga, 8: ainda as proezas de Custódio das Dores», *A Batalha*, 11 de setembro, 1919: 4. Itálicos no original. Custódio das Dores, nascido em Braga em 1886, alistou-se na polícia aos 32 anos, em 1918, distinguindo-se pela perseverança das suas investigações, cf. s/a, «Ainda o Inspetor Varatojo», *Polícia, O Passado e o Presente*, <http://mvhorta.blogspot.pt/2009/06/ainda-o-inspetor-varatojo.html>, 9 de junho, 2009.

⁷ Cf. s/a, «Braga, 18: o bolchevista Manuel Martins», *A Batalha*, 20 de setembro, 1919: 3.

homens perigosos e nocivos à sociedade, mas à sociedade deles, porque só a ela é que os tais perigosos bolchevistas podem fazer mal. Padres há que nas suas freguesias nos fazem acusações terríveis na ocasião em que leem a homilia, à hora da missa conventual, acusando-nos de prepotências revoltantes, isto com o único fim de incutir no espírito deste povo que os escuta o ódio contra a organização operária. Se esses mastigadores de latim fossem à Rússia, verificariam que as prepotências que lá se cometem são da autoria dos exércitos aliados e não do exército vermelho. Bem sabemos nós porque aos ‘padrecos’ não convém o progresso das ideias novas. É que, desaparecido o analfabetismo, terminou o reinado da padralhada e quem quiser comer tem de trabalhar⁸.

Segundo César Oliveira, uma das formas mais eficazes de propaganda anticomunista, para além da “desinformação” sobre a Revolução Russa publicada na imprensa generalista⁹, eram precisamente as homilias, tendo como objetivo «a criação de uma mentalidade coletiva que permitisse o repúdio das organizações revolucionárias»¹⁰, ou seja, das organizações operárias.

A própria imprensa bracarense não fugia à regra desta propaganda anticomunista, difundindo boatos sobre as medidas políticas dos bolcheviques, como a nacionalização da mulher, que passaria a ser propriedade do Estado, e ainda chegou a sugerir um programa de repressão ao bolchevismo (ver anexo 20).

É certo que a Revolução Russa exerceu alguma influência no operariado bracarense, que não era alheio aos acontecimentos internacionais, como já verificámos, mas não foram encontradas referências suficientes sobre o assunto.

⁸ s/a, «Braga, 22: os bolchevistas são homens perigosos. O congresso operário», *A Batalha*, 25 de setembro, 1919: 3.

⁹ A propósito da “desinformação” sobre a Revolução Russa efetuada pela imprensa generalista portuguesa, veja-se José Manuel Lopes Cordeiro, «A receção da Revolução de Outubro em Portugal», em *A Revolução Russa: 100 anos depois*, AAVV (Lisboa: Edições Parsifal, 2017), 111-125; Pedro Soares Ferreira, *Entre o terror e a esperança: a Revolução Russa na sociedade portuguesa (1917-1921)* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011), 47-68.

¹⁰ Oliveira, *A revolução russa...*, 129.

Considerações finais

Como nota final, importa salientar alguns aspetos importantes como conclusão deste estudo. O primeiro aspeto está relacionado com a implementação, em outubro de 1910, de um novo regime político. A implantação da República, apesar das suas promessas, não veio melhorar substancialmente as condições de vida dos operários: a mudança apenas se verificou no regime político, tendo os conflitos sociais existentes na monarquia constitucional continuado a existir na República. Se é verdade que foi durante a República que foi promulgada legislação tendente a melhorar as condições de trabalho dos operários, reconhecendo-lhes alguns direitos laborais fundamentais, como o horário de 8 horas, não é menos verdade que essa legislação raramente se cumpriu, quer por falta de meios de fiscalização, quer por falta de vontade política. A repressão ao movimento operário, feita através da censura aos seus jornais, bem como através da prisão arbitrária e deportação dos seus militantes, também foi uma característica da República.

Contudo, não afirmamos que a República foi uma inimiga declarada do movimento operário, até porque as suas relações eram muito mais complexas do que a dualidade apoiante-inimiga, tendo mesmo os operários defendido a República em situações críticas como, por exemplo, no período da monarquia do Norte. Apesar de termos tratado, neste estudo, o movimento operário bracarense durante a I República, a escassez de informações não nos permitiu analisar com detalhe as relações entre o operariado de Braga e a República.

O segundo aspeto está relacionado com a luta operária. Eram os próprios operários que teriam que lutar para ver melhorada a sua situação, usando a tática da ação direta, isto é, sem a interferência de estranhos à classe e sem esperar favores do patronato ou do Governo. A organização operária, mais concretamente as associações de classe e os sindicatos, como meio de resistência contra o patronato, constituíam um dos principais instrumentos de luta do operariado. As lutas dos operários bracarenses eram, na sua maioria, motivadas pela *questão económica*, ou seja, pela reclamação de aumento salarial, prova das suas más condições de vida. Este facto, todavia, não impedia os operários de lutar de uma forma abertamente política, e as reivindicações e greves por solidariedade assim o comprovavam. Mas não era apenas a *questão económica* que movimentava o operariado bracarense: a solidariedade, a recreação, a educação, a cultura e a propaganda eram questões que também interessavam aos operários, revelando que a *questão moral* era necessária para o desenvolvimento da sua consciência de classe.

O terceiro aspeto está relacionado com a ideologia dos operários bracarenses. Perceber qual foi a ideologia que motivava e/ou definia as ações do operariado de Braga sem fontes documentais como manifestos, atas de reuniões, ou moções de protesto, entre outras, torna-se difícil, restando-nos as inferências a partir da pouca documentação que se encontra disponível. Podemos afirmar, contudo, que se notava uma tendência anarcossindicalista nos métodos dos operários bracarenses, principalmente na sua tática de ação direta, sendo também indicadora dessa tendência a pouca participação nas disposições políticas governamentais por parte das classes trabalhadoras de Braga.

Em conclusão, a luta dos operários era constante, não só em Braga como no resto do país, prova das suas más condições de trabalho e de vida e de uma certa consciência política que foram adquirindo. Mas, em virtude da crise económica, as lutas dos operários apenas melhoravam provisoriamente a sua situação, pelo que estes consideravam a revolução social como a única solução possível, um sonho operário que, nesta época, nunca chegou a acontecer em Portugal.

Fontes e bibliografia

Fontes

Arquivo Distrital de Braga (ADB), Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo

- Edital, «Faz saber a classe operária e população que não devem perturbar a ordem pública», [3 de julho, 1917].

- Licenças, «Pedido de licença para que os operários de calçado possam fazer cortejo no 1.º de maio», 30 de abril, 1914.

Bibliografia

Publicações periódicas

a) Imprensa operária

Agitador (O), Lisboa, 1911.

Aurora (A), Porto, 1910-1920.

Batalha (A), Lisboa, 1919-1926.

Comuna (A), Porto, 1921-1926.

Defesa Operária (A), Porto, 1910-1914.

Germinal, Lisboa, 1916-1917.

Grito do Povo (O), Porto, 1910-1913.

Internacional (A), Lisboa, 1923-1926.

Luta Social, Porto [e Braga], 1917.

Luz do Operário (A), Vila Nova de Gaia, 1910-1917.

República Social, 1919-1926.

Sindicalista (O), Lisboa, 1910-1916.

Trabalho (O), Setúbal, 1917-1918.

b) Imprensa bracarense

Comércio do Minho, Braga, 1910-1922.

Correio do Minho, Braga, 1926.

Correio do Norte, Braga, 1911.

Diário do Minho, Braga, 1922-1926.

Distrito de Braga, Braga, 1922.

Ecos do Minho, Braga, 1911-1919.

Evolução Republicana (A), Braga, 1914.

Gazeta de Braga, Braga, 1916-1917.

Imparcial, Braga, 1912-1915.

Liberal (O), Braga, 1919.

Lusitano (O), Braga, 1920-1926.

Norte (O), Braga, 1918.

Notícias do Norte, Braga, 1911-1915 e 1919-1921.

Opinião (A), Braga, 1919.

Pátria Nova, Braga, 1910-1911.

Radical (O), Braga, 1910-1911.

Publicações oficiais

Boletim do Trabalho Industrial, n.º 116. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926.

Censo da população de Portugal no 1.º de dezembro de 1911, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916.

Censo da população de Portugal: dezembro de 1930, vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

Diário do Governo, I série, Lisboa, 1910-1924.

Artigos e monografias

Carvalho, David de. *Os sindicatos operários e a República burguesa (1910-1926)*. Lisboa: Seara Nova, 1977.

Carvalho, David Luna de. *Os levantes da República (1910-1917): resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1.ª República Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2011.

Cordeiro, José Manuel Lopes. «As matérias fraturantes. A resistência». Em *Braga: roteiros republicanos*, org. José Viriato Capela e Henrique Barreto Nunes, 88-96. Porto: QuidNovi, 2010.

Cordeiro, José Manuel Lopes. «A receção da Revolução de Outubro em Portugal (1917-1920)». Em *A Revolução Russa: 100 anos depois*, AAVV, 111-125. Lisboa: Edições Parsifal, 2017.

Costa, Ramiro da. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*, vol. 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 1979.

Ferreira, Pedro Soares. *Entre o terror e a esperança: a Revolução Russa na sociedade portuguesa (1917-1921)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

Fonseca, Carlos da. *O 1.º de maio em Portugal, 1890-1990: crónica de um século*. Lisboa: Antígona, 1990.

Fonseca, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, vol. 1, Cronologia*. Lisboa: Europa-América, 1979.

Fonseca, Carlos da. *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Lisboa: Antígona, 1988.

Freire, João. *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992.

Freire, João. «A República e o movimento operário». Em *A Primeira República portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*, org. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, 77-89. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

Gonçalves, Eduardo C. Cordeiro. «Mutualismo ou tentativa de sindicalismo católico? A propósito do movimento dos círculos católicos de operários (1898-1910)». *Revista da Faculdade de Letras*, III série, vol. 8 (2007): 261-272.

Matias, Maria Goretti. «Imprensa operária». Em *Dicionário da República e do republicanismo*, vol. 2, coord. Maria Fernanda Rollo, 396-400. Lisboa: Assembleia da República, 2014.

Mónica, Maria Filomena, e Luís Salgado de Matos. «Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)». *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-69 (1981): 1013-1078.

Nogueira, César. *Notas para a história do socialismo em Portugal, vol. 2, 1895-1925*. Lisboa: Portugalia, 1966.

Nogueira, César. *O Primeiro de Maio: esboço histórico das suas origens*. Porto: República Social, 1976 [1917].

Oliveira, César. *A criação da União Operária Nacional: problemas e alternativas do congresso operário de Tomar de 1914*. Porto: Afrontamento, 1973.

Oliveira, César. *O operariado e a Primeira República (1910–1924)*. Lisboa: Alfa, 1990.

Oliveira, César. *O operariado e a República Democrática (1910-1914)*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

Oliveira, César. *A revolução russa na imprensa operária portuguesa da época*. Lisboa: Diabril, 1976.

Oliveira Marques, A. H., e Luís Nuno Rodrigues. «A sociedade e as instituições sociais». Em *Nova História de Portugal, vol. XI, Portugal – da Monarquia para a República*, coord. A. H. Oliveira Marques, 187-239. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

Pereira, Joana Dias. *Sindicalismo revolucionário: história de uma idéia*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

Pereira, José Pacheco. «Bibliografia sobre o movimento operário português desde a origem até 25 de abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980)». *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-69 (1981): 989-1011.

Pereira, José Pacheco. *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de novembro de 1918*. [Porto]: Portucalense Editora, 1971.

Pereira, José Pacheco. *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*. Porto: Portucalense Editora, 1971.

Pereira, Miriam Halpern. *Do estado liberal ao estado-providência: um século em Portugal*. Bauru: Edusc, 2012.

Reis, Jaime. «A “Lei da Fome”: as origens do protecionismo cerealífero (1889-1914)». *Análise Social*, vol. XV, n.º 60 (1979): 745-793.

Rodrigues, Edgar. *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1977

Sá, Victor de. *Formação do movimento operário português*. Coimbra: Centelha, 1978.

Sá, Victor de. «Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa». *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-69 (1981): 839-860.

Sá, Victor de. *Roteiro da imprensa operária e sindical (1836-1986)*. Lisboa: Caminho, 1991.

Shukman, Harold. *A revolução russa*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

Silva, José. *Memórias de um operário*, vol. 1. Vila Nova de Famalicão: Livraria Júlio Brandão, 1971.

Simões, Dulce. «O teatro operário em Almada (1877-1947): sociabilidades e consciencialização política». Comunicação apresentada no II Congresso Internacional de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, 7-8 de abril, 2015.

Sousa, Amadeu José Campos de. *Braga do entardecer da Monarquia ao tempo da 1.ª República (1890-1926)*. Braga: Casa do Professor, 2004.

Sousa, Amadeu José Campos de. «Entre monárquicos e republicanos numa “Cidade de Deus”: história política e social de Braga no contexto nacional (1890-1933)». Tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.

Sousa, Manuel Joaquim de. *O sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1972.

Teixeira, Manuel C.. «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940». *Análise Social*, vol. XXVII, nº 115 (1992): 65-89.

Tengarrinha, José. «As greves em Portugal: uma perspetiva histórica do século XVIII a 1920». *Análise Social*, vol. XVII, nº 67-69 (1981): 573-601.

Teodoro, José Miguel de Jesus. «A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)». Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.

Vaz, Maria Máxima. «Reformas sociais da 1.ª República». Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

Vieira, Alexandre. *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

Vieira, Alexandre. *Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal (de 1908 a 1919)*. Lisboa: Edições Base, 1977.

Webgrafia

Freire, João. «Dicionário histórico de militantes sociais, grupos libertários e sindicatos», Movimento Social Crítico e Alternativo, <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto>, 2012.

s/a. «Ainda o Inspetor Varatojo», Polícia, O Passado e o Presente, <http://mvhorta.blogspot.pt/2009/06/ainda-o-inspector-varatojo.html>, 9 de junho, 2009.

Anexos

Anexo 1. Lista das fábricas e oficinas bracarense durante a I República

Fábricas e oficinas bracarenses em 1910

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
S/ informação	Manuel Alves	Malas/artigos de viagem	Calçado/couros	R. dos Chãos, 130-134
Oficina Guttemberg	S/ informação	Tipografia	Gráfico	Av. R. do Castelo, 1-3
S/ informação	Delfim Alves	Tipografia	Gráfico	S/ informação
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Fundição de sinos	Rebelo da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade, 211
Companhia Geral Bracarense	S/ informação	Eletricidade	Energia	S/ informação
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
Tinturaria de todas as cores	S/ informação	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1911

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
S/ informação	Manuel Alves	Malas/artigos de viagem	Calçado/couros	R. dos Chãos, 130-134
Papelaria Universal	Augusto Costa & Matos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho, 36-37
S/ informação	Delfim Alves	Tipografia	Gráfico	S/ informação
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
Fábrica de cutelaria a vapor	S/ informação	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Fundição e serralharia mecânica	João Carlos Correia & C ^a	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. Gabriel Pereira de Castro
Marques & Marques	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio

Fundição de sinos	Rebello da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Avenida da Liberdade, 207
Fundição de sinos	José Francisco Gonçalves	Sinos	Metalurgia	Avenida da Liberdade, 161-163
Companhia Geral Bracarense	S/ informação	Eletricidade	Energia	S/ informação
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R. do Souto, 99-101
Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
Tinturaria de todas as cores	S/ informação	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarense em 1912

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
Papelaria Universal	Augusto Costa & Matos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho, 36-37
Tipografia dos "Ecos do Minho"	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Gonçalo Pereira, 87-91
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
Fábrica de cutelaria a vapor	S/ informação	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Marques & Marques	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Fundição de sinos	José Francisco Gonçalves	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 161-163
Fundição de sinos	Rebello da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade, 207
Tanoaria Valença	S/ informação	Tanoaria	Outros	R. Andrade Corvo
Companhia Geral Bracarense	S/ informação	Eletricidade	Energia	S/ informação
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R. do Souto, 99-101
Companhia Fabril do Cávado	S/ informação	Têxteis	Têxtil	S/ informação

Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
S/ informação	Teresa de Jesus Gomes & irmã	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1913

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
S/ informação	Francisco Fernandes Machado	Artigos de viagem	Calçado/couros	R. S. Marcos, 29-31
Imprensa Henriquina a vapor	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Souto
Papelaria Universal	Augusto Costa & Matos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho, 36-37
Tipografia dos "Ecos do Minho"	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Gonçalo Pereira, 87-91
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
S/ informação	Manuel Lourenço de Araújo Braga	Carpintaria	Madeiras/mobiliário	R. D. Frei Caetano Brandão
Fábrica de cutelaria a vapor	S/ informação	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Marques & Marques	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Casa higiénica	Luís Martins Ferreira	Pichelaria	Metalurgia	Praça Alexandre Herculano, 35-38
Fábrica de fundição de sinos	José Francisco Gonçalves	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade, 161-163
Fundição de sinos	Rebello da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade, 207
Companhia Geral Bracarense de Iluminação a Gás	S/ informação	Eletricidade	Energia	S/ informação
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R. do Souto, 99-101

Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
Tinturaria de todas as cores	Teresa de Jesus Gomes & irmã	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1914

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
S/ informação	Manuel Rodrigues Barbosa	Construção	Construção	R. S. Vicente, 45
Casa do Globo	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 121-123
Imprensa Henriquina a vapor	Ribeiro Braga e sucessores	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 84-86
Papelaria Universal	Augusto Costa & Matos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho, 36-37
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Marques & Marques	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
S/ informação	Joaquim Costa	Niquelagem	Metalurgia	Av. da Liberdade, 164
S/ informação	Francisco José Gonçalves	Pichelaria	Metalurgia	R. Conselheiro Januário, 9-11
Fundição de sinos	José Francisco Gonçalves	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 161-163
Fundição de sinos	Rebello da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade, 207
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
S/ informação	Manuel Marques Monteiro	Luvaria	Têxtil	Av. da Liberdade, 1-3
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R. do Souto, 99-101
Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
Tinturaria de todas as cores	Teresa de Jesus Gomes & irmã	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1915

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
S/ informação	Paula do Nascimento	Calçado	Calçado/couros	R. Gabriel Pereira de Castro
Sapataria Universal de Palha & Palhas	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	R. dos Capelistas
S/ informação	Laura Pereira & irmãs	Cartonagem	Papel	Pç. Conde de Agrolongo, 45
Chapelaria Artística	V ^a Lourenço Rodrigues Pacheco	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica Social Bracarense	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. Nova de Sta. Cruz
Taxa, Faria e Mathias. Fábrica de chapéus e calçado.	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. D. Pedro V
S/ informação	António Lima da Costa Sotto Maior	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	Custódio Lopes de Freitas	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	José Ferreira da Costa	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
Fábrica de cutelaria de Antunes Guimarães & irmãos	Antunes Guimarães & irmãos	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Costa, Esteves & Abreu	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. Gabriel Pereira de Castro
Marques & Marques	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Pç. Conde de Agrolongo
Virgínia	José Pereira de Sousa Júnior	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. S. Marcos
S/ informação	Manuel Marques Monteiro	Luvaria	Têxtil	Av. da Liberdade
S/ informação	Luís José Lopes	Moagens	Alimentação	Largo S. João da Ponte
S/ informação	Joaquim Costa	Niquelagem	Metalurgia	Av da Liberdade, 164
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R. do Souto, 99-101

Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
S/ informação	J. M. Martins & Filho	Perfumaria/sabonetes	Química	R. D. Afonso Henriques
Macedo & C ^a	S/ informação	Refinaria de açúcar	Alimentação	Avenida da Liberdade, 33
Fábrica de Fundição de Sinos	José Francisco Gonçalves & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade, 161
Rebello & C ^a	S/ informação	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade
S/ informação	José da Silva Pereira de Vasconcellos	Têxtil	Têxtil	R. do Souto, 102
S/ informação	José Dias Soares	Têxtil	Têxtil	Merlim (S. Paio)
S/ informação	José Joaquim de Oliveira	Têxtil	Têxtil	R. do Souto, 105
S/ informação	Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos	Têxtil	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 178
S/ informação	Miguel da Silva Pereira de Vasconcellos	Têxtil	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 177
Tinturaria de todas as cores	S/ informação	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151
Casa do Globo	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R do Souto, 121- 123
Imprensa Henriquina a vapor	Ribeiro Braga e sucessores	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 84- 86
Tipografia Bracarense	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35- 37
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
Tipografia Universal	Augusto Costa & Mattos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho
S/ informação	António Fernandes Lopes Cabanella	Velas	Outros	R. D. Diogo de Sousa, 36
S/ informação	José António da Silva & Filho	Velas	Outros	R. S. Vicente, 23
S/ informação	José M ^a Esteves de Araújo & C ^a	Velas	Outros	R. D. Diogo de Sousa, 28

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional; s/a, *Almanaque de Braga e seu distrito* (Braga: Empresa de A Opinião, 1915).

Fábricas e oficinas bracarenses em 1916

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
A Bracarense	José Fernandes Duarte	Calçado	Calçado/couros	R. S. Marcos, 30-32
Sapataria Universal de Palha & Palhas	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	R. dos Capelistas
S/ informação	Laura Pereira & irmãs	Cartonagem	Papel	S/ informação
Chapelaria Chic	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	Pç da República
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica Social Bracarense	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. Nova de Sta. Cruz
Taxa, Faria e Mathias. Fábrica de chapéus e calçado.	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. D. Pedro V
S/ informação	António Lima da Costa Sotto Maior	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	Custódio Lopes de Freitas	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	José Ferreira da Costa	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
Fábrica de Cutelaria	Antunes Guimarães & irmãos	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques
S/ informação	Louis Masker & C ^a	Eletricidade	Energia	R. dos Capelistas, 43
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Virgínia	José Pereira de Sousa Júnior	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. S. Marcos
S/ informação	Manuel Marques Monteiro	Luvaria	Têxtil	Av. da Liberdade
S/ informação	Luís José Lopes	Moagens	Alimentação	Largo S. João da Ponte
S/ informação	Joaquim da Costa	Niquelagem	Metalurgia	Av. da Liberdade, 164
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R do Souto, 99-101

Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
S/ informação	J. M. Martins & Filho	Perfumaria/sabonetes	Química	R. D. Afonso Henriques
Fábrica de fundição de sinos	Francisco Gonçalves & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade, 161
Fundição de sinos	Rebello da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade, 207
Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
Casa Confiança	Augusto Veloso	Têxtil	Têxtil	Largo Barão S. Martinho
Companhia Fabril do Cávado	S/ informação	Têxtil	Têxtil	Merelim (S. Paio)
S/ informação	Francisco Silva	Têxtil	Têxtil	R. Santo António
S/ informação	Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos	Têxtil	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 178
Tinturaria de todas as cores	S/ informação	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147- 151
Casa do Globo	Raul Guimarães & com.ta	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 121-123
Imprensa Henriquina a vapor	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 84-86
Tipografia Bracarense	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35-37
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
Tipografia Sousa Cruz	S/ informação	Tipografia	Gráfico	S/ informação
Tipografia Universal	Augusto Costa & Mattos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho
Fábrica de gás	S/ informação	Gás	Energia	S/ informação

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1917

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
S/ informação	Luis José Lopes	Moagens	Alimentação	Largo S. João da Ponte
A Bracarense	José Fernandes Duarte	Calçado	Calçado/couros	R. S. Marcos, 30-32
Sapataria Universal de Palha & Palhas	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	S/ informação
S/ informação	António Lima da Costa Sotto Maior	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	Custódio Lopes de Freitas	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	José Ferreira da Costa	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
Casa do Globo	Raul Guimarães & com.ta	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 121-123
Imprensa Henriquina a vapor	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 84-86
Tipografia Bracarense	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35-37
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
Tipografia Universal	Augusto Costa & Mattos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho
Fábrica de Cutelaria	Antunes Guimarães & irmãos	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Virgínia	José Pereira de Sousa Júnior	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. S. Marcos
S/ informação	Joaquim da Costa	Niquelagem	Metalurgia	Av. Da liberdade, 164
Fábrica de Fundição de Sinos	José Francisco Gonçalves & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade, 161
Fábrica de Sinos	Rebelo da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av. da Liberdade, 207
S/ informação	Laura Pereira & irmãs	Cartonagem	Papel	S/ informação
Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
S/ informação	J. M. Martins & Filho	Perfumaria/sabonetes	Química	R. D. Afonso Henriques
Tinturaria de todas as cores	S/ informação	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151

Chapelaria Chic	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	Pç da República
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica Social Bracarense	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. Nova de Sta. Cruz
Taxa, Faria e Mathias. Fábrica de chapéus e calçado.	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. D. Pedro V
S/ informação	Manuel Marques Monteiro	Luvaria	Têxtil	Av. da Liberdade
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R do Souto, 99-101
Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
Casa Confiança	Augusto Veloso	Têxtil	Têxtil	Largo do Barão S. Martinho, 34
S/ informação	Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos	Têxtil	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 178

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1918

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
A Bracarense	José Fernandes Duarte	Calçado	Calçado/couros	R. S. Marcos
Sapataria Universal de Palha & Palhas	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	R. dos Capelistas
S/ informação	Laura Pereira & irmãs	Cartonagem	Papel	S/ informação
Chapelaria Chic	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	Pç da República
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20

Fábrica Social Bracarense	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. Nova de Sta. Cruz
Taxa, Faria e Mathias. Fábrica de chapéus e calçado.	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. D. Pedro V
S/ informação	António Lima da Costa Sotto Maior	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	Custódio Lopes de Freitas	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	José Ferreira da Costa	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
Fábrica de Cutelaria	Antunes Guimarães & irmãos	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Virgínia	José Pereira de Sousa Júnior	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. S. Marcos
S/ informação	Manuel Marques Monteiro	Luvária	Têxtil	Av. da Liberdade
S/ informação	Luís José Lopes	Moagens	Alimentação	Largo S. João da Ponte
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R do Souto, 99-101
Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
S/ informação	J. M. Martins & Filho	Perfumaria/sabonetes	Química	R. D. Afonso Henriques
Fábrica de fundição de sinos	José Francisco Gonçalves	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 161-163
Fábrica de Sinos	Rebello da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 207
Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	R. do Souto, 105
S/ informação	Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos	Têxteis	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 178
Tinturaria de todas as cores	S/ informação	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151
Casa do Globo	Raul Guimarães & C ^a	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 121-123
Imprensa Henriquina a vapor	Ribeiro Braga, sucessores	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 84-86
Tipografia Bracarense	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35-37

Tipografia dos Ecos do Minho	S/ informação	Tipografia	Gráfico	S/ informação
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
Tipografia Universal	Augusto Costa & Mattos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho
Fábrica e depósito de velas de cera	José Maria Esteves de Aguiar & C ^a	Velas	Outros	R. D. Diogo de Sousa, 24-30
Fábrica de gelo	S/ informação	Outros	Outros	S/ informação

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1919

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
A Bracarense	José Fernandes Duarte	Calçado	Calçado/couros	R. S. Marcos, 30-32
Sapataria Universal de Palha & Palhas	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	R. dos Capelistas
S/ informação	Laura Pereira & irmãos	Cartonagem	Papel	S/ informação
Chapelaria Chic	Eduardo R. Pacheco	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 28-27
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica Social Bracarense	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. Nova de Sta. Cruz
Taxa, Faria e Mathias. Fábrica de chapéus e calçado.	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. D. Pedro V
S/ informação	António Lima da Costa Sotto Maior	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	Custódio Lopes de Freitas	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	José Ferreira da Costa	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
Fábrica de Cutelaria	Antunes Guimarães & irmãos	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques

A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Virgínia	José Pereira de Sousa Júnior	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. S. Marcos
S/ informação	Manuel Marques Monteiro	Luvaria	Têxtil	Av. da Liberdade
Luís José Lopes	Luís José Lopes	Moagens	Alimentação	Largo S. João da Ponte
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R do Souto, 99-101
S/ informação	J. M. Martins & Filho	Perfumaria/sabonetes	Química	R. D. Afonso Henriques
Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
Fábrica de Fundição de Sinos	José Francisco Gonçalves & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 161-163
Fábrica de fundição de sinos	Rebello da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 207
Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
S/ informação	Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos	Têxtil	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 178
Tinturaria de todas as cores	S/ informação	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151
Casa do Globo	Raul Guimarães & com.ta	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 121-123
Imprensa Bracarense	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35
Tipografia Bracarense	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35-37
Tipografia dos Ecos do Minho	S/ informação	Tipografia	Gráfico	S/ informação
Tipografia Liberdade	S/ informação	Tipografia	Gráfico	Largo Conselheiro Torres e Almeida, 17-1 ^o
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
Tipografia Universal	Augusto Costa & Mattos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho
Fábrica e depósito de velas de cera	José Maria Esteves de Aguiar & C ^a	Velas	Outros	R. D. Diogo de Sousa, 24-30

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1920

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
S/ informação	Luis José Lopes	Moagens	Alimentação	Largo S. João da Ponte
A Bracarense	José Fernandes Duarte	Calçado	Calçado/couros	R. S. Marcos, 30-36
Sapataria Universal de Palha & Palhas	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	R. dos Capelistas
Sapataria Ferraz	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	S/ informação
Sapataria Industrial Ferraz	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	S/ informação
S/ informação	José Nito	Calçado	Calçado/couros	Av. da Liberdade
Correaria e selaria	Manuel Alves	Correaria	Calçado/couros	Praça Alexandre Herculano
S/ informação	António Lima da Costa Sotto Maior	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	Custódio Lopes de Freitas	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	José Ferreira da Costa	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
Casa do Globo	Raul Guimarães & com.ta	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 121-123
S/ informação	Raul Guimarães & C ^a	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 123
Tipografia Bracarense	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35-37
Tipografia Liberdade	S/ informação	Tipografia	Gráfico	Largo Conselheiro Torres e Almeida, 17-1 ^o
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
Tipografia Universal	Augusto Costa & Mattos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho
Fábrica de Cutelaria	Antunes Guimarães & irmãos	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Virgínia	José Pereira de Sousa Júnior	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. S. Marcos
Fábrica de fundição de sinos	José Francisco Gonçalves	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 161-163

Fábrica de fundição de sinos	Rebelo da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 207
Fábrica e depósito de velas de cera	José Maria Esteves de Aguiar & C ^a	Velas	Outros	R. D. Diogo de Sousa, 24-30
S/ informação	Laura Pereira & irmãs	Cartonagem	Papel	S/ informação
J. M. Martins & Filho	J. M. Martins & Filho	Perfumaria/sabonetes	Química	R. D. Afonso Henriques
Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
Tinturaria de todas as cores	S/ informação	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151
Chapelaria Chic	Eduardo Rodrigues Pacheco	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 26
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica Social Bracarense	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. Nova de Sta. Cruz
Taxa, Faria e Mathias. Fábrica de chapéus e calçado.	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. D. Pedro V
S/ informação	Manuel Marques Monteiro	Luvaria	Têxtil	Av. da Liberdade
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R do Souto, 99-101
Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos	Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos	Têxtil	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 178

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1921

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
A Bracarense	José Fernandes Duarte	Calçado	Calçado/couros	R. S. Marcos, 30-36
Sapataria Universal de Palha & Palhas	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	R. dos Capelistas
Oxidrica Bracarense	A. Peixoto & Moreira	Caldeiras	Metalurgia	Av. Visconde de Nespereira
S/ informação	Francisco da Cunha Ferreira	Caldeiras	Metalurgia	R. S. Vicente
S/ informação	Manuel da Cunha Ferreira & Filho	Caldeiras	Metalurgia	R. Conselheiro Januário, 2-6
S/ informação	Laura Pereira & irmãs	Cartonagem	Papel	S/ informação
Chapelaria Bracarense	José Pereira Braga	Chapelaria	Têxtil	R. S. Vicente, 55-57
Chapelaria Chic	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	Pç da República
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica Social Bracarense	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. Nova de Sta. Cruz
Taxa, Faria e Mathias. Fábrica de chapéus e calçado.	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. D. Pedro V
A União Construtura	Ferreira Capa & Fonseca Lda	Construção civil	Construção	S. João da Ponte
Correaria Ideal do Minho	Lopes, Conceição & C ^a	Correaria	Calçado/couros	R. D. Diogo de Sousa, 92
S/ informação	António Lima da Costa Sotto Maior	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	Custódio Lopes de Freitas	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	José Ferreira da Costa	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
Fábrica de Cutelaria	Antunes Guimarães & irmãos	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques
S/ informação	José Fernandes Cerqueira	Ferragens	Metalurgia	R. D. Pedro V, 88-94

S/ informação	Viúva e filhos de José António Morais	Ferragens	Metalurgia	Avenida da Liberdade, 7-9
S/ informação	Ferreira Lopes & C ^a	Ferragens	Metalurgia	R. dos Capelistas, 55-59
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
S/ informação	António Pinto de Magalhães	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. S. Marcos, 59-61
Virgínia	José Pereira de Sousa Júnior	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. S. Marcos
Fábrica de instrumentos de corda	António Machado Júnior	Instrumentos	Outros	R. S. Marcos, 62
Luvaria Monteiro	Manuel Marques Monteiro	Luvaria	Têxtil	Av Central, 2-6
A Industrial	Francisco José Pereira	Malas/artigos de viagem	Calçado/couros	R. D. Pedro V, 36
Empresa Bracarense de Moagem Lda	S/ informação	Moagens	Alimentação	S/ informação
S/ informação	Luís José Lopes	Moagens	Alimentação	Largo S. João da Ponte
Fábrica de paramentaria e sirgaria	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R do Souto, 99-101
S/ informação	Manuel de Sousa Lima	Paramentaria	Têxtil	Pç Municipal, 51-54
S/ informação	Ribeiro de Castro & Vilela	Paramentaria	Têxtil	R. do Souto, 101
S/ informação	J. M. Martins & Filho	Perfumaria/sabonetes	Química	R. D. Afonso Henriques
Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
Fábrica de Fundição de Sinos	José Francisco Gonçalves & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 163
Fábrica de fundição de sinos	Rebelo da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 207
Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
S/ informação	Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos	Têxtil	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 178
Lusa	Lopes, Costa & C ^a Lda	Tintas	Química	R. do Souto, 25-31
Tinturaria em todas as cores	Manuel José Gomes e sucessores	Tinturaria	Química	Cruz de Pedra, 147-151

Tipografia Bracarense	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35-37
Tipografia Liberdade	S/ informação	Tipografia	Gráfico	Largo Conselheiro Torres e Almeida, 17-1º
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 19-21
Tipografia Moderna	Eduardo de Azevedo Coutinho	Tipografia	Gráfico	R. D. Paio Mendes, 42-46
Tipografia Universal	Augusto Costa & Mattos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho
Fábrica e depósito de velas de cera	José Maria Esteves de Aguiar & C ^a	Velas	Outros	R. D. Diogo de Sousa, 24-30

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenenses em 1922

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
Luís José Lopes	Luís José Lopes	Moagens	Alimentação	Largo S. João da Ponte
Palha & Palhas Lda	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	R. dos Capelistas, 87-93
S/ informação	José Custódio Machado	Correaria	Calçado/couros	R. dos Chãos, 129-133
S/ informação	António Lima da Costa Sotto Maior	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	Custódio Lopes de Freitas	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
S/ informação	José Ferreira da Costa	Curtumes	Calçado/couros	Sta. Tecla
A Industrial	Francisco José Pereira	Malas/artigos de viagem	Calçado/couros	R. D. Pedro V, 36
União Construtora	Ferreira Capa & Fonseca	Construção	Construção	R. da Devesa
Imprensa Bracarense	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide
Tipografia Bracarense	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35-37
Tipografia Liberdade	S/ informação	Tipografia	Gráfico	Largo Conselheiro Torres e Almeida, 17-1º
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	Largo do Paço

Tipografia Moderna	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. D. Paio Mendes, 42
Tipografia Universal	Augusto Costa & Mattos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho
Empresa do Minho Gráfico	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35
S/ informação	Francisco da Cunha Ferreira	Caldeiras	Metalurgia	Travessa do Carmo, 6-10
S/ informação	António Moreira Coelho	Caldeiras	Metalurgia	Av Visconde de Nespereira, 45-49
Fábrica de Cutelaria	Antunes Guimarães & irmãos	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques
S/ informação	A. R. Barreto Guimarães, filho	Cutelaria	Metalurgia	Av da Liberdade, 151-155
A Mecânica	José de Oliveira; António Magalhães Afonso Marinho	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
Virgínia	José Pereira de Sousa Júnior	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. S. Marcos
Fábrica de Sinos	Rebello da Silva & C ^a	Sinos	Metalurgia	Av da Liberdade, 207
Grande serração e moagem de Braga	Dias Freitas, Lda	Moagens	Outros	Junto à Estação
Casa Nun'Álvares	Francisco Figueiredo Claro	Velas	Outros	R. D. Diogo de Sousa
Fábrica e depósito de velas de cera	José Maria Esteves de Aguiar & C ^a	Velas	Outros	R. D. Diogo de Sousa, 24-30
S/ informação	Laura Pereira & irmãs	Cartonagem	Papel	S/ informação
J. M. Martins & Filho	J. M. Martins & Filho	Perfumaria/sabonetes	Química	R. D. Afonso Henriques
Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
Lusa	Lopes, Costa & C ^a Lda	Tintas	Química	R. S. Marcos
S/ informação	Lopes, Costa & C ^a Lda	Tintas	Química	R. do Souto, 25-31
Tinturaria em todas as cores	Manuel José Gomes e sucessores	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151
A Lusitânia	Braga & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 79-85
Chapelaria Bracarense	José Pereira Braga	Chapelaria	Têxtil	R. S. Vicente, 55-57

Chapelaria Chic	Eduardo R. Pacheco	Chapelaria	Têxtil	Largo do Barão de S. Martinho
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica Social Bracarense	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. Nova de Sta. Cruz
Taxa, Faria e Mathias. Fábrica de chapéus e calçado.	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. D. Pedro V
Camilo & C. ^a	Camilo de Almeida	Chapelaria	Têxtil	S/ informação
Luvia Monteiro	Manuel Marques Monteiro	Luvia	Têxtil	Av Central, 2-6
Fábrica de tecidos de seda	José Joaquim de Oliveira	Têxteis	Têxtil	S/ informação
Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos	Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos	Têxtil	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 178

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarense em 1923

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
Antigo Mercado	S/ informação	Moagens	Alimentação	Praça do Comércio
S/ informação	Luís José Lopes	Moagens	Alimentação	Largo S. João da Ponte
Palha & Palhas Lda	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	R. dos Capelistas, 87-93
S/ informação	António Lima da Costa Soto Maior	Curtumes	Calçado/couros	S/ informação
S/ informação	Custódio Lopes Freitas	Curtumes	Calçado/couros	S/ informação
S/ informação	José Ferreira da Costa	Curtumes	Calçado/couros	S/ informação
A Industrial	Francisco José Pereira	Malas/artigos de viagem	Calçado/couros	R. D. Pedro V, 36
Empresa do Minho	S/ informação	Cerâmica	Cerâmica	Largo da Estação

A União Construtura	Ferreira Capa & Fonseca Lda	Construção civil	Construção	S. João da Ponte
Casa do Globo	Raul Guimarães & C ^a	Tipografia	Gráfico	R. do Souto, 101
Empresa do Minho Gráfico	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Alcaide, 35
Matias Campos	S/ informação	Tipografia	Gráfico	R. do Souto
Moderna	Eduardo Azevedo Coutinho	Tipografia	Gráfico	R. D. Paio Mendes)
Tipografia Liberdade	S/ informação	Tipografia	Gráfico	Largo Conselheiro Torres de Almeida
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	Largo do Paço
Tipografia Universal	Augusto Costa & Matos	Tipografia	Gráfico	Largo Barão de S. Martinho
União Gráfica	Arménio Soto Mayor	Tipografia	Gráfico	R. D. Diogo de Sousa, 107
S/ informação	Faustino & Barros	Marcenaria	Madeiras/mobiliário	S/ informação
S/ informação	António Moreira Coelho	Caldeiras	Metalurgia	Av Visconde de Nespereira, 45-49
S/ informação	Antunes Guimarães	Cutelaria	Metalurgia	R. D. Afonso Henriques, 77
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
S/ informação	António Peixoto	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. Santo André
Marinho & C ^a	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Largo Carlos Amarante
Virgínia	José Pereira de Sousa Júnior	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	R. do Taxa
S/ informação	Manuel Zenha	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Largo Carlos Amarante
Grande serração e moagem de Braga	Dias Freitas, Lda	Moagens	Outros	Junto à Estação
S/ informação	Ana Pinto Baptista	Velas	Outros	R. D. Frei Caetano Brandão

S/ informação	Francisco Figueiredo Claro	Velas	Outros	R. D. Diogo de Sousa
S/ informação	José Maria Esteves de Aguiar & C ^a	Velas	Outros	R. D. Diogo de Sousa, 30
S/ informação	Manuel Boaventura da Costa	Velas	Outros	R. S. Victor, 97
S/ informação	Laura Pereira & Irmão	Cartonagem	Papel	Tenões
S/ informação	Manuel José da Silva	Cartonagem	Papel	R. D. Pedro V
S/ informação	António José da Silva	Cola	Química	Adaúfe
S/ informação	Josefa da Silva	Cola	Química	Adaúfe
S/ informação	Manuel Dias	Cola	Química	Adaúfe
S/ informação	J.M. Martins & Filho	Perfumaria/sabonetes	Química	R. D. Afonso Henriques
Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova Sta. Cruz, 53
Tinturaria em todas as cores	Manuel José Gomes e sucessores	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151
S/ informação	Almeida Martins & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. Nova Sta. Cruz
S/ informação	Camilo de Almeida & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. D. Pedro V
Chapelaria Bracarense	José Pereira Braga	Chapelaria	Têxtil	R. S. Vicente, 55-57
Chapelaria Chic	Eduardo R. Pacheco	Chapelaria	Têxtil	Largo do Barão de S. Martinho, 25
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica Social Bracarense	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	R. Nova de Sta. Cruz
Faria & Taxa Lda.	Victor Taxa de Faria; Vasco José de Faria; José Rodrigues Pacheco	Chapelaria	Têxtil	R. D. Pedro V

Luvária Monteiro	Manuel Marques Monteiro	Luvária	Têxtil	Av Central, 2-6
Colégio da Regeneração	S/ informação	Têxtil	Têxtil	R. S. Geraldo
Fábrica Tecidos Algodão Celeirós, Lda.	S/ informação	Têxtil	Têxtil	Celeirós
Gomes Pinto, Cruz & C ^a	S/ informação	Têxtil	Têxtil	Celeirós
S/ informação	José Joaquim de Oliveira	Têxtil	Têxtil	R. do Souto
S/ informação	Manuel da Silva Pereira de Vasconcelos	Têxtil	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 178
Peixoto & Silva	S/ informação	Têxtil	Têxtil	Celeirós

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional; A. Vieira e Fernando Vilaça, coord., *Almanaque-anuário de Braga para o ano de 1924* (Braga: Livraria Cruz & C.^a, 1923)

Fábricas e oficinas bracarenses em 1924

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
S/ informação	José V. de Sousa G. e filho	Balanças	Outros	Campo da Vinha, 39-42
Palha & Palhas, lda	S/ informação	Calçado	Calçado/couros	R. dos Capelistas, 89-93
S/ informação	António Moreira Coelho	Caldeiras	Metalurgia	Av Visconde de Nespereira, 45-47
A Bracarense	José Pereira Braga	Chapelaria	Têxtil	R. S. Vicente, 55-59
Chapelaria Chic	Eduardo R. Pacheco	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 26
Chapelaria Nacional	Narciso Costa	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho, 31-33
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Fábrica Social Bracarense	Almeida, Martins & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. Nova Sta. Cruz
Faria & Taxa, lda	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	S/ informação
União Construtora	Joaquim M. Gomes Fonseca	Construção	Construção	R. da Devesa
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
A Metálica	Magalhães, Oliveira & C ^a	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	S/ informação
A União Metálica	Domingos Ribeiro Braga & C ^a	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça Alexandre Herculano, 46-50

Electro-Mecânica do Minho, lda	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Peões (R. Nova Sta Cruz)
Luvária Monteiro	Manuel Marques Monteiro	Luvária	Têxtil	Av Central, 2-6
A Industrial	Francisco José Pereira	Malas/artigos de viagem	Calçado/couros	R. D. Pedro V, 36
Grande serração e moagem de Braga	Dias Freitas, Lda	Moagens	Outros	Junto à Estação
Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
Confiança	S/ informação	Perfumes/sabonetes	Química	R. Nova Sta Cruz, 107-115
S/ informação	Vasco José de Matos	Pichelaria	Metalurgia	R. S. Victor, 65
S/ informação	António Lopes Duarte	Têxtil	Têxtil	R. S. Domingos, 92
Tinturaria em todas as cores	Manuel José Gomes e sucessores	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-151
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	Largo do Paço
Fábrica de Ruães	S/ informação	Têxtil	Têxtil	S/ informação

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1925

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
A Industrial	Camilo, Teixeira & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. do Taxa
Chapelaria Bracarense	José Pereira Braga	Chapelaria	Têxtil	R. S. Vicente, 55-57
Chapelaria Chic	Eduardo R. Pacheco	Chapelaria	Têxtil	Largo Barão de S. Martinho
Chapelaria Pacheco	Pacheco & C ^a	Chapelaria	Têxtil	R. dos Capelistas, 18-20
Faria & Taxa	S/ informação	Chapelaria	Têxtil	S/ informação
União Construtora	Joaquim Maria Gomes da Fonseca	Construção	Construção	R. da Devesa
Antiga Casa Cachapuz	Duarte, Cunha & C ^a , lda	Ferragens	Metalurgia	R. dos Chãos, 24
A Mecânica	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça do Comércio
A União Metálica	Domingos Ribeiro Braga & C ^a	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça Alexandre Herculano, 46-50
Electro-Mecânica do Minho, lda	S/ informação	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Peões (R. Nova Sta Cruz)
Luvária Monteiro	Manuel Marques Monteiro	Luvária	Têxtil	Av Central, 2-6

Grande serração e moagem de Braga	S/ informação	Moagens	Outros	Estação
Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
S/ informação	Vasco José de Matos	Pichelaria	Metalurgia	R. S. Victor, 65
Companhia Fabril do Minho	S/ informação	Têxtil	Têxtil	S/ informação
Fábrica de sedas	S/ informação	Têxtil	Têxtil	R. D. Frei Caetano Brandão, 176
Tinturaria de S. Vitor	João Martins	Tinturaria	Têxtil	R. S. Victor, 200-204
Tinturaria em todas as cores	Manuel José Gomes & sucessores	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-161
Tipografia Lusitana	S/ informação	Tipografia	Gráfico	Largo do Paço

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Fábricas e oficinas bracarenses em 1926

Nome/descrição	Proprietário(s)	Tipo	Sector	Morada
Chapelaria Bracarense	José Pereira Braga	Chapelaria	Têxtil	R. D. Diogo de Sousa, 151-153
União Construtora	Joaquim Maria Gomes da Fonseca	Construção	Construção	R. da Devesa
Fábrica de Malas e artigos de viagens	Francisco José Ferreira	Malas	Calçado/couros	R. S. Vicente, 104-106
A Metálica	António Magalhães & C ^a	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Praça Alexandre Herculano, 55-56
A Metalúrgica	Morais & Marques	Fundição de ferro/serralharia	Metalurgia	Avenida da Liberdade, 53
Perfumaria Confiança	S/ informação	Perfumaria/sabonetes	Química	R. Nova de Sta. Cruz
Companhia Fabril do Minho	S/ informação	Têxtil	Têxtil	S/ informação
S/ informação	João da Silva Rego	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 95-97
S/ informação	Manuel José Gomes e sucessores	Tinturaria	Química	R. Cruz de Pedra, 147-161
Tinturaria de S. Victor	João Martins	Tinturaria	Química	R. S. Victor, 200-204

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Anexo 2. Média dos salários (por dia) para o concelho de Braga em 1917

Sector	Profissão	Idade	\$	Sexo	
<i>Metalurgia</i>	Ajudante	Maior idade	\$40	M	
	Amolador	Maior idade	\$40	M	
	Amolador	Menor idade	\$16	M	
	Carpinteiro	Maior idade	\$52,2	M	
	Correioiro	Maior idade	\$80	M	
	Cuteleiro	Maior idade	\$45,7	M	
	Cuteleiro	Menor idade	\$11	M	
	Cuteleira	Maior idade	\$20	F	
	Cuteleira	Menor idade	\$10	F	
	Eletricista	Maior idade	1\$00	M	
	Ferreiro	Maior idade	\$68,3	M	
	Fogueiro	Maior idade	\$42,5	M	
	Fundidor	Maior idade	\$54,2	M	
	Fundidor	Menor idade	\$10	M	
	Latoeiro	Maior idade	\$40	M	
	Latoeiro	Menor idade	\$10	M	
	Mestre e contramestre	Maior idade	1\$45	M	
	Picheleiro	Maior idade	\$50	M	
	Picheleiro	Menor idade	\$12	M	
	Serralheiro	Maior idade	\$59,2	M	
	Serralheiro	Menor idade	\$12	M	
	Torneiro	Maior idade	\$46	M	
	Torneiro	Menor idade	\$14	M	
	<i>Indústria química</i>	Fogueiro	Maior idade	\$40	M
		<i>Vestuário</i>	Chapeleiro	Maior idade	\$53,6
	Chapeleiro		Menor idade	\$14,2	M
Chapeleira	Maior idade		\$24,4	F	
Chapeleira	Menor idade		\$12	F	
Costureira	Maior idade		\$16	F	
Costureira	Menor idade		\$12	F	
Fogueiro	Maior idade		\$48	M	
Mestre e contramestre	Maior idade		\$90	M	
Mestre e contramestre	Maior idade		\$40	M	
<i>Calçado</i>	Mestre e contramestre		Maior idade	\$80	M
	Sapateiro		Maior idade	\$55	M
	Sapateiro		Menor idade	\$06	M
	Sapateira	Maior idade	\$20	F	
	Sapateira	Menor idade	\$08	F	
<i>Madeira e do mobiliário</i>	Fogueiro	Maior idade	\$85	M	
	Fogueiro	Menor idade	\$50	M	
<i>Tipografia</i>	Compositor	Maior idade	\$40	M	
	Compositor	Menor idade	\$12,5	M	
	Impressor	Maior idade	\$48,8	M	
	Impressor	Menor idade	\$12	M	
	Livreiro	Maior idade	\$36,5	M	

Fonte: elaboração própria com base na informação do *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1926), 120 e ss..

Anexo 3. Lista das organizações operárias bracarenses durante a I República

1910

AC dos Cocheiros e Artes Correlativas à Viação Bracarense

AC dos Operários Fabricantes de Calçado, com cerca de 120 associados

AC das Quatro Artes de Construção Civil

1911

Associação de Classe Comercial (caixeiros)

AC das Quatro Artes da Construção Civil, na Rua D. Paio Mendes, n.º 51

AC dos Alfaiates, na Rua de S. Marcos

AC dos Chapelheiros, na Rua Nova de Santa Cruz

AC dos Cocheiros e Artes Correlativas à Viação Bracarense

AC dos Empregados de Cafés e Restaurantes

AC dos Fabricantes de Calçado, com 150 associados

AC dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas

Liga das Artes Gráficas

AC dos Oficiais de Barbeiros, com 118 associados

1912

AC dos Operários Fabricantes de Calçado, na Rua de S. Marcos

Liga das Artes Gráficas

AC dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate

AC dos Operários Metalúrgicos

Associação de Classe Comercial (caixeiros)

AC dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas

AC dos Oficiais de Barbeiros

AC dos Cocheiros e Artes Correlativas à Viação Bracarense

AC dos Empregados dos Hotéis, Cafés e Restaurantes

AC das Quatro Artes da Construção Civil, na Rua D. Paio Mendes, n.º 15

Centro Operário Socialista

Federação das Associações Operárias

1913

AC dos Operários Chapeleiros

AC dos Operários Fabricantes de Calçado

Associação de Classe Comercial (caixeiros), no Largo de S. João do Souto

AC dos Oficiais de Barbeiros

AC dos Operários das Quatro Artes da Construção Civil, na Rua D. Paio Mendes

AC dos Operários Pedreiros

AC dos Alfaiates Bracarenses

Federação das Associações Operárias

1914

AC dos Operários Fabricantes de Calçado, na rua D. Afonso Henriques, com 140 sócios

AC dos Oficiais de Barbeiro e artes correlativas, com 43 sócios

AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes, com 47 sócios

AC dos Operários Chapeleiros, com 104 sócios

AC dos Operários das Quatro Artes da Construção Civil, com 456 sócios

Associação de Classe Comercial (caixeiros), com 210 sócios

AC dos Operários Canteiros e Assentadores

AC dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas, com 58 sócios

AC dos Empregados no Comércio

AC dos Operários Metalúrgicos, com 118 sócios

AC dos Cocheiros

AC dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate, com 50 sócios

Liga das Artes Gráficas

ASM dos Fabricantes de Calçado de S. Crispim e S. Crispiano

Federação das Associações Operárias

Centro Operário Socialista

1915

AC dos Alfaiates, na Rua de S. Marcos

Associação de Classe Comercial (caixeiros), no Largo de S. João do Souto

AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes, na Praça do Município

AC dos Cocheiros e Artes Correlativas, na Rua de S. Marcos, n.º 117, 1.º andar
AC dos Empregados no Comércio, na Rua de S. Marcos
AC dos Operários Fabricantes de Calçado, na Rua D. Afonso Henriques
AC dos Oficiais de Barbeiro e Cabeleireiro
AC dos Operários das Artes Metalúrgicas e correlativas
AC dos Operários Chapeleiros
AC dos Empregados dos Talhos de Carnes Verdes
Liga das Artes Gráficas
AC das Quatro Artes da Construção Civil
ASM dos Operários Fabricantes de Calçado
ASM dos Alfaiates
AC dos Agricultores Caseiros e Jornaleiros, na Rua D. Paio Mendes
Sindicato dos Professores Primários
Núcleo Juventude Sindicalista

1916

AC dos Operários Fabricantes de Calçado
Associação de Classe Comercial, na Rua do Souto
AC das Quatro Artes da Construção Civil, na Rua D. Paio Mendes
Liga das Artes Gráficas
AC dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas, na Rua dos Janes
AC dos Oficiais de Barbeiro
AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes
AC das Costureiras Bracarenses
AC dos Canteiros e Assentadores, com cerca de 200 associados, na Rua das Palhotas
AC dos Empregados no Comércio, na Rua do Souto, n.º 9
AC dos Cocheiros e Artes Correlativas
AC dos Manipuladores de Pão
ASM dos Alfaiates
AC dos Agricultores Jornaleiros e Caseiros do Concelho de Braga
Sindicato dos Professores Primários

1917

AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes, na Rua Visconde de Pindela
Liga das Artes Gráficas
AC dos Operários Fabricantes de Calçado
AC dos Chapeleiros, na Rua D. Pedro V
AC dos Empregados dos Serviços Municipalizados
Associação de Classe dos Canteiros e Assentadores, na Rua Conselheiro Januário, n.º 122
AC dos Manipuladores de Pão
AC das Quatro Artes da Construção Civil
AC dos Marceneiros e Artes Correlativas
AC dos Cocheiros e Artes Correlativas à Viação Bracarense
AC dos Professores Primários Oficiais do concelho de Braga
Federação das Associações Operárias
Círculo Católico de Operários
Centro Operário Socialista

1918

Liga das Artes Gráficas
Associação de Classe Comercial, na Rua do Souto
Associação dos Professores Primários
AC dos Empregados no Comércio
AC dos Operários Fabricantes de Calçado
AC dos Oficiais de Barbeiro
AC dos Empregados de Tração, Luz, Água e Gás
AC dos Operários Chapeleiros
AC das Quatro Artes da Construção Civil
AC dos Manipuladores de Pão
AC dos Carpinteiros Bracarenses
AC dos Canteiros e Assentadores
AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes
ASM dos Alfaiates Bracarenses
Centro Operário Socialista, na Rua D. Paio Mendes

Círculo Católico de Operários

1919

Associação de Classe Comercial

AC dos Operários Fabricantes de Calçado

AC das Quatro Artes da Construção Civil

AC dos Empregados dos Correios e Telégrafos

AC dos Operários Metalúrgicos, depois SU Metalúrgico

Liga das Artes Gráficas

AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes

AC dos Manipuladores de Pão

AC dos Operários Chapeleiros

AC dos Operários Canteiros

AC dos Cocheiros

AC dos Oficiais de Barbeiro

AC dos Operários Marceneiros

AC dos Agricultores Jornaleiros e Caseiros

AC dos Operários Fabricantes de Pregos

[Operários das Indústrias Elétricas]

União dos Sindicatos Operários

1920

AC dos Lavradores Caseiros e Jornaleiros

AC dos Empregados Menores do Correio, no Largo do Arco da Porta Nova

AC das Quatro Artes da Construção Civil, depois SU das Quatro Artes da Construção Civil

Associação de Classe Comercial

Liga das Artes Gráficas

AC dos Operários Chapeleiros

AC dos Operários Assentadores e Canteiros

AC dos Operários Fabricantes de Pregos

SU Metalúrgico

AC dos Operários Manipuladores de Pão

Sindicato dos Operários Manufatores de Calçado
AC dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas
União dos Sindicatos Operários

1921

AC dos Empregados de Tração, Água e Luz
AC dos Empregados do Estado (delegação de Braga)
AC dos Cocheiros Bracarenses
SU dos Manipuladores de Pão
Associação de Classe Comercial
AC dos Operários Alfaiates
SU Metalúrgico
SU da Construção Civil
Liga das Artes Gráficas
Sindicato dos Operários Manufatores de Calçado
AC dos Operários Chapeleiros
[Operários Mobiliários]
Grémio Operário de Maximinos
Juventude Sindicalista
União dos Sindicatos Operários

1922

Associação dos Professores Primários do Ensino Geral
AC dos Empregados dos Serviços Municipalizados
Associação de Classe Comercial
SU dos Operários Chapeleiros
SU da Construção Civil, na Rua de S. Vicente
Liga das Artes Gráficas
SU dos Manipuladores de Pão
SU Mobiliário
AC dos Empregados do Estado
SU Metalúrgico

Sindicato dos Operários Manufatores de Calçado, depois SU dos Operários da Indústria de Calçado, Couros e Peles

AC dos Alfaiates

Juventude Sindicalista

União dos Sindicatos Operários

1923

Sindicato dos Empregados de Tração, Luz, Água e Gás

SU dos Manipuladores de Pão

SU Metalúrgico

União Ferroviária

SU dos Operários Chapeleiros

SU dos Operários da Indústria de Calçado, Couros e Peles

SU Mobiliário

Liga das Artes Gráficas

SU da Construção Civil

Sindicato dos Alfaiates

Juventude Sindicalista

União dos Sindicatos Operários

1924

Sindicato dos Empregados de Tração, Luz, Água e Gás

AC dos Chauffeurs e Condutores de Automóveis do Minho, com cerca de 100 associados

SU dos Manipuladores de Pão

AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes

Associação de Classe Comercial

SU dos Operários de Indústria de Calçado, Couros e Peles

SU da Construção Civil

SU dos Operários Chapeleiros

Liga das Artes Gráficas

SU Mobiliário

AC dos Agricultores Caseiros

Grémio dos Operários de Maximinos

Juventude Sindicalista

União dos Sindicatos Operários

1925

AC dos Empregados no Comércio

AC dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes

Liga das Artes Gráficas

SU dos Manipuladores de Pão

Sindicato dos Empregados de Tração, Luz, Água e Gás

AC dos Empregados dos Talhos

SU dos Operários Chapeleiros

SU dos Operários de Indústria de Calçado, Couros e Peles

SU da Construção Civil

AC dos Operários Alfaiates

SU Metalúrgico

SU Mobiliário

Associação de Classe Comercial

AC dos Barbeiros

1926

Sindicato dos Empregados de Tração, Água, Luz e Gás

Associação de Classe Comercial

ASM dos Alfaiates Bracarenses

Liga das Artes Gráficas

SU dos Operários Chapeleiros

SU da Construção Civil

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional; Amadeu José Campos de Sousa, «Entre monárquicos e republicanos numa “Cidade de Deus”: história política e social de Braga no contexto social (1890-1933)», vol. 2, (tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010), 5-6.

Anexo 4. Relatório de Manuel Joaquim de Sousa sobre a organização operária bracarense, junho de 1921

Quando, como agora, observamos o declinar duma civilização pelo conjunto de fatores de desagregação moral, que os Estados se esforçam por evitar, os nossos sentimentos revolucionários recebem como que uma compensação, sempre agradável aos nossos desejos de remodelação social, conforme com os princípios de justiça, que um dia, pela forma imperiosa da evolução, terão de reinar entre os homens. Mas, quando confrontamos o caminho a percorrer para se objetivar aquele desejo, quando consideramos ser necessário exterminar as causas determinantes da exploração do homem pelo homem por meio duma potente organização das vítimas contra os seus algozes, o desejo que surge natural e logicamente é o de contribuir no máximo para que essa organização se efetive o mais rápida e perfeitamente possível, cientes como estamos de que a uma forte organização, como é a burguesa, deve corresponder a forte organização dos trabalhadores.

Tem havido momentos em que a organização parece caminhar de vento em popa e uma sensação de prazer intenso invade todo o nosso ser, por antevermos a possibilidade imediata de com brevidade se fazer tábua rasa dos privilégios capitalistas por parte das multidões escravizadas.

Acontece, porém, que as multidões assalariadas não são apenas escravas dentro da sua condição *inferior* de trabalhadores: são-no igualmente pelo espírito e pela moral falsa e nociva do meio ambiente em que se desenvolvem.

Há falta de pão, como há falta de instrução e de educação racional.

A atmosfera, aparentemente sadia, que uma ou outra vez respiramos em certos meios restritos, e que supomos impregnada de larga dose de espírito revolucionário e emancipador, dissipa-se facilmente, como fogo fátuo, quando sofre o embate da ação reacionária das forças conservadoras postas em ebulição tão metodicamente, que só uma contra-ação, em sentido revolucionário contínua, poderá neutralizar nos seus efeitos.

Organismos que eram fortes pelo número de componentes e que pelo mesmo motivo mais fortes se poderiam tornar, com mais desenvolvidas condições de luta, sofrem grande crise de filiados e um certo abatimento moral prejudicialíssimo.

As causas são variadas, mas secundárias, por isso que se fundamentam numa causa única – a pouca ou nenhuma educação moral, sociológica e ideológica. Ao cabo de alguns anos de organização, constata-se que esta se robusteceu e se robustece só naqueles momentos em que um objetivo imediato e material leva as classes à luta.

Mas pela mesma forma que estas se organizam, desorganizam-se, visto que, na maior parte dos casos, não são movidas por um objetivo superior.

E assim se verifica que as forças reacionárias podem exercer impunemente a sua ação nefasta, encontrando o campo livre, onde à vontade voltam a fazer larga sementeira do vírus religioso e ultramontano que se julgou exterminado. Um contínuo trabalho de aniquilação da vontade e de perversão dos caracteres, direta ou indiretamente auxiliadas pela manifesta falência dos políticos, cuja ação democrática, livre-pensadora e administrativa é a mais completa negação do progresso, está de novo posto em execução em toda a província.

Entre nós tem-se feito bastante propaganda da organização; mas como em grande parte, tem sido despida de sentido ideológico, não se tendo feito simultaneamente a propaganda educativa, do sentimento e do espírito, por forma a criar consciência firmes da sua missão social e revolucionária, com vontade decidida e passo seguro, fácil tem sido a invasão daquele vírus que produz em parte a indiferença e algum abandono, por parte das massas, da sua organização de classe e de certas regalias morais que já gozaram.

Por não termos posto as coisas claramente, por forma que achemos facilmente os males, para encontrarmos os remédios, temos já sofrido deceções e a nós parece-nos chegada a hora de remediarmos males feitos e prevenirmo-nos de males futuros.

Em Braga a organização sofre as insuficiências que mais ou menos se notam, duma maneira geral, noutras localidades da província.

Cidade tradicionalmente religiosa, a sua população operária só com grande esforço de perseverança poderá emancipar-se de inúmeros prejuízos morais, mesmo para conseguir melhoramentos materiais imediatos.

Sofre do *vício* religioso, como sofre do vício político, como do vício da taberna. É certo que, se se confrontar a sua organização de agora com a que existia ainda há pouco menos de dois anos, quando aqui viemos organizar a União dos Sindicatos, nota-se – e isso nos é grato constatar – um certo progresso.

Nessa ocasião mal descortinávamos um elemento de atividade e com vontade, nos sindicatos, cujas direções se reuniram. O ano passado já encontrámos alguns entusiastas, que pareciam ainda apalpar terreno, por isso que eram novos.

E já agora, tanto numa reunião magna das direções, como em seis outras sessões de sindicatos diferentes, onde fizemos outras tantas palestras, tivemos ocasião de verificar mais

vivacidade e espírito crítico por parte dos seus componentes, factos que atestam um grau superior de consciência sindical muito notável e que dá as melhores esperanças.

Mas sendo a terceira cidade do país, a organização não corresponde à sua importância. São diferenças que de longe vêm. Durante muitos anos o seu movimento operário foi orientado pelos primeiros militantes que se criaram com a propaganda socialista-parlamentar, poucos sendo aqueles que adquiriram conhecimentos por uma propaganda metódica, segura, racional. A maioria contemporizava com o meio; e a ação, tendo principiado por ser pouca, acabou por ser quase nula. Estagnou, a despeito de alguns esforços empregados por elementos vários, que por vezes visitavam aquela cidade.

Quase só depois que se organizou a CGT é que alguns sindicatos principiaram por adquirir alguma vida, com o aparecimento de elementos novos, parte deles jovens.

Mas o meio é ingrato. As taras da servidão marcam a maioria dos trabalhadores, não obstante notar-se, uma vez por outra, certo espírito de rebeldia, em manifestações isoladas.

E só com uma propaganda aturada, a profusa distribuição de folhas soltas e de folhetos com conhecimentos de fácil assimilação, se poderá bater aquele reduto, onde a educação fradesca tantos prejuízos causa.

Estando-se em plena decadência do regime burguês, nem por isso dá conta do transcendente facto a maioria dos trabalhadores.

E quando urge alargar os quadros da futura sociedade, verifica-se que, por muito tempo e em larga escala, se tem que voltar ao *a b c* da propaganda, tal é o estado de atrasamento em que tudo que interessa à classe operária se encontra.

Fonte: Manuel Joaquim de Sousa, «A organização operária em Braga não corresponde ainda à importância da terceira cidade do país», *A Batalha*, 7 de junho, 1921: 1.

Anexo 5. Relatório da Conferência Intersindical de Braga, agosto de 1923

5. a) 1.ª parte

BRAGA, 5 – Há muito que se vinha notando entre a organização operária Bracarense a existência dum grande mal que a corroía e a debilitava em face da forte organização patronal. E esse mal era a desunião proveniente de intrigas e de ataques pessoais dentro dos sindicatos. Constituiu esse facto a preocupação de alguns militantes que resolveram debelá-lo. Foi devido a isso que se resolveu realizar uma conferência intersindical. A conferência foi levada a efeito após uma reunião de direcções de sindicatos e de militantes que por causas várias se encontravam afastados.

Do que foi essa conferência a que assistiram delegados confederais, passamos a dar as seguintes notas:

Pelas 10 ½ horas da manhã, na sede dos Sindicatos dos Operários Chapeleiros e Manufatores de Calçado, realiza-se a anunciada conferência Intersindical.

Guilherme Pinto, membro da comissão organizadora da conferência, faz a apresentação dos representantes da Delegacia Confederal do Norte, Felisberto Baptista e Inácio dos Santos Viseu, e convida este último a presidir.

Santos Viseu chama para secretariar Aurélio Rodrigues e António Rocha. Lida a ordem dos trabalhos, Viseu principia historiado o movimento operário português, lamentando que Braga, um grande centro industrial, não tenha imitado até hoje, outras cidades, organizando-se fortemente para que amanhã possa demonstrar ao patronato que não se brinca impunemente com aqueles que tudo produzem. Esperançando-se no bom êxito da conferência, confia na Delegacia Confederal do Norte, com sede no Porto; e termina pedindo aos camaradas presentes que não tragam para ali questões pessoais ou assuntos de somente [somenos] importância e põe em discussão o 3º número, intitulado: 'Qual o melhor meio de fazer propaganda'.

Um documento importante

Guilherme Pinto pede a palavra e, depois de fazer considerações várias, lê aos conferencistas, um interessante documento que tem as seguintes conclusões:

1.º - Reorganização da USO

a) As direcções dos sindicatos presentes, comprometem-se a realizar nos seus respectivos sindicatos sessões de propaganda, nas quais tomarão parte delegados da CGT (Delegacia C. do Norte).

b) Estas sessões realizar-se-ão para demonstrar ao operariado as vantagens da imediata reorganização da USO, assim como a necessidade de robustecer os organismos profissionais, devendo ainda nestas sessões nomearem-se os delegados à futura USO.

c) Terminadas estas sessões, que deverão efetuar-se o mais rapidamente possível, constituir-se-á imediatamente a União local que trabalhará de acordo com a D. C. do N. na propaganda tendente a reorganizar as classes trabalhadoras desta cidade.

2.º - Criação duma biblioteca de estudos sociais onde todos os possam desenvolver-se intelectualmente.

a) Que essa biblioteca tenha a sua sede na União e seja aberta todas as noites e a determinadas horas;

3.º - Depois de reorganizada a União esta deve entender-se com a D. C. do N. a fim de, em Braga, serem colocados nas várias indústrias alguns camaradas do Porto, com o encargo de desenvolverem mais amplamente a propaganda nesta cidade. A diferença que resultar da mudança de terra será paga pelos sindicatos desta localidade auxiliados pela CGT. Desta medida resultará que a biblioteca a que me referi tenha melhor vida e alguns sindicatos se organizem, dando margem até a que nós nos habilitemos bastante e possamos organizar uma escola de militantes.

4.º - Publicação mensal de um boletim em pequeno formato e editado pela USO, no qual se dê conta do movimento operário local. Esse boletim será distribuído gratuitamente aos sindicatos aderentes, correndo a despesa a fazer por conta dos mesmos sindicatos aderentes à USO. O referido boletim será como um laço unindo todo o operariado bracarense.

O presidente submete à discussão o referido documento. Nesta altura Felisberto Baptista usa da palavra antes de principiar a discutir-se o citado documento, e, embrenhando-se em considerações, pede aos militantes presentes para que indiquem os representantes da Delegacia Confederal do Norte, qual a melhor maneira de promover o levantamento da organização operária bracarense. Pede a palavra o camarada Manuel Fernandes, que, regozijando-se pela comparência de todos os elementos à Conferência, espera que dela resultem ótimos frutos.

A seguir pede a palavra Júlio Cruz que diz não considerar-se hoje um propagandista, mas, tendo-se esforçado noutra tempo pela organização local, não poderia faltar à Conferência, ciente de que ela fará despertar em todos os militantes uma vontade inquebrantável de organizar. Usa da palavra António da Silva, do Sindicato U. Metalúrgico que desgostoso aponta aos conferencistas

a situação do seu sindicato, devida ao desmazelo de alguns elementos metalúrgicos e espera da Conferência o ressurgimento da organização operária bracarense.

No mesmo sentido fala Custódio Barbosa, que termina esperançado em que os delegados da CGT e todos os conferencistas envidem os máximos esforços para o levantamento da organização.

Apresentam-se alguns alvitres e declarações importantes

Seguidamente usa da palavra Guilherme Pinto que, espraiando-se em várias considerações, refere-se à decadência da Liga das Artes Gráficas, cujos componentes poderiam prestar bons serviços à organização operária e censura a direção da Associação dos Manipuladores de Pão, que ultimamente tomou a inconcebível resolução de adotar selos-quotas dimanados do seu sindicato em substituição dos selos-quotas confederais.

Aurélio Rodrigues, construtor civil, lembra aos conferencistas os serviços por ele prestados à causa operária e os enxovalhos recebidos de criaturas mal-intencionadas que o levaram a desanimar ainda a meio de tão humana tarefa, e, em seguida, refere-se à sua classe e aponta as razões da sua atual desorganização, censurando acemente os canteiros pelo motivo de fugirem à fusão necessária do seu sindicato, no Sindicato Único. Convida os seus colegas presentes a imitem-no no sentido de organizarem a sua classe.

Fonte: s/a, «Conferência intersindical de Braga», A Batalha, 7 de agosto, 1923: 3.

5. b) 2.ª parte

BRAGA, 6 – Pelas 5 horas da tarde recomeça a conferência, fazendo Aurélio Rodrigues a apresentação de três delegados da construção civil de Ferrol, que vieram a esta cidade participar aos seus colegas bracarenses que os construtores civis de Ferrol se encontram em luta contra o patronato e que necessário se torna que nenhum operário da construção civil portuguesa fosse trair o movimento daqueles nossos camaradas além-fronteiras. Sobre o assunto falam António da Silva e Francisco Pimenta que fazem considerações várias. Felisberto Baptista diz que a conferência deve interessar-se, sem dúvida, pelo assunto, mas que ele deve ser afeto ao Sindicato Único da Construção Civil. O presidente, entendendo que está no ânimo de todos os conferencistas, solta um viva à organização operária espanhola, que é correspondido em entusiásticas e prolongadas salvas de almas. Neste momento um dos delegados espanhóis pede

a palavra e, duma forma brilhantíssima, saúda o operariado português e historia o movimento de reivindicação puramente moral latente em Ferrol e Vigo entre os construtores civis e a negra 'Patronal' espanhol, pedindo aos seus camaradas portugueses não vão atraí-la. Volta-se a entrar na ordem dos trabalhos, pondo-se em discussão os arts. 5.º e 6.º – 'Qual a melhor forma de fazer a quotização' – Guilherme Pinto diz que ela deve ser feita por meio de delegados de oficinas. Sobre o assunto falam vários oradores e termina-se a discussão dos dois artigos com a aprovação duma proposta de Felisberto que entende ela seja feita a bel-prazer dos sindicatos, o que é aprovado. Discute-se sobre a quota com que os sindicatos devem contribuir para a USO. É concedida a palavra ao camarada Jerónimo Oliveira, do Sindicato Único de Calçado, C. e P., que depois de várias considerações apresenta a seguinte proposta que é aprovada: 'Proponho que a quota de \$02 semanais para a USO seja votada em princípio'.

Discute-se calorosamente o art.º 7.º - 'Estudar a melhor forma de secundar a campanha da CGT sobre o inquilinato' – Referindo-se a este art.º falam muitos delegados que atacam energicamente os ladrazos senhoriais, e a discussão termina pela aprovação da seguinte proposta que é aprovada: 'A Conferência Intersindical de Braga resolve secundar o movimento pró-inquilinato e nesse sentido vai fazer a máxima agitação tendente a pôr cobro à desmedida ganância dos senhoriais'.

Entra-se no artigo 8.º - 'Assuntos vários'.

Manuel Fernandes diz ser membro da Juventude Sindicalista de Braga, lamentando que ela esteja desmantelada devido à indiferença duma grande parte de jovens militantes desta cidade e pede para que, quando tiver alguns afazeres na Juventude em prol da sua reorganização, lhe dispensem os seus serviços como membros da Comissão Reorganizadora da USO. Falam ainda vários oradores sobre o assunto e aprovam-se saudações à CGT, aos grevistas espanhóis, aos presos por questões sociais, etc., etc. e assim termina a Conferência Intersindical, no meio da maior alegria, manifestando todos os congressistas uma grande boa vontade para o conseguimento dos objetivos que ela pretende ferir: – a organização das classes trabalhadoras desta cidade.

Fonte: s/a, «Conferência intersindical de Braga», A Batalha, 8 de agosto, 1923: 3.

Anexo 6. Tabela das greves operárias realizadas em Braga durante a I República

Início	Fim	Grevistas	Motivo/reivindicações	Nº grevistas	Resultado	Organização/sindicato	Fontes/referências	Observações
4 mai 1910	S/ informação	Operários tanoeiros da cidade e concelho de Braga	Aumento de 10% no preço da mão-de-obra	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (05/11/1910)	
24 nov 1910	3 dez 1910	Ferroviários do Minho e Douro	Diminuição horas de trabalho; aumento salários; despedimento dos operários "superiores"; sindicância que não foi feita	2000 e depois 4000	Atendidas em parte: reclamações foram atendidas com exceção da demissão dos colegas. Receberam o salário dos dias de greve	Comité dos Ferroviários do Minho e Douro	<i>A Aurora</i> (27/11/1910, 04/12/1910, 10/12/1910, 05/02/1911, 12/02/1911); <i>Comércio do Minho</i> (26/11/1910, 01/12/1910, 03/12/1910, 06/12/1910, 08/12/1910); <i>A Defesa Operária</i> (04/12/1910, 12/02/1911); <i>O Grito do Povo</i> (10/12/1910)	
21 dez 1910	S/ informação	Carreiros	S/ informação	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (22/12/1910)	
Jan/11	Jan/11	Ferroviários do Minho e Douro	S/ informação	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Ecos do Minho</i> (15/01/1911)	

8 abr 1911	8 abr 1911	Trabalhadores no matadouro público	Vereador mandou co- meçar o peso da carne pelo marchante mais moderno, em vez do mais antigo	S/ in- forma- ção	S/ in- forma- ção	Marchantes que estavam no local: greve foi espontânea	<i>Correio do Norte</i> (11/04/1911)	Greve durou poucas horas
12 jun 1911	14 jun 1911	Operários alfaiates	Reclamação não aten- dida: readmissão dos colegas despedidos por vigia-rem cumprimento descanso semanal; di- minuição horário traba- lho para 10 horas; pa- gamento horas extras	S/ in- forma- ção	Colegas trabalham na AC. Comércio do Minho afirma que operários e industriais chegaram a acordo quanto ao horário trabalho. A Aurora afirma que nenhuma reclama- ção foi atendida	AC dos Alfaiates	<i>A Aurora</i> (18/06/1911, 25/06/1911); <i>Co- mércio do Minho</i> (10/06/1911, 13/06/1911, 15/06/1911); <i>Car- reio do Norte</i> (09/06/1911, 13/06/1911)	
mai/13	mai/13	Operários marce- neiros	Diminuição horas de trabalho e aumento sa- larial	S/ in- forma- ção	Atendidas	Federação das Associações Operárias (Braga); AC dos Operários Marceneiros (Porto); Associ- ação dos Enta- lhadores do Norte (Porto)	<i>A Aurora</i> (25/05/1913); <i>Co- mércio do Minho</i> (17/05/1913)	

12 mai 1913	9 jun 1913	Operários da Construção Civil (primeiro os pedreiros, depois geral)	Reclamação diminuição horas de trabalho e aumento salarial não atendida	S/ informação	Horário mantém-se, mas salário aumenta no verão (quando horário é maior). Novo horário seria discutido a partir de janeiro 1914, mas não foram encontradas referências que o comprovem	AC dos Operários das Quatro Artes da Construção Civil	<i>Comércio do Minho</i> (22/04/1913, 06/05/1913, 13/05/1913, 15/05/1913, 17/05/1913, 20/05/1913, 24/05/1913, 29/05/1913, 03/06/1913, 05/06/1913, 07/06/1913, 10/06/1913, 21/06/1913)
8 jun 1913	S/ informação	Operários da Construção Civil	Diminuição horário para 8 horas (inverno) e 9 horas (verão)	S/ informação	Não atendidas	AC dos Canteiros e Assentadores	<i>Comércio do Minho</i> (09/06/1914, 11/06/1914); <i>A Evolução Republicana</i> (11/06/1914)
1915	1915	Greve geral	Contra carestia de vida e contra a fome. Acompanha outras localidades do país	S/ informação	S/ informação	S/ informação	Carlos da Fonseca, <i>História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal</i> , vol. 1
ago/15	S/ informação	Operários latoeiros da fábrica de Miguel Alberto de Magalhães	Diminuição horário trabalho de 12 para 11h	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (05/08/1915); <i>Ecos do Minho</i> (04/08/1915)

16 ago 1915	16 ago 1915	Empregados dos serviços municipalizados	Reclamação para que câmara municipal despeça diretor dos serviços não atendida	S/ informação	Atendidas: diretor é substituído	S/ informação	Comércio do Minho (12/08/1915, 14/08/1915, 17/08/1915, 19/08/1915)
2 set 1915	5 set 1915	Operários tipógrafos	Contra resolução industriais reduzirem salário para corresponder às 8h/dia. Operários que-rem salário integral (correspondente a 10h/dia)	S/ informação	Operários trabalham 8h + 2h suplementares e recebem antigo salário, até resolução do conflito no Porto. No Porto: operários e industriais dividem a meias diferença salário	Liga das Artes Gráficas	Comércio do Minho (04/09/1915, 07/09/1915, 09/09/1915); <i>Ecos do Minho</i> (04/09/1915, 05/09/1915)
16 out 1915	24 nov 1915	Operários tipógrafos da Augusto Costa & Mattos e da Ribeiro Braga Sucessores	Contra resolução industriais reduzirem salário para corresponder às 8h/dia. Operários que-rem salário integral (correspondente a 10h/dia)	S/ informação	Não atendidas: patrões diminuem 10% do salário (correspondente a 9h trabalho)	Liga das Artes Gráficas (Braga); Federação Tipográfica (Lisboa); Liga Artes Gráficas (Porto)	<i>A Opinião</i> (19/11/1915); <i>Comércio do Minho</i> (19/10/1915, 30/10/1915, 04/11/1915, 13/11/1915, 16/11/1915, 18/11/1915, 25/11/1915); <i>Ecos do Minho</i> (19/10/1915, 20/10/1915, 29/10/1915, 30/10/1915, 11/11/1915)

1 dez 1915	4 dez 1915	Lavradores-caseiros	Reclamação contra imposto de barreira da câmara não atendida. Pedem diminuição de 20 para 10 réis (2 para 1 centavo)	S/ informação	Atendidas	Associação de Classe dos Agricultores Caseiros e Jornaleiros	Comércio do Minho (27/11/1915, 30/11/1915, 02/12/1915, 04/12/1915, 07/12/1915); <i>Ecos do Minho</i> (01/12/1915)
1 dez 1915	4 dez 1915	Carroceiros	Por solidariedade com os lavradores em greve	S/ informação	Vitória	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (02/12/1915, 04/12/1915, 07/12/1915)
5 jan 1916	S/ informação	Operários canteiros (greve parcial). Segundo o <i>Comércio do Minho</i> (06/01/1916), o aumento seria de 10 centavos por dia (08/01/1916), foram os operários pedreiros das obras do novo hospital	Aumento salarial de 8 centavos por dia. Segundo o <i>Ecos do Minho</i> (06/01/1916), o aumento seria de 10 centavos por dia	c. 40	S/ informação	AC das Quatro Artes da Construção Civil	<i>A Aurora</i> (23/01/1916); <i>Comércio do Minho</i> (08/01/1916); <i>Ecos do Minho</i> (06/01/1916)
3 ago 1916	4 ago 1916	Operários construção civil	Reclamação aumento salarial de 20% não atendida	S/ informação	Não atendidas: reuniram com governador civil para que interceda de modo a aumentar-lhes o salário	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (05/08/1916); <i>Ecos do Minho</i> (04/08/1916, 05/08/1916)
23 abr 1917	S/ informação	Operários pedreiros	Reclamação aumento salarial de 15% não atendida	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (26/04/1917); <i>Ecos do Minho</i> (24/04/1917)

mai/17	S/ in- forma- ção	Operários pedrei- ros do industrial João Ferreira Pinto	Industrial não pagou multa imposta pela AC dos Operários Pedrei- ros	S/ in- forma- ção	S/ informação	AC dos Operá- rios Pedreiros	<i>Ecos do Minho</i> (10/05/1917, 13/05/1917, 15/05/1917, 16/05/1917, 17/05/1917); <i>Co- mércio do Minho</i> (12/05/1917)
19 jul 1917	S/ in- forma- ção	Operários manufa- tores de calçado (primeiro da Palha & Palhas, depois geral)	Reclamação de au- mento salarial não aten- dida	S/ in- forma- ção	S/ informação	AC dos Operá- rios Fabrican- tes de Calçado	<i>Comércio do Minho</i> (21/07/1917); <i>Ecos do Minho</i> (21/07/1917, 24/07/1917)
21 ago 1917	25 ago 1917	Operários manufa- tores de calçado	Industriais não cumpri- ram acordo de au- mento salarial	S/ in- forma- ção	Acordo com os industri- ais	AC dos Operá- rios Fabrican- tes de Calçado	<i>Comércio do Minho</i> (23/08/1917, 25/08/1917, 28/08/1917); <i>Ga- zeta de Braga</i> (30/08/1917); <i>Ecos do Minho</i> (22/08/1917, 24/08/1917, 25/08/1917, 26/08/1917)
30 ago 1917	1 set 1917	Operários manufa- tores de calçado	Industriais não cumpri- ram último acordo (greve de 21/08/1917)	S/ in- forma- ção	Chegam a novo acordo	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (01/09/1917); <i>Ecos do Minho</i> (31/08/1917, 01/09/1917, 04/09/1917)

1 set 1917	13 set 1917 (em Lisboa)	Empregados dos Correios e Telégrafos	Greve de solidariedade com os trabalhadores do sector no resto do país	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Ecos do Minho</i> (02/09/1917, 11/09/1917, 14/09/1917)
12 set 1917	12 set 1917	Tentativa greve geral (aderiram operários fabricantes de calçado, chapeleiros e da construção civil)	Solidariedade com os trabalhadores dos Correios e Telégrafos do país	S/ informação	Greve saiu frustrada, devido só algumas horas, devido ao policiamento na cidade. Alguns operários foram presos, sendo postos em liberdade no mesmo dia	Não há informações sobre associações e sindicatos, mas noticia-se que propagandistas portugueses estiveram em Braga a ajudar a organizar a greve	<i>Comércio do Minho</i> (13/09/1917); <i>Ecos do Minho</i> (12/09/1917, 13/09/1917, 14/09/1917)
21 mai 1918	31 mai 1918	Operários manufatureiros de calçado	Reclamação aumento salário não atendida	S/ informação	Salários foram aumentados em 10%. Ecos do Minho afirma que os 10% eram as pretensões dos operários	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (23/05/1918, 02/06/1918); <i>Ecos do Minho</i> (30/05/1918, 01/06/1918)
03 jun 1918	10 jun 1918 (em Braga)	Ferrovários do Minho e Douro	Em solidariedade com os grevistas ferroviários da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (06/06/1918, 09/06/1918, 13/06/1918); <i>Ecos do Minho</i> (05/06/1918, 09/06/1918, 11/06/1918)

22 jul 1918	26 jul 1918 (em Braga)	Ferrovários do Minho e Douro	Em solidariedade com os grevistas ferroviários do Sul e Sueste	S/ formação	S/ informação	S/ informação	Comércio do Minho (25/07/1918, 28/07/1918); <i>Ecoss do Minho</i> (27/07/1918)
mai/19	mai/19	Manipuladores de pão	Aumento salário (não especificado)	S/ formação	Chegam a acordo	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (18/05/1919, 22/05/1919)
19 mai 1919	S/ formação	Operários construção civil	Padrões não cumprem lei horário 8h	S/ formação	Horário mantém-se, mas industriais aumentam salário	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (22/05/1919, 29/06/1919)
mai/19	S/ formação	Operários chapeleiros	Padrões não cumprem lei horário 8h	S/ formação	S/ informação	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (25/05/1919)
out/19	S/ formação	Operários pedreiros das obras do Hospital e dos Correios e Telefógrafos	Padrões não cumprem lei horário 8h	S/ formação	S/ informação	S/ informação	<i>A Batalha</i> (09/10/1919, 06/11/1919); <i>Comércio do Minho</i> (12/10/1919)
out/19	out/19	Operários correios	Diminuição horário para 10h/dia e aumento salarial de 20%	S/ formação	Atendidas.	S/ informação	<i>A Batalha</i> (09/10/1919)
4 out 1919	S/ formação	Operários metalúrgicos	Padrões não cumprem lei horário 8h	S/ formação	Atendidas.	SU Metalúrgico	<i>A Batalha</i> (09/10/1919, 21/10/1919)
nov/19	S/ formação	Operários manipuladores de pão	S/ informação	S/ formação	S/ informação	S/ informação	<i>A Batalha</i> (06/11/1919)

nov/19	S/ in- forma- ção	Operários da Pa- lha & Palhas, Ida	Reclamações não fo- ram atendidas	S/ in- forma- ção	S/ informação	S/ informação	<i>A Batalha</i> (18/11/1919)
1 jan 1920	7 jan 1920	Lavradores-casei- ros	Contra aumento impos- tos da Câmara	S/ in- forma- ção	S/ informação	AC dos lavra- dores-caseiros e jornaleiros	<i>A Batalha</i> (06/01/1920); <i>Co- mércio do Minho</i> (01/01/1920, 04/01/1920, 08/01/1920); <i>O Li- beral</i> (04/01/1920); <i>No- tícias do Norte</i> (04/01/1919)
15 jan 1920	8 fev 1920 (pelo menos)	Manipuladores de pão	Reclamações não fo- ram atendidas	S/ in- forma- ção	Não atendidas: padeiros grevistas não readmitidos abriram cooperativa onde vendiam pão a preço acessível	S/ informação	Segundo Carlos da Fonseca, <i>História do movimento ope- rário e das ideias socialistas em Por- tugal</i> , vol 1, greve acompanhou igual movimento no Porto
fev/20	S/ in- forma- ção	Operários tipógra- fos	S/ informação	S/ in- forma- ção	S/ informação	S/ informação	<i>A Batalha</i> (22/02/1920)
29 fev 1920	5 mar 1920	Ferrovários do Mi- nho e Douro	Em solidariedade com os grevistas ferroviários do Sul e Sueste	S/ in- forma- ção	S/ informação	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (06/03/1920)

4 mar 1920	26 mar 1920	Empregados dos Correios e Telefógrafos	Em solidariedade?	S/ informação	S/ informação	AC dos Empregados Menores do Correio	<i>Comércio do Minho</i> (06/03/1920, 11/03/1920, 18/03/1920, 21/03/1920, 28/03/1920, 01/04/1920, 04/04/1920)
8 mar 1920	15 mar 1920	Funcionários públicos das finanças	Solidariedade com os funcionários do resto do país	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (11/03/1920, 18/03/1920)
7 mai 1920 (pelo menos)	1 jun 1920	Operários marceneiros	Aumento salarial de 50%	S/ informação	Não atendidas: industriais só concederam 20%. Operários trabalharão noutras terras	S/ informação	<i>A Batalha</i> (21/05/1920, 02/06/1920, 06/06/1920)
24 mai 1920	1 ou 2 jun 1920	Operários alfaiates e costureiras	Aumento salarial de 80%	S/ informação	Atendidas: receberam aumento de 50%	S/ informação	<i>A Batalha</i> (02/06/1920, 06/06/1920); <i>Comércio do Minho</i> (27/05/1920, 03/03/1920)
S/ informação	jul/20	Operários chapeleiros	Reclamação horária não atendida	S/ informação	Atendidas.	S/ informação	<i>A Batalha</i> (29/07/1920)
ago/20	S/ informação	Operários chauffeurs	S/ informação	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>A Batalha</i> (01/09/1920); <i>Comércio do Minho</i> (26/08/1920)

2 ago 1920	S/ informação	Operários latoeiros	Reclamação de aumento salário não atendida	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>A Batalha</i> (08/08/1920); <i>Comércio do Minho</i> (05/08/1920)
2 ago 1920	13 ago 1920	Operários manufatores de calçado	Aumento salário (não especificado)	S/ informação	Atendidas	Sindicato dos Operários Manufatores de Calçado; delegados do Porto (Federação ou associação/sindicato?)	<i>A Batalha</i> (06/08/1920, 07/08/1920, 08/08/1920, 09/08/1920, 14/08/1920, 17/08/1920); <i>Comércio do Minho</i> (05/08/1920, 08/08/1920)
30 set 1920	dez/20	Ferrovários do Minho e Douro	Solidariedade com os ferroviários do Sul e Sudeste	S/ informação	Derrota	S/ informação	Ver Manuel Joaquim de Sousa, <i>O sindicalismo em Portugal</i> , p. 129 <i>A Batalha</i> (01/10/1920, 03/11/1920, 09/12/1920, 24/12/1920); <i>Comércio do Minho</i> (27/11/1920); <i>Notícias do Norte</i> (10/10/1920)
out/20	S/ informação	Operários manufatores de calçado	Contra descida salário	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>A Batalha</i> (03/11/1920); <i>Comércio do Minho</i> (16/10/1920)
4 abr 1921	S/ informação	Operários construção civil	Contra horário trabalho estabelecido pelos industriais	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Comércio do Minho</i> (06/04/1921); <i>Diário do Minho</i> (05/04/1921)

mai/21	S/ informação	Operários latoeiros, picheiros e funileiros	Industriais não cumprem lei 8h	S/ informação	S/ informação	SU Metalúrgico; União dos Sindicatos Operários	<i>A Batalha</i> (12/05/1921, 17/05/1921)
mai/21	mai/21	Operários tipógrafos da Casa do Globo	Aumento salarial de 50%	S/ informação	Atendidas em parte	S/ informação	<i>A Batalha</i> (13/05/1921); <i>Diário do Minho</i> (08/05/1921)
4 mai 1921	S/ informação	Operários chapeleiros	Reclamação aumento salário (de 20%, depois de 10%) não atendida. Segundo <i>A Batalha</i> , greve seria contra a redução de salário e aumento horário trabalho	S/ informação	S/ informação	AC dos Operários Chapeleiros; Delegados do Porto (Federação ou associação/sindicato?)	<i>A Batalha</i> (13/05/1921); <i>Comércio do Minho</i> (11/05/1921); <i>Diário do Minho</i> (06/05/1921, 07/05/1921)
jan/22	S/ informação	Operários da Central Elétrica	S/ informação	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Diário do Minho</i> (21/01/1922)
3 mai 1922	5 mai 1922	Operários manufatores de calçado (segundo <i>Diário do Minho</i> , só de 5 fábricas)	Reclamação aumento salário não atendida	S/ informação	Atendidas.	Sindicato dos Operários Manufatores de Calçado; SU Indústria de Calçado, Couro e Peles (Porto)	José Silva, no seu livro <i>Memórias de um operário</i> , vol. 1 (pp. 85-86), descreve a greve com duração de 2 semanas

10 mai 1922 (pelo menos)	S/ in- forma- ção	Operários cantei- ros e assentado- res	Reclamação aumento salário não atendida	S/ in- forma- ção	S/ informação	SU da Cons- trução Civil	<i>A Batalha</i> (17/05/1922, 19/05/1922); <i>Diá- rio do Minho</i> (12/05/1922, 18/05/1922)
10 ago 1922	11 ago 1922	Greve geral	Junta-se ao movimento em Lisboa e Porto, con- tra carestia de vida	S/ in- forma- ção	S/ informação	União dos Sin- dicatos Operá- rios	<i>A Batalha</i> (20/08/1922); <i>Diá- rio do Minho</i> (09/08/1922, 10/08/1922)
11 set 1922	out/22	Operários taman- queiros	Reclamação aumento salarial de 100% não atendida	S/ in- forma- ção	Atendidas	SU dos Operá- rios da Indús- tria de Cal- çado, Couros e Peles	<i>A Batalha</i> (14/09/1922, 22/09/1922, 15/10/1922)
out/22	S/ in- forma- ção	Operários chape- leiros da fábrica Camilo & C ^a	Greve de solidariedade com os operários da Fábrica Social Braca- rense despedidos	S/ in- forma- ção	S/ informação	SU dos Operá- rios Chapelei- ros	<i>A Batalha</i> (24/10/1922)
3 out 1922 (dia 7, se- gundo José Silva)	17 out 1922 (dia 23, se- gundo José Silva)	Operários manufa- tores de calçado	Reclamação aumento salário não atendida	S/ in- forma- ção	Atendidas.	SU dos Operá- rios da Indús- tria de Cal- çado, Couros e Peles	<i>A Batalha</i> (07/10/1922, 14/10/1922, 15/10/1922, 19/10/1922, 20/10/1922); <i>Diá- rio do Minho</i> (18/10/1922)

out/22	S/ in- forma- ção	Operários tipógrafos da empresa Minho Gráfico	Aumento salário (não especificado)	S/ in- forma- ção	S/ informação	S/ informação	<i>Diário do Minho</i> (17/10/1922, 18/10/1922, 19/10/1922, 21/10/1922, 22/10/1922, 24/10/1922, 25/10/1922, 26/10/1922)
14 fev 1923	28 fev 1923	Operários alfaiates e costureiras	Reclamação aumento salário não atendida	S/ in- forma- ção	Atendidas	Sindicato da classe	<i>A Batalha</i> (18/02/1923, 28/02/1923, 07/03/1923); <i>Diário do Minho</i> (15/02/1923, 16/02/1923)
S/ in- forma- ção	fev/23	Operários canteiros	Aumento salário (não especificado)	S/ in- forma- ção	Atendidas	SU Metalúrgico	<i>A Batalha</i> (17/02/1923)

8 mar 1923	mar/ 23	Operários metá- lúrgicos	Reclamação de au- mento salarial de 100%, feita pelos operá- rios serralheiros, não atendida	S/ in- forma- ção	Não atendidas	SU Metalúr- gico; Comitê Federal Meta- lúrgico (Norte)	<i>A Batalha</i> (11/03/1923); <i>Diá- rio do Minho</i> (13/03/1923, 14/03/1923, 15/03/1923, 16/03/1923, 17/03/1923, 21/03/1923, 23/03/1923, 24/03/1923)	O <i>Diário do Minho</i> (23/03/1923) afirma que operá- rios receberiam au- mento de 20 a 60%, conforme habilita- ção, mas industriais desmentiram a noti- cia, afirmando que não atenderam as reclamações operá- rias
abr/23	S/ in- forma- ção	Operários tipógra- fos	Reclamação aumento salarial de 100% não atendida	S/ in- forma- ção	S/ informação	S/ informação	<i>A Batalha</i> (08/05/1923)	
mai/23	mai/23	Operários dos ser- viços municipali- zados	Aumento salário (não especificado)	S/ in- forma- ção	S/ informação	Sindicato dos Empregados de Tração, Água, Luz e Gás	<i>A Batalha</i> (05/05/1923, 08/05/1923); <i>Diá- rio do Minho</i> (19/06/1923)	
mai/23	S/ in- forma- ção	Operários manufa- tores de calçado (1° parcial, depois geral)	Aumento salarial de 50%	S/ in- forma- ção	S/ informação	SU dos Operá- rios da Indús- tria de Cal- çado, Couros e Peles; Fede- ração Indústria Calçado, Couro e Peles (Norte)	<i>A Batalha</i> (08/05/1923, 09/05/1923, 16/05/1923, 17/05/1923, 18/05/1923)	

4 jun 1923	S/ formação	Operários caído-	Reclamação aumento salarial não atendida	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Diário do Minho</i> (05/06/1923)
6 jul 1923	set/23 (pelo menos)	Operários mobiliários (primeiro da Faustino & Barros, depois greve geral)	Reclamação aumento salarial não atendida	c. 300 (na greve geral)	S/ informação	SU Mobiliário; Federação Mobiliária	<i>A Batalha</i> (19/07/1923, 30/08/1923, 16/09/1923, 18/09/1923, 28/03/1924)
24 fev 1924	16 mar 1924 (pelo menos)	Operários chapeleiros da Taxa & Faria	Reclamação aumento salarial de 22% (como no Porto) não atendida. No dia 13/03, passou a 50%, pois patronato ainda não tinha acedido às reclamações	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>A Batalha</i> (11/03/1924, 19/03/1924)
abr/24	S/ formação	Operários chapeleiros da Fábrica Social Bracarense	S/ informação	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>A Batalha</i> (16/04/1924)
14 abr 1924	5 mai 1924 (pelo menos)	Operários manipuladores de pão	Reclamação aumento salário não atendida	S/ informação	S/ informação	SU dos Operários Manipuladores de Pão	Também em Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Cova da Piedade, segundo José Teodoro, «A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)» <i>A Batalha</i> (16/04/1924); <i>Diário do Minho</i> (12/04/1924, 30/04/1924, 03/05/1924, 06/05/1924, 18/05/1926)

29 abr 1924	Trabalhadores dos transportes	Contra aumento das multas por excesso de velocidade. Acompanha greve do sector em Lisboa e Porto	S/ informação	Atendidas: multas a aplicar seriam as anteriores ao decreto	AC dos Chauffeurs e Conductores de Automóveis do Minho; Comité Central (Lisboa)	<i>A Batalha</i> (13/05/1924); <i>Diário do Minho</i> (30/04/1924, 01/05/1924, 04/05/1924, 06/05/1924, 07/05/1924, 08/05/1924, 09/05/1924, 10/05/1924, 11/05/1924, 13/05/1924, 14/05/1924, 15/05/1924, 17/05/1924, 18/05/1924, 20/05/1924)	Também em Viana do Castelo, segundo José Teodoro, «A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)»
mai/24	Empregados maiores dos Correios e Telégrafos	S/ informação	S/ informação	S/ informação	S/ informação	<i>Diário do Minho</i> (13/05/1924, 15/05/1924)	
mai/24	S/ informação	S/ informação	S/ informação	S/ informação	S/ informação	Carlos da Fonseca, <i>História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal</i> , vol. 1	

mai/24	S/ informação	Operários pedreiros	S/ informação	S/ informação	S/ informação	S/ informação	Carlos da Fonseca, <i>História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal</i> , vol. 1
21 mai 1924	18 jul 1924	Empregados Maiores dos Correios e Telégrafos	Em solidariedade com os grevistas do Porto e Lisboa	S/ informação	S/ informação	Comissão Central de Resistência do Pessoal Superior Telégrafo-postal	<i>Diário do Minho</i> (22/05/1924, 10/06/1924, 19/07/1924, 20/07/1924)
jul/24	jul/24	Operários manufatores de calçado das fábricas José Andrade & Filho e Casimiro Júlio Sousa	Reclamação aumento salarial de 50% não atendida. Reivindicação passou depois a ser de 25%	S/ informação	Atendidas (a reivindicação de 25%)	SU dos Operários da Indústria de Calçado, Couros e Peles; Federação Indústria Calçado, Couro e Peles (Norte)	<i>A Batalha</i> (17/07/1924, 29/07/1924)

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional

Anexo 7. Relatório do Sindicato dos Manufatores de Calçado sobre a greve da classe, agosto de 1920

BRAGA, 16 – Conforme dissemos realizou-se na quinta-feira última uma reunião de todos os industriais de sapataria desta cidade e uma comissão deste sindicato, juntamente com os dois camaradas do Porto que aqui têm estado para ajudar a nossa comissão a pôr termo ao conflito. Depois de entrarmos na sala do Montepio de S. José, onde se efetuou a reunião, o secretário, sr. Geraldo, começou por dizer que era muito amigo dos operários e mais coisas bonitas, passando depois a ler a tabela apresenta pela classe e com as alterações feitas pelos patrões.

Finda a sua leitura, o camarada Felisberto Baptista demonstrou a pouca importância que tinha a oferta feita pelos industriais, declarando perentoriamente que a classe não podia aceitar tão mísera oferta, porquanto a classe tinha forças para conquistar mais salário. Seguiu-se quem estas linhas traça, analisando ponto por ponto as ofertas feitas, declarando também em nome da classe que ele não aceitaria a oferta, pois que nos ofereciam preços que já ganhávamos antes da greve.

Ainda sobre as gaspeadeiras lastimámos que os industriais nada propusessem, sendo estas quem em todos os tempos têm sido mais exploradas.

Depois seguiu-se a discussão entre alguns industriais e os membros da comissão operária, conseguindo-se, após duas horas de discussão, arrancar aos industriais mais salário que aquele que de princípio ofereciam, não conseguindo a comissão obter para as gaspeadeiras mais do que 20% sobre os antigos salários.

Como tivesse terminado tarde a reunião e embora a classe estivesse esperando pelos seus resultados, a comissão resolveu que só no dia seguinte se daria contas da *démarche* efetuada.

Assim às 11 horas do dia seguinte, reuniu a classe no seu máximo número, sendo lida a tabela com as alterações feitas. Foi devidamente apreciada, resolvendo a classe aceitar a transigência, isto em face dos nossos camaradas do Porto terem também transigido; sobre as gaspeadeiras, depois de algumas se terem pronunciado contra a proposta dos patrões, que declararam ser um escárnio, resolveram não aceitar e continuarem em luta, até que sejam atendidas as suas reclamações.

Hoje, reúnem novamente os industriais para resolverem sobre o salário das mulheres.

Bom será que atendam às suas reclamações, evitando assim prolongar-se o conflito com o que nada ganharão os industriais, pois sabem bem que tanto os operários como as gaspeadeiras têm facilidade em colocar-se nas localidades próximas, especialmente no Porto.

Fonte: Sindicato dos Manufatores de Calçado, «Em Braga: soluciona-se a greve dos manufatores de calçado. As ajuntadeiras prosseguem no movimento», *A Batalha*, 17 de agosto, 1920: 1-2.

Anexo 8. Relato da sessão solene comemorativa da vitória de uma greve dos fabricantes de calçado, novembro de 1922

BRAGA, 18. – Promovida pelo Sindicato Único dos Operários da Indústria de Calçado, Couros e Peles, efetuou-se há dias uma sessão solene para comemorar a última vitória conquistada pelos fabricantes de calçado, fazendo vingar perante os industriais uma tabela de preços de mão-de-obra apresentada pelo sindicato.

Foi uma bela jornada de propaganda, onde se fez a apologia dos mais sãos princípios do sindicalismo revolucionário, fazendo uso da palavra Serafim Cardoso Lucena e Carlos Silva, delegado do Comité Federal do Norte, e Manuel Joaquim de Sousa, que acidentalmente se encontrava nesta cidade.

Aberta a sessão às 14 horas, a que preside José da Silva, que em breves palavras explica o fim da reunião, foi dada a palavra a Serafim Lucena. Este camarada diz-se surpreendido pelos progressos que tem verificado na classe dos fabricantes de calçado desta cidade nos últimos tempos, afirmando que quando novo ainda, veio aqui para organizar a associação de classe dos operários fabricantes, que a breve trecho os seus dirigentes deixavam morrer. Mais tarde, novamente cá voltou para a levantar e segunda vez ela desapareceu.

Porém, agora diz-se sentir radiante de alegria, por ter verificado que à frente deste sindicato se encontram meia dúzia de rapazes com ideias altruístas.

Saúda a classe pela vitória alcançada, mas aconselha-a a que não durma sobre ou louros da vitória, afirmando que é preciso que se organize mais fortemente a fim de se habilitar para novas conquistas.

Diz que despertou para a luta social muito jovem ainda, na idade em que a maioria dos rapazes moços se entregam à expansão da vida e aos folguedos.

Faz uma rasgada propaganda do sindicalismo revolucionário, único meio capaz de acelerar a marcha da revolução social que há de libertar todos os escravos.

Fala a seguir Carlos Silva, delegado do Comité Federal do Norte, que principia por dizer que o Comité Federal não podia deixar de satisfazer o pedido deste sindicato para enviar aqui um seu representante, pois tratava-se de comemorar uma vitória alcançada pelo esforço da classe, aconselhando a que sigam sempre esse caminho da união e da organização a fim de conquistarem novas regalias.

Como estejam muitos jovens na sala, faz-lhes uma exortação para que ingressem nas Juventudes Sindicalistas a fim de lá dentro se instruírem e conhecerem os direitos a que têm jus

na sociedade e desta forma contribuir com a sua ação e com o seu exemplo para o advento da transformação social.

Por último, foi dada a palavra a Manuel Joaquim de Sousa, que faz à assembleia uma bela preleção histórica, descrevendo as convulsões que têm sacudido a humanidade até aos nossos dias, as guerras e revoluções que os nossos antepassados fizeram, tendo sempre em mira a sua felicidade e liberdade. Explica como a burguesia em 1789 com a ajuda do proletariado fez a sua revolução que a levou a tomar conta do poder arrancado ao feudalismo.

Diz ainda como a burguesia, depois senhora do poder, atraiçooou as aspirações do proletariado, pelo que aconselha a todos os operários a não confiar os assuntos que lhe dizem respeito a estranhos, pois que só assim deixarão de ser ludibriados. Afirma que é preciso completar os quadros sindicais com todas as peças necessárias, a fim de, após a revolução, a organização estar perfeitamente apta a tomar conta da gestão da produção.

O presidente faz também algumas considerações, afirmando achar-se satisfeito pela bela jornada de propaganda que acabava de se realizar, aconselhando a classe a manter-se sempre unida dentro do seu sindicato, encerrando em seguida a sessão e sendo no final tirada uma quete para os mineiros de Aljustrel que rendeu 27 escudos, acabando esta festa operária no meio do maior entusiasmo, aos vivas à *Batalha*, organização operária, etc..

Finda esta reunião, um grupo de 30 camaradas marchou para o Bom Jesus, realizando um jantar de confraternização, que decorreu na melhor ordem e harmonia, terminando pelas 22 horas.

Cá fora, no meio da Mata do Bom Jesus, o camarada Lucena fez uma pequena palestra, agradecendo a todos as provas de amizade que lhe dedicaram, ao mesmo tempo que elogiou os presentes pela maneira correta e irrepreensível como se portaram durante o jantar, deixando esta tarde bem passada, gratas recordações no espírito de todos que tiveram a alegria de passar umas horas de felicidade e fraternidade.

Fonte: s/a, «No SU da Indústria de Calçado, Couros e Peles de Braga», A Batalha, 22 de novembro, 1922: 2.

Anexo 9. Ofício enviado pela Liga das Artes Gráficas aos industriais, explicando a sua declaração de greve, outubro de 1915

Exmo. Sr.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.^a que a classe gráfica, reunida ontem, para apreciar o ofício de V. Ex.^{as}, resolveu:

Começar com a 'greve' por casas, para que os salários não sejam diminuídos;

Aceitar a demissão da Comissão que tem tratado do assunto;

Eleger uma Comissão secreta para continuação dos trabalhos, isto para evitar futuras represálias.

Da primeira resolução resultou, *deitando-se à sorte por onde começar*, sair a casa de V. Ex.^a.

Ora, V. Ex.^a não deve melindrar-se nem com o seu pessoal nem com a restante classe, que não está disposta a ganhar menos sobretudo num momento como o atual; e – *dura lex sed lex* – é o que constantemente ouvimos.

Quererá isto dizer que nós entendemos que devemos trabalhar menos e talvez ganhar mais?

Não. O que queremos dizer é que as diferenças da lei não podem ser pagas por V. Ex.^{as} nem por nós, mas sim pelo público, com um proporcional aumento no preço da mão-de-obra.

Pensem V. Ex.^{as} nisto e evitar-se-ão prejuízos recíprocos que a todos atingem.

Sem outro motivo, com os costumados cumprimentos de

Saúde e Fraternidade

Braga, 18 de outubro de 1915.

A Comissão da Greve

Fonte: s/a, «As artes gráficas e o horário de trabalho», *Ecos do Minho*, 19 de outubro, 1915: 2.

Anexo 10. Entrevista aos proprietários das fábricas metalúrgicas que sofreram explosões no decorrer de uma greve, março de 1923

Mais uma vez a pacatez e sossego do velho burgo bracarense foram sobressaltados pelo enorme estampido de duas bombas e dinamite que a malvadez arremessou contra dois estabelecimentos de indústria metalúrgica, onde os operários se encontram em *greve*.

Em menos de seis meses três atentados dinamitistas se registam de dentro das portas da cidade, a outrora tão ordeira e tão respeitadora dos direitos alheios. Manifestamente se patenteia o intuito de dar a Braga a intranquilidade e desassossego de Lisboa e Porto e de entrar numa fase de desordem que torna a vida um sobressalto, colocando-nos sob a tirania da multidão trabalhadora, estonteada nos seus sonhos de triunfo anárquico e *bolchevista*.

Não pode ser, não há de ser.

É preciso que as autoridades, sem contemplanções de nenhuma espécie procedam a um rigoroso inquérito, procurando descobrir os autores e inspiradores do criminoso atentado e aplicando-lhes o rigoroso castigo que merecem.

Fomos nós as primeiras vítimas da demência que se apossou da classe operária.

Então reclamámos justiça, o castigo rigoroso para os culpados, porque a impunidade seria motivo de novas tentativas de crime, esperançados os autores mais uma vez no êxito feliz da primeira tentativa.

Não nos ouviram. Nada se apurou quanto ao atentado que em outubro do ano passado se praticou contra o 'Diário do Minho'. As razões não vale a pena indagá-las. São factos consumados, águas passadas, tristezas que já lá vão e que nada se lucra em recordar.

Devemos lembrar, porém, a quem de direito que daqui à anarquia total é somente um passo. Por este andar repetir-se-ão os atentados dinamitistas todas as vezes que na cidade se declare uma *greve* e os patrões se não decidam a capitular perante as exigências inaceitáveis dos *grevistas*.

Vê-se que há um poder [ilegível: acúleo/oculto] que maneja a classe operária, sujeitando os pobres trabalhadores às suas determinações e obrigando uma cidade inteira a viver sob a pressão constante das suas ameaças.

Esse poder oculto ficará porém a claro, se a polícia desenvolver toda a sua atividade e pôr-se em jogo todos os meios de chegar até ao fim nas averiguações a que tenha de proceder.

Nada de injustiças ou exageros escusados, mas nada de contemplanções em casos de tanta gravidade.

Todo o rigor que a lei consinta, pois se trata da defesa da sociedade ameaçada pela desordem.

No atentado dinamitista de agora, como no atentado de que foram vítimas em outubro do ano passado, há executores e há mandantes.

Averigue-se quem são uns e outros e castigue-se todos com o rigor que o caso exige.

Não somos pelos patrões contra os operários, somos pela ordem e pela justiça contra a desordem e contra o crime.

Os trabalhadores ter-nos-ão sempre a seu lado nas reclamações justas que fizerem em defesa da sua classe.

Mas contra estes atropelos à lei, e assaltos à propriedade protestamos indignados, pedindo o máximo rigor.

Falando com o Sr. António Marinho

No desejo de bem informar o público e conhecer as causas e motivos determinantes do atentado dinamitista procurámos avistar-nos com os proprietários dos estabelecimentos metalúrgicos atacados à bomba.

Queríamos levar-lhes o nosso protesto e a afirmação da nossa solidariedade e informar-nos dos antecedentes da *greve*, para melhor ajuizarmos da culpabilidade dos dinamitistas.

No escritório da Autoviação do Minho procurámos o Sr. António Marinho, representante da empresa proprietária da Fábrica de Fundição do Largo dos Remédios, uma das dinamitadas.

O Sr. Marinho não estava e por isso tomámos em direcção à rua de Santa Margarida.

O sol aperta àquela hora do meio-dia e foi com vontade de largar o *sobretudo* que chegámos ao número 145, residência do cavalheiro que procurámos.

Recebe-nos de pronto e amavelmente.

É no escritório, ao rés-do-chão, que falámos.

– Trago-lhe os protestos da minha solidariedade e do jornal, digo.

– Obrigado. Só hoje soube. Contra o meu costume deitei-me cedo. E depois não era de esperar o que se passou.

– Poderá dizer-me porquê...

– Porque tudo levava a supor que os operários em greve regressassem ao trabalho. A maneira porque declararam a greve é tudo quanto há de menos correto e desleal.

– Não avisaram?

– Não senhor. A empresa que represento tem sempre acedido a todos os pedidos de aumento de salário, satisfazendo-os dentro das suas possibilidades.

Pouco a pouco, a maneira que a carestia da vida foi subindo, fomos também aumentando os ordenados.

E não estávamos muito em condições de fazê-lo. A empresa não deu este ano lucros, encerrou sem dividendo as suas contas e a direção viu-se forçada a trabalhar sem ordenado um ano, na esperança de que o novo ano seja de resultados mais compensadores.

Nestas condições não assiste aos operários direito de exigências extraordinárias, tanto mais que a casa procurou nivelar os ordenados com os das congéneres na cidade.

Se estivéssemos a fazer grandes lucros pagaríamos em proporção aos trabalhadores.

Assim basta que lhes não façamos justiça e dessa não podem eles queixar-se.

Demais o serviço deixa por vezes muito a desejar.

– Mau?

– Mau e pouco. Há operários que trabalham pouco e outros que não trabalham em condições. Só têm a preocupação de fazer jus ao ordenado e nada mais. Não se aperfeiçoam no trabalho e causam por isso, às vezes, enormes prejuízos à empresa.

– Em quê?

– Em consertos mal feitos. A nossa fábrica só trabalha nos carros da ‘Autoviação’. Há muito que não fazemos serviços para fora.

Foi um meio de que nos servimos para evitar consertos no estrangeiro, que, com a diferença de câmbio, nos saíam por um preço que nos tornava impossível a vida da empresa.

Pois o serviço é tão mal feito, que carros vindos do concerto ficam inutilizados logo na primeira viagem de experiência.

Sucedeu isso ainda há dias com um conserto de um conto de réis.

Apesar disso temos sido da melhor boa vontade em satisfazer as reclamações do pessoal trabalhador.

Hoje dez, amanhã quinze, depois vinte por cento, temos indo sucessivamente aumentando os ordenados. Ainda na última semana tínhamos feito um aumento regular.

A causa da greve

– Nessas condições como explicar a ‘greve’?

– Só pode explicar-se por imposição do ‘Sindicato Único’. Há dias recebemos uma comunicação do ‘Sindicato Único’ metalúrgico exigindo um aumento de ‘cem por cento’ e a resposta dentro em quarenta e oito horas.

– E que fizeram?

– Não respondemos.

Entendi que não tínhamos obrigação de reconhecer o tal Sindicato nem atender as suas exigências, desde que ninguém dentre o pessoal da casa as secundava.

– E ninguém as secundou?

– Ninguém. Passado o tempo indicado na comunicação do Sindicato Único, os operários abandonaram o trabalho sem qualquer satisfação, sem haverem pedido coisa alguma ou dizerem porque não queriam trabalhar.

Uns dias passados veio uma comissão não de operários da fábrica mas de dirigentes do Sindicato Único entender-se comigo e insistir na reclamação.

– Como respondeu aos comissionados?

– Não respondi mal.

Mostrei-lhes a boa vontade de atender os operários nas suas reclamações mas sempre na medida das possibilidades da empresa e nunca em obediência a imposições injustas e exageradas.

Fiquei sempre supondo que no princípio desta semana os operários voltariam ao trabalho. Enganei-me. Em vez dos operários vieram as bombas que estilhaçaram os vidros da casa e estabeleceram o pânico na cidade.

Uma circunstância

É de notar que tanto numa como noutra fábrica as bombas foram lançadas contra os escritórios de administração e não contra os maquinismos.

– Isso indica...

– Não sei o que indica. Parece-me que com isso quiseram os bombistas manter terror e forçar os patrões a ceder.

– E cederão?

– De forma alguma. Não o consente o decoro nem o permite a justiça. Ceder em tais condições seria pactuar com a desordem.

O que diz o Sr. Dr. Justino Guimarães

O proprietário da Cutelaria da Rua Cinco de Outubro, onde se deu o outro atentado dinamitista é o Sr. Dr. Justino Guimarães.

Reside junto da Fábrica, e, se a bomba é de maior potência ou encontra mais resistência, podia ter deitado abaixo um dos cunhais da casa de morada.

As declarações do Sr. Dr. Justino condizem com as do Sr. António Marinho.

Ambos estão de acordo em atribuir ao Sindicato Único a declaração da 'greve'.

O proprietário da Fábrica de Cutelaria narra:

– No dia 5 do corrente recebi um impresso do Sindicato Único exigindo um aumento de 'cem por cento' para os operários da minha fábrica e uma resposta no dia 7.

– Respondeu?

– Não senhor. Desde que os meus operários nada me tinham pedido, como havia eu de tomar conhecimento da comunicação do 'Sindicato Único'?

– E depois? Que sucedeu?

– Sem qualquer explicação os operários declararam-se em greve. No dia 8 fui procurado por uma comissão de dirigentes do Sindicato. O secretário Luiz Caquinha disse-me que a minha pessoa era vista com grande simpatia nos meios operários e que tinha muita pena de não ter trazido o livro das atas para eu poder verificar os votos de louvor que tinham sido aprovados, pelo meu procedimento com os operários. Disse-me mais que lhe parecia dever a minha resposta satisfazer e que por isso os operários retomariam o trabalho. Fiquei convencido de que na segunda-feira os operários retomariam o trabalho, tanto mais, que há quinze dias, depois de uma greve, lhes havia aumentado os salários. Surpreendeu-me portanto a explosão dinamitista que é uma completa negação da tal simpatia de [que] falou o sr. Caquinha.

.....

Até aqui os proprietários das fábricas atacadas.

Vê-se pela sua narração que a 'greve' foi imposição do Sindicato Único.

E o atentado dinamitista?

Tem a palavra as autoridades.

Fonte: Santa Cruz, «O atentado dinamitista de terça-feira», *Diário do Minho*, 14 de março, 1923: 1.

Anexo 11. Relato das negociações entre industriais e grevistas marceneiros, maio de 1913

Estes operários que se declararam em greve, a fim de obterem melhoria de situação, acabam de obter uma grande vitória.

O horário de trabalho que tinham era de 11 horas durante quatro meses e 10 e meia nos restantes meses do ano. Os salários que recebiam eram inferiores aos seus colegas doutras regiões.

Resolveram então reclamar o horário de 9 horas e um aumento coletivo nos salários: 30 por cento para os ordenados inferiores a 400 réis, e 20 por cento para os superiores a essa quantia.

Entrando-se em negociações, os operários, valendo-se dum velho rotineirismo, apelaram para as autoridades, no intuito de estas solucionarem o conflito. Não lhes deu o resultado que desejavam. Autoridades, nestas coisas, são sempre autoridades...

Depois recorreram à Federação das Associações Operárias. Esta entidade, como lhe competia esforçou-se o mais que pôde para solucionar o conflito. Nada pôde conseguir, motivo porque os operários deliberaram pedir o auxílio às suas congéneres desta cidade.

Para esse fim enviaram delegados que infirmaram diretamente a Associação dos Operários Marceneiros e a Associação dos Entalhadores do Norte (Avintes). Estas coletividades reunidas deliberaram mandar lá os seus representantes. Pela primeira foi o nosso camarada José Joaquim Maciel Barbosa, e pela segunda o nosso amigo Manuel Ferreira da Cunha, os quais partiram para Braga no passado dia 13 a dar cumprimento ao seu mandato.

Após a sua chegada e trocadas as necessárias explicações, reuniram-se, pela uma hora da tarde, em assembleia magna com os grevistas. Tratando-se da marcha do movimento resolveu-se oficiar aos industriais para receberem uma comissão com os dois delegados das associações do Porto.

A meio da tarde os industriais davam a resposta, convidando a comissão a reunir pelas 19 horas, em casa de um deles.

À hora marcada reuniram as duas partes. Um dos comissionados expõe os motivos que ali os reunia, dizendo os industriais que nada resolveriam sem dar uma satisfação à autoridade local, visto a mesma autoridade ter interferido no assunto.

O delegado dos marceneiros do Porto, objeta que isso não impede que se discuta o assunto. É uma questão entre Capital e Trabalho, e que portanto só aos presentes diz respeito. Aproveitando

o momento faz uma série de considerações, em vista do que os industriais não puseram dúvida em iniciar, o debate sobre as reclamações dos grevistas.

Bastante longo foi esse debate. Sobre a primeira parte os industriais resolveram estabelecer as 10 horas. A resolução da segunda parte – aumento do salário, ficou para o dia seguinte.

Voltando a comissão à sede da Associação a dar conta da conferência os operários manifestaram a sua satisfação pelo início da vitória. Também tomaram deliberações sobre os outros pontos que ficaram pendentes para o dia seguinte.

No dia 14 voltaram a reunir as duas partes para se solucionar o conflito. Depois de bem discutido o assunto, os industriais propuseram um aumento geral de 10 por cento.

Os delegados dos operários manifestaram-se para que esse aumento fosse mais equitativo, pois assim beneficiar-se-iam mais uns que outros, concluindo-se, de que, dentro da média de 10 por cento, se equilibrasse esse aumento proporcional a todos.

As outras reclamações ficaram sem efeito por se julgarem desnecessárias por agora.

Terminados os trabalhos a comissão foi dar conta do seu mandato para que a classe em greve resolvesse em última instância. Os operários regozijam-se com a vitória alcançada e aprovaram, unanimemente as conclusões a que a comissão chegou. A greve terminou, portanto, com a obtenção de 10 horas de trabalho e 10 por cento de aumento nos salários.

É assim com a união, e com a solidariedade de todos que as lutas se vencem. Avante, pois. Lutar é viver.

Fonte: s/a, «Marceneiros de Braga», A Aurora, 25 de maio, 1913: 4.

Anexo 12. Relato da reunião da AC dos Agricultores Caseiros e Jornaleiros onde uma greve da classe foi votada e manifesto desta associação ao público sobre a mesma, dezembro de 1915

Ao público foi distribuído pelos agricultores o seguinte manifesto:

‘A Classe da Agricultura, achando-se muito prejudicada com os exagerados impostos que a Exma. Câmara lançou sobre os géneros alimentícios que da Agricultura nascem para abastecer o mercado, assim como para o consumo do público em geral, tendo nós já feito as nossas justas reclamações à Exma. Câmara e por fim ao Exmo. Senado Bracarense, o qual nomeou uma comissão que fazendo os seus considerandos, atendeu em parte as nossas reclamações; mas não nos achando satisfeitos por não nos atenderem no que mais nos prejudica, resolvemos por unanimidade e, em assembleia magna do dia 21 do corrente, deixar de fazer a nossa circulação de carros de bois e de géneros para a cidade, de 1 de dezembro em diante.

A Comissão.

Ontem, em sessão magna, reuniu a classe dos trabalhadores, jornaleiros, caseiros e lavradores, na sede da Associação dos Fabricantes de Calçado, à rua 5 de Outubro. Presidia o sr. José Duarte Gomes, que declarou qual o fim da reunião: votar ou não a ‘greve’- imediatamente todos os presentes se manifestaram para que ela fosse votada, ouvindo-se salvas de palmas.

Em seguida pediu a palavra o sr. José Rodrigues Ferreira, da freguesia de Gualtar, que principiou por fazer várias considerações, dizendo que, não tendo a câmara atendido às reclamações da classe, entendia que todos que a constituem se recolhessem em suas casas ou tratassem dos seus trabalhos, não fornecendo desde hoje para a cidade quaisquer produtos pertencentes à lavoura. Fez ressaltar a carestia de vida e a situação dos lavradores e por último concluiu por dizer que nas presentes circunstâncias daqui a pouco o que se vende não chega para pagar as contribuições.

Fizeram mais uso da palavra os srs. João António Rodrigues, de Maximinos, Custódio Braga e Custódio Braga Júnior, de S. Victor, que fizeram ver à classe trabalhadora o quanto valia uma ‘greve’, desde que fosse orientada e nela existisse a mais sólida coesão e firmeza de princípios. Terminou por declarar que se a ‘greve’ produzisse quaisquer distúrbios a culpa não seria da sua classe, mas de quem não obsteu a que o conflito se declarasse, deixando de atender as justas reclamações dos agricultores.

A sessão decorreu sempre animada e todos os assistentes dela saíram dando vivas à ‘greve’.

*

No edifício do governo civil compareceu ontem de tarde grande número de lavradores sócios da Associação de Classe dos Agricultores, dirigindo-se-lhes o sr. administrador do concelho, a propósito da 'greve'.

Aquele funcionário aconselhou a maior prudência e o propósito em que está de reprimir quaisquer atos de coação ou violência.

Fonte: s/a, «A greve dos lavradores», Ecos do Minho, 1 de dezembro, 1915: 2.

Anexo 13. Reivindicação de aumento salarial conforme o custo de vida, janeiro de 1920

- Aqui há coisa de seis meses me dizia jubiloso um camarada, saindo duma greve vitoriosa:

- Ganhámos, sabes!

- Parabéns sinceros! E que resulta?

- Não ficamos muito mal agora, com os novos salários. E se o custo de vida descesse m bocadito...

- Espera por essa! Mas, afinal, quanto passais a ganhar?

- Vinte e dois tostões. Não é nenhuma ucharia, bem entendes, nem eu penso tampouco em comprar prédios de futuro. Mas, em suma, alguma coisa é, e com o que vai passar a ganhar-se, já um homem pode fazer um bocadito de frente à vida. Imagina que estávamos com dezasseis tostões, positivamente a esticar de fome!...

- Consequistes, portanto, seis tostões de aumento. Um pouco de pão mais a crescer à ração de cada dia. Não é mau. Antes isso que uma perna partida. E olhai que mereceria a pena dar-vos os parabéns, e dar-vo-los-ia eu se não conhecesse quão efémeros são os louros que colhestes da vitória grevista. Estou a aguardar-te o júbilo, bem sei. Mas sofre-me tu com paciência o ceticismo, que dentro em pouco me darás razão.

De como são efémeros os proveitos duma greve ganha

Com umas tantas frases mais nos separámos. Vai para seis meses que isto se passou. E eis que, aqui há cousa de seis dias, outra vez topo com o meu antigo interlocutor:

- Bizarrria próspera, hein? Disfrutas ainda os benefícios da vitória grevista de há meio ano, e tudo são rosas, pela certa...

- Deixa-me cá, homem de Deus! Anda-se a esticar de fome. O custo da vida...

- Muito me contas! Presumo que não te terão baixado o salário que alcançastes não há muito...

- Era o que faltava! Baixar o salário?! Pelo contrário, meu velho. Após a greve ficámos ganhando...

- Bem sei, vinte e dois tostões. E dizias-me...

- E ia dizer-te que ainda o patrão me aumentou dois tostões neste comenos...

- Cada vez melhor, portanto.

- Pelo contrário, amigo – acudiu ele, desolado – cada vez pior.

- Não percebo então. O teu salário sobe, sobe constantemente...

Onde se vê que ganhando-se mais, se ganha realmente menos

- Mas o custo de vida sobe ainda mais depressa que o meu salário. E já não há maneira de comprar-se agora, com dois mil e quatrocentos, o que aqui há um ano se comprava com dezasseis tostões. Ganho mais agora? É verdade. Mas desta forma prefiro ganhar menos, se o custo de vida voltar ao que dantes era.

- Assim é, efetivamente. O valor real dos nossos salários está na dependência do preço daqueles artigos que nos são indispensáveis. E dizer um homem que ganha tantos escudos não esclarece nada. O que esclareceria seria dizer-se que se ganha o suficiente para comer, ou o suficiente para comer e vestir, ou ainda o suficiente para comer, vestir e habitar.

- Pois para nenhuma dessas cousas ganho eu hoje suficientemente, e os mês vinte e quatro tostões diários dão apenas para sujeitar-me e à família a um regime de privação constante. Isto não é viver! Não se pode continuar assim!

- Que fazer, então?

- Reclamar novos aumentos de salário. Não há outra solução. O meu sindicato trata disso já. E, por estes dias, será apresentada ao patronato uma outra lista de salários.

- É lógico e natural. E que salário ides reclamar?

- Quatro mil réis. Com menos disto não há maneira de equilibrar-se um lar atualmente.

Mostra-se, em toda a sua evidência, um círculo vicioso

- Supondes então que quatro mil réis...

- Não é nenhuma ucharia, bem entendo, nem eu penso em comprar prédios de futuro. Mas, em suma, alguma coisa é, e já com quatro mil réis se poderia fazer um bocadinho de frente à vida...

- ...Pelo menos enquanto o bacalhau não chegar a três mil réis, o que, segundo todas as probabilidades, não demorará muitos meses. Depois, novas greves, novos aumentos de salários e o custo da vida correndo sempre, como uma sombra, na nossa frente, veloz, indominável.

- Que fazer?!

- Solução satisfatória para o problema da carestia de vida não há outra senão a transformação social. Enquanto, porém, esta se não efetua, cumpre-nos manter os salários numa relação constante tanto quanto possível com o custo da vida.

Ao qual círculo vicioso poria cobro, presumivelmente, o 'salário variável'

'Quero crer que isto se conseguiria de certo modo com a implantação dum salário variável, que acompanhasse todas as oscilações de preço dos géneros necessários.

'Assim não se reclamaria do patronato uma paga fixa que, conseguida hoje, já amanhã não chega para nada. Reclamar-se-ia antes uma fêria constantemente proporcional ao custo da vida. Para pôr em prática este sistema de salário haveria que somar-se o custo médio da habitação e do vestuário com o preço dos géneros de alimentação de mais geral consumo, e do resultado desta soma se deduziria a fêria, mediante uma fórmula fixa. Para obter-se uma base de cálculo podemos averiguar a proporção em que, antes da guerra, estava o salário médio dum trabalhador com o custo de vida. Essa proporção tem de manter-se, pois não é admissível que ela se altere em prejuízo nosso. O que custo da vida subiu numa dada percentagem? O salário subirá nessa mesma percentagem, e sempre uma e outra cousa estarão numa relação permanente.

Uma promessa de exemplificações e outras particularidades

[...] Quando não tenha estas outras vantagens, forçoso é reconhecer-lhe a de poupar tantas energias dissipadas nas constantes lutas grevistas que nos temos visto forçados a travar, para conseguir elevação nos salários. Temos ganho greves sem conto, como é notório. Mas, bem vistas as cousas, no fim de tudo estamos em perda. Perdemos porque se vive pior que nunca e porque cada vez nos apresenta a vida um maior número de dificuldades a vencer. E em perda continuaremos enquanto não amarrarmos o salário à carestia para que esta nos seus saltos tremendos arraste aquele, sem termos nós necessidade de fazer sete greves em seis meses para evitar que a fome arrevente connosco duma vez.

Fonte: s/a, «Uma reclamação de nova espécie: o salário variável consoante as oscilações do custo de vida», A Batalha, 6 de janeiro, 1920: 1.

Anexo 14. Representação dos empregados de hotéis, cafés e restaurantes, enviada ao ministro do Trabalho, contra o decreto 2922 de 30 de dezembro de 1916, janeiro de 1917

Ex.^{mo} Sr.

Não é V. Ex.^a desconhecedor das circunstâncias em que vivem os Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes, em Portugal. E é essa a razão porque nós, os Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes, de Braga, vamos expor a V. Ex.^a as circunstâncias em que o decreto de 30 de dezembro próximo passado nos deixou:

Como V. Ex.^a deve ter conhecimento, estabelecimentos há neste ramo de negócio, cujos proprietários não dão ordenado aos empregados de mesa, e, outros há, em que nós somos obrigados a pagar aos proprietários as módicas quantias de \$30, \$40, \$50 centavos e 1\$00 escudo diário (!) para podermos trabalhar nos seus estabelecimentos. V. Ex.^a deve saber a origem do não pagamento do ordenado e da exigência do pagamento de tais quantias.

A origem da lamentável situação em que nos encontramos é a gorjeta, que os clientes dos estabelecimentos que servimos, nos dão pelos prontos e bons serviços que lhes prestamos. E chegamos, Sr. Ministro, à baixa e lamentável situação de não só termos, em grande parte de estabelecimentos, de trabalhar de graça, como noutra arte de estabelecimentos do País, de repartir com os nossos patrões os magros proventos que pela forma exposta obtemos, para que eles nos deixem trabalhar em suas casas.

A lamentável situação em que vivemos é intolerável. Mas, pela falta de organização da nossa classe em antes de nós, e ainda pela fraca e pouca compreensão dos nossos colegas (em grande parte) de hoje, sofremos, não sabemos até quando, esta exploração do nosso suor de humildes filhos do trabalho. A aguentar-se este estado desgraçado em que nos encontramos, a publicação do decreto de 30 de dezembro passado vem colocar-nos na miséria.

O decreto de 30 de dezembro passa, Sr. Ministro, veio trazer a ruína a algumas centenas de milhares de empregados em serviços noturnos. Embora a V. Ex.^a o não pareça, a Classe dos Empregados de Restaurantes e Cafés, são as únicas mais prejudicadas, porque V. Ex.^a sabe que os Cafés e Restaurantes fazem o seu melhor negócio depois das 22 horas, até às 2 da madrugada. E a proibição de continuarem a fazer o seu negócio, até essa hora, não só redundam em grande prejuízo para os proprietários, como maior vem a ser para os seus empregados, porque parte deles são despedidos por falta de trabalho.

E daí? A fome no lar de dezenas de famílias!

Esta Associação, Sr. Ministro, compreende bem as graves circunstâncias que o nosso País atravessa! É a primeira a reconhecê-las.

Sabe bem que os poderes públicos precisam de obrigar-nos a fazer economias, e nós somos os primeiros a reconhecê-lo, mas economias que não inutilizem o comércio, indústria e agricultura, e que não levem o braço que tudo produz à fome.

Sr. Ministro: os Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes, de Braga, pedem a V. Ex.^a a revogação do decreto de 30 de dezembro último, por ser a ruína da sua classe.

Braga e Sala das sessões da Associação de Classe dos Empregados de Hotéis, Cafés e Restaurantes e Classes Anexas, 15 de janeiro de 1917.

Pela Direção: o presidente. – *Francisco de Abreu Rodrigues Nogueira*

Fonte: Francisco de Abreu Rodrigues, «O decreto da escuridão: representação ao sr. ministro do Trabalho», *Ecos do Minho*, 19 de janeiro, 1917: 2.

Anexo 15. Moção do comício operário contra a carestia de vida, março de 1915

Considerando que o encarecimento dos géneros alimentícios, da maneira como tem sido exorbitante, se torna dia a dia mais insuportável, para o povo consumidor em geral.

Considerando que o limite máximo do preço do milho, estabelecido por decreto de 10 de fevereiro p.p., não pode ser tomado à conta de tabela fixa para esta cidade e seus arredores, mas sim como medida de coação para o egoísmo de diversos açambarcadores que campeiam por todo o País.

Considerando que por tal nota do sr. ministro do fomento publicada na imprensa, se constata a existência no País de cerca de 200 milhões de litros de milho, o que vem justificar que este cereal tem de baixar de preço e não de subir.

Considerando que as medidas adotadas pelos governos têm sido insuficientes para conter na sua desenfreada exploração os açambarcadores de todos os géneros indispensáveis à vida, como se observa com a atitude tomada pelos proprietários de padarias desta cidade.

Considerando finalmente que urge sair desta situação dolorosa em que a fome e a miséria se não faz esperar, que já se encontra em muitos lares.

O povo português e consumidor de Braga, reunido em comício público a convite das associações de classe operárias desta cidade

Resolve

1.º Em harmonia com o n.º 30º do artigo 3.º da Constituição da República Portuguesa, reclamar dos poderes públicos o cumprimento das medidas que têm por objetivo o atenuar o encarecimento da vida, ou sejam 'o decreto de 10 de agosto p.p.: relativo ao açambarcamento de géneros. Idem de 14 relativo à exportação dos mesmos. Idem o que se refere às rendas de casas; bem como todas as medidas que sobre este momentoso problema se não tomados.

2.º Reclamar a interferência do sr. governador civil perante o abuso dos proprietários de padarias na falta de respeito pelas disposições do decreto de 1 de março.

3.º Reclamar da exma. câmara municipal a municipalização da venda de milho; e até o fabrico de pão caso seja possível; assim como dos demais géneros.

4.º Reclamar dos poderes públicos a abertura de trabalhos para assim atenuar a crise porque já está passando uma parte do proletariado.

5.º Acompanhar as reclamações de carácter geral a levar à prática pelos organismos operários de todo o país, logo que se reconheça a sua oportunidade.

6.º Que a comissão que tem a seu cargo este movimento se encarregue de dar execução às resoluções acima tomada.

Fonte: s/a, «A crise das subsistências: comício das classes operárias», *Ecos do Minho*, 23 de março, 1915: 3.

Anexo 16. Moções de protesto dos operários sobre a crise de subsistências e carestia de vida, março de 1917

16. a) Moção de protesto contra a censura, que impediu a publicação e distribuição de um manifesto operário contra a crise de subsistências

O grupo signatário composto de homens de trabalho e honestos chefes de família, tendo apreciado no meio dos mais vibrantes e cômicos protestos, o livre-arbítrio da 'censura', nesta cidade, proibindo a publicação e distribuição do anunciado manifesto relatando simples factos concretos e positivos, a propósito da forma verdadeiramente ilegal e escandalosa como vêm de proceder os impiedosos açambarcadores e detentores do milho – com a evidenciada cumplicidade das suas altas proteções;

Atentas, conseqüentemente, as dificuldades criadas pela violenta atitude da 'censura' em questão, que impede terminantemente a que se possa por intermédio da publicidade e ao abrigo da lei de imprensa, dar a conhecer ao povo a verdade sobre a nefasta e criminosa especulação que com o seu duro e amargo pão de milho fazem os respetivos negociantes monopolistas; e

Convindo aos que justamente reclamam e protestam, em defesa dos seus legítimos interesses e direitos, manterem-se sempre adentro da lei, para que mais flagrante seja a razão das suas fundamentadas queixas, resolve declarar solenemente:

Que este grupo está coato, como acima abertamente o demonstra, e, por isso mesmo, impossibilitado de fazer publicar e distribuir o manifesto em referência.

Que, no entanto, se põe incondicionalmente ao dispor da reunião das direções das associações operárias, a fim de pôr estas ao corrente de tudo quanto sabe e carece inquestionavelmente de ser ventilado, acerca da perturbadora questão do milho.

Que, reconhecendo terminada a sua missão, este grupo, desde já, se dissolve, para os devidos efeitos, visto que o importante assunto das subsistências se acha bem entregue e precisamente confiado às coletividades trabalhadoras, a cujas entidades pertence de facto e de direito os relativos movimentos de reclamação e de protesto.

Que, finalmente, se envie à imprensa e à citada reunião das direções das associações operárias uma cópia deste documento.

Fonte: s/a, «O milho: reunião das classes operárias. É aprovada uma moção», Ecos do Minho, 4 de março, 1917: 2-3.

16. b) Moção de solidariedade ao grupo operário que vigiava a exportação do milho

A reunião das direções das associações operárias, vendo que o grupo que se lhe dirige não olhou a sacrifícios de toda a ordem, para, com evidenciada energia e altivez, defender o pão do povo que trabalha, o qual os membros presentes a esta sessão representam legitimamente, resolve:

1.º - Louvar os trabalhos que o referido grupo levou a cabo contra os implacáveis açambarcadores do milho, tanto mais que ele mostra claramente o respeito e consideração que nutre pelos organismos representativos das artes e dos ofícios.

2.º - Aceitar o seu honroso oferecimento referente a fornecer esta reunião tudo os que os seus membros sabem a propósito da ilegal e escandalosa ação dos monopolistas do milho.

3.º - Dar todo o apoio moral, baseado na mais franca e sincera solidariedade obreira, aos indivíduos processados por causa das justas e legais apreensões de milho, quer em grão, quer em farinha.

4.º - Levar ao conhecimento de um comício público, quando as circunstâncias o exijam, o que haja de interessar os consumidores em geral e as classes proletárias em especial, no tocante ao momentoso e irritante problema das subsistências.

5.º - Secundar, com a mais formal energia e veemência, os protestos contra a sistemática coação da 'censura', impedindo a publicação do manifesto do grupo em referência, acusando factos de menção em defesa do povo que tudo produz e nada tem'.

Braga, 5 de março de 1917

Fonte: «Subsistências: nova reunião dos organismos operários. É votada uma moção», *Ecos do Minho*, 7 de março, 1917: 2.

Anexo 17. Edital do Governador Civil sobre as manifestações operárias contra a crise de subsistências e carestia de vida, julho de 1917

Eduardo Cerqueira Machado Cruz, Governador Civil do Distrito de Braga

Faço saber:

Nas conferências ontem realizadas neste Governo Civil com os representantes da Classe Operária, foram como é notório atendidas as suas reclamações até ao ponto em que podiam ser satisfeitos sem desprestígio para o princípio da autoridade que me cumpre manter e sem deixar de atender a todos os aspetos da grave crise que vamos atravessando.

Mas como se haja dado o caso, deveras lamentável, de parte da classe operária ter faltado aos compromissos que, por intermédio dos seus representantes, tomou perante mim e dos quais o mais imperioso foi proceder por forma a não ser perturbada a ordem pública – cumpre-me convidar os operários e a população desta cidade a retomar o seu trabalho e a comportar-se serena e ordeiramente.

Ser-me-á penoso recorrer a meios extremos e violentos, mas a isso me verei obrigado em face da manifestação que perturbar a ordem, de todo o desacato à força armada ou de qualquer agitação de carácter subversivo – que entro na disposição de reprimir com severidade.

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, Edital, «Faz saber a classe operárias e população que não devem perturbar a ordem pública», [3 de julho, 1917].

Anexo 18. Pedido de licença dos fabricantes de calçado ao Governador Civil para realizar cortejo do 1.º de Maio, abril de 1914

Exmo. Sr. Governador Civil do Distrito de Braga

O abaixo assinado, presidente da direção da Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçado, desta cidade de Braga, pretendendo realizar um cortejo cívico, amanhã, 1.º de maio, que saindo da sede da referida associação, à rua Cinco de Outubro às 16 horas, e percorrendo as ruas dos Mártires da República, Largo da Sé [atualmente rua D. Paio Mendes], rua D. Frei Caetano Brandão, rua Nova de Sousa, rua do Souto, Campo de Sant'Ana [atualmente Avenida Central], Avenida da Liberdade e S. João da Ponte, onde chegará às 17 horas, dispersando em seguida, vem, por este meio, muito respeitosamente, pedir a V.ª Ex.ª, se digne conceder-lhe licença para o referido cortejo.

Saúde e Fraternidade

Braga, 30 de abril de 1914

O Presidente da Direção

(a) Francisco Bernardino Ferreira

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, Fundo do Governo Civil, Distrito Administrativo, Licenças, «Pedido de licença para que os operários de calçado possam fazer cortejo no 1.º de maio», 30 de abril, 1914.

Anexo 19. Relato da sessão solene comemorativa do 1.º de Maio de 1926

BRAGA, 2. – Conforme estava anunciado efetuou-se no Sindicato dos Chapeleiros uma sessão solene comemorativa do trágico aniversário do 1º de maio.

Presidiu Manuel Fernandes que se fez secretariar por Manuel Baptista e Américo Gomes de Macedo.

O presidente ao abrir a sessão, que estava bem concorrida, pronunciou um curto, mas eloquente discurso, demonstrando o verdadeiro significado do 1º de maio, concluindo por fazer a apresentação do camarada J. Tavares Adão, delegado da Confederação Geral do Trabalho.

Tavares Adão inicia a sua interessante palestra fazendo uma exposição das várias modalidades da sociedade presente, que conduzidas pelo instinto feroz de uns, ou pela intuição humanista de outros, se encontra lamentavelmente fracionada em várias seitas.

Referindo-se com grande soma de argumentos à crise económica que presentemente atravessa muito especialmente o povo português, afirma que este fenómeno é consequência da incapacidade da burguesia na direção da gestão económica da sociedade, e da sua total ignorância pelos fenómenos sociais, circunstância esta que nos deve alegrar um pouco porque nos denuncia claramente o baquear do seu reinado de crimes e de opressão.

Pressagia para breve uma profunda remodelação no sistema económico, social e político da sociedade, e diz que penaliza constatar que a grande maioria das classes trabalhadoras ignorem a missão que lhes está confiada após o advento da grande revolução social, missão essa que o orador demoradamente descreve.

Passando a atacar as instituições que servem de escudo das tiranias da burguesia, considera como a mais perigosa de todas o catolicismo, relatando alguns dos seus crimes através dos séculos.

O orador termina a sua palestra reportando-se demoradamente ao 1º de maio, afirmando que este facto sangrento não é mais do que uma simples partícula dos crimes da burguesia que regista a história das reivindicações proletarianas, e faz o seu paralelo com as deportações em Portugal, o fuzilamento nos Olivais, os assassinatos quase diários da polícia, etc..

Por fim faz um apelo para que todos os presentes se organizem fortemente nos seus sindicatos, única forma de se libertarem da opressão que manietta os trabalhadores, tendo a assistência nesta altura ovacionado com uma prolongada salva de palmas a Confederação Geral do Trabalho, *A Batalha*, AIT, etc..

Fala em seguida Manuel Machado, da Construção Civil de Braga, que pronunciou um eloquente discurso de combate aos crimes da burguesia afirmando que é preciso que surjam novos mártires de Chicago para se alcançar a tão almejada emancipação dos trabalhadores. Termina por afirmar a sua crença na proficuidade das ideias libertárias dos sinceros revolucionários.

José Gomes Dias, da Construção Civil do Porto, que acidentalmente se encontrava assistindo à sessão, num belo discurso ataca os desertores da organização operária que se deixaram suggestionar pelo dinheiro da burguesia entregando-se a uma obra de divisão nas fileiras operárias apodando-os de traidores à causa da sua própria emancipação.

Faz uma bela exposição do valor da organização operária e do sacrifício dos seus militantes sinceros.

Ao terminar foi delirantemente aplaudido com vivas à *Batalha*, CGT, etc..

Abílio de Oliveira, também da CC do Porto, faz idênticas afirmações, terminando esta tão bela jornada de propaganda revolucionária com a aprovação da moção da CGT e entusiásticos vivas à *Batalha*, AIT, Revolução Social, e abaixo a burguesia.

Fonte: s/a, «Em Braga», A Batalha, 6 de maio, 1926: 4.

Anexo 20. Propaganda anticomunista na imprensa generalista bracarense

20. a) Boato sobre a nacionalização da mulher na Rússia, junho de 1918

Pelo que acabámos de ler nos jornais, vê-se que a horda revolucionária russa, senhora dos destinos do falido império moscovita, é a primeira, no mundo, a pôr em prática as estultas teorias socialistas.

O programa, que vem de longa data, e cujos principais lineamentos vieram à luz da publicidade em 1873 principia a ter execução no império de Pedro, o Grande.

Segundo as mais recentes notícias da desorganização social russa, o governo de Petrogrado confiscou os bancos e estabelecimentos comerciais, repartiu as terras pelos camponeses, supondo que os seus proprietários eram simples detentores do seu património, declarou as mulheres propriedade nacional e aboliu o direito hereditário, sendo o Estado único herdeiro e... sucessor dos bens dos particulares!

Lá está mais uma vez realizado o provérbio: – *‘Quos Deus vult perdere prius dementat’*.
[Quem quer destruir Deus, primeiramente fica louco]

Mas, como dizíamos, é a revolução russa a primeira que, no mundo, põe em prática o programa socialista. O socialismo espanhol não ocultou, no último quartel do século passado, o seu tenebroso projeto: – ‘Guerra aos ricos! Guerra aos poderosos! Guerra à sociedade! A anarquia é o nosso lema. Tudo para nós, desde o poder até às mulheres! Guerra à família, guerra a Deus!’

E não é menos significativa a seguinte copla:

‘Nivelación social... Esta la valla,
No mas habra, no mas ladronas;
Partiremos sus bienes, sus milenes;
Cuando llegue su hora a la canalla.’

E, na Rússia, chegou efetivamente a hora à canalha!

Mas será longa essa hora?

Sabe-o Deus.

O que, porém, notamos é que a desordem que ameaça subverter aquele grande império é o justo castigo dos imperantes, que não souberam ou não quiseram governar aqueles povos com equidade e justiça, porque viviam em perene festim de Baltazar; dos políticos profissionais, dos

grandes senhores titulares e da burguesia, que tripudiava sobre a miséria do proletariado; e, muito principalmente, dos escritores e panfletários, que nos últimos tempos vinham preparando a ruína moral daquele povo.

O *socialismo*, a mais degenerada escola filosófica, cujas teorias nem por hipótese se admitem!

Com efeito, por muito paradoxal que a alguém se afigure a nossa afirmativa, há teorias tão alheias às regras da boa lógica, que por isso mesmo não admitem discussão.

As mulheres propriedade nacional?!

Será influência do meridiano? Mas os Peles-Vermelhas não teriam decretado coisa semelhante.

Que a mulher, antes de resgatada pelo Cristianismo, jazia na condição de escrava, é certo; mas, ao menos, pertencia ao marido desde o dia do consórcio. Era lei bárbara, baseada no direito consuetudinário, mas a mulher era, ao menos, propriedade do marido. Agora, segundo o critério socialista, a mulher deixa de ser uma pessoa – *caro de carne mea* [carne da minha carne] – para ser uma coisa de que o Estado (traficante) poderá dispor!

É mesmo natural que o governo de Petrogrado se lembre de nomear um ministro encarregado da pasta dos lupanares. E, assim, poderá criar intendências provinciais, onde as mulheres sejam expostas em hasta pública.

Mais e pior: uma senhora casada, cristã ou cismática, mas favorecida pelos dotes da beleza, pode estar sujeita a que o primeiro sevandija requeira ao governo o leilão da infeliz.

E a *expropriação* da mulher russa... para desgraça pública, não será motivo para convulsionar, ainda mais, o país?

E onde irão parar os laços da família, a unificação de pais e filhos e, principalmente, o amor maternal, que é a principal característica dos seres procriadores?

Nada: a antiga Petersburgo, qua a atual guerra mudou em Petrogrado, é, atualmente, a mais ampla porta do inferno, onde uma legião de demónios – socialistas – mandam como na sua própria casa.

O socialismo! O mais terrível cancro que se destina a corroer o organismo político [de] todas as nações, a [ilegível] monstruosidade da sociologia mundial!

Fonte: João Ramires, «O comunismo russo», *Comércio do Minho*, 9 de junho, 1918: 1.

20. b) Programa de repressão ao bolchevismo

Segundo comunicam de França o bolchevismo em Portugal tem uma forte organização.

Este facto é positivo. Não se presta, pois, a palavras mas a obras.

Ao mesmo tempo, nem deve ser encarado com terror nem com criminoso fatalismo.

Sem mais preâmbulos, urge o seguinte:

1.º A imediata detenção e importação de todos os vadios, que sejam válidos, e principalmente dos que têm acompanhado movimentos demagógicos, pondo-se de parte de uma vez contemplações com pedidos de velhacos ou de ingénuos;

2.º Militarizar já todos os serviços de comunicação e transportes;

3.º Utilizar os batalhões de voluntários na vida rural, substituindo por aldeões de plena confiança, e de preferência proprietários, a antiga guarda republicana, cabos de polícia, etc., e dando-lhes instrução militar, com a respetiva disciplina, tudo sob a vigilância direta das juntas de paróquia;

4.º Informar, por todos os meios, as populações, principalmente as rurais, de todos os pontos do programa bolcheviquista;

5.º Ativar com zelo excecional as catequeses, interessando os chefes de família com a exposição viva dos frutos da descristianização, e vigiar com rigor permanente tabernas e outros pontos de reunião;

6.º Resolver o problema da mendicidade, hospitalizando os inválidos e punindo os válidos que se recusam a trabalhar.

Acham isso excessivo? Será. Mas achá-lo-ão suave, se o bolchevismo lograr pôr pé no Norte. E então só haverá, depois de Deus, um remédio, caso possa ser dado a tempo: pontarias baixas.

Fonte: s/a, «Bolchevismo», Ecos do Minho, 12 de fevereiro, 1919: 1.

Anexo 21. Cronologia

- dez 1910** Formação, no Porto, do Comité de Propaganda Sindicalista
- mar 1911** Operários conserveiros de Setúbal fazem greve. Dois operários foram mortos pela polícia
- mai 1911** Realiza-se, em Lisboa, o II Congresso Sindicalista
- jan 1912** Greve geral dos trabalhadores rurais no Alentejo, por os lavradores não cumprirem acordo salarial. Associações de classe encerradas. Repressão policial mata um trabalhador. Greve geral de solidariedade com os trabalhadores rurais em Lisboa, Setúbal, Montijo, entre outras localidades. Casa Sindical de Lisboa é encerrada.
- dez 1912** Comícios operários contra a possibilidade de uma guerra, realizados em Lisboa, Porto, Setúbal e Évora
- mar 1913** Comícios, em Lisboa, contra a prisão arbitrária de militantes operários
- mar 1914** Congresso Operário Nacional, realizado em Tomar. Criação da UON
- jun 1914** (27 e 28) Conferência anarquista da região do Sul
- jul 1915** Comícios operários em Lisboa contra carestia de vida. Assaltos a armazéns e carros de milho, que depois é vendido a baixo preço (*Comércio do Minho*, 15/07/1915, p. 1)
- ago 1915** Tipógrafos do Porto encerram oficinas (até setembro) por industriais não cumprirem horário 8h (*Comércio do Minho*, 07/08/1915, p. 2)
- set 1915** Greve dos mineiros de S. Pedro da Cova, por causa do horário de trabalho e salário. Guarda Nacional Republicana a vigiar grevistas (*Comércio do Minho*, 26/09/1915, p. 1). Três grevistas foram presos e, quando a greve terminou, foram libertados (*Comércio do Minho*, 28/09/1915, p. 2)
- out 1915** Em Braga, falta farinha para fazer pão (*Comércio do Minho*, 07/10/1915, p. 2)
- out 1915** Em Évora, os operários Francisco Rodrigues Aparício, Jerónimo de Sousa e Joaquim Candieira são presos por fazerem propaganda pró-presos por questões sociais. Enviados para Lisboa, são depois restituídos à liberdade (*Comércio do Minho*, 14/10/1915, p. 1)
- nov 1915** Greve dos operários mineiros de S. Pedro da Cova, com vigilância da guarda republicana. Alguns operários são presos (*Comércio do Minho*, 11/11/1915, p. 2)
- nov 1915** 3000 operários têxteis de Pevidém (Guimarães) em greve (*Comércio do Minho*, 11/11/1915, p. 2)

- nov 1915** Greve dos padeiros de Évora, que reclamam aumento salarial de 25%. Patrões e polícias fazem o pão nalgumas padarias (*Comércio do Minho*, 18/11/1915, p. 2)
- dez 1915** Carestia do pão, pelo que houve greve no Barreiro e assaltos populares a armazéns e carros de milho em Seixal, Lousado e Sintra (*Comércio do Minho*, 11/12/1915, p. 2)
- dez 1915** Uma comissão de operários, em Lisboa, apresenta ao ministro do fomento uma lista de operários desempregados, pedindo providências (*Comércio do Minho*, 18/12/1915, p. 2)
- dez 1915** Operários lisboetas assaltam padarias e armazéns (*Comércio do Minho*, 21/12/1915, p. 2)
- jan 1916** Assaltos a armazéns na região do Douro (*Comércio do Minho*, 06/01/1916, p. 2)
- jan 1916** Em Penafiel, feijão é apreendido por populares, e depois vendido a preço de retalho. Em Viana do Castelo, operários foram a armazéns verificar a quantidade de milho disponível, exigindo às autoridades que o pusessem à venda pelo preço tabelado, o que foi feito (*Comércio do Minho*, 15/01/1916, p. 1)
- jan 1916** Em Guimarães, um grupo de 5 operários é suspeito de ter estragado e partido maquinismos da fábrica têxtil de Manuel Ribeiro da Cunha (*Comércio do Minho*, 15/01/1916, p. 1)
- jan 1916** Governo providencia para que seja importado milho das colónias (*Comércio do Minho*, 25/01/1916, p. 2)
- jan 1916** Mais de 600 trabalhadores declaram greve, em Mação, para que autoridades tomem providências quanto à carestia de vida (*Comércio do Minho*, 27/01/1916, p. 1)
- jan 1916** Assaltos a armazéns e estabelecimentos em Lisboa (*Comércio do Minho*, 01/02/1916, p. 1-2)
- jan/fev 1916** UON acusada de apatia, tanto em relação às questões internas como em relação à guerra (*O Sindicalista*, 27/02/1916, p. 1)
- fev 1916** Em Ermesinde, operários abandonam o trabalho e dirigem-se à estação de caminhos-de-ferro para impedir a saída de farinha.
- jan/fev 1916** Greves em Lisboa, Covilhã, Évora (onde a associação de trabalhadores rurais foi fechada), Portela (*Comércio do Minho*, 03/02/1916, p. 2)
- fev/mar 1916** Governo Civil encerra as sedes da Federação da Construção Civil, Associação dos Operários Metalúrgicos e União dos Operários, em Lisboa, por não terem os estatutos conforme a lei (*Comércio do Minho*, 02/03/1916, p. 2)
- mar 1916** Consta-se que em Lisboa serão mandados encerrar 49 associações de classe e sindicatos. Polícia interrompe e termina reunião dos operários das

associações e sindicatos que foram encerradas pelo Governo Civil (*Comércio do Minho*, 04/03/1916, p. 2)

- abr 1916** Em Alportel, populares assaltam as repartições públicas e apedrejam a residência do secretário das finanças, como protesto contra o aumento das contribuições e contra a carestia de vida (*Comércio do Minho*, 08/04/1916, p. 2)
- abr 1916** Congresso Nacional Socialista (PS) em Coimbra
- jun 1916** 400 trabalhadores rurais de Linda-a-Velha saem vitoriosos da greve por aumento salarial, de 500 a 650 para 900 réis diários (*Comércio do Minho*, 15/06/1916, p. 2)
- ago 1916** (10) Governo publica portaria, onde pretende estabelecer um inquérito às associações de classe e sindicatos para conhecer a sua situação
- ago 1916** Governo decide importar açúcar (*Comércio do Minho*, 22/08/1916, p. 2)
- set 1916** No Porto, autoridades proíbem comício socialista contra crise das subsistências (*Comércio do Minho*, 16/09/1916, p. 2)
- out 1916** Comissão de abastecimentos substitui comissão de subsistências, a nível nacional (*Comércio do Minho*, 28/10/1916, p. 2)
- nov 1916** Formação da Cooperativa de Consumo Bracarense (*Comércio do Minho*, 28/11/1916, p.2)
- fev 1917** Governadores Civis do país reúnem-se com Governo para tratar da crise de subsistências (*Comércio do Minho*, 08/02/1917, p. 2)
- fev 1917** Em Lisboa, classes operárias reúnem-se para tratar da crise das subsistências. Reunião vigiada pela polícia. (*Comércio do Minho*, 22/02/1917, p. 2)
- mar 1917** Em Queluz, populares assaltam padarias, levando todo o pão (*Comércio do Minho*, 22/05/1917, p. 2)
- abr 1917** Mineiros de S. Pedro da Cova em greve, reclamando fornecimento de pão ou aumento salarial em 300 réis por dia (*Comércio do Minho*, 21/04/1917)
- abr 1917** «Alguns milhares» de operários têxteis da Covilhã em greve, por aumento de salário. Guarda Nacional Republicana vigia grevistas (*Comércio do Minho*, 03/05/1917, p. 1)
- abr 1917** Conferência Operária Nacional (sul)
- mai 1917** Conferência Operária Nacional (norte)
- mai 1917** Ministério do Interior recomenda aos Governadores Civis que não passem guias de trânsito a operários para Espanha, pois são precisos para a agricultura (*Comércio do Minho*, 17/05/1917, p. 2)

- mai 1917** Companhia do Gás de Lisboa despede 1000 operários, com o pretexto de «não ter carvão para o fabrico» (*Comércio do Minho*, 22/05/1917, p. 2)
- jul 1917** Greve dos operários carroceiros e da construção civil, em Lisboa, por aumento salarial. Guarda Nacional Republicana vigia a greve (*Comércio do Minho*, 12/07/1917, p. 1). Confrontos entre a Guarda Republicana e os grevistas, havendo tiroteio. Grevistas lançam bombas «em vários pontos, sobre a tropa». É declarado o estado de sítio em Lisboa (*Comércio do Minho*, 14/07/1917, p. 1)
- jan 1918** Greve dos ferroviários do Porto impedida pelas autoridades: organizadores do movimento foram presos (*Comércio do Minho*, 31/01/1918, p. 1)
- fev 1918** Assaltos às mercearias no Porto (*Comércio do Minho*, 14/02/1918, p. 1)
- set 1918** É decretado o racionamento de géneros
- fev 1919** Publicado decreto que fixa os preços máximos dos géneros (*A Batalha*, 28/02/1919, p. 2)
- mar 1919** Criação de um centro comunista, no Porto, por anarquistas (*A Aurora*, 23/03/1919, p. 4)
- abr 1919** Notícia de que o Ministro do Trabalho ordenou a entrega da fábrica de vidros da Marinha Grande a uma comissão de dois operários e dois vereadores da Câmara, que depois distribuiriam os lucros pelos operários e para obras sociais (30% e 70%, respetivamente) (*Comércio do Minho*, 10/04/1919, p. 1)
- abr 1919** Cerca de 700 operários da União Fabril, do Barreiro, em greve (*Comércio do Minho*, 17/04/1919, p. 1)
- mai 1919** Governo decreta horário 8h. A regulamentação do decreto só seria feita em novembro (*A Batalha*, 01/11/1919, p. 1)
- jun 1919** Greve geral em Lisboa: autoridades encerram UON e suspendem jornais operários
- ago 1919** Vários indivíduos foram presos no Porto, em Viana do Castelo e em Coimbra, acusados de fazerem propaganda bolchevista (*Comércio do Minho*, 24/08/1919, p. 1)
- set 1919** Realização do Congresso Nacional Operário e criação da CGT
- nov 1919** Congresso Nacional das Associações Patronais. Associação Comercial de Braga representada no evento (*Comércio do Minho*, 23/11/1919, p. 2)
- jan 1920** CGT reúne-se com Sá Cardoso, para reclamar sobre deportação de operários considerados bolchevistas pelo Governo. Presidente do Ministério intransigente, admite que operários mereceram ser deportados (*A Batalha*, 03/01/1920, p. 1)
- jan 1920** USO do Porto proclama a greve geral para 18/01, e classes aderem, ficando a cidade paralisada (*Comércio do Minho*, 22/01/1920, p. 1). Alguns grevistas

presos por atos de sabotagem e incitamento à greve. Algumas associações de classe encerradas

- jul 1920** Greve geral em Guimarães no dia 12/07 (*Comércio do Minho*, 15/07/1920, p. 1)
- dez 1920** Operários lisboetas oferecem-se para tomar conta dos filhos menores dos ferroviários em greve (*A Batalha*, 07/12/1920, p. 1)
- jan 1921** Nasce a Confederação Patronal, «contra as ideias dissolventes, que ameaçam arrastar-nos para a anarquia» (*Comércio do Minho*, 12/01/1921, p. 1)
- jan 1921** Em Almada, motim popular por falta de farinha, «sendo a administração do concelho entregue à autoridade militar» (*Comércio do Minho*, 22/01/1921, p. 1)
- fev 1921** Cerca de 40 fábricas de conservas fecharam por falta de azeite, «e se as restantes fábricas não forem abastecidas convenientemente, terão também de encerrar, ficando sem trabalho 25 a 30 000 operários» (*Comércio do Minho*, 09/02/1921, p. 1)
- jun 1921** Primeiro Congresso Nacional Cooperativista
- ago 1921** Apelo à solidariedade para com os operários russos, através do envio de dinheiro à redação de *A Batalha*, mesmo sendo contra a ditadura do proletariado. Jornal chega a publicar fotos de crianças russas famintas (*A Batalha*, 13/08/1921, p. 1)
- fev 1922** Comício operário no Porto contra carestia de vida, «ao qual concorreram milhares de pessoas» (*Distrito de Braga*, 19/02/1922, p. 2)
- ago 1922** Em Lisboa, manifestações operárias e greves contra carestia de vida. Sede da CGT encerrada. Governo suspende garantias (*Diário do Minho*, 10/08/1922)
- out 1922** 3.º Congresso Operário Nacional, na Covilhã, onde organização operária rejeita adesão a Moscovo
- jul 1923** Operários perseguidos e presos devido às greves
- ago 1923** (25) Votada greve geral em Lisboa, mas classes não aderem (*Diário do Minho*, 25/08/1923, p. 2)
- set 1923** CGT adere à Associação Internacional dos Trabalhadores (*A Batalha*, 30/03/1923, p. 2)
- dez 1923** Movimento revolucionário em Lisboa para derrubar o Governo (*A Batalha*, 11/12/1923 p. 1)
- jan 1924** Deputado Carlos Pereira propõe no Parlamento projeto de um Código de Trabalho (*A Batalha*, 16/01/1924, p. 2; 17/01/1924, p. 1)

- jan 1924** CGT apela aos operários portugueses que ajudem como possam (em dinheiro ou roupas) a população alemã, que atravessa uma grave crise económica (*A Batalha*, 25/01/1924, p. 1)
- fev 1914** Rumores de preparação de um golpe militar para instaurar uma ditadura em Portugal. Apelo à luta operária (*A Batalha*, 12/02/1924, p. 1)
- mai 1924** Declarado estado de sítio, no Porto, à conta das greves (*Diário do Minho*, 16/05/1924, p. 1)
- dez 1924** Governo reconhece juridicamente a CGT (*A Batalha*, 14/12/1924, p. 1)
- jan 1915** Comissariado de Abastecimento dá às associações operárias de Lisboa, e estas distribuem pela CGT, «1000 senhas para os operários sem trabalho se apresentarem nas obras do Estado» (*Diário do Minho*, 03/01/1925, p. 3)
- jan 1925** Cerca de 12 mil operários assistem ao comício contra a crise de trabalho, promovido pela CGT, em Lisboa. Moções de protesto ao Governo e à Câmara Municipal (*A Batalha*, 13/01/1925, p. 1)
- fev 1925** (13) Cerca de 80 mil trabalhadores manifestam-se em Lisboa contra o Governo (*A Batalha*, 14/02/1925, p. 1)
- mar/abr 1925** Operários deportados arbitrariamente (*República Social*, 03/04/1925, p. 1)
- abr 1925** (18) Operariado de Lisboa manifesta-se contra a ameaça de uma ditadura (*A Batalha*, 19/04/1925, p. 1)
- mai 1925** Governo fixa preço do pão através do decreto de 14 de abril (*Diário do Minho*, 08/05/1925, p. 1)
- mai/jun 1925** Operários deportados arbitrariamente (*A Batalha*, 01/06/1925, p. 1)
- set 1925** 1.º Congresso Confederado (4.º Congresso Nacional Operário) em Santarém
- out 1925** União dos Interesses Económicos pretende baixar o salário e diminuir os dias de trabalho (*A Comuna*, 01/11/1925, p. 1)
- abr 1926** Formação, em Braga, de uma comissão de propaganda antifascista (*Diário do Minho*, 28/04/1926, p. 2)
- jun 1926** Comício operário, em Lisboa, organizado pelo Comité de Defesa Operária, contra a ditadura (*A Batalha*, 10/06/1926, p. 1)
- jun 1926** (16) CGT publica parecer onde apela a que se inicie uma «intensa campanha de agitação destinada a impedir a promulgação de medidas governamentais que visem fins reacionários» (*A Batalha*, 17/06/1926, p. 1)

Fonte: elaboração própria com base na imprensa generalista bracarense e na imprensa operária nacional; Ramiro da Costa, *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*, vol. 1 (Lisboa: Assírio & Alvim, 1979); Carlos da Fonseca, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, vol. 1, *Cronologia* (Lisboa: Europa-América, 1979).